

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ENTRE A PARÓQUIA E A CORTE:
uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)

Jonas Moreira Vargas

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre
em História.

Orientadora: Prof^a Dr^a Helen Osório

Porto Alegre
Abril de 2007

ENTRE A PARÓQUIA E A CORTE:

uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)

Jonas Moreira Vargas

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Banca Examinadora:

Orientadora: Prof^a Dr^a Helen Osório

Prof. Dr. João Luís Ribeiro Fragoso (UFRJ)

Prof. Dr. Flávio Madureira Heinz (Unisinos)

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó (UFRGS)

Porto Alegre
Abril de 2007

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer a todos os que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta dissertação e que por falta de espaço deixarei de citar aqui.

Agradeço à professora Helen Osório não apenas por ter aceitado orientar este trabalho, mas, sobretudo, pela confiança, seriedade e autonomia concedida ao longo das pesquisas.

Do mesmo modo agradeço aos professores Flávio Madureira Heinz e Luiz Alberto Grijó pelas sugestões, críticas e indicações de texto realizadas no colóquio em abril de 2006. Também sou grato aos mesmos e ao professor João Luís Ribeiro Fragoso por aceitarem fazer parte da banca examinadora.

Neste momento não deixo de lembrar dos colegas que me apoiaram durante o curso do Mestrado. À Cláudia, ao Bruno, ao Jefferson, à Cristiane e à Mariana – queridos membros do promissor e meteórico grupo de estudos. À Nina e ao Ricardo, parceiros de pesquisa, debates e, sobretudo, cafés da tarde. À Sana, à Dani e à Cla pelo apoio e incentivo. E à Camila por todas estas coisas, além da amizade e compreensão.

Não deixo de lembrar da minha segunda família ao longo de todo o Mestrado. Agradeço aos amigos e colegas de apartamento Henrique, Daniel e Edson pelas tantas e necessárias vezes em que me desviaram da dissertação e dos arquivos. Sou grato aos primeiros por me apresentarem o Genesis (com Peter Gabriel), e aos dois últimos pela sofrida, mas recompensada companhia nas arquibancadas do Beira-Rio ao longo dos últimos anos...

Também agradeço a Bruna, ao Tiago, ao Marcelo e a Letícia, que nos últimos meses e anos vem me ensinando o significado da palavra amizade e que foram fundamentais para que esta dissertação fosse concluída. Neste sentido, o professor Benito Schmidt também merece uma especial menção pela amizade e confiança depositada desde a época da graduação.

Agradeço muito aos amigos Vinícius, Sherol, Paulo, Dani e Rodrigo pelas indicações e transcrições de alguns documentos, pelas sugestões, mas principalmente pelo apoio, incentivo e a divertida companhia ao longo destes anos. Deste mesmo círculo de amigos historiadores também devo agradecer ao Farinatti. Primeiro pela

leitura rigorosa e crítica da dissertação. Segundo, por também fazer parte da nossa vitoriosa legião colorada do Beira-Rio.

Não poderia deixar de esquecer de outra pessoa que há anos vem me ajudando nas pesquisas e me fazendo companhia nos arquivos da capital... e do interior. Agradeço a Elaine Sodré pela amizade, leitura crítica, sugestões e indicação de fontes e bibliografia.

Agradeço também aos funcionários de todos os arquivos em que pesquisei e pesquisa. Sua dedicação e disponibilidade foram fundamentais para que este trabalho fosse concluído. Neste sentido devo agradecer também ao CNPq pelos recursos econômicos que viabilizaram a concretização do mesmo.

Por último, mas não menos importante, agradeço aos meus pais Antônio Carlos e Sílvia e meus irmãos Jean e Juliano por sempre acreditarem em mim, até mesmo nas horas em que eu não acredito. Também sou grato aos mesmos pela confiança, respeito, amizade e carinho que foram fundamentais na conclusão deste trabalho.

Resumo

No presente trabalho buscamos estudar a elite política do Rio Grande do Sul (entre 1868 e 1889) – grupo composto pelos conselheiros e ministros de Estado, senadores e deputados gerais e provinciais. Ao contrário das abordagens tradicionais que explicam a história política do Rio Grande por meio dos discursos parlamentares, os programas partidários e os editoriais de imprensa, investimos num maior enfoque nas relações sociais e políticas que estes homens, juntamente com suas famílias, mantinham dentro e fora do mundo da política. A utilização da prosopografia, a redução da escala analítica voltada para a observação dos indivíduos e suas famílias e o uso das noções de rede social, estratégia familiar e mediador foram algumas das metodologias empregadas na renovação daquelas interpretações historiográficas. Pretendemos, portanto, realizar uma história social da política no Rio Grande do Sul imperial. Neste sentido, foi possível identificar uma nítida estratégia familiar de aproximação política com a Corte. Tais investimentos davam-se na formação acadêmica dos filhos, numa planejada engenharia de matrimônios e na diversificação profissional, entre outros. As famílias políticas tendiam a aglutinar estancieiros militares ou milicianos de um lado e advogados de outro, buscando ocupar os diferentes espaços sociais que faziam parte do mundo da política. Aqueles poucos indivíduos que conseguiam ultrapassar a barreira espacial e temporal que separava as paróquias rio-grandenses da Corte, pertenciam a muitas das famílias ricas e nobilitadas, com um forte índice de parentesco entre si, mas também com famílias do centro do país, o que facilitava o seu acesso e reproduzia a desigualdade do sistema sócio-político. Neste sentido, defendeu-se que não eram os partidos políticos que moldavam e direcionavam o comportamento dos indivíduos, mas sim as famílias e suas redes sociais. Eram estas famílias que ditavam a forma como as ordens do Estado chegavam aos mais distantes pontos da Província. A elite política imperial e os chefes paroquiais estavam intimamente compromissados e entrelaçados em relações de cooperação e conflito, num mundo fronteiriço e belicoso, onde a informação era tão preciosa quanto os bens materiais.

Abstract

This paper aims to study the political elite of *Rio Grande do Sul* between 1868 and 1889. This group was composed of state counsellors and ministers, senators and provincial and *central* deputies. On the contrary of traditional approaches that explain the political history of *Rio Grande do Sul* through the parliamentaries speeches, political parties programs and press editorials, we invested in a greater approach on social and political relations that these men and their families maintained inside and outside the political world. The use of prosopography, the reduction of analytical scale to observe the individuals and their families and the use of notions like social network, family strategy and mediator, were some of the methodologies adopted in the renewal of those historical interpretations. We intended, therefore, to develop a social history about the politics in imperial *Rio Grande do Sul*. In this sense, it was possible to identify a clear family strategy of political approximation with the royal court. Such investments were done through the academic formation of their children, a planned marriage network and the professional diversification, among other aspects. The political families tended to unite military farmers from one side and lawyers from another, trying to occupy the different social places that were part of the political world. Those few individuals who were able to overtake the temporal and spacious barriers that separated the *rio-grandenses* parishes from the royal court belonged to many of the rich and noble families, with a strong relationship rate among them but also with families from the central part of the country, facilitating their access and reproducing the inequality of the social and political system. Thus, we defend it was not the political parties that moulded and managed the individuals behavior, but the families and their social networks. It was these families who ruled the way how the state orders arrived to different places of the province. The imperial political elite and the parishes chiefs were intimate committed and entwined through cooperation and conflict relationships, in a frontier and warlike world, where the information were as precious as the wealth.

Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça.

Marc Bloch
Apologia da história ou O Ofício do Historiador

No Brasil, o povo enquanto povo é melhor que as elites enquanto elites.

San Tiago Dantas

SUMÁRIO

Listas	07
Introdução	09
Capítulo 1 – “Um topo... vários caminhos”: carreiras políticas entre a paróquia e a Corte	40
1.1 – <i>O Militar e o Bacharel (parte I): notas iniciais sobre a elite política rio-grandense</i>	48
1.2 – <i>O poder da pena... e a força da espada: um perfil sócio-político dos ministros, senadores e deputados gerais</i>	59
1.3 – <i>Os primeiros passos de uma curta carreira: os deputados provinciais</i>	79
1.4 – <i>Um negócio entre famílias: as ligações parentais entre os mediadores políticos</i>	100
1.5 – <i>Um pedaço do Império: peculiaridades de uma província de cavaleiros</i>	107
Capítulo 2 – “Os políticos de aldeia”: eleições, negociações e práticas políticas nas paróquias	114
2.1 – <i>O minotauro paroquial: os estancieiros, a Guarda Nacional e o seu papel no controle social</i>	125
2.1 – <i>O espetáculo de um pandemônio: as eleições imperiais e seus diferentes protagonistas</i>	133
2.3 – <i>Das cartas do Barão ao diário de um deputado: as negociações entre os candidatos e os eleitores</i>	147
2.4 – <i>Vítimas ou Algozes: a tentativa de burocratização dos pleitos</i>	156
2.5 – <i>A mexeriqueice de aldeia: as elites políticas e suas relações com os homens livres pobres</i>	164
2.6 – <i>Um cavaleiro na Corte do Imperador: a trajetória de Osório e sua aproximação com os populares</i>	173
Capítulo 3 – “Em nome do pai, do filho e dos cunhados...”: disputas políticas e estratégias familiares entre estância e o parlamento	182
3.1 – <i>A nobreza da guerra: um perfil sócio-econômico e político das famílias nobres do Rio Grande do Sul imperial</i>	183
3.2 – <i>Severinos, Vitorinos, Bentos e outros mais...: as estratégias familiares e políticas dos Ribeiro de Almeida</i>	205
3.3 – <i>Para sustentar os viciosos divertimentos do Doutor: um mediador político entre a paróquia e a Corte.</i>	224
3.4 – <i>O voto em família: os Ribeiro de Almeida, os Nunes de Miranda e outros senhores anônimos</i>	235
3.5 – <i>O Bacharel e o Militar (parte II): por um modelo de estratégia política</i>	241
3.6 – <i>O círculo dos grandes: o mundo político da Corte e seus protagonistas</i>	245

Conclusão	253
Anexos	262
Bibliografia	267

Lista de Quadros

Quadro 1 - Origem Provincial dos Ministros por períodos (1822-1889)	61
Quadro 2 - Principal ocupação profissional dos deputados gerais pelo Rio Grande do Sul (1826-1889)	74
Quadro 3 - Principal local de atividade profissional e partido político dos 29 deputados gerais pelo Rio Grande do Sul (1868-1889)	77
Quadro 4 - Ocupação profissional dos deputados provinciais (1835-1889)	86
Quadro 5 - Local de atividade profissional e partido político de 142 deputados provinciais (1868-1889)	91
Quadro 6 - Ocupação profissional e partido político de 150 deputados provinciais (1868-1889)	97
Quadro 7 - Classificação dos votantes por Renda anual e profissão na paróquia de Nossa Senhora do Rosário, Porto Alegre (1880)	136
Quadro 8 - Atividade econômica e ocupação profissional dos 58 nobres rio-grandenses (1825-1889)	187

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Nível de Instrução escolar dos deputados provinciais (1835-1889)	80
Gráfico 2 - Concessão de títulos de nobreza aos 58 rio-grandenses (1825-1889)	189
Gráfico 3 – Estrutura da rede social dos mediadores e da constituição do núcleo político na Corte	250

Lista de Mapas

Mapa 1 – Província do Rio Grande do Sul (1889)	267
--	-----

Lista de Abreviaturas

ABSB – Arquivo Particular do Barão de São Borja

ABSJ – Arquivo Particular do Barão de São Jacob

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AL-RS – Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

CSGN – Comando Superior da Guarda Nacional

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

MCSHJS – Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

Introdução

Quinta-feira, 14 de Fevereiro de 1878. Na Corte, local privilegiado para o convívio e reunião das elites de todas as províncias, nada de novo parecia estar acontecendo. Coração financeiro do Império, nela também eram tomadas as principais decisões políticas e administrativas que buscavam interferir na economia e na sociedade do seu extenso território. O Senado, a Assembléia Geral, o Conselho de Estado, entre outras instituições, constituíam-se nos venerados símbolos deste poder central e eram espaços nitidamente reservados as mais altas elites do país. No entanto, neste circuito destinado a estes homens e suas famílias, os recintos considerados “informais” não pareciam ser menos importantes. Os salões e os bailes, por exemplo, serviam como local de grandes debates intelectuais e políticos e eram mantidos e freqüentados pelas elites que residiam na Corte. Além disso, os encontros nas confeitarias e no teatro somavam-se ao itinerário destas famílias e também eram fundamentais no processo de socialização destes grupos, ajudando a reproduzir a própria hierarquia social no Brasil oitocentista.¹

Imaginemos que um senhor, residente na Corte e talvez freqüentador destes espaços privilegiados, tivesse em suas mãos o *Jornal do Commercio* daquela referida quinta-feira. Ao ler os diversos anúncios, se procurasse algum escravo para trabalhos eventuais, saberia que na Rua da Misericórdia, número 91, assim como em tantas outras, poderia alugar cozinheiras e lavadeiras. Este mesmo senhor também poderia indignar-se ao ler que o preto liberto Thomaz, “capoeira conhecido”, havia espancado outro indivíduo e, por isso, sido obrigado a assinar um termo de bom viver. Virando a página encontraria informações sobre aluguéis de sobrados e casas, além de anúncios de farmácias, leilões ou profissionais oferecendo seus serviços.² Por fazerem parte do seu cotidiano, talvez nenhuma destas notícias fosse novidade para ele e para tantos outros leitores amigos seus. No entanto, uma pequena nota, entre as várias colunas do jornal, revelava que aquele era um dia muito importante para algumas famílias da elite de uma outra província muito distante dali:

¹ Para uma análise mais detalhada do comportamento das elites no mundo da Corte, assim como dos personagens que freqüentavam este espaço ver GENOVEZ, Patrícia Falco. O Espelho da Monarquia: Minas Gerais e a Coroa no Segundo Reinado. Tese de Doutorado. Niterói: PPG em História da UFF, 2003; MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2005; NABUCO, Joaquim. Um estadista do Império. Rio de Janeiro: Topbooks, 2 v., 1997.

² *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 14.02.1878, p. 2-6 (Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro).

“Os Srs. Ministros da Guerra e da Fazenda

Às 10 horas da manhã de ontem, achavam-se reunidos no Arsenal da Marinha, à espera de Suas Excelências os seguintes srs.:

Presidente do Conselho, ministro da Marinha, ajudante general da Armada, Barões da Gávea e de Iguatemy, presidente da Província do Paraná, vices-almirantes Elisário e Alvim, os ajudantes de ordens e oficiais de gabinete dos Srs. Ministros e diversos oficiais da Armada e do Exército e pessoas gradadas (...).

A bordo foram Suas Excelências cumprimentados por comissões rio-grandenses e uma do Club da Reforma que lhes ofereceram ramalhetes em cujas fitas liam-se as seguintes inscrições. Na do Sr. Marquês do Herval: ‘a honra ao valor e patriotismo’; na do Sr. Conselheiro Gaspar da Silveira Martins: ‘Homenagem ao talento e patriotismo’.

Às 11 horas, o Sr. Marquês dirigiu-se para a terra na referida lancha e depois de receber no Arsenal os cumprimentos de várias pessoas que ali se achavam à sua espera, seguiu no carro do Sr. Presidente do Conselho para a rua da Guanabara onde vai fixar a sua residência.

O Sr. Ministro da Fazenda veio para a terra numa barca Ferry, acompanhado pela comissão rio-grandense, e desembarcou no cais das Marinhas, onde era esperado por um crescido número de pessoas.

Daf seguiu S. Ex. para Botafogo, onde vai residir”.³

Pela primeira e única vez ao longo de toda a Monarquia, dois rio-grandenses eram alçados a um único gabinete ministerial. Líderes máximos do Partido Liberal no Rio Grande do Sul, Manoel Luís Osório – o Marquês do Herval – e Gaspar Silveira Martins, encontravam-se no auge de suas carreiras quando desembarcaram na Corte para assumir suas pastas. Era de interesse da Coroa compor os seus quadros dirigentes com políticos influentes em suas respectivas regiões de origem, capazes de garantir o apoio necessário para a governabilidade do Centro. Muitos destes “escolhidos” eram membros das mais ricas e tradicionais famílias de suas respectivas províncias que, é importante ressaltar, não esperavam de maneira passiva este “recrutamento”, ou seja, elas buscavam ser cooptadas com o objetivo de usufruírem de todos os benefícios oriundos desta aproximação com o *mundo da Corte*.

Mesmo que Osório e Silveira Martins não tivessem a idéia da dimensão daquele acontecimento, a sua ascensão ao gabinete inaugurou uma nova conjuntura política que marcaria as próximas décadas. O Rio Grande do Sul deixava de ser uma província sem

³ Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 14.02.1878, p. 1. (Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro).

representantes na elite dirigente do Império e avançava no longo e conflituoso processo de interferência junto ao governo central. Esta nova fase torna-se mais evidente ao percebermos que nos anos posteriores a província obteve mais seis pastas ministeriais. Ou seja, em 11 anos (1878-1889), o Rio Grande teve mais que o dobro de ministros que em todas as décadas anteriores somadas. A Revolta dos Farrapos (1835-1845), jamais esquecida pelos que nela lutaram, havia ensinado aos estancieiros rebeldes e aos seus filhos e netos que o conflito armado contra o Império talvez não fosse a melhor maneira de defender os seus interesses políticos e econômicos. Neste sentido, ao invés da insurreição, a participação direta no próprio governo central tornava-se uma alternativa mais vantajosa para as elites rio-grandenses. A ascensão de Osório e Silveira Martins deu início a uma aproximação real com o Centro, que seria aprimorada e atualizada durante a República Velha, e atingiria o seu ápice em 1930, quando, por meio de um golpe militar, parte da elite política sul-rio-grandense, sob a liderança de Getúlio Vargas, chegaria efetivamente ao poder político central.⁴

Mas nos detenhamos no tempo do Imperador que é o foco principal desta dissertação. Desde a Independência até a queda da monarquia, dois fatores de ordem político-administrativa foram fundamentais para a sustentação das relações entre o governo central e as províncias: a) o gradual crescimento da burocracia estatal e da criação e preenchimento de novos cargos administrativos que tinham por fim atender à crescente complexidade da sociedade e o desenvolvimento sócio-econômico da mesma⁵ e b) a implantação de um sistema parlamentar bicameral que buscava estabelecer as normas legais de sua organização política e social e vincular as elites das províncias com o governo central. O primeiro aspecto apontado tinha na magistratura, nos presidentes de província, nos militares, nos comandantes superiores da Guarda Nacional, nos padres, nos chefes de polícia e nos demais empregados públicos seus principais agentes. O provimento destes e de outros cargos dependiam exclusivamente dos ministros de Estado, o que por si só revela o enorme poder que os mesmos possuíam. O segundo era protagonizado pelos deputados gerais e senadores que, após serem escolhidos por meio de um processo eleitoral em suas províncias, possuíam o

⁴ Para uma análise mais detalhada ver principalmente LOVE, Joseph L. O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975; GRIJÓ, Luiz Alberto. Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada 'geração de 1907'. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PPG em Ciência Política do IFCH - UFRGS, 1998.

⁵ Não existem muitas pesquisas sobre a burocratização do Estado Imperial ao longo do século XIX. No entanto, para algumas considerações acerca deste processo ver URICOECHA, Fernando. O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro do século XIX. São Paulo: Difel, 1978; CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 143-168.

privilégio de interferirem na política da Corte, defendendo, geralmente, os interesses de suas regiões de origem.

Neste jogo de relações políticas entre as províncias e o Centro, o Rio Grande do Sul só veio a ocupar um maior destaque no último decênio do Império. No entanto, este recrutamento não se deu por acaso, devendo-se a uma série de fatores conjunturais. Os anos que se seguiram ao término da Guerra do Paraguai (1864-1870) foram de significativa crise política e econômica. A insatisfação das elites de todas as províncias para com o centralismo do sistema administrativo e tributário deu espaço às crescentes manifestações republicanas e, posteriormente, abolicionistas, que cada vez mais reuniam adeptos, contribuindo para abalar as estruturas da monarquia. Os anseios federalistas eram sentidos pelo governo central e em decorrência disto, o próprio rosto da elite política imperial foi tomando novas formas. José Murilo de Carvalho demonstrou que, se nas primeiras décadas, um número diminuto de províncias ocupava o governo central, nas últimas o acesso ao poder político havia sido facilitado. O Rio Grande do Sul, juntamente com outras províncias mais periféricas, acabou ocupando parte destes espaços, em detrimento de Minas Gerais e São Paulo, por exemplo, onde muitos membros das elites migraram para os seus respectivos partidos republicanos.⁶

Mas a Guerra do Paraguai não trouxe apenas crises. O governo central sabia, inclusive o Imperador, que a vitória naquela campanha militar não teria sido possível sem o empenho dos estancieiros rio-grandenses. Estes homens haviam despendido suas fortunas e mobilizado suas gentes numa luta que também lhes interessava, pois envolvia muitos dos seus negócios no mundo platino. Além disso, todos os anos eles reuniam as suas clientelas na busca da vitória eleitoral, garantindo a maioria parlamentar aos gabinetes. Com o término da Guerra, a retribuição do Rei foi dada em cargos e títulos e é também neste sentido que o desembarque de Osório, herói máximo da referida guerra, e Silveira Martins, um dos estancieiros mais ricos e influentes da Província, deve ser compreendido.

O papel significativo dos rio-grandenses no Paraguai e o seu crescente recrutamento para os gabinetes possibilitaram um melhor acesso aos diversos recursos materiais e simbólicos que emanavam do mundo da Corte. Em consequência disso, as elites da província conquistaram muitos dos tão cobiçados cargos na burocracia, vários títulos nobiliárquicos, diversos contratos públicos, além de uma rede social de maior importância. Portanto, ao comporem a elite política central, estes homens, que já eram bastante conhecidos e

⁶ CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., p. 133-138. Para uma análise da crise do regime após a Guerra do Paraguai ver VIANA, Oliveira O Ocaso do Império. SP: Melhoramentos, 1925; COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia a República: momentos decisivos. São Paulo: Brasiliense, 1987; CASTRO, Celso. Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

respeitados na sua província, viram as suas clientelas crescerem cada vez mais. A sua capacidade de fazer e encaminhar pedidos e conceder favores aumentou muito o seu poder. Neste sentido, dentro do mundo da política, os *ministros*, os *senadores* e os *deputados gerais* ocupavam um papel central.

Além disso, ao assumirem estes cargos, outros fatores estavam em jogo. Se por um lado os ministros eram os responsáveis por governar e dirigir os negócios da nação, por outro, recebiam a função de diminuir o abismo espacial e temporal que separava as suas paróquias de origem da Corte. Ao romperem com a barreira que dividia estes dois mundos eles tornavam-se mediadores políticos, interligando as suas aldeias com a capital do Império. Tal façanha lhes conferia o poder de captar recursos materiais (terras, escravos, animais, cargos, dinheiro) e imateriais (títulos, favores, crédito, status e prestígio social) para as suas províncias e servir de informante tanto aos seus co-provincianos como ao governo central.

Entre 1868 e 1889, período principal de nossa análise, 34 homens ocuparam os cargos de deputado geral, senador e ministro pelo Rio Grande do Sul. No entanto, quem eram eles? Como conquistaram estes postos? O que definia o sucesso e o fracasso neste custoso empreendimento? O que os diferenciava dos outros milhares de habitantes da província? Estas questões ajudarão a nortear o caminho que iremos percorrer ao longo deste trabalho. Cremos que o esforço em construir as suas trajetórias e a tentativa de compreender o seu comportamento social e familiar tem muito a nos dizer sobre o “sistema político imperial” – este gigante aparentemente tão conhecido por fora, mas pouco observado por dentro.

A relação entre o governo central e as elites provinciais foi referida por diversos autores, sendo que alguns dão uma ênfase maior do que outros ao tema. Durante muito tempo, estes estudos foram polarizados por análises do tipo *centralização x descentralização* ou *estado x sociedade*, tornando-se um tanto unilaterais, além de muitas teses serem de difícil comprovação empírica, como a de Raymundo Faoro, por exemplo. O autor considerava que o Estado monárquico e os grandes fazendeiros travaram, ao longo do período imperial, uma prolongada disputa pelo poder político. Para Faoro, o Estado teria sido o vencedor, herdando um modelo português de administração, onde o “estamento burocrático” – instrumento de domínio do monarca – tornou-se tão eficiente que acabou afastando-se do controle do próprio rei. Do estamento burocrático, aparentemente descolado do resto da sociedade, seriam retirados os membros da classe política brasileira. Neste raciocínio, o Estado Imperial teria sido concebido esmagando a força das elites provinciais e locais.⁷

⁷ FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro. POA: Globo, 1958.

Visões opostas a de Faoro foram defendidas na mesma época e acabaram tornando-se clássicas. Nestor Duarte, por exemplo, apostava numa relação inversa. Seriam os fazendeiros e suas parentelas que, absolutos em suas propriedades, controlavam a máquina estatal monárquica de acordo com os seus interesses. A ordem privada acabava prevalecendo sobre a ordem pública, subordinando-a aos seus desígnios. Os ricos fazendeiros assemelhavam-se aos antigos senhores feudais, mantendo-se reservados em suas terras e orientando os destinos da nação.⁸ Caio Prado Junior e Nelson Werneck Sodré foram outros autores que perceberam estas relações políticas de maneira semelhante, considerando que o Estado imperial era apenas um instrumento que servia aos interesses dos fazendeiros (classe dominante) – consolidando uma corrente interpretativa que manteve-se forte nas academias brasileiras ao longo dos anos.⁹

Posteriormente, uma nova geração de pesquisadores afastou-se da dicotomia entre o público e o privado. No entanto, as suas reflexões a cerca das relações políticas entre o governo central e as elites provinciais pouco mudaram. José Murilo de Carvalho considerou que a implantação de um governo monárquico no Brasil independente foi uma escolha entre várias outras possíveis. A necessidade de manter a união do território e evitar a criação de uma república repleta de caudilhos como as vizinhas do Prata teria orientado a elite política brasileira, homogeneizada, treinada, educada na metrópole e aparentemente descolada da sociedade, a adotar um projeto monárquico-centralista, que se opusesse às forças provinciais e garantisse a ordem e a governabilidade. Apesar das críticas que tece a Faoro, o autor segue, neste aspecto, uma tendência analítica pouco diferenciada, acentuando em demasia o papel do Estado, numa visão elitista do processo histórico, e diminuindo o poder de influência dos proprietários de terras e suas famílias nas diretrizes políticas regionais.¹⁰

Posteriormente, Ilmar Rohloff de Mattos trouxe um outro modelo interpretativo. Discordando que a homogeneidade da elite política tenha sido determinante na unificação e no modelo político brasileiro, ele considerou que Carvalho deveria ter buscado a mesma “no conjunto do sistema de relações no qual as atividades de direção” se inscreviam.¹¹ A contribuição principal de Mattos foi aproximar o processo de construção do Estado imperial dos interesses da “classe senhorial”, vinculando e complexificando as relações entre ambos.

⁸ DUARTE, Nestor. A ordem privada e a organização política nacional. SP: Cia. Editora Nacional, 1939.

⁹ PRADO JUNIOR, Caio. Evolução política do Brasil outros estudos. São Paulo: Brasiliense, 6.ª edição, 1969 [1.ª ed. 1933]; SODRÉ, Nelson Werneck. Panorama do Segundo Império. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit.

¹¹ MATTOS, Ilmar R. de. O Tempo Saquarema: a Formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 93.

No entanto, os protagonistas deste processo foram reduzidos apenas aos saquaremas e, entre eles, principalmente aos cafeicultores fluminenses. Além disso, Mattos defende que a centralização estatal sustentada por estes dirigentes foi resultado da simples cooptação das elites provinciais, sem considerar os seus interesses regionais e como as mesmas agiam e interagiam com outras elites contribuindo, assim, com a consolidação do Estado imperial. Portanto, para o autor, foi apenas na vitória sobre as forças descentralizadoras das províncias que o projeto monárquico e centralista se consolidou.

Posteriormente, alguns trabalhos vieram a demonstrar que as elites provinciais não tiveram um papel passivo no processo de construção do Estado imperial. Tributário das interpretações marxistas, Richard Graham trouxe importantes considerações acerca de como o governo central ligava-se aos proprietários de terra nas províncias por meio de uma ampla rede clientelística. Através de um significativo esforço empírico, Graham demonstrou as importantes articulações políticas entre os homens da Corte e os fazendeiros.¹² No entanto, para ele, o Estado Imperial não teria sido concebido “por um grupo específico de fazendeiros de café, dos arredores do Rio de Janeiro, como afirma Mattos”. Segundo Graham, a iniciativa e a liderança da construção do Estado foi dos “proprietários e escravocratas espalhados por todo o Brasil, em fazendas e estâncias de gado, de onde eles dominavam a política local”.¹³ Concordamos com a assertiva de Graham, no entanto, não cremos que todos os fazendeiros estivessem no mesmo pé de igualdade, como ele declara. Os proprietários de terra não podem ser vistos como um grupo homogêneo, pois as famílias baianas que o autor analisa (principalmente), além de reunirem atributos de liderança diferentes, eram muito mais influentes na política central do que as rio-grandenses, por exemplo.¹⁴

Recentemente, Maria Fernanda Vieira Martins demonstrou que, para compreender o sistema político imperial, devemos voltar nossos olhares para as famílias dos membros da elite política, assim como as redes de relações em que os mesmos estavam inseridos. Rompendo com as interpretações de Faoro, Carvalho e Mattos ela demonstra como os interesses do Conselho de Estado, órgão máximo da elite política, não estavam descolados dos interesses das elites provinciais e locais, mantendo fortes vínculos com os proprietários de terra e negociantes de várias províncias. A autora ainda identifica a existência das redes de

¹² GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

¹³ GRAHAM, Richard. *Construindo uma nação no Brasil do século XIX*. In: *Revista Diálogos*. Maringá: DHI/UEM, v. 5, n. 1, 2001, p. 35.

¹⁴ Luiz Alberto Grijó também considerou que as práticas clientelistas detectadas por Graham são generalizadas para todo o Brasil sem levar em conta as peculiaridades regionais e os atributos diferenciados dos líderes locais de cada província. (GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)*. Tese de Doutorado. Niterói: PPG em História da UFF, 2005, p. 51).

sociabilidade e de parentesco que saíam da Corte e penetravam por diversas regiões do País, assim como a sua importância para os governantes. Martins conclui que estas redes de poder acabavam formando uma elite inter-provincial que vinculava ricas famílias da Bahia, de São Paulo, de Minas Gerais, de Pernambuco e do Rio de Janeiro num jogo de alianças parentais e comprometeros clientelares que transpassavam as simples rivalidades partidárias.¹⁵

O Rio Grande do Sul não fazia parte desta rede política central detectada por Martins. No entanto, suas elites foram de fundamental importância para a formação do estado imperial, seja defendendo seus próprios interesses na fronteira com os países platinos, seja garantindo, através do apoio de determinadas facções, a governabilidade das autoridades centrais na província. Entretanto, não devemos, com isso, aceitar que havia uma autonomia política com feições federativas, como defende Miriam Dolhnikoff. A autora argumenta que a consolidação da monarquia não abriu mão do poder e da autonomia das elites provinciais, mas, pelo contrário, foi na negociação da elite política imperial com as elites provinciais que a monarquia pôde firmar-se como modelo de governo da nação independente. Para ela, as elites provinciais também participaram da composição da elite política imperial através da Câmara dos deputados, onde ambos os projetos convergiam.¹⁶

Até este ponto concordamos com Dolhnikoff. Entretanto, a autora nega qualquer contato ou aliança entre as elites provinciais com as elites locais. Para ela, “a elite provincial que dessa forma se forjava distanciava-se das localidades, uma vez que não estava direta e exclusivamente atreladas aos interesses locais”.¹⁷ Neste sentido, o governo central teria tido êxito em fortalecer as elites provinciais em detrimento dos chefes paroquiais. A relação entre estes grupos de elite (provincial e local) seria antes de confronto do que de cooperação e ambos estariam socialmente descolados. Ao criticar acertadamente os autores que desvinculavam o mundo da Corte das elites provinciais, Dolhnikoff acaba caindo na mesma armadilha ao separar os interesses das elites locais com o dos parlamentares que ocupavam seus cargos na Câmara.

Uma análise que investigue antes as famílias do que os indivíduos, como fizeram Graham e Martins, é capaz de perceber facilmente que as esferas locais, provinciais e da Corte estavam interconectadas e muitas vezes amarradas pelos mesmos interesses.¹⁸ Em

¹⁵ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Op. Cit.

¹⁶ DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens no federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

¹⁷ DOLHNIKOFF, Miriam. Op. Cit., p. 99.

¹⁸ Algumas considerações feitas por Luiz Alberto Grijó também convergem com esta idéia. Para o autor o mundo das paróquias não era isolado do mundo da Corte. “Eles se comunicam, se interpenetram”. Estas relações davam-se “por meio dos agentes do Estado, pelos mecanismos de ocupação de novos cargos eletivos,

alguns momentos, os “mandões” locais conseguiam impor-se perante as autoridades centrais, pois os braços do estado eram deficientes e a sua influência era bastante difusa. Em outros, estes potentados locais sofriam derrotas consideráveis, mas isso só era possível quando uma outra facção (liderada igualmente por chefes locais) ajudava a sustentar os atos governamentais. Embora não concordemos que o clientelismo estava presente em todas as relações sociais da época como defende Graham, é necessário ressaltar que o autor está certo ao considerar que eram os fazendeiros, em última instância, que acabavam orientando a maneira como o estado chegava até as periferias do Império. Para o autor, este tipo de relação “não conflitava com o crescimento do poder central, pois as autoridades local e central coexistiam numa relação recíproca”.¹⁹

Dentre os estudos aqui sintetizados, a abordagem de Maria Fernanda Martins é aquela que consideramos como a mais próxima da que propomos. A idéia de que a Corte aglutinava algumas dezenas de famílias políticas (com uma nítida hegemonia das províncias centrais) e que estas ramificavam-se por entre as demais regiões do Império converge com o que defendemos. Entretanto, assim como os demais trabalhos mencionados, Martins também parte de uma análise do Centro (Conselho de Estado) para as províncias, enquanto o nosso estudo pretende realizar o caminho inverso. Como os homens de uma elite mais periférica organizavam-se e projetavam-se para se aproximar do mundo da Corte? Apesar da pergunta ser diferente, o objetivo final é o mesmo que o de todos os autores que focaram os seus estudos no Centro: buscar contribuir com as interpretações acerca do processo de formação do Estado monárquico e do funcionamento do sistema político imperial.

Pesquisas acadêmicas sobre a formação e a atuação das elites políticas provinciais e de seus projetos de intervenção no governo central são praticamente inexistentes. Alguns trabalhos apesar de analisarem de forma exemplar as relações sócio-econômicas entre as famílias das elites não apresentam como objeto central a investigação das mesmas na composição e intervenção no universo político central.²⁰ Outros estudos sobre as províncias mais periféricas reservam-se a descrever as disputas político-partidárias sem uma melhor problematização com relação aos fatores sociológicos que condicionavam tais fenômenos.²¹

principalmente nos parlamentos municipais, provinciais e mesmo nacionais, postos da guarda nacional, títulos nobiliárquicos, cargos no funcionalismo público pelos quais agentes oriundos do centro ocupam posições nas periferias e agentes oriundos das periferias ocupam posições dependentes do centro” (GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. Cit., 2005, p. 42).

¹⁹ GRAHAM, Richard. Op. Cit., 2001, p. 41.

²⁰ Ver, por exemplo, BATISTA, Luciana Marinho. Muito além dos seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará (1850-1870). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2004.

²¹ LIMA, Regina Márcia de Jesus. A Província do Amazonas no Sistema Político do Segundo Reinado (1852-1889). Dissertação de Mestrado. Niterói: PPG em História da UFF, 1978; ARAÚJO, Maria do Carmo Ribeiro.

Alguns autores realizaram um exaustivo trabalho prosopográfico, mas, ao nosso ver, buscaram responder outras questões, sem aprofundar muito as relações sociais que ajudavam a moldar a formação das suas respectivas elites políticas.²² Ao nosso ver, apenas o estudo de Kátia Mattoso atinge pontos significativos para uma análise como pretendemos realizar. No entanto, Mattoso investiga a Bahia (que era o eixo político principal do Centro), o que não nos permite detectar como as províncias periféricas tentavam intervir naquele mundo.²³

Os fatores que possibilitaram que um diminuto grupo de homens conseguisse romper com a distância entre as paróquias rio-grandenses e a Corte só podem ser compreendidos se entendermos como o mundo da política funcionava dentro da própria província. Para que isto seja possível, teremos que reconstruir parte das análises históricas sobre o Rio Grande do Sul, pois em muitos trabalhos, por exemplo, os conflitos políticos parecem estar descolados dos aspectos sócio-econômicos. Alguns realizaram uma leitura dos discursos parlamentares e de editoriais de imprensa partidária sem refletir sobre quem discursava e quem os escrevia, o que, ao nosso ver, acaba impedindo que seja feita uma melhor percepção do conjunto de interesses envolvidos por trás de tais manifestações.²⁴ Além disso, estas pesquisas carecem de uma demonstração de como estes homens agiam e articulavam as suas forças e redes políticas na prática, ou seja, no dia a dia da política, e principalmente, quem eram eles, a que famílias e regiões pertenciam e como se vinculavam ao complexo mundo da política.

O processo político da Província do Ceará (1868-1889): relações do poder central com o poder local. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPG em História da UFF, 1982.

²² PAIVA, Maria Arair Pinto. A Elite política do Ceará Provincial. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1978; GENOVEZ, Patrícia Falco. O Espelho da Monarquia: Minas Gerais e a Coroa no Segundo Reinado. Tese de Doutorado. Niterói: PPG em História da UFF, 2003. A pesquisa de Patrícia Genovez, como a própria autora destaca, investe mais em uma história cultural da política do que nos aspectos sócio-econômicos que caracterizavam a elite mineira.

²³ MATTOSO, Kátia de Queirós. Bahia: Século XIX (Uma Província no Império). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

²⁴ Os principais trabalhos que seguem este tipo de abordagem são os de PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A Política Rio-Grandense no II Império (1868-1882). Porto Alegre: UFRGS, 1974; GUTFREIND, Ieda. Rio Grande do Sul: 1889-1896. A Proclamação da República e a reação liberal através da sua imprensa. Dissertação de mestrado. PPG em História da PUCRS, 1979; PERURENA, Fátima Cristina Vieira. A consciência conservadora através da imprensa. Dissertação de mestrado. IFCH/UFRGS, 1985; ISAIA, Arthur. A imprensa liberal rio-grandense e o regime eleitoral do Império: 1878-1889. Dissertação de mestrado. PPG em História da PUCRS, 1988; ALVES, Francisco das Neves. O Discurso político partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895). Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPG em História da PUCRS, 1998; CARNEIRO, Newton Luis Garcia. A identidade inacabada: o regionalismo políticos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. Helga Piccolo foi quem teceu as melhores reflexões sobre estas questões metodológicas. Aliás, a autora sempre se demonstrou preocupada com estes aspectos em seus trabalhos. Ver, por exemplo: PICCOLO, Helga (org.). Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: 1835-1889. Porto Alegre, Assembléia Legislativa, Corag, 1998, 2.o volume, p. 11-20; PICCOLO, Helga. Porto Alegre em 1873: a imprensa liberal da capital como fonte de estudo para a política provincial. Revista do IFCH. Porto Alegre, 1976.

O que acaba acontecendo são descrições dos programas partidários e citações de discursos, no qual, por exemplo, a simples denominação de “partido da ordem” dada aos conservadores faz pensar que os homens nele filiados, agiriam sob a orientação deste enunciado, ignorando uma série de influências e imposições externas ao partido político. Buscou-se compreender o Partido Liberal rio-grandense recorrendo-se a Locke, Rousseau e Montesquieu²⁵, sem estudar quem eram e como agiam os seus integrantes, o que os unia e os separava e em que condições os mesmos ingressavam no campo político. Além disso, a exaltação da figura de Gaspar Silveira Martins só contribuiu para a visão reducionista da elite política, ofuscando a atuação das outras lideranças que possuíam um poder de articulação provincial bastante significativo e que foram considerados como meros “políticos de aldeia”.²⁶ O resultado disto é que a maioria dos trabalhos acaba circulando entre os mesmos pontos já apontados por Paranhos Antunes e Helga Piccolo.²⁷

A simples constatação de que a Assembléia Legislativa Provincial funcionava apenas dois meses por ano (o que reduz muito o número de discursos e a sua relação com a totalidade da política realizada ao longo do ano) nos faz buscar fontes alternativas para renovar esta visão historiográfica.²⁸ Além disso, boa parte dos editoriais da imprensa cabiam a um pequeno número de redatores que muitas vezes eram os mesmos deputados que discursavam no parlamento.²⁹ Uma consequência deste tipo de abordagem é que o general Osório, que não discursava e nem escrevia artigos, praticamente não aparece nos trabalhos, o

²⁵ Como, por exemplo, GUTFREIND, Ieda. Op. Cit.

²⁶ FRANCO, Sérgio da Costa. *Julio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1996, 4.a edição, p. 26. A grande maioria dos trabalhos segue esta linha. Ieda Gutfreind considerava Silveira Martins como a “expressão de uma vontade coletiva”. (GUTFREIND, Ieda. Op. Cit., p. 12-13). Os demais deputados só aparecem nos trabalhos quando algum discurso seu é citado para comprovar uma idéia mais geral do Partido, como se o comportamento e as idéias de ambos fossem unicamente moldados pelas diretrizes programáticas destas agremiações políticas. Esta simples associação, além de ocultar os paroquialismos existentes entre os deputados, acaba prejudicando a compreensão do que seria um partido político no século XIX. A única exceção ao tratamento dos deputados é o trabalho de Ana L. Motter que investiga como os parlamentares teuto-brasileiros representaram os interesses dos colonos alemães na Assembléia Provincial. No entanto, a autora deixa de aprofundar as relações dos mesmos com seus colegas e com as elites locais, algo fundamental na compreensão dos seus papéis de mediadores (MOTTER, Ana Lisete. As relações entre as bancadas teuta e luso-brasileira na Assembléia Legislativa Provincial Rio-Grandense (1881-1889). Dissertação de mestrado. São Leopoldo: Unisinos, 1998).

²⁷ ANTUNES, Paranhos. *Os partidos políticos no Rio Grande do Sul (1822-1889)*. In: Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-rio-grandense. Volume II, Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul/ Livraria do Globo, 1936; PICCOLO, Helga. Op. Cit., 1974.

²⁸ Havia anos em que a mesma nem funcionou, como 1870. Na leitura sistemática dos Anais ainda percebe-se que um grupo de parlamentares sempre monopolizava os discursos – geralmente bacharéis em direito. Além disso, muitas vezes estes discursos não eram publicados. O índice de ausentes nas sessões também era bastante considerável.

²⁹ Geralmente se busca uma coerência entre os discursos parlamentares, os programas partidários e os artigos na imprensa, como se os grupos sociais e partidos políticos fossem homogêneos e coerentes.

que entendemos como uma falta grave, uma vez que as principais articulações políticas da província orbitaram em torno dele e de seus “camaradas”, como demonstraremos.³⁰

Com isto, não queremos defender que os discursos políticos e os programas partidários não possuíssem importância naquela sociedade. Todos os estudos que os utilizaram como fonte documental trouxeram contribuição para o tema, fornecendo indicadores das divergências ideológicas entre conservadores, liberais e republicanos, além de evidenciarem o papel da imprensa dentro do jogo político. No entanto, cremos que uma análise que privilegie o papel dos indivíduos, dos grupos e das famílias que ocupavam os altos cargos políticos provinciais pode trazer novas contribuições para a compreensão deste objeto. Obviamente que o universo discursivo também estava atrelado às relações sociais e os programas partidários ajudavam a coibir e moldar parte do seu comportamento político. Um conservador que assumisse uma postura abolicionista sofreria pressões do seu eleitorado e dos próprios colegas do partido, enquanto um liberal abolicionista podia possuir dezenas de escravos. Mas isto não impedia que uma série de incoerências pautasse o comportamento dos mesmos.³¹ Neste sentido, a função política dos discursos e da imprensa era muito mais complexa e buscava, entre outras coisas, denunciar as práticas dos adversários e legitimar as dos amigos, mesmo que elas fossem idênticas.

A composição social dos partidos e a que grupos eles representavam também apresenta interpretações repetitivas sem uma pesquisa empírica mais consistente e melhores reflexões sobre o tema. Os autores reduzem todo o período histórico a simples consideração de que o Partido Liberal representava os interesses da região da campanha e abstêm-se, por exemplo, sobre quem os conservadores representavam.³² Outros buscaram uma diferenciação

³⁰ Apenas Joseph Love ofereceu algumas linhas mais detalhadas acerca do papel político do general rio-grandense (LOVE, Joseph. Op. Cit., p. 23-24). Em outros trabalhos ele costuma ser lembrado apenas pela contenda política que protagonizou com Silveira Martins em 1879, quando o Partido Liberal dividiu-se em osoristas e gasparistas.

³¹ Joaquim Francisco de Assis Brasil, por exemplo, embora fundamentasse sua propaganda republicana na purificação das eleições em eloqüentes discursos, por outro lado, ensinava várias técnicas de como fraudar as mesmas a vários fazendeiros da região da campanha, como veremos posteriormente.

³² Neste grupo encontram-se, por exemplo, os já citados Arthur Isaías, Newton Carneiro e Sérgio da Costa Franco. Somam-se a estes, TARGA, Luiz Roberto. *Violência revolucionária e fundação do Estado burguês*. In: TARGA, Luiz R. (org.). Gaúchos e Paulistas: dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1996, p. 81-92; KLIEMANN, Luíza H. Schmitz. RS: Terra & Poder. História da Questão Agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. PINTO, Celi Regina Jardim. Contribuição ao Estudo do Partido Republicano Rio-Grandense. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PPG em Ciência Política do IFCH - UFRGS, 1978; TRINDADE, Helgio & NOLL, Maria Izabel. Rio Grande da América do Sul: Partidos e eleições (1823-1990). Porto Alegre: EDUFRGS/Sulina, 1991; PESAVENTO, Sandra. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997, 8.a edição; FONSECA, Pedro Dutra. Economia e conflitos políticos na República Velha. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983; FÉLIX, Loiva Otero. Coronelismo, Borgismo e cooptação política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. PICCOLO, Helga. Vida política no século 19. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998, 3.ª edição.

entre os integrantes dos partidos monárquicos com os jovens republicanos da Província, considerando estes como intelectualmente superiores (pois provinham das academias de direito do Império, sobretudo de São Paulo) e oriundos de uma “classe média”, com base principalmente no planalto serrano rio-grandense, em oposição aos liberais monarquistas, que seriam ricos estancieiros ligados exclusivamente à região da campanha.³³ Acreditamos que não há sustentação empírica para considerar que os republicanos fossem mais bem “instruídos” do que os liberais e conservadores e nem de que provinham de famílias economicamente mais modestas do que as da elite política provincial. Ambos os grupos provinham, principalmente, de famílias de estancieiros médios e abastados, com bases em todas os municípios da província, mantendo, obviamente, variações quantitativas e peculiaridades de acordo com as localidades em que se encontravam as suas famílias.³⁴

A proposta de comparar ambos os partidos nos fez delimitar o período principal de análise entre 1868 e 1889. No ano de 1868 iniciou-se uma reorganização política que extinguiu com o Partido Progressista e pôs fim a uma seqüência de coalizões iniciadas na década de 1850, na chamada Conciliação, e que tiveram como principal característica a união de conservadores e liberais dentro do governo. Muito embora a década de 1860 já apresentasse algumas rupturas com aquela política, foi com a queda do Gabinete Zacarias, em 1868, que os dois grandes partidos monárquicos reorganizaram-se fixando suas bases ideológicas e programáticas. Portanto, este período favorece uma comparação mais consistente entre os dois partidos no Rio Grande do Sul, algo ainda não realizado pela historiografia sul-rio-grandense.

Portanto, consideramos que o mundo da política não pode ser compreendido isoladamente dos aspectos sociais e econômicos da sociedade analisada. Embora não exista nenhuma novidade nesta afirmação, o que se observa nos trabalhos sobre a política imperial no Rio Grande do Sul são análises bastante simplistas ou não muito claras sobre esta mesma relação. Entendemos que essas ressalvas precisam ser feitas, pois sínteses mais recentes sobre a história do Rio Grande do Sul, como as de Fábio Kuhn e Mário Maestri, por exemplo, sem

³³ Incluímos neste grupo os trabalhos de Céli Pinto, Héglio Trindade e Luiz R. Targa anteriormente referidos. Em outra pesquisa Céli Pinto defendeu que “os fundadores do partido [PRR] tinham características comuns muito distintas das elites políticas da época – eram jovens, com instrução superior e sem experiência partidária anterior” (PINTO, Céli. Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)). POA: L & PM, 1986, p. 9). Todas estas três características são facilmente encontradas nas fileiras liberais e conservadoras no Rio Grande do Sul, como veremos no capítulo primeiro.

³⁴ Com relação a este aspecto não há nenhuma novidade no que expomos. Joseph Love e mais recentemente Luiz Alberto Grijó defenderam a mesma idéia no que diz respeito à origem de classe destes propagandistas da República. (LOVE, Joseph. Op. Cit.; GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. Cit, 2005).

terem em mãos referências historiográficas novas, acabam reproduzindo as mesmas conclusões dos autores citados.³⁵

Portanto, uma das hipóteses que tentaremos comprovar é a de que a ocupação dos cargos de deputado, senador e ministro era, sobretudo, um adendo às práticas sociais e econômicas de famílias da elite, que eram muito mais amplas do que o mundo dos parlamentos e que envolvia vários grupos sociais. Numa sociedade acostumada com o cotidiano da guerra, com a instabilidade financeira, a dependência de decisões legislativas do governo central e cujo sistema político era inconstante e podia inverter os partidos a qualquer momento, a presença de um filho, sobrinho ou genro no círculo de relações que levava ao parlamento provincial ou geral aumentava, mas não garantia, uma maior segurança para a realização dos seus investimentos econômicos, da manutenção do seu status e prestígio locais e da sua sobrevivência enquanto setor da elite. Este clima de incerteza e risco acabava estimulando a criação de verdadeiros projetos familiares que objetivavam ampliar suas relações sociais através de laços matrimoniais, trocas de favores e conquista de cargos.

O longo percurso que levava até o topo daquela estrutura política dependia de diversos fatores que deviam responder ao mesmo tempo às peculiaridades sociais e políticas da província e atender às exigências do impenetrável mundo da Corte. Uma íntima ligação familiar com ricos estancieiros, oficiais da guarda nacional ou do Exército era uma condição quase indispensável aos que tentassem projetar uma carreira de sucesso. Por outro lado, a ligação com famílias do centro do país, um diploma de curso superior e parentes nobilitados constituíam-se nos pré-requisitos informalmente impostos pela Corte. Muitas das famílias mais bem sucedidas no mundo da alta política apresentavam estes traços, o que por si só revela que o círculo nos quais estes homens eram recrutados era bastante restrito.

No entanto, não apenas de relações horizontais estas elites se serviam. Uma extensa base social formada por famílias não ricas e por homens livres pobres ajudava a construir o sustentáculo deste poder. A dependência econômica, as eleições e as guerras eram os canais por onde estes vínculos tornavam-se mais íntimos. A manutenção destas famílias nesta posição de elite exigia uma boa relação e uma intensa negociação com estes setores subalternos. Além disso, o status social e o acesso destas elites ao mundo exterior era ao mesmo tempo consequência e causa da sua posição no topo daquela hierarquia social.

³⁵ KUHN, Fábio. Breve História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002, p. 103-105. MAESTRI, Mário. O Império: da consolidação à crise do escravismo. Passo Fundo: UPF. Coleção Uma História do Rio Grande do Sul da Pré-história aos dias atuais, v. 2, 2005.

Portanto, se a política era dominada por grandes lideranças como a maioria dos trabalhos defende, por que não estudar também as pessoas, as famílias e os grupos sociais, ao invés de unicamente as idéias? Para que o nosso objetivo possa se concretizar, buscaremos utilizar novos referenciais teóricos e metodológicos. A análise das trajetórias destes indivíduos e suas famílias, das suas redes de sociabilidade e de como tudo isto afetava o mundo da política nos permitirá complementar as interpretações históricas a cerca do campo político e partidário nas últimas décadas da monarquia.

Para uma melhor compreensão de quem eram estes homens e o que ajudava a definir o seu sucesso nas carreiras políticas, utilizaremos o *método prosopográfico*, que, conforme Christophe Charle, apresenta-se como um método bastante útil para o tratamento das elites, pois, a partir dele:

“(…) compreendemos melhor o que as divide, o que as hierarquiza e as opõem, portanto quais são as raízes das oposições políticas ou ideológicas entre as elites ou as frações da classe dominante. Em particular, temos condições de reconstruir o jogo da antiguidade social, das redes familiares, das tradições regionais que influenciam sua visão de mundo e que não são redutíveis a determinismos puramente econômicos. As biografias sociais permitem colocar a luz do dia as estratégias familiares de ascensão, de estagnação ou de reconversão que os diversos meios de elite ou da burguesia utilizam”.³⁶

Entendemos que as diferentes escolhas individuais e as estratégias familiares eram feitas dentro de um campo de ações possíveis, cujos caminhos e normas podiam ser mais ou menos elásticos ou restritivos de acordo com os recursos materiais e imateriais disponíveis aos atores históricos. Neste sentido, buscaremos compreender, dentro do mundo da política, quais eram os padrões sociais, como idade, riqueza, naturalidade, formação escolar, entre outros, que facilitavam o acesso ao topo da política imperial.

³⁶ CHARLE, Christophe. *A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas*. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por uma outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 32. Outra definição que já se tornou clássica e que, portanto, apresenta uma boa síntese do que é o método, foi oferecida por Lawrence Stone: “A investigação das características básicas comuns de um grupo de atores na história por meio do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado é o de estabelecer o universo a ser estudado e formular um conjunto uniforme de questões – sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origens das fortunas pessoais, ocupação, religião, experiência profissional, etc. Os vários tipos de informação sobre indivíduos de um dado universo são então justapostos e combinados e, em seguida, examinados por meio de variáveis significativas. Essas são testadas a partir de suas correlações internas e correlacionadas com outras formas de comportamento e ação” (STONE, Lawrence. “Prosopography”. *Daedalus*, Winter, 1971 apud Edgard de Decca. *Prefácio*. in: BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 7-8).

Nos últimos anos, a prosopografia vem despertando o interesse de muitos historiadores preocupados com o papel das elites na sociedade brasileira.³⁷ No entanto, especialistas no método alertam para uma maior reflexão acerca do mesmo. Para Flávio Heinz, a prosopografia deve ser encarada como uma entre as possíveis metodologias de trabalho utilizadas para o estudo das elites. Conforme o autor, devemos “evitar a tentação de tomar uma metodologia de trabalho como única fórmula possível de tratar determinado objeto de investigação. Toda reificação do método, me parece, concorre para caricaturização do objeto: as elites não nasceram com suas biografias coletivas e, com certeza, sobreviverão a estas”.³⁸ Conforme Giovanni Levi, a prosopografia apenas utiliza as biografias individuais com o objetivo de homogeneizar um determinado grupo associando as suas características em comum. Para o autor, elas “só despertam interesse quando ilustram os comportamentos ou as aparências ligadas às condições sociais estatisticamente mais frequentes”. Na sua concepção, esta abordagem apropria-se apenas daqueles elementos biográficos considerados historicamente reveladores – aqueles que contêm alcance geral.³⁹

Portanto, cremos que uma das maneiras de escapar deste tipo de abordagem é oferecer maiores explicações aos comportamentos e padrões desviantes da coletividade. Muitas vezes os casos excepcionais e os fracassos são mais eloquentes na demonstração das normas sociais que condicionavam as trajetórias do que os comportamentos mais comuns ao grupo. Neste sentido, o percurso que realizaremos busca encarar os padrões prosopográficos como indicadores de pesquisa a serem desenvolvidos ao longo dos capítulos e não como respostas absolutas.⁴⁰ Assim sendo, para que se tenha uma visão mais completa destes fenômenos políticos é preciso combinar este método com a análise das trajetórias individuais

³⁷ Ver, por exemplo, MATTOSO, Kátia. Op. cit.; MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Op. cit.; CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. Para um exemplo relativo à história econômica ver FRAGOSO, João L. R. Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998 (em especial o capítulo IV). Um balanço sobre o método e exemplos de pesquisas que o utilizaram foi feito por HEINZ, Flávio M. (org.). Por uma outra história das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

³⁸ HEINZ, Flávio M. *Considerações acerca de uma história das elites*. In: Revista Logos. Canoas: Ulbra, v.11, n.1, 1998, p. 46.

³⁹ LEVI, Giovanni. *Usos da biografia* in: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (et al.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 174.

⁴⁰ Conforme Flávio Heinz, “a prosopografia é muito útil como instrumento do desvelamento de certas causalidades e condicionantes sociais de determinados grupos, mas não responde a todas as questões colocadas pela complexidade do social (...) Em contrapartida, são muito eficientes em dar visibilidade aos nexos existentes entre posição social, origem e formação escolar”. Em outro trecho, Heinz complementa: “normalmente articulado a outros procedimentos, o recurso à prosopografia deve representar apenas um momento da operação historiográfica – rico, instigante, científico, ousaria dizer –, nunca o seu fim”. (HEINZ, Flávio M. *O historiador e as elites – à guisa de introdução*. In: HEINZ, Flávio M. (org.). Por uma outra história das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 11-12). Outras considerações sobre o método também foram realizadas em VARGAS, Jonas Moreira. *O uso da prosopografia para o estudo da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. In: Anais do VIII Encontro de História da ANPUH/RS. Caxias do Sul: ANPUH-RS (CD-ROM), 2006.

e familiares, suas redes de relações, estratégias e outros fatores sociais num exercício mais profundo de micro-análise.

Neste sentido, cremos que os preceitos teóricos e metodológicos utilizados pela corrente historiográfica que se convencionou denominar como *micro-história italiana* nos oferece alguns referenciais possíveis de serem utilizados em nosso trabalho. Para Giovanni Levi, os micro-historiadores, apesar de apresentarem referências teóricas variadas, possuem alguns traços comuns que auxiliam na orientação metodológica do seu tipo de abordagem analítica.⁴¹ Estes elementos seriam a redução da escala de observação como um procedimento analítico, redimensionando a visão sobre o objeto em detrimento das interpretações macro-estruturais⁴²; uma relação íntima, porém crítica, com a antropologia, buscando apontar a importância dos contextos decisórios que colocam os atores sociais num jogo relacional complexo e define as configurações múltiplas segundo o caráter das decisões a serem tomadas pelos mesmos⁴³; a possibilidade de se perceber através das trajetórias individuais, as respostas históricas formuladas pelos protagonistas em ação – procedimento este que pode implicar numa reinterpretação do próprio processo geral.⁴⁴

As reflexões trazidas por Giovanni Levi acerca das estratégias familiares e de como as redes de parentesco eram de extrema importância no funcionamento das sociedades pré-industriais do Antigo Regime sintetizam alguns dos pontos que buscaremos investigar em nosso trabalho. Nas suas análises, as articulações entre os aspectos sócio-econômicos sempre são vistos de maneira conjunta com as ações políticas, além da relevante importância dada aos pequenos grupos de elites locais. Além disso, a micro-análise das redes de relações

⁴¹ Conforme Giovanni Levi, a micro-história é “essencialmente uma prática historiográfica em que suas referências teóricas são variadas e, em certo sentido, ecléticas”. Como “todo trabalho experimental”, ela “não tem um corpo de ortodoxia estabelecida para dele se servir”, contudo, apresenta “elementos comuns” (e que “são cruciais”) dentro da ampla “diversidade de material produzido”. LEVI, Giovanni. *Sobre a Micro-História* in: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992, 133-134.

⁴² Conforme Giovanni Levi, “o princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados”. Neste sentido, “a redução da escala é uma operação experimental justamente devido a esse fato, porque ele presume que as delineações do contexto e sua coerência são aparentes, e revela aquelas contradições que só aparecem, quando a escala de referência é alterada” (LEVI, Giovanni. Op. cit., 1992, p. 139;155)

⁴³ Ver, por exemplo, BENZA, Alban. *Da micro-história a uma antropologia crítica* in: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 39-76. Neste sentido, um dos principais eixos de orientação da micro-história seria uma maior preocupação com o comportamento social dos atores históricos. Para Giovanni Levi “toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais. A questão é, portanto, como definir as margens – por mais estreitas que possam ser – da liberdade garantida a um indivíduo pelas brechas e contradições dos sistemas normativos que o governam” (LEVI, Giovanni. Op. cit., 1992, p. 135).

⁴⁴ Além dos trabalhos de Giovanni Levi, ver, por exemplo, o de CERUTTI, Simona. *Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII*. in: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 173-201.

sociais ajuda a destacar as relações clientelísticas, as trajetórias familiares, o papel do mediador entre o centro e a periferia do sistema e a capacidade de negociação, adaptação e articulação dos atores históricos diante de novas conjunturas políticas e econômicas.⁴⁵

Apesar da micro-história analisar principalmente as sociedades pré-industriais da Europa no Antigo Regime, nos últimos anos alguns historiadores vêm demonstrando a possibilidade e a eficácia de utilizar tais preceitos teórico-metodológicos para as sociedades latino-americanas dos séculos XVIII e XIX.⁴⁶ Pelo caráter pré-industrial e predominantemente agrário da sociedade rio-grandense da época, muitos pesquisadores também vêm utilizando-se destas abordagens em suas pesquisas.⁴⁷

Para que as idéias defendidas nos capítulos seguintes fiquem mais claras ao leitor, é necessário definir melhor como pensamos três conceitos fundamentais na compreensão do nosso objeto: *rede social*, *estratégia familiar* e *mediador*. Embora não sejam de uso exclusivo da micro-história, estas noções encontram importante ponto de reflexão entre os autores desta corrente historiográfica. Além disso, de acordo com Jacques Revel, eles podem ser vistos de forma interligada e ajudam a compreender uns aos outros.⁴⁸

a) A noção de *rede*, cara aos antropólogos e cientistas sociais, cada vez mais vem sendo utilizada entre os historiadores.⁴⁹ Conhecido como método de “análise das redes sociais”⁵⁰, ele trouxe certa complexidade às explicações estrutural-funcionalistas acerca do

⁴⁵ LEVI, Giovanni. A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁴⁶ Ver, por exemplo, MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Op. Cit.; FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Afogado em nomes: temas e experiências em história econômica. In: Revista Topoi. Rio de Janeiro: UFRJ, set. 2002, p. 41-70; BRAGONI, Beatriz. Los hijos de la Revolución: Família, negócios y poder en Mendoza en el siglo XIX. Buenos Aires: Taurus, 1999.

⁴⁷ Alguns exemplos podem ser vistos nos seguintes trabalhos: GIL, Tiago Luís. Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810). Dissertação de Mestrado. PPG em História Social da UFRJ, 2003; KUHN, Fábio. Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII. Tese de Doutorado. Niterói: PPG em História da UFF, 2006; FARINATTI, Luis Augusto. Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007.

⁴⁸ REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: REVEL, Jacques (org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 31.

⁴⁹ A análise das redes de relações sociais não se trata de algo novo nas ciências humanas. Conforme Jeremy Boissevain, desde a década de 1950, J. A. Barnes e Elizabeth Bott, que cunharam o termo “rede”, já se dedicavam a estudá-la – algo que difundiu-se amplamente entre sociólogos, cientistas políticos e antropólogos cerca de 15 anos depois. O contato dos historiadores com estes tipos de abordagens deu-se na troca interdisciplinar com muitos destes estudiosos, sobretudo os antropólogos (BOISSEVAIN, Jeremy. Network Analysis: a reappraisal. In: Current Anthropology. The University of Chicago Press. v. 20, n. 2, Jun, 1979, p. 392-394).

⁵⁰ As melhores revisões sobre as origens do método, assim como um balanço sobre autores que o utilizaram nos últimos anos pode ser encontrado em IMIZCOZ, José María. Actores, Redes, Procesos: reflexiones para una historia más global. In: Revista da Faculdade de Letras – História. III Série, v. 5. Porto (Portugal), 2004, p. 1-28; MITCHELL, J. Clyde. Social Networks. In: Annual Review of Anthropology. Vol. 3, 1974, p. 279-299; BOISSEVAIN, Jeremy. Op. Cit.

comportamento dos indivíduos em uma determinada sociedade.⁵¹ Conforme José Maria Imizcoz o conceito de rede oferece uma importante contribuição teórico-metodológica para uma historiografia cada vez mais interessada na ação dos atores sociais.⁵²

Com o desenvolvimento do método entre antropólogos e sociólogos, surgiram muitas correntes analíticas que vieram a complexificar a sua utilização.⁵³ No entanto, os historiadores têm utilizado o termo rede de maneira não tão rígida e esquemática como estes autores, atribuindo-lhe um valor analítico mais instrumental. Concordamos com a maneira como o mesmo vem sendo empregado, entretanto, para que o conceito não tome um sentido demasiado amplo, tornando-se perigosamente vago, cremos ser necessário fazer algumas ressalvas.

Primeiramente, mesmo que se concorde com a afirmação de que a sociedade é uma rede de redes, devemos avançar no sentido de complexificar estas relações sociais, pois esta simples enunciação não resolve as questões propostas pelos pesquisadores e apresenta um fraco poder explicativo acerca dos fenômenos sociais a serem analisados. Conforme Imizcoz, desde as décadas de 1950 e 1960, o principal objetivo metodológico da análise de rede social tem consistido em superar o uso metafórico e habitual do termo “rede”, ou seja, num sentido muito abrangente, para levar a cabo uma análise mais efetiva da rede social.⁵⁴

Apesar das diferentes definições e posições defendidas, o princípio básico da noção de rede social é simples. Conforme Mitchell, a rede seria um conjunto específico de conexões entre um grupo definido de pessoas, sendo que as características de tais conexões podem ser usadas para interpretar o comportamento social dos indivíduos implicados.⁵⁵ Ou de acordo com J. A. Barnes, a rede é um campo social específico definido por relações pessoais e que serve para descrever uma ordem social que supere os limites de um grupo, corporação ou

⁵¹ Conforme Boissevain, a análise de redes é um método com preceitos teóricos. Segundo Imizcoz, “a análise de rede social nasceu como reação contra tudo o que nas análises sociais clássicas determina os indivíduos. Num primeiro momento, esta linha se caracterizou por um forte ‘individualismo metodológico’. A vontade de demonstrar a não determinação das regras, das normas ou dos atributos, e, ao contrário, as incidências da forma da rede sobre as condutas, levou a obviar ou a não refletir sobre os atributos e as normas, ou sobre seu significado ou valor desde o ponto de vista da rede”. Trabalhos posteriores corrigiram este equívoco ao destacarem as condicionantes sociais que influenciavam uma trajetória individual (IMIZCOZ, José Maria. Op. cit., 2004, p. 10).

⁵² IMIZCOZ, José Maria. *Actores sociales y redes de relaciones: reflexiones para una historia global*. In: *Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra em el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001, p. 20.

⁵³ Ver, por exemplo, CHWE, Michael Suk-Young. *Communication and Coordination in Social Networks*. In: *The Review of Economic Studies*. Vol. 67, n. 1, Jan., 2000, p. 1-16; BURT, Ronald. *Positions in Networks*. In: *Social Forces*. University of North Carolina Press. Vol. 55, n. 1, Sep., 1976, p. 93-122.

⁵⁴ IMIZCOZ, José Maria. Op. cit., 2004, p. 8.

⁵⁵ MITCHELL, J. Clyde. Op. cit.

categoria sócio-profissional.⁵⁶ Levando em consideração estes aspectos, Imizcoz define que um dos fatores positivos do uso da noção de rede nas análises historiográficas é que ela rompe com o pré-determinismo comportamental associado ao pertencimento de uma classe, profissão, etc...⁵⁷

Entretanto, apesar de não contarem com uma coesão de classe, ordem ou corporação, os membros de uma rede, conforme Zacarías Moutoukias, “tendem a estabelecer um consenso acerca das normas e a exercer uma pressão constante, informal, uns sobre os outros, para que todos se adequem às mesmas”.⁵⁸ Isto se dá desta forma porque, conforme Carl Landé, a rede é um “campo social” que compreende “uma totalidade de relações diádicas significantes”.⁵⁹ Portanto, o princípio do funcionamento das relações diádicas ajudaria a explicar como se forma este aparente “consenso” existente no interior de uma rede.

De acordo com Landé, a relação diádica somente acontece quando dois indivíduos estão ligados por um “laço pessoal direto”. A ajuda mútua em caso de necessidade, a troca de favores e a lealdade pessoal seriam as características básicas deste tipo de relação.⁶⁰ Uma vez quebradas estas condições entre os dois indivíduos, a aliança diádica se dissolveria. Portanto, por aglutinar uma porção de relações diádicas, a rede é permeada por relações de reciprocidade pessoal e a sua duração depende da própria duração das díades que a sustentam. É possível, neste sentido, dizer que a rede possui uma série de normas e consensos internos que dependem do tipo de bens materiais e simbólicos que são trocados em seu interior.

Por apresentarem relações diádicas entre indivíduos com recursos iguais e desiguais, as redes não são cadeias com ligações homogêneas, mas sim um conjunto de relações pessoais que podem envolver amigos, parentes ou indivíduos em condições desiguais.⁶¹ Isto quer dizer que diferentes pessoas ocupam diferentes posições dentro de uma rede social. Para que a rede ganhe em significado, Boissevain defende que o conteúdo das

⁵⁶ BARNES, J. A. *Class and committes in Norwegian parish*. In: Human Relations, Vol. 7, n. 1, 1954, p. 43 *Apud* MOUTOUKIAS, Zacarías. Redes personales y autoridad colonial: los comerciantes de Buenos Aires en siglo XVIII. (Tradução de Maria Carolina Zapiola do original da *Revista Annales. Histoire, Sciences Sociales*. Paris: Mai-Jun, 1992, para fins didáticos). Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2004, p. 13.

⁵⁷ IMIZCOZ, José Maria. Op. cit., 2004, p. 7.

⁵⁸ MOUTOUKIAS, Zacarías. Op. cit., p. 12.

⁵⁹ LANDÉ, Carl H. *A Base Diádica do Clientelismo*. In: SCHIMIDT; S. W. et. Al. (eds.). Friends, followers and factions. Berkeley: University of Califórnia Press, 1977, p. xiii-xxxviii. (Versão datilografada), p. 1.

⁶⁰ Para uma exposição mais aprofundada e com maiores exemplos ver LANDÉ, Carl. Op. cit.

⁶¹ Ver, por exemplo, IMIZCOZ, José Maria. Op. cit., 2004. De acordo com Landé, as relações diádicas podem ser horizontais (entre atores com mesmos recursos) ou verticais (entre atores com recursos desiguais). As relações patrão-cliente seriam o principal exemplo das relações verticais (LANDÉ, Carl. Op. cit.).

suas ligações pessoais também deve ser analisado. Seguindo este passo é possível descobrir que tipo de recursos e atributos pessoais definem posições dentro de uma determinada rede.⁶²

Assim como entre os prosopógrafos, as críticas mais consistentes ao uso da noção de rede são feitas pelos próprios especialistas no método. Boissevain considera que apesar de tudo que as redes podem demonstrar, elas não são suficientes para explicar sozinhas alguns fenômenos mais complexos. O método, portanto, deve ser combinado com outras formas de análise e com outros conceitos para poder servir como ferramenta ao pesquisador. Um segundo perigo apontado pelo autor é a sobrevalorização de ligações pessoais simples, o que poderia ocasionar em conclusões equivocadas ou triviais.⁶³

Outro alerta importante foi feito por Imizcoz que acha complicado confundir as redes de relações com a estrutura social. Para ele “as estruturas sociais pré-existem às relações entre atores e, neste sentido, condicionam – com um determinismo débil – os atores sociais. Porém, ao mesmo tempo, as estruturas se constroem, reforçam ou modificam como efeito emergente da ação e das relações dos atores sociais”. Ao nosso ver, Imizcoz acertadamente defende que a rede não deve ser vista de forma autônoma às outras estruturas sociais, como as de classe, por exemplo, mas sim em sintonia com as mesmas. “As pessoas não se relacionam entre si livre nem aleatoriamente, mas sim em função da ‘estrutura de relações’ em que estão imersas”. Esta estrutura de relações, no entanto, está estreitamente relacionada com os atributos e recursos pessoais e familiares apresentados pelos atores históricos dentro deste jogo relacional.⁶⁴

Devido ao emaranhado de ligações pessoais, as redes não apresentam um formato fácil de ser capturado. Em comparação com um antropólogo, o historiador encontra maiores dificuldades para reconstruir os diversos pontos de uma rede de relações, o que levou Moutoukias a considerar que estas “cadeias” de relações pessoais estão “incluídas em um tecido inextrincável e em ocasiões confusas, na qual é difícil distinguir o alcance e a configuração dos grupos de lealdade”.⁶⁵ Pensando numa maneira de operacionalizar o uso do conceito, Landé considera que para os resultados da pesquisa serem proveitosos, “a rede deve

⁶² Conforme Moutoukias, os atores sociais interconectados dispõem de diferentes margens de negociação. A importância do indivíduo dentro de uma rede depende da “importância dos recursos manipulados” pelo mesmo. (MOUTOUKIAS, Zacarias. Op. cit., p. 14). O mesmo é referido por Landé que considera que a quantidade e o tipo de recursos possuídos por um agente determinam o número de alianças diádicas que o mesmo é capaz de formar (LANDÉ, Carl. Op. cit., p. 9). Neste sentido, o valor dos recursos são relativos a sociedade que se analisa e as características pessoais mais valorizadas na mesma.

⁶³ BOISSEVAIN, Jeremy. Op. cit., 392-393.

⁶⁴ De acordo com Imizcoz, a “organização social, a desigual distribuição dos recursos econômicos, culturais, institucionais e simbólicos – isto é, os atributos dos atores sociais – condicionam as ‘posições’ sociais e o tipo de relações de uns e outros na escala social”. IMIZCOZ, José Maria. Op. cit., 2004, p. 14-15.

⁶⁵ MOUTOUKIAS, Zacarias. Op. cit., p. 13.

apresentar um tamanho manejável”.⁶⁶ Para ele, a busca de uma rede muito ampla é algo ideal e sem sentido ou valor heurístico. Seria, talvez, mais apropriado, tentar identificar a “rede de vínculos usados mais frequentemente”, uma vez que, conforme Landé, algumas díades são acionadas mais vezes do que outras.⁶⁷

Considerando todos os autores aqui analisados, cremos que a melhor maneira de refletir sobre o emprego desta noção é testá-la e demonstrá-la através da pesquisa empírica. Entre os historiadores, esta combinação foi buscada por Zacarías Moutoukias e José María Imizcoz⁶⁸, por exemplo, e é neste sentido que pretendemos empregá-la. Em nosso trabalho, as redes serão encaradas como vínculos de duração limitada e que precisavam passar por um processo de manutenção contínuo por parte dos agentes envolvidos.⁶⁹ Elas são ligações construídas, alimentadas e rompidas ao longo de uma vida e que visam resultados pessoais e coletivos.⁷⁰ Assim como a díade, as redes só existem enquanto estão funcionando e, portanto, é o seu funcionamento que o historiador deve identificar. No presente trabalho, buscaremos mostrar como elas eram essenciais na obtenção de recursos materiais e simbólicos e foram fundamentais na construção das carreiras políticas. As redes ajudam a explicar como os políticos relacionavam-se com outros grupos sociais, jogando com a circulação de informações e recursos, como convertiam os ganhos oriundos de suas posições ocupadas em favores para outros grupos de pessoas e como elas ajudavam a reproduzir a desigualdade social que caracterizava a própria sociedade em que estavam inseridas.

⁶⁶ LANDÉ, Carl. Op. cit. p. 55. Muitos autores refletiram sobre a forma e o tamanho das redes. Uma das considerações mais úteis foi a de Ronald Burt que as dividiu em densas e amplas. As redes densas aconteceriam quando todos os seus membros se conhecessem apresentando algum tipo de ligação direta. As redes amplas acontecem quando indivíduos específicos de diferentes redes densas as ligam. Pode-se dizer que uma rede ampla reúne algumas redes densas. Para Burt, em alguns casos as redes densas são ligadas por mediadores (BURT, Ronald. Bandwidth and Echo: trust, information and gossip in social networks. University of Chicago and Institute Européen d'Administration d'Affaires (INSEAD). December, 2000). Neste sentido, uma rede densa poderia ser um grupo de amigos de um jornal, os chefes de uma facção política, um grupo de colegas de faculdade, entre outros. Uma rede ampla poderia ser estes quatro grupos interligados por algum membro de suas respectivas redes.

⁶⁷ LANDÉ, Carl. Op. cit., p. 56-58. Esta idéia assemelha-se muito com a de Burt sobre a posição na rede. Dois indivíduos que ajudam-se com maior frequência estariam mais próximos num diagrama. Para os historiadores, este tipo de rede pode ser útil, uma vez que a reconstrução das díades menos utilizadas (assim como o valor dos seus recursos) são de impossível acesso, devido a falta de documentos.

⁶⁸ IMIZCOZ, José Maria & GUERRERO, Rafael. *Famílias en la Monarquía: la política familiar de las elites vascas y navarras en el Imperio de los Borbones*. In: IMIZCOZ, José Maria (org.). Casa, familia y sociedad: País Vasco, España y América, siglos XV-XIX. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2004, p. 180-182. Imizcoz defende que a migração de bascos e navarros no século XVIII não se devia à fome ou expulsão, mas sim pelo fenômeno da rede social. Ou seja, muitos eram favorecidos por parentes que já se encontravam na Corte, e de onde podiam ser recrutados.

⁶⁹ Analisando o grupo de comerciantes de Buenos Aires no século XVIII, Moutoukias concluiu que “de fato, como realidade empírica, as redes de laços primários foram uma construção dos atores” (MOUTOUQUIAS, Zacarias. Op. cit., p. 26).

⁷⁰ Portanto, como já se mencionou aqui, as redes são mais complexas que uma ligação diádica, pois, segundo Landé, estas últimas têm por finalidade apenas os ganhos individuais, enquanto a rede, conforme Imizcoz, pode servir a uma família, facção ou grupo de amigos (LANDÉ, Carl. Op. cit; IMIZCOZ, José Maria. Op. cit., 2004).

b) Diversos pesquisadores que vêm dedicando-se ao estudo das redes sociais associam-nas ao uso da noção de estratégia familiar.⁷¹ Neste sentido, de acordo com Moutoukias, as redes pessoais orbitavam em torno das parentelas que eram o seu núcleo privilegiado.⁷² Outros estudos têm demonstrado que a família era o sujeito central da vida econômica, social e política nas sociedades pré-industriais.⁷³ Para Imizcoz, as famílias eram “a forma básica de organização dos atores sociais e do ordenamento da produção, do trabalho, do mercado, da constituição política, da vida social – como empresa, como corpo político, como centro de redes de poder e configurações grupais, como centro de transmissão de recursos e saberes”.⁷⁴

Os estudos sobre as trajetórias e as estratégias familiares também vêm ocupando um importante espaço entre os trabalhos sobre o Brasil e o Rio Grande do Sul imperial. Maria Fernanda Martins, analisando os membros do Conselho de Estado, concluiu que “no centro da noção de rede encontravam-se as famílias, não apenas a família nuclear, mas uma teia que englobava as relações decorrentes de estratégias de aliança, principalmente através do casamento”.⁷⁵ Luís Augusto Farinatti tem demonstrado o papel central das famílias de estancieiros em Alegrete e como as mesmas reuniam estrategicamente recursos militares e políticos naquela região.⁷⁶ Assim como estes autores, consideramos que a melhor definição da família enquanto organismo social da época foi oferecida por Richard Graham. Para ele:

“As famílias representavam importante fonte de capital político. Naturalmente, como em outros lugares, elas dedicavam-se a aumentar sua propriedade, e, ao longo de várias gerações sucessivas, famílias bem-sucedidas acumularam recursos significativos. Os vínculos que levavam homens a cargos oficiais e ao domínio local constituíam parte importante desses recursos e, através da política, famílias lutavam para preservá-los, muitas vezes contra outras famílias (...). Os limites de uma família iam muito além do pai, da mãe e dos

⁷¹ Conforme Imizcoz, a mudança de foco dos historiadores para a análise das famílias e das redes sociais deu-se nas décadas de 1970 e 1980 por influência principal da antropologia. “A observação das sociedades primitivas mostrava que a família, o parentesco, etc. não eram somente as formas mais ou menos fossilizadas, carentes de vida, da Etnografia, senão elementos centrais do tecido social, base e motor de funcionamentos, dinâmicas e lógicas internas, o que contribuiu para que os historiadores começassem a interrogar-se sobre o presentismo das categorias sociais, políticas, e inclusive econômicas, com as que estavam operando”. (IMIZCOZ, José Maria. Op. cit., 2001, p. 22)

⁷² MOUTOUKIAS, Zacarias. Op. cit., p. 3.

⁷³ LEVI, Giovanni. Op. cit., 2000; IMIZCOZ, José Maria & GUERRERO, Rafael. Op. cit., 2004; IMIZCOZ, José María. *El Patrocinio familiar, parentela, educacion y promocion de las elites vasconavarras en la monarquía borbónica*. In: Chacón, F. y Hernández, J. (org.). *Familias, poderosos y oligarquías*. Murcia, 2001, p. 93-130; BRAGONI, Beatriz. Op. cit.; BELTRÁN, Clara López. *Alianzas Familiares: elite, gênero y negocios en La Paz, siglo XVII*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1998.

⁷⁴ IMIZCOZ, José Maria. Op. cit., p. 23.

⁷⁵ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Op. cit., p. 26.

⁷⁶ FARINATTI, Luis Augusto. Op. cit.

filhos. A proteção em troca de lealdade, imposta pelos vínculos familiares, estendia-se primeiramente a uma ampla gama de relacionamentos consangüíneos e, em seguida, a um número igualmente grande de ligações por meio do casamento (...) Todos esses laços familiares implicavam obrigações mútuas de ajuda nas eleições ou na garantia de cargos no governo”.⁷⁷

Neste sentido, seguiremos também o tratamento dado por Giovanni Levi ao tema. Para ele, o uso do termo “família” obedece a um significado mais amplo que o núcleo co-residente, envolvendo indivíduos ligados por outros laços de parentesco, como genros e sobrinhos, por exemplo. Estes elos, no entanto, eram maleáveis e apresentavam rupturas. Além disso, um dos fatores que moldavam estas relações, estreitando-as e tornando-as necessárias, eram as incertezas impostas pelas mudanças e transformações (sociais, econômicas, políticas e culturais) enfrentadas por estas sociedades pré-industriais. O prolongamento deste raciocínio nos leva a pensar no termo “estratégia familiar”. Como as famílias ocupavam um papel central na política, não é difícil pensar que as mesmas construía estratégias voltadas para a ampliação e a manutenção dos seus patrimônios.

O estudo das estratégias familiares nas sociedades pré-industriais tem na micro-história italiana um dos seus principais expoentes. Apesar do termo “estratégia” oferecer uma racionalidade demasiada aos agentes, como alertou Edoardo Grendi⁷⁸, seguimos as premissas de Giovanni Levi que buscou despi-lo de significados tão rígidos, considerando-o e reafirmando-o como um comportamento que, apesar de racional, era limitado e seletivo.⁷⁹ Esta *racionalidade limitada* obedecia, portanto, aos condicionantes estruturais e conjunturais na qual a família agia e interagia, contribuindo para romper ou reforçar os próprios traços desta estrutura social.

Ainda sobre as “estratégias”, Imizcoz considera que “a rede familiar não era uma maquinaria e aqueles homens e mulheres não foram autômatos. Tudo aquilo era muito mais humano e também muito menos idílico do que às vezes se há suposto”. Assim como Levi, Imizcoz destaca a possibilidade do fracasso e a constante presença da incerteza nas ações daqueles agentes históricos. “Houve falhas, conflitos de interesses, imposições, renúncias obrigadas, expectativas insatisfeitas, inclusive traições (...). Estes fatos formaram parte dos

⁷⁷ GRAHAM, Richard. Op. Cit., 1997, p. 35-37.

⁷⁸ GRENDI, Edoardo. *Repensar a micro-história?* In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 253. Apesar da acertada crítica, Grendi também dedicou-se ao estudo das estratégias familiares na sua pesquisa sobre os Balbi – família de negociantes da Itália pré-industrial (LIMA, Henrique Espada. *A Micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006).

⁷⁹ LEVI, Giovanni. Op. Cit., 2000.

‘fatores humanos’ que fizeram a história real que foi e não a história virtual que havia podido ser”.⁸⁰ Ao longo dos capítulos iremos descrever uma série de relações familiares que ajudavam a definir as posições ocupadas nesta hierarquia social, assim como a construção das carreiras políticas.

c) A distância física e temporal entre o *mundo da paróquia* e o *mundo da Corte* constituía-se num obstáculo por onde somente alguns poucos indivíduos conseguiam transitar com distinção e dele obter ganhos. Os *mediadores* eram pessoas que possuíam características diferenciadas dentro da sua “aldeia” e que eram responsáveis em ligar a sua comunidade com o mundo exterior, defendendo interesses diversos. Neste sentido, eles geralmente dominavam os dois códigos de conduta dos sistemas que ligavam e, na sociedade em que analisaremos, estes tipos de relações muitas vezes passavam por alguma esfera do poder político.⁸¹ Pode-se dizer que estaremos tratando aqui dos *mediadores políticos*, uma vez que os mesmos eram também deputados, senadores e ministros e usavam a política como principal canal de intermediação entre os dois mundos. É importante fazer esta ressalva, porque os estancieiros e os negociantes, por exemplo, também podiam exercer o papel de mediador, como demonstram respectivamente Fernando Uricochea e Zacarías Moutoukias.⁸²

De acordo com Sydel Silverman, o mediador é um tipo específico de intermediário, responsável por estabelecer uma conexão entre um sistema local e outro nacional, onde aquele está necessariamente inserido neste. Seria como um município dentro de um estado ou uma aldeia dentro de um reino, por exemplo. No entanto, para uma melhor utilização do termo, Silverman deixa claro alguns aspectos fundamentais. Primeiro, o mediador é um indivíduo que reúne em si (portanto são atributos exclusivamente pessoais e não transmissíveis) a habilidade de interagir tanto com o sistema local quanto com o nacional. Além disso, o seu poder na comunidade local está sustentado exatamente na sua exclusiva

⁸⁰ IMIZCOZ, José María & GUERRERO, Rafael. Op. cit., 2004, p. 193.

⁸¹ Usamos a palavra *código* da mesma forma que Mário Grynszpan utilizou ao estudar a trajetória de Tenório Cavalcanti no Rio de Janeiro da primeira metade do século XX. Neste sentido, os códigos seriam os traços comportamentais resultantes da origem de classe, formação escolar e redes de relações sociais do indivíduo. Para Grynszpan, “operando com mais de um código” os indivíduos vêm-se em “situação de vantagem, franqueando o acesso a esferas diversas e nesta posição peculiar, servindo como mediador entre aqueles que se encontravam restritos a apenas um espaço, apenas um idioma” (GRYNSZPAN, Mário. *Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 14, ano 5, out. de 1990, p. 79).

⁸² URICOECHEA, Fernando. Op. cit.; MOUTOUKIAS, Zacarias. Op. cit. Uricochea utiliza o termo, referindo-se principalmente aos proprietários de terras que ocupavam o Comando Superior da Guarda Nacional e interligavam a sua comunidade com as capitais das províncias.

capacidade de atingir o mundo exterior e dele trazer recursos e informações necessárias para a segurança e o desenvolvimento do sistema local.⁸³

Ao estudar a aproximação da elite navarra com a Corte espanhola, Imizcoz identificou que os mediadores ocuparam um papel central neste sistema político. “As relações de patronagem entre a Corte e as províncias e comunidades locais foram um elemento importante da articulação política e social, tanto no Antigo Regime como no século XIX”. Neste jogo, “os governantes buscavam apoio na Corte para conseguir mercês e privilégios vantajosos em favor de suas famílias e de suas comunidades”.⁸⁴ O mediador utilizava suas “relações privilegiadas não somente para promover aos seus, mas também para ocupar-se do governo”. O “seu importante capital relacional e seus conhecimentos lhe conferiam uma capacidade de ação e de consecução de objetos notáveis, que fazia dele um homem necessário e buscado pelos membros da comunidade para mover seus assuntos”. Conforme Imizcoz, pessoas de fora o procuravam para intervir dentro da comunidade e pessoas da comunidade procuravam-no para intervir fora dela. Isto “reforçava sua posição ante as outras famílias de notáveis, que podiam necessitar sua mediação para ascender a certas instâncias elevadas e obter determinados favores”.⁸⁵

A noção de *mediador* também foi amplamente utilizada pelos micro-historiadores italianos que buscaram compreender melhor, através da reconstrução de trajetórias de indivíduos, famílias e grupos, as relações do tipo centro-periferia na Itália pré-industrial. Para Giovanni Levi, o nascimento do Estado Absolutista não se deu sem uma relação conflituosa entre o Centro e as periferias do sistema. Daí a importância de indivíduos capazes de conter ou amenizar estes embates entre os dois pólos: os mediadores, que, segundo Levi, provinham dos “grupos locais de importância”.⁸⁶

⁸³ SILVERMAN, Sydel F. *Patronage and community-nation relationships in central Italy*. In: SCHMIDT, S. W. (ed.). *Friends, Followers and factions: a Reader in Political Clientelism*. Berkeley: University of Califórnia, 1977, p. 293-304. Conforme Silverman, a posição de mediador geralmente é uma consequência da posição de patrão que o mesmo ocupa com relação a uma clientela local. O mediador também é o responsável por relatar aos habitantes locais o funcionamento e as histórias daquele mundo mais amplo e não acessível a eles, o que certamente contribuía para a condição diferenciada do mesmo. Giovanni Levi demonstrou que a ocupação de um cargo de relativa importância também podia fazer do indivíduo um mediador (LEVI, Giovanni. Op. Cit., 2000).

⁸⁴ IMIZCOZ, José María. *Patronos y mediadores. Redes Familiares en la Monarquía y patronazgo en la aldeã: la hegemonia de las elites baztanesas en el siglo XVIII*. In: *Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra em el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001, p. 248.

⁸⁵ IMIZCOZ, José María. *Patronos e mediadores...*, p. 250.

⁸⁶ De acordo com a sua análise, “a fase de transição do feudalismo para o capitalismo é amplamente determinada, em seus aspectos políticos sucessivos, pelo modo através do qual cada realidade camponesa local reagiu tanto ao desenvolvimento do mercado quanto ao sistema de arrecadação, redistribuição e controle efetuado pelo poder central”. Portanto, o tipo de Estado com feições centralizadoras que ia se moldando e se

De acordo com Henrique Espada Lima, o historiador Edoardo Grendi também aprofundou estas questões ao estudar a região do Ligure na mesma Itália pré-industrial. Ao investigar a relação das comunidades e aldeias com o poder central, Grendi argumentou que neste tipo de abordagem não é possível privilegiar somente um dos pólos da investigação, sendo necessário estudá-los de maneira complementar. Neste sentido, ele enfatiza que os mediadores funcionavam principalmente como “conexões” entre “a sociedade local e a sociedade global”. Conforme Lima, “a dinâmica política deste processo, com todo o potencial de conflito que trazia, era também indicada nos litígios entre a comunidade e as autoridades, nas microconflitualidades no interior das comunidades e entre elas, no papel dos mediadores políticos”. Estes “apresentavam uma sorte de *rostro de Jano*”, ou seja, “uma face voltada para o interno, isto é, em direção da comunidade, e a outra voltada ao externo”.⁸⁷

O mediador geralmente ocupa um papel central dentro de uma teia de relacionamentos, onde famílias estavam conectadas por redes sociais. Como o seu papel estava bastante ligado às relações de mediação entre o Centro e a periferia é necessário destacar que em regiões demasiado extensas não há apenas um “tipo” de mediador, uma vez que, conforme Patrícia Genovez, não existe apenas um Centro e uma periferia.⁸⁸ Esta relação depende muito da escala em que se observa, pois um centro pode ser a periferia de um outro centro e assim por diante.⁸⁹ Portanto, no mundo que nos interessa compreender, trabalharemos com dois tipos de mediadores: aqueles que vinculavam a sua paróquia ou município à capital da província e aqueles que ligavam o Rio Grande à Corte. Os pré-requisitos para a ocupação do primeiro eram menos exigentes que as do segundo. Entretanto, estas redes de intermediação estavam imbricadas e um senador podia ocupar todos estes espaços de mediação ao mesmo tempo. Contudo, dificilmente um rico fazendeiro sem formação superior conseguiria ingressar no estreito canal de mediação que levava até a Corte.

Para Boissevain, a análise de uma rede permite observar (por intermédio de suas ligações) outras formas de organização social, como as relações patrão-cliente, a formação e a desmobilização de facções e lideranças e as funções de mediação.⁹⁰ O mediador também está inserido em famílias de importância e em redes sociais densas e amplas. É neste sentido que ele completa a noção de rede e estratégia familiar. No nosso trabalho buscaremos

construindo não pode deixar de levar em conta as peculiaridades das regiões periféricas e de seus grupos sociais – que foram agentes ativos neste processo. LEVI, Giovanni. Op. Cit., 2000, p. 51.

⁸⁷ LIMA, Henrique Espada. Op. cit., p. 196; 200-201; 450.

⁸⁸ Neste sentido, as características básicas da função de mediador são as mesmas, mas os atributos reunidos sob o indivíduo, os seus poderes políticos e a sua capacidade de influir nos diferentes sistemas são diversos.

⁸⁹ GENOVEZ, Patrícia Falco. Op. cit., p. 187-188.

⁹⁰ BOISSEVAIN, Jeremy. Op. cit., p. 393-394.

demonstrar que os mediadores políticos eram preparados e investidos pela família para cumprirem este papel. Esta estratégia estava sujeita a muitos outros determinantes, sendo que as redes sociais da família e aquelas adquiridas pelo jovem eram fundamentais para que o mesmo alcançasse tal posto. Uma vez dentro da elite política, o mediador reconvertia todos os esforços materiais e imateriais na sua formação para ampliar as suas redes e captar recursos para a família e a comunidade, reproduzindo assim a própria desigualdade social que explica a sua trajetória de exceção.

Embora estes três conceitos sejam objetos de diferentes e prolongados debates teóricos entre sociólogos, antropólogos e historiadores, nossa proposta principal é demonstrar os mesmos em pleno funcionamento. Cremos que a pesquisa empírica tem muito a contribuir com o próprio entendimento dos mesmos, vindo a oferecer novos problemas e questões para novas interpretações teóricas.

Antes de iniciarmos a nossa exposição cremos ser necessário definir como utilizaremos o termo “elite” ao longo do trabalho. Conforme Flávio Heinz, “não há um consenso sobre o que se entende por elites, sobre quem são e sobre o que as caracteriza”. Para ele, assim como para Maria Fernanda Martins, a definição básica oferecida por Giovanni Busino pode servir como uma boa referência analítica. Para Busino a elite seria:

“(...) a minoria que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue, etc.) ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos, aptidões, etc.). O termo pode designar tanto o conjunto, o meio onde se origina a elite (por exemplo, a elite operária, a elite da nação), quanto os indivíduos que a compõem, ou ainda a área na qual ela manifesta sua preeminência. No plural, a palavra ‘elites’ qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar questões de interesse da coletividade”.⁹¹

Seguindo esta noção, tanto Heinz quanto Martins destacam os possíveis ganhos em adotar uma definição que não seja excessivamente rigorosa, pois a mesma não possibilitaria compreender e captar a complexidade e a dinâmica das relações sociais das elites. Para Martins “o uso mais genérico dessa noção torna-se particularmente útil para estudos de casos como o Brasil, diante da indefinição de papéis sociais, naturalmente não no que se refere à hierarquia, mas basicamente quanto às suas funções”. Este tipo de definição “permite a

⁹¹ BUSINO, Giovanni. *Elites e élitisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992, p. 4 *apud* HEINZ, Flávio M. Op. cit., 2006, p. 7.

compreensão do grupo tendo em vista o que seria seu caráter mais peculiar, ou seja, a pluralidade de atividades e funções a que se dedicam seus membros”, uma vez que “os indivíduos que alcançavam os altos postos da administração poderiam ser, e muitas vezes o eram, simultaneamente, políticos, capitalistas, negociantes, proprietários ou intelectuais”. Soma-se a isto, o fato de que a estrutura social da época acabava vinculando a identidade individual “às relações familiares e às redes sociais as quais encontravam-se associados, o que fazia com que, com frequência, antes de serem homens públicos, fossem os representantes dos interesses e negócios dos grupos e famílias que os aproximaram do poder”.⁹²

Ao longo de todo o trabalho, utilizaremos o termo elite de duas formas. O primeiro, a *elite política provincial*, é o mais fácil de definir e baseia-se nos altos cargos políticos ocupados. Portanto, quando falarmos da elite política provincial, estaremos nos referindo aos conselheiros e ministros de Estado, aos senadores e aos deputados gerais e provinciais, em suma, aos mediadores políticos.⁹³ A segunda forma como utilizaremos o termo necessita de uma explicação mais detalhada. As *elites provinciais* englobavam e ultrapassavam o grupo delimitado como “elite política”. Nelas estão elementos da alta burocracia e da política, homens ricos e com atividades econômicas diversas (charqueadores, estancieiros e negociantes, por exemplo) e profissionais liberais do mundo urbano (médicos, advogados, engenheiros e alguns jornalistas). Muitas vezes estes indivíduos podiam ocupar diversas funções em diferentes setores ou pertencerem às mesmas famílias ou grupo de relações, o que sedimentava ainda mais esta elite, podendo resultar em uma coesão de interesses políticos e econômicos.⁹⁴ Este entrelaçamento dentro de setores diferentes das elites brasileiras reforça ainda mais a necessária escolha de um conceito dinâmico e instrumental, como propuseram Martins e Heinz.⁹⁵

⁹² MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Op. Cit., p. 5-7.

⁹³ Ao nosso ver, os presidentes de província não faziam parte deste grupo, pois eles eram na sua maioria elementos vindos de outras províncias, nomeados pelo governo central. Embora os deputados provinciais também fossem mediadores políticos, eles receberam destaque apenas no capítulo primeiro, pois o nosso interesse será investigar os deputados gerais, senadores e ministros, ou seja, os *mediadores políticos entre a província e a Corte*, que somavam 34 indivíduos, entre 1868 e 1889.

⁹⁴ Uma significativa amostragem de uma *elite provincial* poderia ser obtida na análise coletiva dos indivíduos nobilitados da mesma. Tal estudo prosopográfico será realizado no capítulo terceiro com o objetivo de conhecer um pouco mais destas famílias rio-grandenses.

⁹⁵ Para um exemplo deste entrelaçamento entre elites e famílias ricas ver, por exemplo, MARTINS, Maria F. V.; FRAGOSO, João L. R. *As elites nas últimas décadas da escravidão - as atividades econômicas dos grandes homens de negócios da Corte e suas relações com a elite política imperial, 1850-1880*. In: FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda (Org.). *Ensaio sobre escravidão*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003, p. 143-164.

As elites provinciais, ao contrário do que propõem Dolhnikoff, também absorviam e possuíam interesses em comum com parte das consideradas elites locais, que seriam as autoridades públicas paroquiais (militares, oficiais da Guarda Nacional, delegados, juízes de paz, padres, vereadores, tabeliães, entre outros), parte dos comerciantes, dos médios fazendeiros, entre outros. Eles se caracterizariam por apresentarem uma esfera de influência reduzida ao próprio município ou arredores e dificilmente alguns deles conseguiam romper esta barreira.⁹⁶ Portanto, quando falarmos de *paróquia* não estaremos apenas nos referindo ao território jurisdicionado por um pároco, mas sim às localidades distantes da capital da província, ou seja, dos distritos rurais dos diversos municípios do Rio Grande. Neste sentido, “poder local” e “poder paroquial” serão utilizados como sinônimos.

Sobre estes termos ainda é preciso considerar que ambos estão nitidamente relacionados à escala de observação do historiador. Referimo-nos à *elite local*, porque estamos pensando-a na sua relação com a capital da província.⁹⁷ Neste mesmo sentido, a noção de *elite provincial* (que certamente reunia membros da elite local) é um instrumento de análise que serve para ser utilizado na relação entre o Rio Grande do Sul (ou de outra província qualquer) e o governo central. Portanto, estas definições espaciais não devem ser vistas de maneira estática e limitada. As suas fronteiras espaciais e seus recortes regionais dependiam muito do poder de influência e da mobilidade dos indivíduos e de suas redes de relações. Alguns poucos eram capazes de ocupar todos estes espaços, fazendo parte destas duas elites (ou três se pensarmos na elite política da Corte). Neste sentido, os mediadores ajudavam a tornar as fronteiras regionais e locais mais flexíveis, unindo sociedades e populações com culturas diversas. Algumas famílias também podiam distribuir seus membros pelos mesmos espaços, funcionando como um elo de aproximação por onde circulavam informações e recursos diversos. Pretendemos tornar estas relações mais claras ao longo desta dissertação.

No **capítulo primeiro**, portanto, pretendemos apresentar a elite política ao leitor. Como ela se formou, quais eram seus principais líderes, os seus partidos, o seu perfil sociológico e de carreira e como eram definidos os espaços e posições no interior deste misto de competição e de cooperação entre famílias. No **capítulo segundo** buscaremos demonstrar que estas elites não podem ser compreendidas de maneira isolada do resto da sociedade. Além disso, para que estes poucos homens ocupassem estes altos cargos de mando era

⁹⁶ Neste sentido, os que ultrapassavam estes obstáculos possuíam condições de tornarem-se, em algum momento, mediadores.

⁹⁷ É neste sentido que muitos autores que trabalham com história política o utilizam. Ver por exemplo GRAHAM, Richard. Op. cit., 1997; CARVALHO, José Murilo. Op. cit., 2003.

preciso que uma extensa maioria os apoiasse. Neste sentido, enfatizaremos como se davam as relações políticas entre os membros da elite estudada e a sociedade paroquial, com destaque para os “mandões” locais e os homens livres pobres, que formavam a sua base social de sustentação. No **terceiro capítulo** investigaremos como as famílias destes políticos estavam por trás da sua formação e dos seus atos. Para realizarmos este percurso, utilizaremos novamente o método prosopográfico. Desta vez, nosso grupo alvo serão as famílias nobilitadas da província. Finalizando o trabalho realizaremos um novo exercício de micro-análise com o objetivo de sintetizar tudo o que foi visto ao longo dos capítulos. A investigação das estratégias políticas da família dos Ribeiro de Almeida, de Alegrete, nos ajudarão a sustentar os argumentos da dissertação.

Tendo sido feitas as considerações iniciais acerca da pesquisa, passaremos agora para o capítulo primeiro. Para que se compreenda melhor a conjuntura política rio-grandense nas últimas décadas da monarquia, teremos de voltar um pouco no tempo, mais propriamente até os corredores da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em São Paulo, no ano de 1855. Nesta época, uma geração de jovens estudantes preparava-se para voltar a sua província natal e, muito embora não soubessem disso, acabariam sendo responsáveis por uma das maiores transformações no panorama político da história sul-rio-grandense...

Capítulo I

“Um topo... vários caminhos”:

carreiras políticas entre a paróquia e a Corte

Por exemplo, dona Cláudia. Também ela pensava no baile da ilha Fiscal, sem a menor idéia de dançar (...). Para ela, o baile da ilha era um fato político, era o baile do ministério, uma festa liberal, que podia abrir ao marido as portas de alguma presidência. Via-se já com a família imperial. Ouvia a princesa:

– Como vai, dona Cláudia?

– Perfeitamente bem, sereníssima senhora.

E Batista conversaria com o Imperador, a um canto, diante dos olhos invejosos que tentariam ouvir o diálogo, à força de os fitarem de longe.(...) Não é que só fossem liberais ao baile, também iriam conservadores, e aqui cabia bem o aforismo de dona Cláudia que não é preciso ter as mesmas idéias para dançar a mesma quadrilha.

Machado de Assis, *Esauí e Jacó*, capítulo XLVIII

No dia 22 de maio de 1852, entre os corredores da Academia de Direito do Largo de São Francisco, na Província de São Paulo, um grupo de jovens estudantes reunia-se para, com muito pesar, celebrar uma sessão fúnebre em homenagem ao quintanista que tanta admiração despertava entre os seus colegas: Manuel Antônio Álvares de Azevedo. É bem verdade que esta reunião era organizada pelos sócios da revista *O Ensaio Filosófico Paulistano*, apenas mais uma entre dezenas de outras publicações que reuniam um número bastante considerável de estudantes. Entretanto, o homenageado era um dos alunos mais

ilustres da época e fundador da Revista, e “poucas mortes terão sido tão choradas” quanto a dele.¹

Álvares de Azevedo “dedicava-se assombrosamente aos estudos jurídicos”, mas não abandonava seus sonhos byronianos que inspiravam, juntamente com Shakespeare e Musset, a maioria dos seus escritos poéticos. No entanto, este comportamento não era exclusivo dele. A maioria dos acadêmicos ocupava boa parte do seu tempo com a poesia e com os debates literários e, além disso, as aulas não exigiam freqüência, o que os estimulava mais ainda para concorrerem aos saraus, aos bailes e às reuniões das diversas sociedades. Nestas ocasiões, cultivava-se “as belas-letras, o estudo da história da pátria, e de questões sociais, políticas e jurídicas, sobre as quais os associados deveriam discorrer, apresentando ‘pareceres’, que uma vez aprovados em sessão plena, seriam publicados”. As lágrimas e os poemas recitados naquele triste dia certamente orgulhariam o autor de *A Noite na Taverna* e *Lira dos Vinte Anos*, escritas entre uma e outra aula e que refletiam parte das extravagâncias intelectuais daqueles jovens e do que era tratado nos encontros. De acordo com Spencer Vampré, no seu tempo, Álvares de Azevedo era “a encarnação mais viva do espírito acadêmico”.²

O orador oficial daquela sessão fúnebre era um jovem sul-rio-grandense que havia recém completado 18 anos. Natural de Pelotas, Antônio Ferreira Vianna conquistara uma liderança bastante significativa entre os colegas, principalmente de 1852 a 1855, ano em que se formou. Nesta época, a maioria dos estudantes estava envolta das idéias liberais que rondavam a Academia³ e com Ferreira Vianna não foi diferente. Vianna era amigo de outro entusiasta liberal, Quintino Bocaiúva, acadêmico que, por “dificuldades da vida”, abandonou o curso e acabou seguindo uma promissora carreira jornalística no Rio de Janeiro. Quintino foi trazido para a imprensa partidária por influência de Vianna, redator-chefe do jornal *A Hora* – “que fez época em São Paulo” entre 1852 e 1853.⁴

Nesta época, as discussões e debates políticos eram intensos e muitos filhos das elites de todo o Brasil acabavam se conhecendo. Bastante amigo de Bocaiúva era também um outro moço natural de Porto Alegre. Félix Xavier da Cunha contava com 19 anos quando

¹ VAMPRÉ, Spencer. Memórias para a História da Academia de São Paulo. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura, 1977, 2.a edição, p. 232. Sobre as sessões fúnebres, Vampré complementava: “É uma cerimônia tocante de melancolia sublimada, essa em que trezentos, ou quatrocentos jovens, vestidos de negro, se unem para dizer o último adeus ao companheiro, que abandonou a vida, antes de ter chegado ao termo de viagem: a mocidade é um contraste de dor, e esses quadros tornam-se tanto mais cheios de poesia, quando os que nele figuram, são moços, pela maior parte imberbes” (p. 256-257).

² VAMPRÉ, Spencer. Op. cit., p. 233; 256.

³ GRIJÓ, Luiz Alberto. Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937). Tese de Doutorado. Niterói: PPG em História da UFF, 2005, p. 37-38.

⁴ VAMPRÉ, Spencer. Op. cit., p. 245.

chegou a São Paulo, e aos poucos foi ganhando espaço entre os acadêmicos, destacando-se “quer como estudante de direito, nas aulas, quer como poeta, jornalista e orador, nas associações literárias e nas revistas acadêmicas, que então se publicavam”.⁵ Félix da Cunha era filho do fazendeiro Francisco Xavier da Cunha, que havia exercido importante papel como combatente legalista na Revolta dos Farrapos (1835-1845). Não sabemos como o jovem reagia à antiga postura política do pai, pois Félix era um apaixonado pela causa liberal. Uma de suas primeiras poesias na Academia foi bastante aclamada entre os colegas e possuía o título de *Garibaldi*⁶ – em homenagem ao guerreiro italiano que se aliara aos rebeldes rio-grandenses, combatendo exatamente os soldados identificados com a posição política de seu pai.

Foi neste panorama de efervescência intelectual e política que outro rio-grandense, transferido do curso jurídico de Olinda, já com quatro anos de estudos, chegava em São Paulo no ano de 1854. Mais moço que os outros, Gaspar da Silveira Martins, às vésperas de concluir o curso, contava com apenas 19 anos. Gaspar provinha de uma abastada família de estancieiros de Bagé, município que fazia fronteira com o Estado Oriental, onde os Silveira Martins também possuíam vastas propriedades. Não demorou muito e logo que chegou, “enturmou-se” com Afonso Celso, Teófilo Otoni e Lafayette Rodrigues Pereira (os três de ilustres famílias mineiras) e Antônio Ferreira Vianna e Félix da Cunha (seus co-provincianos) – todos liberais e membros da *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*, que teve dezenas de sócios.⁷

Era justificável “que a Academia, com cerca de duzentos rapazes, predominasse na cidade”. Ela era pequena, e toda “S. Paulo se conhecia”. Nos “teatros, nos bailes, nas festas, só os escolares emprestavam a nota elegante e culta”.⁸ Naturalmente, estes jovens possuíam maior afinidade com outros e acabavam formando diferentes grupos. Alguns, “à noite se divertiam em assombrar o bairro, fingindo almas do outro mundo”, outros promoviam serenatas “em trajes de Adão” e “durante o dia”, brincavam de “vaiar bichos e calouros, ou mesmo pacatos transeuntes, que por aquelas bandas se arriscassem”.⁹ Esta convivência diária entre estes rapazes gerava conflitos, mas também muitas amizades que perduravam por décadas.

⁵ VAMPRÉ, Spencer. Op. cit., p. 239.

⁶ VAMPRÉ, Spencer. Op. cit., p. 239.

⁷ VAMPRÉ, Spencer. Op. cit., p. 244-245.

⁸ VAMPRÉ, Spencer. Op. cit., 230; 241.

⁹ VAMPRÉ, Spencer. Op. cit., 247.

Quando havia solenidades, formaturas ou defesas de teses, muitos pais compareciam à Academia.¹⁰ No ano de 1855, formaram-se Ferreira Vianna e Silveira Martins. Félix da Cunha concluiu o curso em 1854. Talvez o primeiro contato que Silveira Martins teve com a família de Henrique Francisco d'Ávila foi na colação de grau, em 1855, quando este também formou-se bacharel. Henrique era outro jovem rio-grandense, natural de Herval, então distrito de Jaguarão. Futuramente, Gaspar recordaria as “finezas infinitas” que devia “aos seus parentes mais próximos”, da “nobilíssima senhora sua mãe quando viva era” e “de seus irmãos e de seus cunhados”, “seus sinceros e dedicados amigos”.¹¹ Entretanto, o pai de Henrique, o fazendeiro Francisco Antônio de Ávila, Gaspar não chegou a conhecer. Revolucionário de 1835, “morreu, talvez envenenado, a bordo do ‘Presiganga’, navio onde eram detidos os revoltosos aprisionados”.¹²

Na mesma turma de 1855 ainda colaram grau outros dois rio-grandenses. Felisberto Pereira da Silva, natural de Cachoeira, era “modesto e até mesmo acanhado” e não era bom orador. Talvez por isso não aparecesse “na turba dos acadêmicos”, apesar de ser “uma das cabeças mais instruídas, talvez mesmo a mais instruída” entre os colegas.¹³ Quando os liberais subiram no poder em 1878, tendo Gaspar como Ministro da Fazenda, Felisberto acabou sendo nomeado presidente da Província do Rio Grande do Sul, demonstrando que os vínculos de 1855 sobreviveram mais de duas décadas. O quinto rio-grandense formado na turma de 1855 era João Benício da Silva – filho do município de Alegrete. Apesar de “inteligente e bastante aplicado”, não “se salientou durante o seu quinquênio jurídico”.¹⁴

Não resta dúvida que estes estudantes faziam parte de uma camada privilegiada da sociedade brasileira. Custava muito caro formar um filho numa faculdade de direito do Império e, além disso, muitos jovens ainda cursavam estudos preparatórios a fim de ingressarem com melhor qualidade nas academias.¹⁵ O Colégio Pedro II, na Corte, onde Henrique d'Ávila fez os seus preparatórios, era a mais disputada destas instituições e reunia, na sua grande maioria, os filhos das elites brasileiras. Nascendo nestas famílias, é bem provável que os primeiros contatos com o mundo da política já acontecessem desde cedo,

¹⁰ VAMPRÉ, Spencer. Op. Cit., 230.

¹¹ Discurso de Gaspar Silveira Martins. (Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande Sul. Sessão do dia 21 de Abril de 1874. Biblioteca do Solar dos Câmara (AL-RS)). Neste discurso, proferido 20 anos depois, fica demonstrado que as famílias dos estudantes também podiam criar vínculos afetivos com os colegas dos filhos, como aconteceu com Gaspar e a parentela de Henrique d'Ávila.

¹² NOGUEIRA, Almeida. A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências. São Paulo: Saraiva, 1977, 2.a ed., volume 4, p. 71.

¹³ TEIXEIRA, Múcio. Os Gaúchos. Rio de Janeiro: Editores Leite Rieiro & Maurício, 1920, vol. 1, p. 321-322.

¹⁴ NOGUEIRA, Almeida. Op. Cit., p. 75-76.

¹⁵ Sobre a educação no Império ver MOACYR, Primitivo. A Instrução e as Províncias: subsídios para a história da educação no Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1939, 2 volumes.

pois, se não eram políticos da elite, os seus pais eram, na sua maioria, estancieiros, comerciantes ou empregados públicos, o que os qualificava como eleitores em potencial e homens de alto prestígio em suas localidades. Neste sentido, os relatos de Joaquim Nabuco sobre a sua juventude são bastante elucidativos:

“No colégio eu ainda não compreendia nada disto, mas sabia o liberalismo de meu pai, e nesse tempo o que ele dissesse ou pensasse era um dogma para mim: eu não tinha sido ainda invadido pelo espírito de rebeldia e independência, por esta petulância da mocidade que me fará mais tarde, na Academia, contrapor, às vezes, o meu modo de pensar ao dele, em lugar de apanhar religiosamente, como eu faria hoje, cada palavra sua. Era natural que eu seguisse aos quinze e dezesseis anos a política de meu pai, mesmo porque essa devoção era acompanhada de um certo prazer, de uma satisfação e orgulho (...) A atmosfera que eu respirava em casa, desenvolvia naturalmente as minhas primeiras fidelidades à causa liberal.”¹⁶

Após passarem pela jovem militância nos colégios e cursos preparatórios¹⁷, inaugurava-se uma nova fase de amadurecimento político: a ida para as academias imperiais. Em São Paulo, os estudantes veteranos recebiam os calouros com o seguinte verso: “Nem tudo que reluz é ouro/ Nem todo sopapo é murro/ Nem todo burro é calouro/ Mas, todo calouro é burro”.¹⁸ Esta nova experiência em meio a estes jovens de outras províncias certamente provocava um choque cultural na vida destes rapazes. Segundo Joaquim Nabuco:

“Quando entrei para a Academia, levava a minha fé católica virgem; sempre me recordarei do espanto, do desprezo, da comoção com que ouvi pela primeira vez tratar a Virgem Maria em tom libertino; em pouco tempo, porém, não me restava daquela imagem senão pó dourado de saudade (...) As minhas idéias eram, entretanto, uma mistura e uma confusão; havia de tudo em meu espírito. Ávido de impressões novas, fazendo os meus primeiros conhecimentos com os grandes autores, com os livros de prestígio, com as idéias livres, tudo o que era brilhante, original, harmonioso, me seduzia e arrebatava por igual”.¹⁹

¹⁶ NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Brasília. UnB, 1963, p. 8-9.

¹⁷ Na obra *Esaú e Jacó*, Machado de Assis descreve as disputas políticas entre os irmãos gêmeos Pedro (monarquista) e Paulo (republicano), estudantes do Colégio Pedro II, em 1886, quando contavam com 16 anos. Numa determinada ocasião, ao encontrar os filhos discutindo, dona Cláudia os repreendeu: “Isto hão de ser grupos de colégio; vocês não estão em idade de falar em política”. Machado complementa o episódio dizendo que “a sala viraria *club* se a mãe não os acomodasse por esta maneira”. (Capítulo XXIII). Tal passagem ressalta o caráter juvenil da militância política das famílias da elite. O Colégio Abílio, no Rio de Janeiro, foi outra das mais conhecidas instituições deste porte. Raul Pompéia retratou muito bem o ambiente estudantil da escola na sua obra *O Ateneu*.

¹⁸ VAMPRE, Spencer. Op. cit., p. 243.

¹⁹ NABUCO, Joaquim. Op. cit., p. 10-11.

Havia, portanto, um nítido processo de aprendizado político que vinha desde a adolescência, onde o estudante, que trazia opiniões políticas da própria casa, conhecia outros garotos nos cursos preparatórios trocando informações e experiências. A próxima etapa acontecia nas academias imperiais incluindo todos os rituais de passagem nelas existentes. Novamente Joaquim Nabuco ilustra esta passagem:

“Na situação em que me fui para São Paulo cursar o primeiro ano da Academia, eu não podia deixar de ser um estudante liberal. Desde o primeiro ano fundei um pequeno jornal para atacar o ministério Zacarias. Meu pai, que apoiava esse ministério, escrevia-me que estudasse, e deixasse de jornais e sobretudo de atitudes políticas em que se podia ver, senão uma inspiração, pelo menos uma tolerância da parte dele. Eu, porém, prezava muito a minha independência de jornalista, a minha emancipação de espírito; queria sentir-me livre, julgava-me comprometido perante a minha classe, a acadêmica, e assim iludia, sem pensar desobedecer, o desejo de meu pai, que, provavelmente, não ligava grande importância à minha oposição ao ministério amigo”.²⁰

Ao regressarem para as estâncias ou propriedades de seus pais com o seu diploma, uma etapa do projeto familiar já estava garantida, mas nem tudo era tão simples assim. Os períodos de crise econômica faziam com que muitos abandonassem o curso pela metade.²¹ Outros, mesmo formados, não conseguiam o emprego desejado tão facilmente.²² Neste panorama de oscilações, um lugar na magistratura era uma fonte de renda bastante segura, mas o perigo de uma remoção a qualquer momento era uma ameaça àqueles que não possuíam bons “padrinhos” políticos.²³ Alguns, ainda ficavam apenas reservados à advocacia nos seus municípios, como o alegretense José Benício da Silva. Apesar de liberal e colega de turma de Félix, Gaspar, Henrique, Felisberto e Antônio, ele seguiu uma carreira pouco expressiva na política provincial, advogando em Alegrete e exercendo cargos de vereança na mesma cidade.

²⁰ NABUCO, Joaquim. Op. Cit., p. 9-10.

²¹ Como, por exemplo, Quintino Bocaiúva, entre outros. Atualmente, Cássia D. M. Silveira, mestranda do curso de Pós-Graduação em História da UFRGS, vem estudando a trajetória de alguns jovens rio-grandenses que não conseguiram concluir os seus cursos superiores e que conheceram-se na associação Partenon Literário, em Porto Alegre, na década de 1860.

²² José Murilo de Carvalho trabalha com a hipótese de que na segunda metade do XIX, as vagas de emprego começavam a diminuir enquanto o número de bacharéis crescia desenfreadamente (CARVALHO, José Murilo de. Op. cit). Para uma reflexão mais profunda acerca deste mesmo processo na Corte ver FERREIRA, Tânia Maria Tavares B. da C. Os advogados do município neutro da Corte: um estudo prosopográfico (1860-1880). Dissertação de Mestrado. Niterói: PPG em História da UFF, 1983.

²³ Richard Graham demonstra, a partir de estatísticas construídas na leitura de centenas de correspondências que os cargos no Judiciário eram os mais requisitados de todos (GRAHAM, Richard. Op. cit., p. 279-282).

Além da capacidade de abrir portas dentro da política, o diploma de bacharel também era uma maneira das elites de províncias mais afastadas criarem laços com as elites das províncias do centro do país – que eram mais ricas e influentes no governo. Entretanto, esta oportunidade não era aproveitada por todos. João Benício, ao que parece, não criou fortes laços no centro do País, o que pode ter reduzido as suas chances de ascensão na carreira, pois tal fator diminuía a extensão da sua rede de relações. Mas Silveira Martins, por exemplo, logo que se formou, começou a trabalhar na Corte com o advogado José Júlio de Freitas Coutinho, pai de um colega seu. Nos bailes em que passou a freqüentar com um amigo, “o mesmo apresenta-lhe as donzelas mais graciosas e atraentes que se encontram no salão e, levando depois Gaspar para um canto, começa a prestar-lhe entusiásticas informações a respeito das posses dos pais das mesmas”. Silveira Martins acabou casando com a filha do seu próprio patrão, o advogado Freitas Coutinho, que possuía grande prestígio social na Corte.²⁴ Anos mais tarde, Gaspar, por meio de laços matrimoniais, uniu a sua família a de Lafayette Rodrigues Pereira, seu antigo colega na faculdade, já então Senador por Minas Gerais e Conselheiro de Estado.

Henrique d'Ávila, ainda estudante, nas horas vagas exercia o cargo de oficial de gabinete do presidente da Província de São Paulo, o que lhe permitiu conhecer todos os tramites burocráticos da época e boa parte da elite política paulista. Anos depois, casou sua filha com um dos professores da Faculdade de Direito da mesma província, o Dr. Vilaboim.²⁵ A família de Félix da Cunha, anos mais tarde, ligou-se a do seu antigo colega, Quintino Bocaiúva, por intermédio do seu irmão mais novo, Francisco Xavier da Cunha, jornalista que Quintino apadrinhou no Rio. Outro exemplo pode ser visto na trajetória de Felisberto Pereira. Na década de 1880, quando o mesmo encontrava-se num momento pessoal bastante difícil, os amigos que fez no centro do país o acolheram, confiando-lhe altos cargos administrativos na Corte. Posteriormente, ele acabou “assumindo a direção de uma grande empresa industrial”.²⁶

Se era possível estabelecer alianças com membros da elite de outras províncias, ao regressarem para o Rio Grande com o diploma, a aquisição de “bons casamentos” era quase certa. Félix da Cunha, ao retornar como bacharel, contraiu matrimônio com a filha do estancieiro Gaspar Pinto Bandeira, de ilustre família rio-grandense e com forte influência

²⁴ ROTERMUND, Harry. Um Cavalheiro de Bagé na Corte de D. Pedro II. Bagé: Academia Bageense de Letras, 1979, p. 19-20.

²⁵ NOGUEIRA, Almeida. Op. cit., p. 72-74.

²⁶ TEIXEIRA, Múcio. Op. cit., p. 322-323. Felisberto havia rompido suas relações políticas com Silveira Martins, demonstrando que as redes de relações não eram eternas e podiam apresentar fraturas significativas. A saída foi acionar outros vínculos pessoais, redirecionando e reformulando a sua rede.

política em Rio Pardo.²⁷ Henrique d'Ávila casou com Faustina Neto, da família de Antônio de Souza Netto – rico estancieiro e líder revolucionário de 1835, talvez amigo de seu pai.²⁸ Dos filhos deste casal, um foi batizado por Manuel Luís Osório, que tornou-se seu compadre e chefe político.

Antônio Ferreira Vianna foi outro que se beneficiou com a ida a São Paulo. Logo que adquiriu o diploma foi nomeado promotor público no Rio, ligando-se a famílias do centro do País e construindo sua carreira advocatícia com enorme prestígio na Corte, onde também se elegeu deputado geral por várias legislaturas e residiu durante toda a vida. O que diferia o jovem Vianna das arcadas paulistas do homem político que viria a se tornar, é que este último, após longos anos na vida política, onde ficou reconhecido pelos discursos eloqüentes e brilhantes, filiou-se ao partido saquarema – facção bastante forte no Rio de Janeiro.²⁹

O fato é que, entre as aulas, festas e bailes naquela provinciana São Paulo, além de Félix e Gaspar, outros jovens rio-grandenses, menos lembrados pela historiografia, começaram a moldar o que viria a ser a poderosa “falange liberal” que se movia como o “regimento de Frederico, o Grande” – na opinião apaixonada de Silveira Martins. Como vimos, estes jovens, além de realizarem os estudos jurídicos necessários, disputavam notabilidade entre os colegas, seja através dos seus escritos, seja pela sua técnica oratória, numa vida acadêmica não muito disciplinada, onde os trotes, as reuniões nas repúblicas e as festividades geravam uma espécie de solidariedade estudantil, davam início a longas amizades e ajudavam a na construção de suas redes sociais com outras famílias da elite.

No entanto, enquanto estes jovens estudavam e divertiam-se, a centenas de léguas daquela Academia, muitos rio-grandenses participavam de uma importante guerra contra o ditador argentino Rosas e o caudilho oriental Oribe, envolvendo Brasil, Uruguai e Argentina. Com a derrota infligida aos adversários platinos e à posterior pacificação, alguns militares e magistrados rio-grandenses passaram a disputar a hegemonia política na Província, que ainda

²⁷ LAYTANO, Dante de. Guia histórico de Rio Pardo. Rio Pardo: Prefeitura Municipal de Rio Pardo, 1979. Inventário de Félix Xavier da Cunha, ano 1865, processo 309, maço 18, estante 2, 2.o cartório de órfãos de Porto Alegre (APERS).

²⁸ MEDEIROS, Manoel da Costa. História do Herval: descrição física e histórica. Porto Alegre: EST São Lourenço de Brindes/ Caxias do Sul: UCS/ Herval: Prefeitura Municipal de Herval, 1980, p. 356-358. Inventário de Menandro Rodrigues Fontes, Jaguarão, ano 1892, processo 74, maço 3, estante 100, Cartório da Provedoria (APERS).

²⁹ VAMPRÉ, Spencer. Op. cit.; LYRA, Tavares de. Instituições Políticas do Império. Brasília: Senado Federal, 1978, p. 225-226. Não foi possível ainda localizar a que famílias Ferreira Vianna ligou-se no Rio. Pode-se supor que a sua conversão para a facção conservadora tenha se dado mais por conveniências familiares e necessidades políticas do que por motivações puramente ideológicas, uma vez que, ele nunca perdeu seu espírito combativo à monarquia e suas instituições, atacando muitas vezes o próprio Imperador que, em represália, negou várias vezes o seu acesso aos Gabinetes (LYRA, Tavares de. Op. Cit., p. 225-226).

apresentava muitos conflitos nas suas fronteiras. Contudo, naqueles anos, somente um militar apostaria com maior vigor no jovem Félix da Cunha e na sua turma de amigos: Manuel Luís Osório.

1.1 – *O Militar e o Bacharel: notas iniciais sobre a elite política provincial*

Em toda guerra nascem e se consolidam lideranças e nesta não foi diferente. Manuel Marques de Sousa, então Barão de Porto Alegre, e Manuel Luis Osório, entre outros, tiveram destacado papel nas batalhas. Contudo, nem todos os líderes guerreiros, naquela época, se dedicaram à carreira política como o mencionado Barão.³⁰ Osório, muito embora fosse convidado a candidatar-se todos os anos, recusava diversos convites.³¹ No entanto, o fato de não ingressar no parlamento não o impedia de influir no mundo da política. A sua tarefa talvez fosse mais importante que a de muitos parlamentares: estabelecer ou renovar alianças com outros estancieiros, comerciantes e eleitores a fim de conquistar vitórias eleitorais nas mais diversas paróquias da Província.

Após a Guerra dos Farrapos, os rebeldes saíram bastante desgastados politicamente. Muitos se afastaram da vida pública e alguns líderes liberais abandonaram inclusive os seus ideais. Israel Rodrigues Barcellos, por exemplo, era influente chefe liberal. Advogado com família residente em Pelotas, acabou deixando a facção luzia, vindo a juntar-se com alguns antigos legalistas.³² Entre eles estava Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, magistrado de carreira, com terras em Rio Pardo e influência política “arreatadora”.³³ Esta primeira união

³⁰ Manoel Marques e Souza foi deputado provincial em 1846, 1858, 1859, 1862 e 1863, e deputado geral de 1857 a 1866 e 1873 a 1875 (AITA, Carmen & AXT, Gunter. Parlamentares gaúchos nas Cortes de Lisboa aos nossos dias (1821-1996). Porto Alegre: Assembléias Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996).

³¹ Em várias oportunidades Osório recusou. Em 1847 ele até chegou a eleger-se, mas não acompanhou as sessões. Nas eleições de 1855, por exemplo, após muitos convites, ele escreveu a um chefe político: “Eu não posso ser Deputado, e, se à força me fizerem, não irei lá”. (OSÓRIO, Fernando Luís. História do General Osório. Rio de Janeiro: Typografia de G. Leuzinger & Filhos, 1.o volume, 1894).

³² É bastante complicado lidar com estas mudanças de comportamento político fundamentadas em escolhas absolutamente individuais. Sabe-se que Israel Barcelos casou-se com a filha do Coronel Vicente Ferrer – importante chefe legalista. Se a inclinação de Israel Barcelos para o Partido Conservador deveu-se a este matrimônio, ou se este foi consequência daquele é algo difícil de ser respondido. Talvez a sua aliança matrimonial não tenha nenhuma ligação com esta dicotomia partidária, mas certamente envolvia interesses e estratégias de ascensão política e manutenção/ ampliação de poder. Apenas mencionamos este episódio com o intuito de ressaltar que diferentes conjunturas e causas interferiam nas trajetórias destes homens e que as mudanças de comportamento político e a sua relativa imprevisibilidade encontrada nas suas transações políticas fazia parte destas ações, tanto para o deputado Barcelos quanto para todos os outros que serão aqui analisados.

³³ “Foi um vulto político de extraordinário prestígio em nossa terra, prestígio esse só comparável ao que alcançou mais tarde Gaspar Martins e, ultimamente, o dr. Júlio de Castilhos” (PORTO ALEGRE, Aquiles. Homens Ilustres do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ERUS, 1976, [1.a edição de 1916], p. 37).

entre parte dos liberais e dos conservadores no Rio Grande do Sul ficou conhecida como a *Liga* e deu-se por volta de 1852.

Pedro Chaves vinha adquirindo enorme prestígio na Província e na Corte, já que havia sido eleito senador pelo Rio Grande, em 1853, e a Liga, por influência do seu autoritarismo, continuou como um partido onde os elementos conservadores predominavam.³⁴ Francisco Carlos de Araújo Brusque, advogado em Pelotas, era outro importante líder da facção. Sobrinho do diplomata e senador José de Araújo Ribeiro, o Visconde do Rio Grande, passaria a ser bastante favorecido pelo governo central nas eleições rio-grandenses. Luís Alves de Lima e Silva, então Barão de Caxias, também era senador pelo Rio Grande do Sul e líder conservador na Corte. Pedro Chaves, Caxias e Araújo Ribeiro, portanto, foram os 3 senadores pelo Rio Grande nesta época. Em 1865, Chaves faleceu, tendo sido eleito o seu irmão, também saquarema, Antônio Rodrigues Fernandes Braga. Portanto, entre 1846 e 1877, o Rio Grande do Sul só teve senadores conservadores.³⁵

Embora possa se deduzir que, por pertencerem ao mesmo partido, os três senadores defendiam interesses convergentes, muitos conflitos ocorreram. No Rio Grande do Sul, cada vez mais a oposição aos desmandos de Pedro Chaves crescia, reunindo inclusive alguns saquaremas. Essa oposição à Liga recebeu o nome de *Contra-liga* e tinha como líder outro magistrado: o juiz de direito de Porto Alegre, Luís Alves Leite de Oliveira Bello – primo do Barão de Caxias. Esta ligação familiar fez com que Lima e Silva apoiasse a facção de seu primo provocando uma dissidência com a ala liderada por Pedro Chaves. Em 1855, ano em que esta oposição se consolidou, Bello foi nomeado chefe de polícia da Província, acumulando, entre 1855 e 1856, o cargo de presidente da Província. Seu poder, portanto, encontrava-se no auge.

Aos poucos, conservadores e liberais passaram a apoiar a *Contra-liga*. Seus principais líderes eram João Jacintho de Mendonça, médico pelotense com notável influência na política provincial; o Barão de Porto Alegre, que comandou o Exército brasileiro contra Rosas; José Antônio do Vale Caldre e Fião, médico em São Leopoldo com fortes vínculos na Corte, onde teve atuação jornalística de destaque; Felipe Nery, militar uruguaio que lutou

³⁴ Nesta época, Chaves recebeu o título de Barão de Quarahim. A eleição deste chefe do “partido da ordem”, como a historiografia tradicional define, para o Senado foi bastante tumultuada. Consta que o Imperador não iria escolhê-lo na lista tríplice, onde também estava o Barão de Porto Alegre. Entretanto, “notícias alarmantes de última hora, vindas do Sul, e ameaçadoras de movimento armado, no caso de ser preterido pela Coroa o popularíssimo chefe, determinaram a reconsideração do caso, e fizeram recair a escolha imperial sobre o nome de Pedro Chaves” (NOGUEIRA, Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências*. São Paulo: Saraiva, 1977, 2.a ed., volume 1, p. 141-142). Pedro Chaves estudou em Coimbra, mas formou-se em São Paulo. Também foi diplomata na Argentina e nos Estados Unidos.

³⁵ AITA, Carmen & AXT, Gunter. Op. cit.

em diversas guerras e destacou-se como jornalista e rábula em Porto Alegre; Manuel Lopes Teixeira Junior, oficial piauiense formado na Escola Militar da Corte e que, entre as muitas funções que exerceu, foi secretário do próprio Barão de Caxias.³⁶

Estes líderes políticos eram, na sua maioria, fortemente vinculados aos municípios litorâneos e do sudeste do Rio Grande, ligados principalmente ao eixo Pelotas-Porto Alegre. Tal característica exigia a utilização de estratégias de ampliação de poder político, onde a busca de alianças com as localidades mais distantes da capital, era um destes fatores. Lentamente, o apoio de Manuel Osório, então comandante do 3.º destacamento de São Borja, assim como o de outros estancieiros da região da campanha, foi despertando o interesse dos líderes da Contra-liga. Osório possuía forte ascendência sobre os militares da fronteira, onde era proprietário de terras, inclusive no lado Oriental. Seu papel seria anular o poder dos ligueiros daquela região. Pertenciam a esta facção, entre outros, os Tavares, de Bagé, e os Ribeiro de Almeida, de Alegrete e Quaraí – todos antigos legalistas. Outro líder ligueiro da campanha era Francisco Pedro de Abreu, o Barão de Jacuí – um antigo legalista cuja família passou a militar do lado conservador, assim como os clãs dos Tavares e dos Ribeiro de Almeida. Também conhecido como *moringue*, ele assombrava a fronteira atacando propriedades do lado uruguaio e provocando contendas locais que o Império reprovava. Para isto, o Barão do Jacuí certamente contava com a proteção do senador Araújo Ribeiro e do deputado geral Francisco Brusque, seus cunhados.³⁷

Buscando, portanto, uma aliança com Osório, Luis Bello o escreveu pedindo o seu apoio para as eleições provinciais que estavam próximas:

“Na lista inclusa, achará V. Ex. os nomes dos candidatos que eu e os meus companheiros políticos escolhemos para com eles reconstituir a nova Assembléia, fazendo com que ali sejam representadas não só as classes principais, porém, igualmente, as mais importantes localidades da Província. O nome de V. Ex. representa a classe do Exército e um importante Município, para cuja prosperidade tanto se tem interessado. Tenho as mais bem fundadas esperanças de que triunfe a maioria dos nossos candidatos; mas nesse colégio não contamos hoje com as maiores adesões, depois do falecimento do meu amigo Coronel Corrêa. Releve, portanto, V. Ex. que eu lhe peça toda a sua cooperação, não só aí, como nos outros colégios onde haja tempo de chegarem as suas

³⁶ Tendo vindo como combatente na Guerra dos Farrapos acabou ficando no Rio Grande do Sul e contraiu matrimônio com a filha do deputado provincial Vitorino José Ribeiro – abastado estancieiro legalista que também foi deputado provincial (TEIXEIRA, Múcio. Op. cit., p. 271).

³⁷ OSÓRIO, Fernando Luís. Op. Cit., p. 478-487.

recomendações. O Barão de Jacuí já para lá foi com o fim de trabalhar contra nós”.³⁸

Não é necessário repetir que Osório mais uma vez não aceitou ser candidato.³⁹ Entretanto, ele respondeu positivamente aos pedidos de Bello que lhe retornou esboçando uma nova preocupação. O magistrado pedia para que não deixassem de ser eleitos dois candidatos da lista: Félix da Cunha e José Cândido Gomes, “cujas candidaturas são das mais fracas; quanto ao primeiro, por não ser ainda conhecido; quanto ao segundo, porque lhe fazem muita guerra os adversários; eu rogo a V. S. o obséquio de empenhar-se especialmente a favor deles”.⁴⁰ Cândido Gomes era redator-chefe do *Mercantil*, folha liberal oposicionista onde seu amigo Félix publicava artigos políticos. Além deste jornal, Gomes mantinha um outro em Porto Alegre: *Der Colonist* – destinado aos colonos alemães da Capital.⁴¹ Dias depois, Felipe Nery, dono e redator do *Correio do Sul*, escrevia a Osório reforçando os pedidos de Bello:

“Peço a V. Ex. para tomar sob sua especial proteção, além da deste seu criado, as candidaturas do Ubatuba, Caldre Fião, Abrahão dos Santos e Félix Xavier da Cunha. Os três primeiros sei que tem em V. Ex. um procurador nato; mas o quarto (Cunha) sendo-lhe menos conhecido, não merece menos o interesse de V. Ex. É muito talentoso, bom advogado e melhor poeta; é sumamente probo e denodado e o único defeito que lhe noto é puxar demasiado para um liberalismo exaltado próprio dos seus poucos anos. Escreve para o *Mercantil* algumas vezes, porém, apesar disso temos feito excelente liga e nos entendemos”.⁴²

Osório aceitou e trabalhou pela candidatura do jovem Félix. Chegadas estas eleições, a Contra-liga venceu a Liga pela primeira vez: 17 cadeiras contra 11. O partido de

³⁸ Carta de Luis Bello a Manuel Osório, Porto Alegre, 15.10.1855 (OSÓRIO, Fernando Luís. Op. Cit., p. 572-573).

³⁹ Embora iremos tratar das eleições mais especificamente no próximo capítulo é importante destacar que a chapa foi escolhida pelos líderes levando-se em conta a localidade e a “classe” dos candidatos, como se percebe na missiva. Isto demonstra que as representações políticas não estavam apenas relacionadas aos grupos econômicos, como estancieiros, charqueadores e comerciantes, por exemplo, mas também a grupos sócio-profissionais, como a magistratura, o clero e os militares. Além disso, a tese defendida por Miriam Dolhnikoff de que a elite política provincial governava em nome das províncias e não das localidades é fortemente relativizada por esta carta, onde os interesses de um município – São Borja – estão em jogo como moeda de troca.

⁴⁰ Carta de Luis Bello a Manuel Osório, Porto Alegre, 28.10.1855 (OSÓRIO, Fernando Luís. Op. Cit., p. 573).

⁴¹ SILVA, Jandira M. M. da. *Breve Histórico da imprensa Sul-Rio-Grandense*. Porto Alegre: CORAG, 1986, p. 143.

⁴² Carta de Felipe Nery a Manuel Osório, Porto Alegre, novembro de 1855 (OSÓRIO, Fernando Luís. Op. Cit., 573-574)

Pedro Chaves, embora tivesse, de acordo com o próprio Bello, a maioria do eleitorado na Província, nunca mais conseguiu recuperar a maioria no parlamento. A Contra-liga, que recebia o apoio de Caxias, Osório e Porto Alegre – principais chefes militares envolvidos na política – crescia em força, influência e número de eleitores. Félix da Cunha, o líder da turma de bacharéis rio-grandenses que vimos anteriormente, contava com apenas 23 anos em 1856 e estreava como parlamentar na Assembléia Provincial.⁴³

Posteriormente, nas eleições gerais de 1856, na qual o Rio Grande contribuía com 6 deputados, a Liga sofreria uma nova derrota (elegeram apenas 1 candidato) e Pedro Chaves, no Senado, passava a articular uma maneira de afastar Osório do comando militar de São Borja e recuperar a hegemonia política na Província.⁴⁴ Osório contava com o apoio de vários estancieiros, entre eles antigos chefes farrapos que também comandavam destacamentos da Guarda Nacional nos seus municípios. David Canabarro era seu braço direito em Livramento, José Alves Valença, em Santa Maria, José Gomes Portinho, em Cachoeira, Manoel Lourenço do Nascimento, em Pelotas, Bento Martins, em Quaraí, além dos seus “camaradas” do Exército de linha.⁴⁵

Quando a hegemonia da facção vencedora parecia estar certa, um acontecimento provocou um forte abalo na situação política provincial. Em 1857, o saquarema Ângelo Muniz da Silva Ferraz assumiu a presidência do Rio Grande do Sul com o objetivo de fortalecer a Liga, onde predominavam os elementos conservadores. Ferraz (um magistrado baiano) passou a permitir inúmeras arbitrariedades contra os adversários de Pedro Chaves e Israel Barcellos, provocando muitos ataques da oposição liderada por Félix da Cunha e Luís Bello. Esperando que todos os seus colegas de partido o acompanhassem, e tendo o mesmo não ocorrido, Bello decepcionou-se.⁴⁶ Uma facção liderada pelo Barão de Porto Alegre aliou-se ao presidente Ângelo Ferraz, também Barão de Uruguaiana, tendo por isto, a nova dissidência recebido o nome de facção *baronista*.⁴⁷

Fazia tempo que o Barão de Porto Alegre disputava influência política dentro da Contra-liga e este apoio ao presidente Ferraz foi uma das suas estratégias para conseguir vencer Luís Bello. Entre os líderes da Contra-liga que acompanharam o Barão estava Felipe Nery, redator e proprietário do *Correio do Sul* – folha adotada pelos baronistas.⁴⁸ Os

⁴³ OSÓRIO, Fernando Luís. Op. Cit., p. 574.

⁴⁴ OSÓRIO, Fernando Luís. Op. Cit., p. 576-583.

⁴⁵ OSÓRIO, Fernando Luís. Op. Cit., p. 582.

⁴⁶ OSÓRIO, Fernando Luís. Op. Cit., p. 627-631.

⁴⁷ PICCOLO, 1974. Op. Cit., p. 25.

⁴⁸ OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 631-632; SILVA, Jandira M. M. Op. cit., p. 267; DILLENBURG, Sérgio Roberto. A imprensa em Porto Alegre de 1845 a 1870. Porto Alegre: Sulina/ ARI, 1987, p. 18-19.

conflitos cresceram quando o *Mercantil*, por influência de Félix da Cunha, publicou “ofensas dirigidas ao Exército” e ao presidente Ferraz – o que desagradou muito o Barão de Porto Alegre. Luis Bello, que era vice-presidente da Província, foi afastado do cargo por Ferraz após o pedido do Barão. Este, buscando reunir adeptos à nova dissidência que acabava de provocar, apresentou uma declaração contra as críticas dos adversários, submetendo-a a assinatura de vários oficiais. Seu objetivo era criar um “partido militar” e para isso contou com o apoio de vários oficiais do Exército e fazendeiros, entre eles, o brigadeiro João Propício Menna Barreto (novo vice-presidente da província).⁴⁹ Assinavam, entre outros, dois amigos de Osório – os coronéis Portinho e Canabarro.⁵⁰

Apresentado a Manuel Osório, este se recusou a assinar o manifesto. A notícia da rejeição de Osório “correu rapidamente por toda a parte, e chegou aos ouvidos do Presidente Ferraz, muito comentada pelos intrigantes e freqüentadores do Palácio”.⁵¹ Ferraz buscou outras negociações com Osório, mas não obteve sucesso. Em represália, Osório foi transferido de São Borja para Jaguarão, onde, com rendimentos reduzidos, assumiu o Comando da Fronteira. Entretanto, o objetivo maior era removê-lo para o norte do País e anular a sua influência política na Província.⁵² Em março de 1859, Osório foi removido, mas por intervenção de amigos, seu destino, ao invés do norte do Império foi a Corte.⁵³

Foi somente com a queda do gabinete Araújo Lima, em 1859, e a conseqüente saída de Ângelo Ferraz da presidência, que Osório pode retornar ao Rio Grande do Sul. Contudo, a ida de Osório a Corte não fora em vão. Estando perto dos Ministérios e de todos os benefícios que isto representava, conseguiu uma promoção para brigadeiro efetivo, algo que perseguia há anos.⁵⁴ Entretanto, os dias de tranquilidade que Osório encontrou logo que regressou à Província foram substituídos por dias de apreensão e incerteza. Ângelo Ferraz, que retornou à Corte nutrindo um enorme ódio contra Osório, foi alçado à presidência do Conselho de Ministros obtendo amplos poderes.

⁴⁹ Os vice-presidentes da Província eram escolhidos pelas Assembléias Provinciais, em sessões especiais, entre os cidadãos “ilustres” da Província. Os eleitos formavam uma lista com 6 políticos que sucederiam na respectiva ordem o Presidente no caso de licença ao abandono do cargo.

⁵⁰ OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 632-633.

⁵¹ OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 633.

⁵² Em Jaguarão, Osório sofreu forte oposição de ligueiros e adversários, mas recebeu amplo apoio de correligionários. É bastante provável que nesta época ele tenha tido contato pela primeira vez com Henrique d’Ávila, que voltara de São Paulo em 1856 e advogava em Jaguarão. Osório deve ter batizado seu filho por estes anos. Posteriormente, d’Ávila seria feito deputado por Osório.

⁵³ OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 640-650.

⁵⁴ Desiludido com o Exército, Osório havia ameaçado se reformar, mas Caxias o convenceu a desistir. (Carta do Marquês de Caxias a Manuel Osório, Rio de Janeiro, 16.06.1859 (OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 654)).

Desconfiando do gabinete Ferraz e do Barão de Porto Alegre, com quem já havia rompido, e com receio de todos os seus outros adversários políticos, que provavelmente viriam a ser favorecidos por Ferraz, Osório decidiu organizar um novo partido e escreveu a Félix da Cunha, o único homem em que confiava para liderá-lo:

“O Conselheiro Ferraz acaba de nos dar o exemplo, de apontar-nos o caminho, organizando o Gabinete atual todo do lado *conservador*, segundo a comunicação que tive do Caxias. Parece, portanto, que se pôs em termo à doutrina da tolerância política, da liga e contra-liga, da conciliação dos partidos, que, quem, como eu, andava emprestado à tal doutrina, votando por *homens* e não por *princípios*, aproveitei a oportunidade para desfraldar a bandeira das verdadeiras crenças, que trazia enrolada. Eu estou resolvido a isso. Consulto, por conseguinte, ao senhor, que sabe mais do que eu: está disposto a acompanhar-me? Se está, vamos adiante; e desde já lhe aviso que o senhor será o meu primeiro candidato à Geral na próxima eleição, pois entendo que assim devemos começar agindo logo, e a sua vitória nas urnas é o nosso primeiro passo *real* que ficará dado. Se o senhor tiver a fortuna de ser eleito, será isso uma base para a formação do *partido liberal*. Em torno de sua pessoa se reunirão os nossos amigos, e... a sua inteligência fará o resto. Pense, e resolva. Não temos tempo a perder. Uma coisa, porém, desde agora lhe digo, e é que, devendo ser o nosso primeiro pensamento garantir sua eleição, não podemos *enxotar* o concurso dos nossos antigos amigos Bello e Mendonça. Não sei se me entende. Deixo isso à sua perspicácia. Quem não tem exército próprio, formado, para bater o inimigo, não dispensa aliados” (grifos no original).⁵⁵

Osório já devia prever os conflitos que iriam ocorrer. Velhos políticos como Bello e Mendonça não aceitariam que um recém bacharel de 27 anos chefiasse o novo partido. Félix também era um liberal muito radical para concordar com as idéias daqueles políticos mais moderados. E de fato, posteriormente, Bello e Mendonça passariam para as fileiras conservadoras.

A distribuição de circulares e notícias na imprensa sobre a nova posição de Osório foi ampla. A informação de que ele fundara um partido no Rio Grande do Sul com apoio à candidatura de Félix da Cunha, combatendo assim os candidatos de Ângelo Ferraz, entre eles Francisco Brusque, chegou rapidamente aos ouvidos de Caxias, ou seja, circulava pela Corte. Preocupado com a nova situação, Caxias recomendou a Osório muita moderação e que não fizesse oposição ao Ferraz. Osório não lhe deu ouvidos e para a criação do novo partido contou com o importante apoio de David Canabarro, um dos homens mais poderosos e

⁵⁵ Carta de Manuel Osório a Félix da Cunha, Bagé, março de 1860 (OSÓRIO, Fernando Luís. Op. Cit., p. 662-663).

influentes da fronteira⁵⁶, além de outros estancieiros e amigos. Ao prosseguir na articulação de suas novas bases, Osório orientou Félix sobre quais seriam os primeiros passos: “asseste suas *baterias* sobre o distrito de Alegrete, que sobre ele vou já começar o meu *tiroteio*. Dirija-se aos seus amigos sobre a sua candidatura por lá. Eu farei o mesmo”.⁵⁷ Félix, juntamente com seu irmão Francisco, comprou o jornal Mercantil, colocando-o à disposição do novo partido, pois eram necessários vários canais de informação que dessem conta de convocar eleitores e convencê-los das candidaturas apoiadas por Osório.

Com a criação do Partido Liberal histórico, nome atribuído pelos próprios líderes da época, os baronistas, antigos aliados, viriam a formar o Partido Liberal Progressista. Nas eleições gerais de 1860, Osório elegeu seus 3 candidatos: Félix da Cunha, Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá), capitalista e banqueiro na Corte, e o estreante Amaro José d’Ávila da Silveira, advogado em Pelotas. Luís Bello também se elegeu, assim como o conservador Israel Barcelos e o Barão de Porto Alegre, completando a bancada rio-grandense. Estas eleições evidenciavam a enorme frouxidão das alianças políticas da época, assim como das candidaturas e das vinculações partidárias – algo que Félix da Cunha combatia nos seus discursos.

O sucesso de Félix da Cunha na Câmara dos Deputados e no Rio Grande trouxe de volta do Rio um antigo amigo e colega de faculdade. Em 1861, Gaspar Silveira Martins regressava para a sua Província sendo rapidamente acolhido por velhos e novos companheiros, mas, entretanto, a sua entrada no partido não foi nada tranqüila. O talento de Gaspar chamou muito a atenção de Osório que o queria lançar candidato, contudo, muitos líderes do partido se opuseram. Diziam que elegê-lo “era perder tempo e trabalho e trancar o lugar que poderia ser servido por outro que não fosse magistrado, que contasse melhores serviços, que não vivesse ausente e não tivesse abandonado sua terra para ir procurar emprego fora dela”.⁵⁸

Osório, no entanto, apostou em Gaspar. Disse que o partido devia recrutar homens de talento, não importando onde estivessem. E garantiu que se o jovem Silveira Martins fosse

⁵⁶ Para maiores detalhes de sua trajetória ver CAGGIANI, Ivo. David Canabarro: de tenente a general. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

⁵⁷ Carta de Manuel Osório a Félix da Cunha, Bagé, março de 1860 (OSÓRIO, Fernando Luís. Op. Cit., p. 663-669, grifos no original). Alegrete era o município mais importante da campanha e um verdadeiro ponto estratégico. Durante décadas, os conservadores encontraram nele uma forte base eleitoral, tornando-se hegemônicos na maior parte dos anos. Isto contraria, em parte, a vinculação entre liberais e estancieiros da campanha, defendida pela historiografia. Voltaremos a este ponto nos capítulos posteriores, com novas fontes e argumentos mais detalhados.

⁵⁸ OSÓRIO, Fernando Luís. Op. Cit., p. 679-680. Gaspar havia sido juiz municipal na Corte e recém nomeado substituto de juiz de direito de duas varas criminais na mesma localidade.

eleito, viria da Corte para tomar posse na Província. Osório concluiu: “não há motivo para que não venha; é moço, terá aspirações e quererá aparecer”.⁵⁹ Silveira Martins foi incluído na lista e posteriormente eleito à deputação provincial. Da Corte, escreveu a Osório agradecendo-lhe:

“Meu caro General (...) Aqui vi o resultado da eleição Provincial, e dou-lhe mil agradecimentos pelo que por mim fez; sei quanto é difícil apresentar um candidato que por si nada fez, nem mesmo pede, mas a minha posição e ausência a isso me obrigaram; magistrado, longe da Província, eles me perguntariam: que quereis aqui? – e não me acreditariam ainda que eu seja homem de sempre falar a verdade. O que lhe peço é que V. Ex. dê suas ordens a quem muito folga de cumpri-las, por ser de V. Ex. patrício, amigo obrigadíssimo”.⁶⁰

As bases do novo partido estavam sedimentadas. Outros jovens bacharéis rio-grandenses que viriam a ser grandes lideranças dentro da agremiação chegavam de São Paulo. Os futuros deputados Timóteo Pereira da Rosa, natural de São Borja, Egídio Barbosa de Oliveira Itaqui, natural de Itaqui, e Florêncio Carlos de Abreu e Silva, porto-alegrense, enriqueciam a nova geração de políticos, ao mesmo tempo em que os antigos colegas de Gaspar, o jaguareense Henrique d’Ávila e o cachoeirense Felisberto Pereira, também faziam as suas estréias no parlamento.

Em 1863, Félix da Cunha e Silveira Martins entregaram um manifesto ao brigadeiro Manuel Luís Osório, que viria a ser o programa do Partido. Nele eram defendidas a soberania nacional, a responsabilidade dos ministros, a temporariedade do Senado, a eleição direta, a representação das minorias no parlamento, a independência da magistratura, a liberdade individual, a emancipação da navegação de cabotagem, o serviço militar obrigatório, a descentralização administrativa e a reforma das municipalidades.⁶¹ Futuramente muitos destes tópicos seriam lentamente abandonados ou aprovados de forma que não alterassem as estruturas políticas e sociais.

Neste ano, no entanto, as eleições gerais e provinciais seriam vencidas no Rio Grande do Sul pelos progressistas que passaram a adquirir maior poder desde 1862, quando, pela primeira vez, assumira um Gabinete o recém criado Partido Progressista (que unia

⁵⁹ OSÓRIO, Fernando Luís. Op. Cit., p. 680.

⁶⁰ Carta de Silveira Martins a Manuel Osório, Rio de Janeiro, 21.02.1862 (OSÓRIO, Fernando Luís. Op. Cit., p. 681).

⁶¹ PICCOLO, Helga. Vida política no século 19. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998, 3.^a edição, p. 54.

liberais e conservadores com a proeminência dos primeiros), sob a presidência do baiano Zacarias de Góes e Vasconcellos. Com isto, os progressistas rio-grandenses tornaram-se mais fortes politicamente, sendo o Barão de Porto Alegre escolhido ministro da Guerra em 1862 e Francisco Carlos de Araújo Brusque, da Marinha e interino da Guerra em 1864.

Na década de 1860, portanto, até 1868, os dois principais partidos rio-grandenses passaram a ser o Partido Liberal histórico – liderado por Osório e Félix da Cunha, e que depois recebeu o apoio dos bacharéis em direito formados em São Paulo, Silveira Martins, Henrique d’Ávila, Timótheo da Rosa, Florêncio Abreu, Egídio Itaqui, Felisberto Pereira, entre outros, e o Partido Progressista, que reunia o Barão de Porto Alegre, o médico Luís da Silva Flores, o militar Lopes Teixeira, o também médico Caldre e Fião, o advogado Francisco Brusque e o jornalista Felipe Nery – todos com enorme prestígio político na Província. Apesar de contar com muitas adesões, o Partido Conservador apresentava-se como o mais fraco, recuperando-se ainda das derrotas impostas pela antiga Contra-liga. Permaneciam como seus líderes Pedro Chaves e Israel Barcelos. Foi somente após 1868 que uma nova geração iria ingressar com maior vigor nesta facção, dando maior dinâmica à agremiação. Entre eles, estava o próprio filho de Pedro Chaves, o jovem magistrado Paulino.⁶²

Os Liberais históricos só conquistariam a maioria na Assembléia Provincial nas eleições de 1865. Neste ano, falecia de tuberculose, com 32 anos, Félix da Cunha.⁶³ Com a ida de Osório para o Paraguai, Silveira Martins viu o seu caminho aberto e desde então passou a liderar a bancada liberal na Assembléia Legislativa. Refazendo alianças nas localidades e na Corte e buscando o seu espaço entre os demais colegas, ele foi lentamente tornando-se um dos principais líderes da agremiação na Província. Em 1867, acreditando que o Partido Liberal vencesse as eleições no segundo distrito eleitoral⁶⁴ e que o Partido Progressista vencesse no primeiro, Gaspar decidiu buscar uma união entre progressistas e liberais históricos, o que, após muitas negociações, obteve com sucesso naquele mesmo ano.⁶⁵

⁶² Sobre Paulino ver WITT, Marcos Antônio. *Política e Magistratura no Brasil Imperial. O litoral norte do Rio Grande do Sul como um estudo de caso in: Revista Justiça & História*. Porto Alegre: TJ-RS. Departamento de Artes Gráficas, 2002. V. 2, n.º 3. Pp. 239-268.

⁶³ Também faleceram neste ano Luís Bello e Pedro Chaves o que demonstrava que cada vez mais os partidos vinham sendo substituídos por lideranças novas.

⁶⁴ Formado pelos municípios da campanha e noroeste da Província.

⁶⁵ Em diversas reuniões com líderes progressistas e visitas à casa do Dr. Luis Flores, em Porto Alegre, Silveira Martins foi aos poucos costurando esta difícil aliança. A condição dada por Gaspar foi a de que Luis Flores e o Barão de Porto Alegre ingressassem na chapa de deputados gerais, com exceção de Felipe Nery, que fazia dura oposição ao governo do Presidente Homem de Mello – o qual Gaspar apoiava. Flores, que sabia do enfraquecimento da facção progressista devido ao crescimento dos conservadores, que com o novo gabinete

Os conservadores só conseguiram se fortalecer em 1868, quando seus correligionários foram alçados ao gabinete ministerial. Nesta ocasião, muitos oportunistas passaram a ingressar no partido e antigos progressistas, que outrora foram conservadores, também retornaram à facção. O ano de 1868, portanto, viu nascerem dois “novos” partidos: o Liberal (que unia progressistas e liberais históricos) e o Conservador (que unia antigos ligueiros, progressistas e novos conservadores). Esta divisão seria mantida até a queda do regime monárquico.

A longa narrativa acima poderia ser perfeitamente identificada como uma história “*événémentielle*”, tipicamente associada à história política tradicional, privilegiando as ações dos grandes homens, algo que foi hegemônico durante décadas dentro da historiografia européia e também brasileira. Optamos por assim fazer, propositalmente, buscando destacar alguns aspectos que ficam visíveis ao historiador somente neste tipo de narrativa cadenciada, onde os indivíduos aparecem atuando com maior clareza.

A partir destas histórias inter-cruzadas pudemos constatar que muitas das articulações políticas realizadas na Província e nos municípios eram reflexos de medidas tomadas pelos dirigentes da Corte ou resultado de mudanças conjunturais igualmente ocorridas no centro do país. Com isto, contrariando a tese de Miriam Dolhnikoff, é possível demonstrar que a autonomia política do Rio Grande do Sul era bastante relativa, pois as remoções de Osório, homem de grande influência regional, e todo o processo eleitoral eram fortemente condicionados pela elite política da Corte.⁶⁶ O próprio Caxias, mesmo no Rio de Janeiro, ajudou, com sucesso, um primo distante a conquistar a chefia de um partido político, no caso a Contra-liga. O Barão de Porto Alegre quando queria algum favor político dirigia-se diretamente aos ministros ou ao presidente da Província que intermediava tal pedido com o gabinete. Foi assim que Osório foi removido, que Francisco Brusque fez-se deputado e que Bello foi substituído na presidência da Província, como vimos.

Em contrapartida, as forças paroquiais também eram significativas. Pedro Chaves só foi escolhido senador após a ameaça de uma rebelião armada e Osório só conseguiu sedimentar o Partido Liberal porque contou com o apoio de uma enorme gama de

passaram a ser favorecidos pela Corte, decidiu pela fusão partidária, mas precisava antes consultar ao Barão de Porto Alegre, que estava na Guerra. Dias depois, a proposta foi aceita e Nery, chamado pejorativamente de “o castelhano”, sentindo-se traído, continuou mantendo às suas custas o Partido Progressista. Entretanto, logo desistiu do projeto e transferiu residência para o Rio, onde trabalhou como redator para uma folha liberal (Anais da Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul. Sessão de 21.04.1874 – Arquivo do Solar dos Câmara – AL-RS).

⁶⁶ DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens no federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005. Este debate permanecerá ao longo de todo o trabalho.

estancieiros anônimos. Estes atores sociais rejeitaram as candidaturas de Gaspar e Félix, só cedendo após muita negociação com outros líderes do partido.

Também foi possível visualizar até aqui que parte das elites políticas da Corte, da província e dos municípios estavam fortemente vinculadas e mantinham muitos interesses comuns. Nesta mesma época, por exemplo, Araújo Ribeiro era senador na Corte, Francisco Brusque deputado em Porto Alegre, e o Barão do Jacuí, militar na fronteira. Todos eram cunhados e ao mesmo tempo elos importantes de uma mesma família que reunia estancieiros e charqueadores na Província e fora dela.

Outras questões ainda poderiam ser apontadas a partir da narrativa anterior. Os casos narrados permitem evidenciar que as alianças políticas não se davam principalmente por definição de programas ou agendas políticas inovadoras. O programa liberal só foi redigido em 1863 e os conservadores nunca escreveram um, o que demonstra a sua real importância. Embora Félix da Cunha inaugurasse um novo discurso, onde agora os ideais superariam as pessoas, parece-nos que a prática política das próximas décadas pouco mudou, trocando somente as pessoas a serem seguidas. Com a morte de Félix da Cunha, Luís Bello e Pedro Chaves em 1865, lideranças secundárias começaram a tomar o posto das antigas e são elas que buscaremos identificar a seguir.⁶⁷

1.2 – “O poder da pena... e a força da espada”: um perfil sócio-político dos ministros, senadores e deputados gerais

O longo e difícil caminho que levava até a alta política da Corte foi atravessado com sucesso por apenas 34 indivíduos entre 1868 e 1889. Mediadores políticos entre a província e a Corte, eles ocuparam os cargos de conselheiro de Estado, ministro, senador e deputado geral. Estes poucos homens eram capazes de circular pelos dois mundos com a desenvoltura necessária, muitas vezes adquirida em longos estudos superiores patrocinado por suas famílias. Pode-se dizer que estes mediadores formavam a elite política da província e a partir de agora buscaremos conhecer melhor quem eram eles. As fontes utilizadas para a construção

⁶⁷ Talvez as idéias e os programas atraíssem mais os jovens recém saídos das academias do que os demais políticos acostumados com a sua prática no cotidiano. Neste sentido preferimos concordar com Richard Graham cuja idéia de partido político no Império nos serve como orientação. Para ele havia pouca diferença entre o Partido Liberal e o Conservador, “(o que não significa dizer que não havia diferenças entre conservadores, com ‘c’ minúsculo, e liberais, porque por definição essas duas ideologias são contrastantes; mas ambas as ideologias podiam ser encontradas em ambos os partidos, e nenhuma delas predominava em nenhum deles). Então, trocar o partido no poder não levou a nenhuma mudança de direção” (GRAHAM, Richard. *Réplica* [à Lilia Schwarcz]. In: *Diálogos*. Maringá: DHI/ UEM, v. 5, n. 1, 2001, p. 77-78).

de suas biografias coletivas, assim como a maneira que as mesmas foram tratadas e reunidas, estão arroladas em anexo no final do texto.

O **Conselho de Estado** era o topo da elite política e a partir de uma convocação do Imperador, deliberava sobre questões eventuais e de caráter nacional, muito embora questões provinciais e até mesmo locais também acabavam minando as reuniões. Ao contrário dos ministros, mas assim como os senadores, os conselheiros exerciam seu cargo de maneira vitalícia.⁶⁸ O Rio Grande do Sul, ao longo de toda a monarquia, teve apenas 2 conselheiros de Estado (2,7% do total no período). Destes, interessa-nos apenas um deles, o chefe liberal Silveira Martins, uma vez que o outro, Cândido Batista de Oliveira, construiu boa parte de sua carreira fora do Rio Grande do Sul e faleceu em 1865, não se enquadrando no nosso período analisado.

Os **ministros de Estado** eram os agentes do Poder Executivo imperial. Antes de 1847, o Imperador os escolhia livremente e após esta data, ele reservava-se a recrutar o presidente do Conselho de Ministros que, por sua vez, distribuía as pastas aos seus correligionários. Até 1861, as pastas ministeriais eram as seguintes: da Guerra, da Marinha, da Justiça, da Fazenda, dos Negócios Estrangeiros e do Império. Após aquela data somou-se a de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. O número de ministros sul-rio-grandenses, superior ao de conselheiros, pede uma análise mais aprofundada. O Rio Grande, durante todo o período imperial, teve 13 ministros (6 % do total). Destes, 7 ocuparam a pasta da Guerra⁶⁹, o que indica que os membros da elite política desta província eram mais lembrados e recrutados para a Corte quando os assuntos eram desta competência.⁷⁰

Como o nosso trabalho visa estudar principalmente os dois últimos decênios do Império, o Quadro 1 nos ajuda a contextualizar qual era o panorama de recrutamento neste período. Embora permanecesse por muito tempo no ostracismo, percebe-se que no final da monarquia, uma nova conjuntura se desenhava para os rio-grandenses, pois a sua presença na elite política imperial, entre 1871 e 1889, foi muito superior às décadas precedentes.⁷¹

⁶⁸ Embora este órgão de poder tenha sido estudado por vários autores recomendamos o trabalho de MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Tese de Doutorado apresentada ao PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2005.

⁶⁹ LYRA, Tavares de. Op. Cit.

⁷⁰ De fato, esta foi a única repartição do governo Imperial em que o Rio Grande do Sul conseguiu impor alguma tradição com relação às outras províncias. Entre 1832 e 1889, 52 homens ocuparam o Ministério da Guerra, sendo 11 da Corte, 7 do Rio Grande do Sul, 7 de Portugal e 7 baianos, apenas para citar as principais regiões representadas (o restante estava distribuído pelas outras províncias).

⁷¹ CARVALHO, 2003, Op. cit, p.134. José Murilo de Carvalho localizou 4 ministros sul-rio-grandenses para o período 1831-1840. Tavares de Lyra identificou apenas 3. Não encontramos o quarto indivíduo apontado por

Quadro 1
Origem Provincial dos Ministros por períodos (1822-1889) (%)

Províncias	Períodos					
	1822-1831	1831-1840	1840-1853	1853-1871	1871-1889	Total
Bahia	17,78	22,86	26,09	20,00	15,16	19,18
Rio/Corte	13,34	17,15	17,39	26,00	16,66	18,27
Minas Gerais	15,56	11,43	21,75	08,00	13,63	13,25
Pernambuco	06,66	14,29	04,34	06,00	15,16	10,05
São Paulo	06,66	08,57	21,75	10,00	09,09	10,04
Rio G. do Sul	0,00	11,42	00,00	04,00	12,12	06,39
Outras	06,66	08,57	08,68	20,00	18,18	13,69
Outro País	33,34	05,71	00,00	06,00	00,00	09,13
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: reproduzido de CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 134, grifo nosso.

Do ponto de vista de todo o Império, o Quadro 1 ainda destaca que, ao contrário da província meridional, São Paulo e Minas apresentavam uma representação decadente. A conversão, na década de 1870, de vários líderes liberais destas duas províncias ao republicanismo, fez com que o Rio Grande assumisse um posto de destaque dentro do Partido Liberal em nível nacional.⁷² Nas quatro últimas décadas ainda podemos perceber que houve um representativo aumento no recrutamento de ministros de outras províncias, o que expressa a lenta transformação desta elite e o resultado das pressões regionais por demanda participativa e por um sistema federativo – uma bandeira identificada principalmente com os republicanos.

Carvalho. Contudo, o que importa é que estes 3 ministros construíram suas carreiras fora da Província. Dois foram professores na Escola Militar do Rio de Janeiro (Candido Batista de Oliveira e José Saturnino da Costa Pereira), ambos formados em Matemática na Universidade de Coimbra, e o terceiro, Barão de Tramandaí, militar de carreira e sem formação superior, assumiu diversos postos burocráticos em outras províncias. Ressaltamos estes pontos para evidenciar que os ministros de (1870-1889), além de serem superiores em número (somavam 8 políticos), eram ligados diretamente aos interesses da Província, o que evidencia ainda mais a crescente valorização, em nível nacional, da elite política do Rio Grande do Sul nas últimas décadas do Império. Ver CARVALHO, 2003, Op. cit., p. 134 e LYRA, Tavares de. Op. Cit., p. 220; 241; 309; 342.

⁷² Entre outros fatores, isto ajuda a explicar porque boa parte da elite monárquica paulista e mineira não foi alijada do poder com o golpe de 1889, ao contrário do Rio Grande do Sul. Conforme Céli Pinto, “nos últimos anos do regime, a situação se inverteu e, enquanto o reformismo liberal paulista se transformou em luta contra o próprio regime através da propaganda republicana, os liberais gaúchos se aproximam do governo central exatamente porque, sem o apoio das elites agrárias de ponta, a monarquia buscou apoio de um partido que, ao mesmo tempo, era popular em sua região e mantinha-se fiel ao regime” (PINTO, Céli. Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930). POA: L & PM, 1986, p. 9).

Para fins metodológicos, selecionaremos apenas os ministros rio-grandenses recrutados entre 1868 e 1889 – período que nos interessa. Restam, portanto, 8 políticos – número maior que o de todas as décadas anteriores somadas. Além disso, estes 8 ministros ocuparam suas pastas entre 1878 e 1889, o que demonstra que o Rio Grande do Sul nunca esteve tão perto da Corte e dos centros de decisão política como no último decênio do Império, como já evidenciamos anteriormente.

Quanto ao seu partido político, apenas 1 dos ministros era conservador. O predomínio dos liberais fica mais evidente se considerarmos que este solitário saquarema, o advogado Antônio Ferreira Vianna, construiu toda a sua carreira fora da província de origem.⁷³ Esta informação é bastante significativa, pois revela que quando os conservadores assumiam o poder na Corte e organizavam a lista dos possíveis ministros lembrados para ocuparem as pastas, não chamavam seus correligionários sul-rio-grandenses para o governo. Este fenômeno pode ser reflexo dos períodos de relativa fraqueza em que o Partido Conservador encontrou-se no Rio Grande do Sul. Além disso, a violenta cisão interna do partido em 1870 (entre lobos e cordeiros) pode ter acabado com qualquer chance dos conservadores rio-grandenses de serem convocados para algum ministério nos próximos anos.⁷⁴

Destes 8 ministros, apenas o general Manuel Luís Osório não possuía curso superior. Ele assumira a pasta da Guerra (1878-1879) mais pelo seu prestígio militar do que por sua carreira parlamentar – que era completamente inexpressiva. José Antônio Corrêa da Câmara, o Visconde de Pelotas, outro militar nacionalmente respeitado, formou-se na Escola Militar de Porto Alegre (1855), vindo a ocupar a mesma pasta da Guerra (1880). Gaspar Silveira Martins (ministro da Fazenda em 1878), Henrique Francisco d’Avila (ministro da Agricultura, Comércio e Obras-públicas em 1883) e Antônio Ferreira Vianna (ministro do Império e da Justiça em 1888-1889) formaram-se em Direito na Faculdade de São Paulo e na mesma turma (1855), como vimos anteriormente. Outros dois bacharéis em Direito foram escolhidos ministros – Francisco Antunes Maciel (ministro do Império em 1883-1884) que se diplomou em Montevideu, no início da década de 1870, e José Francisco Diana (ministro de Estrangeiros em 1889), também formado em São Paulo, em 1868. O último ministro da lista

⁷³ Natural de Pelotas, Antônio Ferreira Viana (1834-1905) formou-se em Direito em São Paulo, em 1855, sendo promotor público no Rio e deputado geral pela mesma Província em diversas legislaturas. Foi Ministro da Justiça e do Império no último gabinete conservador da monarquia (1888-1889) (LYRA, Tavares de. Op. cit., p. 225).

⁷⁴ Sobre esta cisão ver PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A Política Rio-Grandense no II Império (1868-1882)*. Porto Alegre: UFRGS, 1974; CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada: o regionalismo políticos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

foi Antônio Eleutério de Camargo (ministro da Guerra em 1885), diplomado em Engenharia Militar no Rio de Janeiro, em 1856. É possível, portanto, perceber que 4 destes políticos formaram-se no ano de 1855, sendo 3 em Direito e na mesma turma. Isto evidencia que as redes sociais desta elite podiam começar cedo, desde a juventude, vindo a estender-se ao longo do tempo quando os seus colegas de faculdade já ocupavam postos importantes em nível nacional.⁷⁵

Assim como o Conselho de Estado, o **Senado** era uma das instituições mais conservadoras e elitistas do regime monárquico brasileiro. Primeiro, porque o mandato era vitalício e reunia os líderes políticos mais experientes da época. Segundo, porque eram escolhidos pelo Imperador a partir de uma lista tríplice sufragada pelos eleitores paroquiais. Para candidatar-se senador o indivíduo devia possuir uma renda acima de 800 mil réis anuais. Cada província possuía uma representação proporcional a sua população. Ao Rio Grande do Sul eram reservadas 3 cadeiras. Apenas para comparação, Minas Gerais possuía 10 senadores, Bahia e Pernambuco possuíam 6 cada, São Paulo e Ceará 4 e o Rio de Janeiro 3.⁷⁶

Entre 1868 e 1889, o Rio Grande do Sul contou com 8 senadores: Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias (1843-1880), José de Araújo Ribeiro, o Visconde do Rio Grande (1848-1879), Antônio Rodrigues Fernandes Braga (1870-1875), Manuel Osório, o Marquês do Herval (1877-1879), José Antônio Corrêa da Câmara, o Visconde de Pelotas (1880-1889), Florêncio Carlos de Abreu e Silva (1880-1881), Gaspar Silveira Martins (1880-1889) e Henrique d'Ávila (1882-1889). Destes 8 senadores, 4 já foram citados anteriormente por terem sido também ministros de Estado. Portanto, se há uma elite dentro da elite política sul-rio-grandense, esta é composta por estes 4 políticos liberais (Câmara, Silveira Martins, Osório e Henrique d'Ávila) que acumularam os dois cargos mais importantes. Chamaremos este grupo de *topo da elite política*. São 2 bacharéis em direito e 2 militares – dados bastante equilibrados e que refletem a tensão social existente entre o bacharelismo civil imposto pelos condicionamentos políticos e culturais da sociedade imperial e os traços de militarismo que caracterizaram principalmente o Rio Grande do Sul devido aos seus conflitos fronteiriços.

⁷⁵ Silveira Martins e Ferreira Vianna, mesmo militando em partidos opostos, foram amigos durante toda a vida. Na intimidade, Vianna o chamava de *Guasca*, enquanto Gaspar tratava o amigo como o *Frade*. O apelido justificava-se pelos hábitos de Vianna. “Havia nele qualquer coisa de eremita, um acentuado pendor para as melancolias da cela. Discutia. Atacava. Analisava. Feria. Causticava. Depois da ação, vinha-lhe o gosto da clausura. E o grande parlamentar encerrava-se no Convento do Morro de Santo Antônio, buscando o asilo que lhe dava seu amigo, frei João do Amor Divino”. (ORICO, Osvaldo. Op. Cit., p. 215-216).

⁷⁶ A melhor obra sobre o Senado nas últimas décadas da Monarquia é a de LEITE, Beatriz W. de Cerqueira. O Senado nos anos finais do Império: 1870-1889. Brasília: Senado Federal, 1979.

Para facilitar a análise iremos denominá-los de *Grupo das Armas* (os militares do Exército e os engenheiros militares) e o *Grupo da Toga* (os bacharéis em direito).

Neste grupo de 8 senadores ainda é possível inferir outras características: 5 deles tiveram importante papel durante a Revolta dos Farrapos (1835-1845), seja como autoridades administrativas envolvidas (Araújo Ribeiro, Fernandes Braga e Caxias), seja como militares (Pelotas e Osório). Outro detalhe importante é que todos estiveram do lado legalista, o que indica que eram fiéis à Coroa desde longos anos – fator fundamental para ser escolhido na lista tríplice pelo Imperador. Além disso, Osório, Pelotas e Caxias tiveram importantes participações nas lutas contra Rosas, na década de 1850, e Solano Lopez, na década de 1860 – o que reforça sua ligação com os interesses da Coroa. Os outros 5 senadores eram bacharéis em Direito. Antônio Braga, o único que exerceu a magistratura, e Araújo Ribeiro, diplomata, formaram-se em Coimbra. Gaspar, Henrique e Florêncio eram oriundos da academia paulista. Sobre a sua filiação partidária, Braga, Araújo Ribeiro e Caxias representavam o Partido Conservador, enquanto os outros 5 o Partido Liberal. Novamente, o único destes que não possuía formação superior era o general Osório.

Somando o número de senadores ao de ministros teremos um grupo de 12 políticos (uma vez que 4 acumularam cargos nas duas instituições). Chamaremos este de *O Grupo dos 12*. O equilíbrio anteriormente verificado no *topo da elite política*, ou seja, 2 bacharéis e 2 militares, sofre um abalo significativo. Agora, dos 12 selecionados, 8 são ligados à *Toga* e 4 às *Armas*. A ausência completa de bacharéis formados em Recife é um demonstrativo de que esta faculdade exerceu um papel secundário na formação da elite política parlamentar do Rio Grande do Sul, sendo que, o mesmo não acontecera no seio da elite judicial.⁷⁷

Analisando a carreira política dos membros do *Grupo dos 12* percebem-se alguns indicadores em destaque. Existia uma espécie de hierarquia parlamentar que parece ter condicionado a carreira de alguns, tendo sido burlada por outros. Antes de eleger-se ao senado ou receber uma pasta ministerial, 9 destes políticos haviam exercido mandatos de deputados provinciais e, posteriormente, de deputados gerais, ingressando no *Grupo dos 12*

⁷⁷ Em trabalho anterior constatamos que na Província Sul-rio-grandense houve um predomínio de juízes formados em Olinda/Recife. Entre os desembargadores do período imperial esta maioria é ainda mais marcante. Isto se explica principalmente porque estes magistrados eram predominantemente norte/nordestinos, o que reflete, em parte, o projeto centralizador e circulacionista da Corte para com a sua burocracia (VARGAS, Jonas Moreira. *Magistrados e militantes: uma análise dos juízes de direito na Província do Rio Grande do Sul (1833-1889)* in: *Revista Humanas*. Porto Alegre: IFCH-UFRGS, no prelo). Sobre a influência dos nordestinos no meio jurídico do Rio Grande do Sul, inclusive na República Velha, ver ARAÚJO ARAÚJO, José Francelino de. *A Escola do Recife no Rio Grande do Sul: influência dos nordestinos na magistratura, no magistério e nas letras jurídicas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sagra/ DC Luzzatto/ Faculdade Ritter dos Reis/IARGS, 1996).

após adquirir uma certa experiência política. Apenas 3 romperam com esta tendência e foram exatamente aqueles que construíram suas carreiras no campo de batalha – Osório, Caxias e Pelotas. Entre os 8 senadores, somente 2 não foram presidentes de Província: Pelotas e Osório, o que revela ainda mais a inexperiência político-administrativa de suas “meteóricas” carreiras políticas, diferente daquelas construídas pelo *Grupo da Toga*.

Quanto à faixa etária necessária para o preenchimento dos cargos senatoriais e ministeriais não houve um padrão rígido de recrutamento, mas alguns comentários merecem ser feitos. Caxias, com 40 anos, e Araújo Ribeiro, com 48, ingressaram no *Grupo dos 12* na década de 1840. Todos os outros 10 foram recrutados após 1868 – nosso marco temporal. Entre os 2 mais jovens estão o citado Caxias (40 anos) e Florêncio de Abreu (40 anos). O mais velho a ingressar no *Grupo dos 12* foi Manuel Osório, que elegeu-se senador aos 69 anos. O segundo e o terceiro mais velhos foram Antônio Braga (65 anos) e o Visconde de Pelotas (56 anos). Percebe-se, portanto, que dos 3 políticos mais velhos a ingressarem no *Grupo*, os 2 principais militares sul-rio-grandenses estão presentes. Se reduzirmos esta análise apenas aos 8 ministros, Osório e Pelotas constituem-se nos 2 políticos com maior idade (bem acima da média de 44 anos apontada por José Murilo de Carvalho) trazendo um outro diferenciador para as suas carreiras. Além disso, entre os 8 senadores, Osório e Pelotas foram os únicos que não foram presidentes de província, sendo a atividade de ministro o seu primeiro contato com o Executivo.

Os indicadores nos estimulam a pensar que estes oficiais militares traziam consigo outras formas de prestígio e notoriedade para construírem as suas carreiras políticas. Esta tensão entre o *ethos* militar e o *ethos* bacharelesco refletia-se também na sociedade da época, seja na busca de “bons” casamentos, seja na conquista de prestígio político e de empregos dentro da burocracia.⁷⁸ A Questão Militar talvez tenha sido reflexo deste conflito, mas isso não significa que militares e bacharéis não se aliassem ao longo de suas vidas. Como vimos, o Partido Liberal surgiu de uma forte ligação entre o general Osório e o advogado Félix da Cunha.

O local de nascimento ajuda a revelar quais regiões estavam mais propensas a formarem jovens capazes de ingressar nesta elite política, uma vez que o mais comum eram

⁷⁸ CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995; SCHULZ, John. *O Exército e o Império*. In: HOLLANDA, Sérgio B.; CAMPOS, P. M. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico*. Tomo IV, vol. 2. São Paulo: Difel, 1977, p. 241-242; SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 24-30.

as carreiras iniciarem-se desde a juventude nas próprias academias de ensino superior do Império. Analisando os seus dados biográficos percebemos que 3/4 deste grupo provinha de um eixo próximo ao litoral (Rio Grande (1), Pelotas (2), Conceição do Arroio (1), Jaguarão (2) e Porto Alegre (3)). Aqueles dois rio-grandenses que não provinham deste eixo tiveram que migrar até ele para construir suas carreiras: Silveira Martins e Eleuthério Camargo – dois filhos da região da campanha. Gaspar era bastante rico e Camargo provinha de uma família com poucas posses. Caxias foi o único político nascido em outra província: Rio de Janeiro. Portanto, pode-se falar que os membros do *Grupo dos 12* não eram, na sua grande maioria, filhos de estancieiros da região da campanha. Muitos dos pais destes políticos realmente eram estancieiros, porém, nos municípios perto do litoral, como destacamos. Além disso, pelo menos 6 deles também eram militares de carreira ou oficiais milicianos e um outro foi um rico negociante de grosso trato.⁷⁹

Destes 12 políticos, apenas 4 mantiveram-se profissionalmente vinculados aos locais onde nasceram. Antunes Maciel (Pelotas), Florêncio (Porto Alegre), Diana e Henrique d'Avila (Jaguarão) – todos advogados. Isto não significa que seu espaço de influência estivesse reservado a estas localidades, pois muitos deles exerciam seu poder político sobre outros municípios vizinhos. Aqueles que eram empregados da Coroa, por implicações de carreira, acabavam se deslocando para outras regiões mais de uma vez ao longo de suas vidas. Foi o caso dos militares Caxias, Câmara e Osório, do diplomata Araújo Ribeiro e do magistrado Antônio Braga. Outros deslocavam-se em busca de melhores oportunidades, como Eleuthério de Camargo e Silveira Martins, que migraram jovens da campanha para Porto Alegre e Rio de Janeiro respectivamente, e Ferreira Vianna, de Pelotas para a Corte, onde fixou residência.⁸⁰

Entretanto, não se pode reduzir as relações entre naturalidade e representação política e de classe a estes números. Osório, nascido em Conceição do Arroio, possuía fazendas em Quarai (do outro lado da Província) e no Estado Oriental – o que adquiriu ao longo da vida. Sua família continuou a residir em Caçapava, município que ele às vezes

⁷⁹ Logicamente que se tratam apenas de indicadores e não podem ser vistos como determinantes nas trajetórias políticas, onde existiam amplos espaços para a mobilidade social destes indivíduos. No entanto, tais índices não podem ser ignorados. O fato de Gaspar ter vindo daquela região e da historiografia, na sua totalidade, dar um enorme e justificado enfoque a sua figura política, deve ter induzido a pensar que “elite política” e “estancieiros da campanha” fossem quase sinônimos. E como o Partido Liberal, do qual Silveira Martins era um grande líder, dominou por largo tempo a política provincial, por silogismo, chegou-se a idéia de que os estancieiros da campanha foram, durante todo o período, representados pelo Partido. Tais apontamentos serão revisitados posteriormente.

⁸⁰ Alguns conseguiam manter forte vínculo com mais de uma região. Gaspar jamais abandonou suas ricas bases na campanha e Osório, por onde passava, deixava muitos admiradores e amigos.

visitava. Também exerceu cargos de comando em São Borja, Bagé e Jaguarão, criando fortes laços com vereadores e parte da elite local. Mais tarde, fixou residência em Pelotas, onde seu filho Fernando tornou-se chefe do Partido Liberal.⁸¹ Muitos correligionários, parentes e amigos de Osório e de seu filho eram estancieiros, charqueadores e negociantes o que torna difícil uma simples associação entre a figura do general e a que interesses ele representava no parlamento. Os primeiros pedidos que Osório fez a Félix da Cunha quando o elegeu deputado geral foi para interferir a favor de reformas no Exército e melhorias para os soldados – ou seja, uma preocupação muito mais corporativa (profissional) do que de “classe” – no sentido da atividade econômica.⁸²

Portanto, embora Osório tenha nascido no litoral norte, muitos dos seus “camaradas” eram estancieiros na campanha e nenhum partido conseguiria governar a província sem o apoio de uma boa parte deles. Para que os indicadores prosopográficos sejam utilizados de maneira proveitosa, devem-se levar em conta outras questões mais gerais que o mundo dos números não consegue atingir. Ou seja, para se defender os interesses de uma classe não era necessário ser proveniente da mesma e filhos de estancieiros muitas vezes defendiam projetos contrários aos seus pais. A propaganda abolicionista foi um bom exemplo desse fenômeno. Além disso, não havia nada que impedisse o apoio de estancieiros da campanha ao Partido Conservador, nem mesmo em nível discursivo. O que buscaremos criticar ao longo do trabalho é um tipo de fatalismo metodológico que tende a deduzir (e posteriormente reduzir) comportamentos políticos somente através de alguns indicadores como profissão e curso de formação, como fez José Murilo de Carvalho⁸³, sem levar em conta a existência de outros tão ou mais importantes, como as vinculações familiares e as redes de relações sociais com outros setores.

Quanto à riqueza dos pais e destes próprios políticos não é difícil deduzir que provinham de famílias com posses, embora uns tivessem mais, outros menos. Silveira Martins possuía uma vastidão em terras, e quando foi banido da vida política, após a Revolução Federalista (1893-1895), recolheu-se para a sua estância trocando a tribuna pelos arreios. Os maiores latifúndios de Alegrete, em 1850, por exemplo, possuíam cerca de 40 mil hectares.⁸⁴ Em 1901, quando as terras já se encontravam bastante divididas, Silveira Martins

⁸¹ OSÓRIO, Fernando Luís. História do General Osório. Rio de Janeiro: Typografia de G. Leuzinger & Filhos, 1.º volume, 1894.

⁸² Carta de Manuel Osório a Félix da Cunha, 06.07.1861 (OSÓRIO, Fernando Luís. Op. Cit., p. 672).

⁸³ CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., 2003. Referimos-nos a tese do autor de que a unidade territorial foi mantida porque os agentes históricos eram na sua maioria magistrados formados em Coimbra.

⁸⁴ FARINATTI, Luis Augusto. Op. cit.

possuía 120 mil hectares em propriedades no município vizinho de Bagé.⁸⁵ Em contrapartida, Florêncio Abreu, igualmente senador, faleceu miserável.⁸⁶ Eleuthério de Camargo, homem essencialmente “urbano” como Florêncio, ao fim da vida, “encontrava-se pobre, amargurado por muitas decepções e pelo futuro da prole”.⁸⁷ Pode-se argumentar que ambos não eram filhos de estancieiros ricos como Gaspar, mas, no entanto, Henrique d’Avila, que provinha de uma família de abastados fazendeiros em Jaguarão, morreu pobre, tendo perdido todas as suas propriedades em hipotecas contraídas com empresários jaguarenses.⁸⁸ Entre seus bens encontravam-se muitas terras no Uruguai, em Jaguarão e Arroio Grande, além de vários imóveis em ambas as cidades. Trajetória inversa foi a de seu compadre, Manuel Osório, que, filho de pai empobrecido, adquiriu estâncias na campanha e no Estado Oriental constituindo certa fortuna material.

Outros tiveram uma sorte melhor que a de Henrique d’Avila. Francisco Antunes Maciel provinha de uma numerosa família que se ramificava em barões e ricos estancieiros, negociantes e charqueadores pelotenses, conseguindo manter sua riqueza de maneira incólume. José Diana, além de advogado em Jaguarão, era jornalista e banqueiro. Posteriormente, converteu suas riquezas em terras tornando-se um rico estancieiro na região.⁸⁹

José de Araújo Ribeiro era de uma rica família de charqueadores, proprietários de imóveis e estancieiros na campanha, que incorporava advogados, militares e magistrados, todos vinculados à facção conservadora.⁹⁰ Antônio Fernandes Braga, filho de um rico negociante português, possuía terras na província, apesar de ser magistrado na Corte. Sua família agrupava fazendeiros em Rio Pardo, negociantes e banqueiros no Rio de Janeiro e

⁸⁵ Inventário de Gaspar Silveira Martins. Processo 289, maço 7, Ano 1901, estante 42, 1º Cartório do Cível e Crime de Bagé (APERS). Seu avô, João Antônio Pereira Martins (Visconde de Serro Azul), foi “possuidor da maior fortuna até hoje acumulada no Rio Grande do Sul. Suas estâncias se estendiam ininterruptamente desde o ‘Candiota’, que é um braço do Rio Jaguarão, até o ‘Rincão do Pereira’, em pleno coração do Uruguai, através dos atuais municípios de Piratini e Bagé e do Departamento de Serro Largo, abrangendo a fantástica área de cerca de cento e dez léguas quadradas de campo – quase o território de uma nação! Ainda hoje seus ternetos e quarto netos podem viver folgadoamente de frações de campo deste patrimônio imenso. (...) Era desejo seu, segundo reminiscências que chegaram até nós, ir até Montevidéu através dos próprios campos”. (CARVALHO, Mário Teixeira de. Op. Cit., p.265).

⁸⁶ Inventário de Florêncio Carlos de Abreu e Silva. Porto Alegre, ano 1882, processo 74, maço 3, estante 100, Cartório da Provedoria (APERS). Ver também ABREU e SILVA, Florêncio de. O Senador do Império Florêncio de Abreu e a política de seu tempo. Porto Alegre/ São Lourenço/ Caxias do Sul: EST, IEL, UCS, 1979.

⁸⁷ PORTO ALEGRE, Aquiles. Homens Ilustres do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ERUS, 1976, p. 64.

⁸⁸ Inventário de Menandro Rodrigues Fontes, Jaguarão, ano 1892, processo 74, maço 3, estante 100, Cartório da Provedoria (APERS).

⁸⁹ LYRA, Tavares de. Op. Cit., p. 301-302.

⁹⁰ FABRÍCIO, José de Araújo. O Comendador José Antônio de Araújo Ribeiro e a sua descendência. In: Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, janeiro de 1952, ano I, n.o 1, p. 7-56.

magistrados, tanto no Rio Grande do Sul, quanto na Corte. O militar Visconde de Pelotas apresentava traços essencialmente urbanos.⁹¹ Talvez o maior orgulho e riqueza do *Herói de Aquidaban* fosse a sua “espada com bainha de ouro”, as suas medalhas e a linhagem de militares, cujo avô materno, Patrício Corrêa da Câmara (1.º Visconde de Pelotas) era um dos representantes.⁹² O casamento com a filha de José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, também deve ter lhe favorecido muitas vezes ao longo da vida.⁹³

O que queremos destacar é que se nem todos os membros desta reduzida elite eram de famílias ricas, todos, no entanto, eram muito bem relacionados com elas. Vejamos os exemplos de Camargo e Florêncio. O pai do primeiro, Ignácio de Camargo, foi um simples policial em Bagé, profissão pouco honrosa na época. Depois de várias tentativas frustradas em ser aceito num regimento do Exército, sua oportunidade aconteceu quando estourou o conflito com Rosas em 1851. Ignácio Camargo alistou-se no corpo de voluntários, lutou no regimento comandado por Andrade Neves, mas com o fim do conflito voltou para o destacamento policial.⁹⁴ Seu filho, Eleuthério, havia sentado praça desde muito jovem e talvez tenha acompanhado o pai, que teve papel destacado nas batalhas. Como o curso na Escola Militar era gratuito, Eleuthério Camargo conseguiu uma das disputadas vagas, onde diplomou-se engenheiro.

Na década de 1860, chegando em Porto Alegre, Eleuthério conheceu Félix da Cunha e Silveira Martins. Após destacar-se como funcionário da secretaria de Estatística, organizando um censo provincial em 1868, Camargo foi chamado para ser redator chefe do jornal do Partido Liberal, *A Reforma*, função que ocupou até 1885, quando, após longos serviços prestados na imprensa, foi recompensado com a nomeação de ministro da Guerra, quando certamente ampliou ainda mais a sua rede social que o ajudou a ascender na carreira.⁹⁵ No fim da vida, Eleuthério encontrava-se pobre e “para não morrer de fome,

⁹¹ Inventário do Visconde de Pelotas, Porto Alegre, ano 1893, processo 74, maço 45, estante 5, Cartório da Provedoria e Ausentes, APERS. Em janeiro de 1890, escrevia Pelotas a Antunes Maciel: “Fico-lhe com inveja sabendo que vai para a sua Fazenda Santa Isabel, lamentando não ter eu um S. Benedito (melhor Zacarias) para abrigar-me” (Carta do Visconde de Pelotas a Francisco Antunes Maciel, Porto Alegre 01.01.1890) in: CÂMARA, Rinaldo Pereira da. O Marechal Câmara: sua vida política. POA: IEL, v. III, 1979, p. 303. Câmara parece fazer um trocadilho entre o casal Zacarias e Isabel, pais de São João Batista.

⁹² A Espada e as medalhas são descritos no seu inventário.

⁹³ O Visconde de São Leopoldo (1774-1847) era paulista, mas residiu por muito tempo em Porto Alegre. Formado Direito na Universidade em Coimbra foi deputado, senador e presidente do Rio Grande do Sul (em 1824). Promoveu a fundação da Colônia de São Leopoldo, a criação da Santa Casa de Misericórdia e em 1827, como ministro do Império, foi um dos esonsáveis pela criação dos dois cursos jurídicos no Brasil. Seu filho homônimo foi deputado provincial no Rio Grande do Sul na década de 1860, e em 1881-1882, época em que seu cunhado, o próprio Visconde de Pelotas, fora ministro da Guerra.

⁹⁴ PORTO ALEGRE, Aquiles. Vultos e Fatos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Oficinas da Livraria do Globo, 1919, p. 110-112.

⁹⁵ TEIXEIRA, Múcio. Op. cit., p. 240-242.

entregou-se ao trabalho profissional”.⁹⁶ As redes de amizade que adquiriu no centro do país, onde havia cursado engenharia e sido ministro e deputado, certamente foram acionadas naquela situação e em 1891, um banco paulista o contratou para o cargo da diretoria salvando a ele e a sua família.⁹⁷

Um outro exemplo ainda mais eloqüente de como as redes sociais eram fundamentais para alçar um indivíduo ao mundo da Corte pode ser percebida na trajetória do senador Florêncio de Abreu. Filho de um militar reformado e com poucas posses, Florêncio teve seus estudos em São Paulo custeados pelo governo provincial, após ter realizado seus preparatórios em Porto Alegre “com os maiores sacrifícios”.⁹⁸ O governo provincial, ao que sabemos, não costumava patrocinar estes estudos com facilidade. Talvez as redes de relações sociais de Florêncio ajudem a explicar os motivos da sua condição de exceção. Pelo que notamos, ele não foi colega de nenhum político sul-rio-grandense na academia paulista. Aquiles Porto Alegre considera que foi o seu talento como jornalista que o fez ingressar na carreira política.⁹⁹ Contudo, *A Reforma* só foi fundada em 1869 e Florêncio subiu à tribuna provincial pela primeira vez em 1866. Se levarmos em conta que o mesmo retornara de São Paulo como bacharel em 1862 constataremos que ele teve 3 anos para adquirir o potencial eleitoral necessário para ocupar o cargo de deputado e que o mesmo não fora adquirido na imprensa local.

Investigando melhor a vida do Senador chegamos ao seu irmão mais velho – João Vespúcio de Abreu e Silva, professor público e deputado provincial em 1859. João fizera parte da elite intelectual porto-alegrense, já que fora redator da revista literária *O Guaíba*, entre 1856 e 1858, e um dos fundadores do primeiro Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1860). Mas seu percurso pelas elites não parou por aí. João também foi coletor das Rendas Provinciais em Bagé, diretor da Instrução Pública e administrador dos Correios em Porto Alegre (1861), ou seja, manteve forte ligação com os altos burocratas, inclusive com os presidentes da Província.¹⁰⁰

A análise destas redes sociais pode nos encaminhar a novas descobertas se levarmos em conta a relação de João Vespúcio com os literatos d’*O Guaíba*. Neste ambiente intelectual, ele convivera com o jovem Félix da Cunha, então líder do Partido Liberal, com

⁹⁶ TEIXEIRA, Múcio. Op. Cit., p. 342.

⁹⁷ PORTO ALEGRE, Aquiles. Op. Cit., 1976, p. 64.

⁹⁸ PORTO ALEGRE, Aquiles. Op. Cit., 1976, p. 89.

⁹⁹ PORTO ALEGRE, Aquiles. Op. cit., p. 89.

¹⁰⁰ MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Instituto Estadual do Livro, 1978.

Miguel Meireles, Inácio de Vasconcelos Ferreira e José Ulhôa e Cintra, apenas para citar aqueles que também foram deputados provinciais. Para quem pensa que a revista era um reduto de liberais recrutados por Félix da Cunha, outros membros, como Eudoro Berlink e João Capistrano Filho, revelam que havia espaço para o conservadorismo. Este segundo era filho de João Capistrano de Miranda e Castro – respeitado cidadão na Província e que acumulou um currículo invejável: foi juiz municipal, advogado, deputado provincial, presidente da Província, mas talvez os principais cargos tenham sido o de diretor da Fazenda Provincial (por longos trinta anos) e secretário do Governo, ou seja, Miranda e Castro era o especialista das finanças na Província e nada passava pela Fazenda Provincial sem lhe ser consultado.

Pode-se ainda perceber que as relações entre estas elites (políticas, intelectuais e burocráticas) eram intimamente fortes, isso sem aprofundarmos as participações de Miranda e Castro em irmandades religiosas e dentro da política parlamentar. Retornando ao núcleo familiar do Senador Florêncio, constatamos que João Vespúcio falecera em 1861 e, portanto, não estava em Porto Alegre para receber o irmão mais novo – que contava com 22 anos quando regressou bacharel de São Paulo. É possível que a nítida influência de João Vespúcio junto ao governo provincial tenha ajudado a bancar os estudos de Florêncio que, ao retornar, encontrou um cenário social favorável ao seu ingresso na arena política. Isso fica evidente ao analisarmos o inventário de Félix da Cunha (1866), no qual sua esposa escolhe o jovem Florêncio como advogado procurador, quando havia tantos outros em Porto Alegre. A princípio a rede de relações sociais de Florêncio acabaria por aí, ou seja, dentro do círculo urbano (porto-alegrense) do Partido Liberal, mas o próprio inventário revela que a esposa de Félix era filha do estancieiro Gaspar Pinto Bandeira – estancieiro em Rio Pardo. Após o falecimento da viúva de Félix os acordos referentes ao processo de inventário passaram a aproximar ainda mais Florêncio e o fazendeiro. Estas relações pessoais tornam-se mais significativas ao constatarmos que o tutor dos menores, o curador geral e o juiz de órfãos envolvidos no inventário também eram deputados pelo Partido Liberal, ou seja, velhos conhecidos de Félix e Florêncio.¹⁰¹

O fato de Porto Alegre ser uma cidade bastante pequena na época e da própria elite ser diminuta possibilitava esta vinculação que descrevemos. As elites políticas, burocráticas e intelectuais da Província podiam estar intimamente ligadas por laços de parentesco,

¹⁰¹ Inventário de Félix Xavier da Cunha, processo n.º 309, maço 18, ano 1866, POA, 2.º cartório de órfãos (APERS)

convivência ou amizade. A partir desta longa narrativa fica menos difícil compreender de onde Florêncio, filho de pais sem posses, chegou a bacharel e deputado. O conseqüente cargo senatorial que o mesmo veio a ocupar foi apenas resultado da manutenção e renovação destas e de outras alianças ao longo de sua trajetória. Entretanto, estas redes não eram garantia total de sucesso e segurança. Se Eleuthério, ao encontrar-se pobre, foi resgatado por amigos paulistas, Florêncio não teve a mesma sorte, assim como Henrique d'Ávila. Entretanto, fica demonstrado que havia brechas neste sistema de recrutamento, mas os mesmos exigiam pré-requisitos inacessíveis para a imensa maioria da população.

Pode-se concluir, parcialmente, que todos chegaram ao *Grupo dos 12* construindo uma trajetória com semelhanças e diferenças. Os militares obtiveram uma presença notável neste grupo, compondo de forma significativa o *topo da elite política*. A sua caminhada política até a Corte encontrou outros obstáculos (de natureza militar) não percorridos pelos bacharéis em Direito. Para estes, a carreira política teve de ser galgada lentamente e exigia um longo estágio na Câmara dos Deputados. Este espaço político, que junto com o senado e o ministério levava até o mundo da Corte, estava reservado a poucos homens e buscaremos identificar quem eram eles.

Ao contrário do mandato de senador, o de deputado geral não era vitalício. Cada legislatura durava 4 anos, mas o perigo de serem dissolvidas a qualquer momento era constante, como acontecera algumas vezes durante a monarquia. Era quase uma regra o partido do Governo eleger a maioria esmagadora dos seus correligionários em todas as províncias. Isto resultava em Câmaras unânimes eleitas exclusivamente para favorecer a governabilidade do partido no poder. O Rio Grande do Sul, contudo, apresentou uma peculiaridade. Os liberais desta Província conseguiram façanhas como eleger toda a sua bancada em pleno domínio conservador (1873-1877). Este fenômeno está ligado à cisão entre lobos e cordeiros e será tratada adiante.

Entre 1868 e 1889, o Rio Grande do Sul teve 29 deputados gerais. Cabe ressaltar que eram reservadas aos sul-rio-grandenses 6 cadeiras por legislatura e que muitos destes 29 deputados foram eleitos mais de uma vez ao longo destes 20 anos. A partir da análise de suas trajetórias nos foi possível apontar alguns aspectos importantes para o trabalho. Primeiramente, percebe-se que apenas 2 deputados não possuíam formação superior, ou seja, 7% dos representantes.¹⁰² Ambos eram do Partido Liberal – agremiação que elegeu o maior

¹⁰² Assim como José Murilo de Carvalho (2003), consideramos com formação superior todos os clérigos, os militares científicos e os diplomados em direito, medicina e engenharia.

número de deputados gerais: 16 contra 13 conservadores. Irineu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá, negociante e banqueiro conhecido nacionalmente e Joaquim Pedro Salgado, coronel da Guarda Nacional de Porto Alegre e empregado público da Fazenda Provincial, tinham contra si este indicador que reduzia as chances dos candidatos. Estes números, somados aos anteriores sobre os ministros e os senadores, confirmam o que José Murilo de Carvalho já havia evidenciado: a importância de um diploma de curso superior na aquisição de altos cargos políticos. Entre os indivíduos que atingiram o *Grupo dos 12*, 8 tiveram que passar pela Câmara anteriormente, o que também caracteriza a importância do cargo na construção de uma carreira de sucesso.

Quanto ao curso de formação superior dos mesmos, percebe-se que 20 deputados eram bacharéis em direito, isto é, 69% do grupo. Destes, 13 formaram-se em São Paulo, 5 em Recife, 1 em Olinda e 1 em Montevidéu.¹⁰³ Levando-se em conta que 2 destes estudaram em São Paulo, mas completaram seus cursos em outras faculdades, fica evidente que a Academia Paulista exerceu uma importante influência na formação política destes homens. Completando o grupo temos 1 formado na Escola Militar, 2 formados em Engenharia e 4 em Medicina – todos no Rio de Janeiro. Isto indica que apenas ao irem estudar fora de sua Província, quase 1/3 deles já havia freqüentado a Corte. Além disso, pelo menos neste grupo da elite, fica clara a forte presença da tríade médicos, advogados e engenheiros que Lima Barreto ironizou como sendo a “nobreza doutoral da Bruzundanga”.¹⁰⁴

Entretanto, esta distribuição sócio-ocupacional era um fator sociológico recente para aqueles que viveram as últimas décadas do Império. O Quadro 2 demonstra que houve uma época em que os representantes rio-grandenses na Câmara eram na sua maioria padres, juízes e militares, ou seja, todos “dependentes” diretos das decisões da Corte – pois eram empregados públicos. O ingresso dos advogados, engenheiros e médicos (“profissionais liberais”) correspondeu a uma nova conjuntura política que acompanhou uma tendência nacional. Ela refletia a lenta profissionalização da magistratura e dos militares, que foram afastados do sistema político através de incompatibilidades impostas pelo governo central.¹⁰⁵

Esta estrutura legislativa que afastou principalmente a magistratura da política foi construída lentamente. A Lei eleitoral de 1855 foi o primeiro grande golpe que estes soldados de toga receberam. Ela os proibia de concorrer a cargos eletivos nos seus distritos de

¹⁰³ O curso jurídico de Olinda transferiu-se para Recife em 1854.

¹⁰⁴ BARRETO, Lima. Os Bruzundangas. Rio de Janeiro, 1917.

¹⁰⁵ CARVALHO, José Murilo de. Op. cit, 2003.

jurisdição. Com o tempo, as leis eleitorais aumentaram o círculo de funcionários públicos proibidos de acumularem cargos eletivos, apesar de não os barrarem totalmente. Além disso, Thomas Flory demonstra que nas décadas de 1840 e 1850 esta mobilização contrária aos magistrados era devido ao seu caráter essencialmente corporativo que os diferenciava dos outros parlamentares. Fazendeiros e comerciantes temiam esta “oligarquia judicial”, que formava um verdadeiro “Estado dentro do Estado”.¹⁰⁶ Com melhores chances de promoção, melhores rendimentos e garantias, a Coroa passou a exigir destes empregados uma carreira mais dedicada à burocracia e menos à política. Richard Graham demonstra, no entanto, que na prática, muitos deles compunham facções locais, onde prestavam serviço em troca de “proteção”.¹⁰⁷

Quadro 2

Principal ocupação profissional dos deputados gerais pelo Rio Grande do Sul (1826-1889)

Ocupação profissional	1826-1837	1845-1856	1857-1866	1869-1877	1878-1889
Advogados	-	3	6	8	13
Médicos	-	3	3	3	2
Engenheiros	-	-	-	1	-
Jornalistas	-	-	1	-	1
Magistrados	3	6	-	2	1
Militares	5	-	1	1	-
Empregados	2	2	-	-	1
Padres	3	-	-	-	-
Negociantes	-	1	2	1	-
Total	13	15	13	16	18

Fonte: ver Anexo.

OBS.: Foram escolhidos períodos de aproximadamente 10 anos. Entre 1837 e 1845, a Província não enviou representantes por ocasião da Guerra dos Farrapos.

O Quadro 2 ainda demonstra que na medida em que militares, padres e juízes iam sendo afastados da carreira política, os advogados aumentavam a sua representação a cada década, constituindo-se no grupo profissional que melhor encarnava a figura do mediador político entre as paróquias e a Corte. Mas estes homens eram naturais de que regiões? Dos 29 deputados, apenas 3 provinham de outras províncias. Também chama atenção a ínfima representação (apenas 2 deputados) do que poderia ser considerado como “metade norte” da

¹⁰⁶ FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial, 1808-1871*. México: Fondo de cultura economica, 1986, p. 317. José Murilo de Carvalho (2003) também compartilha desta idéia.

¹⁰⁷ GRAHAM, Richard. Op. Cit, 1997.

província na época: Antônio Antunes Ribas, representante de Santo Ângelo, era advogado formado em São Paulo e também foi jornalista e dirigente de loja maçônica.¹⁰⁸ Egídio Barbosa de Oliveira Itaqui era advogado formado pela mesma faculdade. Abriu banca em Itaqui onde permaneceu por muitos anos até mudar-se para a capital também a procura de melhores condições.

É possível verificar que 11 deputados (38%) eram naturais do eixo Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, o que evidencia que este grupo da elite política tinha fortes raízes nos centros mais urbanizados e financeiramente mais desenvolvidos da província. Além disso, muitos deles possuíam laços de parentesco com estancieiros, negociantes e charqueadores nestas localidades, isto quando não eram eles próprios. Podem servir como exemplo, o advogado conservador Ildefonso Simões Lopes, irmão do coronel João Simões Lopes, Visconde da Graça – rico charqueador e fazendeiro em Pelotas.¹⁰⁹ Francisco Antunes Maciel e Francisco Carlos de Araújo Brusque, pelo lado liberal, e João Jacintho de Mendonça e seu filho Joaquim Jacintho de Mandonça, pelo conservador, foram outros pelotenses que apresentaram o mesmo tipo de ligações familiares. Próximo a Pelotas, em Jaguarão, estavam os advogados Henrique Francisco d'Ávila e José Francisco Diana – estancieiros e sócios em uma empresa bancária. Outro deputado vinculado a esta região foi o Visconde de Mauá que, apesar de ter nascido em Arroio Grande, mudou-se jovem para a Corte, onde fez carreira comercial e fixou sua residência.

Uma outra parcela deste grupo possuía um perfil mais urbano, muito embora se entrelaçasse com famílias de proprietários de terra. O médico Luís da Silva Flores e o advogado Florêncio de Abreu, ambos liberais, eram homens com fortes raízes em Porto Alegre, assim como o conservador e também médico José Bernardino da Cunha Bittencourt. O militar Manuel Marques de Souza, Conde de Porto Alegre, ao casar-se com a filha do Barão de Saican aproximou-se de uma fortuna bastante significativa, apesar de ser toda ela constituída fora do país.¹¹⁰ O médico Joaquim Pedro Soares clinicava em Porto Alegre e era

¹⁰⁸ Ribas também advogou em Cruz Alta, cidade maior e onde certamente conseguia melhores rendimentos, e posteriormente migrou para Porto Alegre, talvez com o mesmo fim. Por laços de matrimônio, sua família ligou-se ao poderoso clã dos Pinheiro Machado, que possuíam terras em São Luiz Gonzaga – município vizinho.

¹⁰⁹ Também era um dos chefes conservadores de maior prestígio. Comandante da Guarda Nacional em Pelotas, também foi Presidente da Província em 1871, época em que o filho ocupava uma cadeira na Câmara.

¹¹⁰ José Maria da Gama Lobo Coelho d'Eça (Barão de Saican) era brigadeiro do Exército. Por ser primogênito de sua família, herdou “bens vinculados ou de Morgado na Europa, consistindo em sete Fazendas sitas, parte do Reino de Portugal, e parte em Olivença, no Reino de Espanha, e uma casa na praça de Elvas” (CARVALHO, Mário Teixeira de. Nobiliário Sul-riograndense. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937, p. 216).

casado com a filha do bacharel João Dias de Castro, estancieiro em Piratini e presidente da Província em uma ocasião.

Na região central-colonial do Rio Grande do Sul, encontramos 1 parlamentar natural de Cachoeira e 3 de Rio Pardo, sendo estes últimos 3 conservadores. Paulino Rodrigues Fernandes Chaves era magistrado e filho do antigo chefe saquarema Pedro Chaves. Inocêncio Veloso Pederneiras, o Barão de Bojuru, e Antônio Alves Guimarães Azambuja eram aparentados e pertenciam a famílias de fazendeiros de Rio Pardo, onde possuíam fortes bases políticas.¹¹¹ O liberal Felisberto Pereira, advogado e empregado público, construiu a sua carreira profissional e política em Porto Alegre.

Dos 29 deputados, 7 (24%) eram naturais da região da campanha, índice menor que os do eixo litorâneo acima descrito. Joaquim Pedro Salgado nasceu em Alegrete, onde se casou pela primeira vez. Posteriormente residiu em Rio Pardo, mas se estabeleceu definitivamente em Porto Alegre, onde manteve fortes relações com os liberais d'A *Reforma*, tornando-se um dos militantes mais respeitados do partido. Suas relações com a campanha perderam-se ao longo da vida tanto é que sempre elegeu-se pelo distrito eleitoral da capital. Caso idêntico é o do engenheiro Antônio Eleuthério de Camargo, citado anteriormente. Nascido em Uruguaiana, ele passou a concentrar os seus investimentos políticos muito mais na capital do que naquela região. Ganhou notoriedade como jornalista d'A *Reforma*, vindo a residir na paróquia do Rosário, em Porto Alegre. Silveira Martins foi outro que deslocou-se para a capital, mas este manteve ainda vínculos fortes com a aquela região.

Fernando Osório nasceu em Bagé, mudou-se menino para Pelotas onde construiu toda a sua carreira como advogado e jornalista e vinculou-se a famílias de charqueadores deste município. Entretanto, dois deputados conservadores mantiveram-se advogando em suas terras na campanha, formando um forte núcleo deste partido. O advogado Severino Ribeiro Carneiro Monteiro era neto de Bento Manoel Ribeiro e filho de Vitorino Monteiro, Barão de São Borja, com estâncias em Quarai e Alegrete. Tornou-se chefe político conservador entre 1877 e 1886, período em que os saquaremas controlaram a região. Seu aliado foi o advogado Francisco da Silva Tavares, filho de importante família de estancieiros em Bagé. O poder do seu clã era tão grande que Silveira Martins, também filho de Bagé,

¹¹¹ Pederneiras, quando exercendo comissões de engenheiro certamente se locomovia por outras localidades, mas a estância de sua família permanecia em Rio Pardo (LAYTANO, Dante de. *Guia histórico de Rio Pardo*. Rio Pardo: Prefeitura Municipal de Rio Pardo, 1979, p. 208-209). Paulino Chaves, juiz de direito, quando foi removido para Conceição do Arroio transformou a localidade em seu núcleo político, o que não durou muito tempo (WITT, Marcos Antônio. Op. cit.).

provavelmente para evitar maiores embates, elegeu-se algumas vezes pelo distrito eleitoral que reunia Cachoeira, Caçapava e Santa Maria, entre outros municípios.

Quadro 3
Principal local de atividade profissional e partido político dos 29 deputados gerais pelo Rio Grande do Sul (1868-1889)¹¹²

Região	Município	Total de deputados	PC	PL
Campanha	Alegrete	1	1	0
	Bagé	1	1	0
	Itaqui	1	0	1
	Subtotal	3	2	1
Sul	Jaguarão	2	0	2
	Pelotas	6	3	3
	Rio Grande	1	1	0
	Subtotal	9	4	5
Planalto Norte	Santo Ângelo	1	0	1
	Cruz Alta	1	1	0
	Subtotal	2	1	1
Central/ região colonial	Rio Pardo	3	3	0
	Subtotal	3	3	0
Capital	Porto Alegre	9	1	8
	Subtotal	9	1	8
Outra Província	Rio de Janeiro	3	2	1
	Subtotal	3	2	1
Total		29	13	16

Fonte: ver Anexos.

Estas trajetórias revelam que muitos dos nascidos na região da campanha (Salgado, Eleuthério, Silveira Martins, Fernando Osório) migravam para outras localidades, onde poderiam encontrar melhores oportunidades de ascensão profissional, por exemplo. O Quadro 3, portanto, busca levar em consideração o local da atividade profissional (principal base política do candidato) e o seu partido político. É possível perceber que assim como no *Grupo dos 12* muitos poucos homens possuíam uma base política essencialmente na campanha. Porto Alegre concentrava quase 1/3 do grupo, assim como o eixo charqueador,

¹¹² Para uma melhor visualização ver mapa em Anexo. As divisões dos municípios buscam orientar-se por fatores geográficos e econômicos. Jaguarão e Piratini foram incluídas na chamada região “Sul” pelo grande número de charqueadas que apresentavam, o que as aproximava do perfil econômico da cidade de Pelotas. Por isto também chamaremos a Região “Sul” de “núcleo charqueador”. A região central/colonial concentrava os municípios onde a imigração alemã estava concentrada, somando-se a Cachoeira, Santa Maria e Rio Pardo. Resolvemos separar Porto Alegre, pelo caráter eminentemente urbano e por ser a capital administrativa, muito embora servisse de escoamento para a produção da região central/colonial. Esta divisão econômico-geográfica também será utilizada nos quadros posteriores.

denominado como “Sul”. Além disso, estes homens concentravam suas atividades nas cidades e não nos distritos rurais. Obviamente que havia advogados que também eram estancieiros, mas certamente as suas propriedades eram administradas por familiares ou terceiros.¹¹³

É fácil supor que na busca de votos ou de uma carreira com maior prestígio estes homens migravam para os grandes centros econômicos da Província, onde poderiam estabelecer laços de amizade com estrelas de maior grandeza. Também é possível identificar que as sedes dos seis distritos eleitorais atraíam e concentravam as atividades profissionais dos candidatos. Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Rio Pardo, Cruz Alta e Alegrete, além de centros econômicos importantes, eram o principal local de atuação de 20 deputados (mais de 2/3 do total).¹¹⁴ Tornar-se conhecido era algo fundamental para um jovem que almejassem ingressar na carreira política. Vimos anteriormente que as tentativas dos líderes partidários, como Luís Bello e Felipe Nery, na década de 1850, em eleger Félix da Cunha deputado enfrentavam a dificuldade de o mesmo ainda ser pouco conhecido na vida pública, o que obrigava a apresentar o candidato aos fazendeiros, buscando convencê-los de sua competência e qualidades.

No que diz respeito ao partido político dos mesmos, é possível perceber que a capital da província era um forte reduto liberal, enquanto a região central parecia ser uma base conservadora. As outras regiões se contrabalanceavam, mas é possível perceber que a região da campanha não elegia somente homens do Partido Liberal como se acredita. Posteriormente, retomaremos estes números, mas por hora é possível afirmar que, ao contrário do que se pensa, a grande maioria destes políticos não estava ligada à região da campanha, muito embora tivessem que estabelecer contínuas alianças com aqueles estancieiros – como vimos na trajetória de Félix da Cunha. No entanto, porque apenas estes 34 indivíduos conseguiram romper com a barreira que separava a Corte da Província? Para

¹¹³ Outro fator que os indicadores sobre a naturalidade ajudam a demonstrar é que homens nascidos em determinadas regiões tinham mais chance de ingressarem na carreira política e manter-se nela, sempre galgando postos, do que outros homens nascidos em municípios economicamente menores. A saída para estes indivíduos seria migrar para os grandes centros (Pelotas e Porto Alegre, por exemplo) ou permanecer em suas regiões de origem, com menores chances de ascensão na carreira política.

¹¹⁴ A sede de um distrito eleitoral era um local estratégico durante os pleitos. Ela era a responsável por reunir as atas das eleições dos municípios próximos, apurar os votos e declarar os eleitos. Quem conseguisse a maioria na mesa eleitoral e na junta de apuração aumentava as chances de vencer a eleição. Certamente que os componentes destas eram aliados de facções locais de maior amplitude, onde os conflitos entre os seus líderes acabavam decidindo quem formava a mesa. Portanto, quanto maior a presença de homens de poder numa localidade, maior a chance de conseguir uma mesa eleitoral favorável (o que incluía eleitores, vereadores, delegados de polícia, padres, juízes de paz, juízes municipais e juízes de direito, dependendo da lei eleitoral em voga).

responder esta questão cremos ser necessário compreender qual o perfil daqueles que não conseguiram atravessar este caminho: os deputados provinciais.

1.3 – Os primeiros passos de uma curta carreira: os deputados provinciais

Muitos deles não compareciam nas sessões parlamentares, outros apenas sonharam com altos cargos, mas não possuíam recursos para conquistá-los. Suas redes sociais talvez fossem pouco significativas se comparadas aos homens até aqui analisados. Os deputados provinciais reuniam-se anualmente para votarem o orçamento e demais leis do interesse de suas facções e grupos locais. Durante os anos de 1868 e 1889, a Assembléia teve 11 legislaturas eleitas. Cada legislatura durava dois anos, contudo, as sessões poucas vezes passavam de dois meses. Houve anos, em 1870, por exemplo, que a mesma não se reuniu. Os candidatos eram eleitos por distritos ou círculos – conforme a lei eleitoral vigente – com vistas a preencherem no início 28 cadeiras, depois 30 e na última legislatura 36.

Traçando um perfil político-partidário dos seus membros no período acima descrito, percebe-se que 169 deputados tomaram assento na Assembléia durante o período analisado. Destes, 66 eram do Partido Conservador, 84 eram do Partido Liberal, 1 era do Partido Republicano e para 18 não conseguimos definir com certeza a filiação partidária.¹¹⁵ Esta simples distribuição quantitativa é bastante relativa e insuficiente para compreender a dinâmica destes dois partidos, que eram recheados de facções e interesses divergentes.

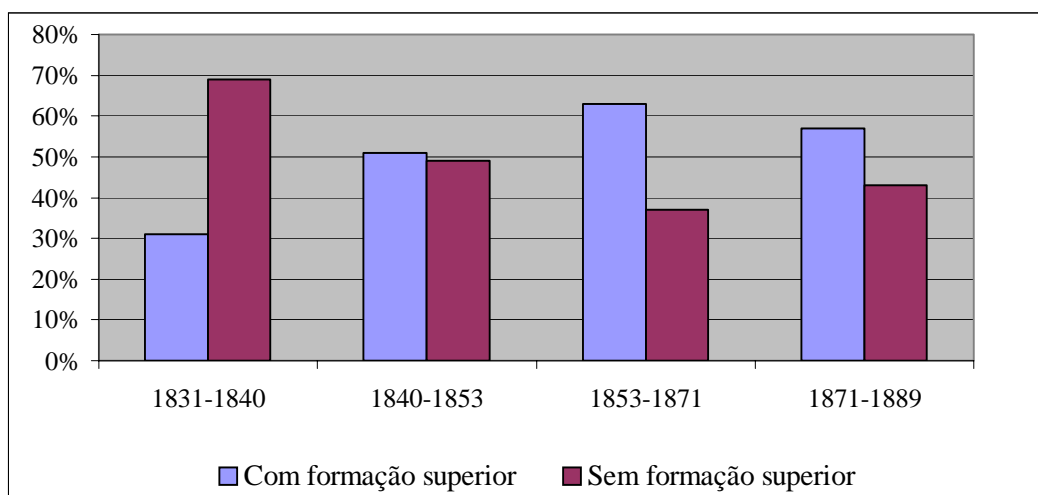
A princípio, nos interessa compreender melhor os fatores que ajudavam a determinar a distribuição e a ocupação das posições dentro desta elite política. Porque, uma vez inseridos no campo político, alguns indivíduos alcançavam a Câmara e outros não? O que possibilitava um maior sucesso na trajetória parlamentar? O gráfico 1 mostra que a formação superior parece ter sido um dos diferenciais no recrutamento desta elite política.

Ao longo das seis décadas indicadas, 323 indivíduos tomaram acento no parlamento provincial, sendo que, praticamente a metade não possuía formação superior, ao contrário dos deputados gerais e do *Grupo dos 12*. Do primeiro para o terceiro período, o grau de instrução superior dos parlamentares dobrou, sofrendo uma leve queda nas décadas as quais o nosso trabalho se dedica. Cruzando estes dados com os referentes aos deputados gerais, onde 93% possuía formação superior, podemos concluir que este era um pré-requisito fundamental

¹¹⁵ Muitos deputados não compareciam às reuniões, não discursavam e deixaram poucos registros sobre a sua vida política, o que dificulta a descoberta dos partidos a que estavam vinculados.

para a conquista de uma cadeira na Câmara.¹¹⁶ Pode-se perceber que o nível de formação superior dos deputados provinciais nas duas últimas décadas era bastante inferior ao dos deputados gerais e senadores, pois somava apenas 58% dos parlamentares. Pode-se deduzir que os mesmos formavam um grupo com instrução escolar inferior, proveniente de famílias com menores posses, embora pertencessem às elites provinciais. Além disso, se eliminarmos os deputados provinciais que também foram senadores, ministros e deputados gerais, o índice de políticos sem formação, entre 1868 e 1889, aumenta de 38% para 45%, o que ressalta ainda mais a condição de inferioridade que apontamos.

Gráfico 1
Nível de Instrução escolar dos deputados provinciais (1835-1889)¹¹⁷



Fonte: ver Anexos.

O gráfico ainda demonstra uma lenta transformação social em curso: um diploma de bacharel era cada vez mais necessário para se ingressar numa carreira política. Isto com certeza induzia as famílias da elite a investirem cada vez mais no estudo dos filhos, sobretudo em Direito. Como demonstrou Sérgio da Costa Franco, o número de jovens rio-grandenses que se diplomaram na Academia de Direito de São Paulo crescia a cada década.¹¹⁸ Mas de onde eram as famílias que enviavam estes garotos para estudarem em São Paulo? Entre 1832 (ano da primeira turma) e 1889, conforme a listagem de Franco, formaram-se 163 estudantes

¹¹⁶ José Murilo de Carvalho encontrou um índice de 96% para os Ministros brasileiros no final do Império e 80% para os senadores que não foram ministros (CARVALHO, José Murilo. Op. Cit., p. 78).

¹¹⁷ Os recortes temporais selecionados foram organizados de acordo com a periodização escolhida por José Murilo de Carvalho, buscando favorecer uma comparação entre as duas elites.

¹¹⁸ FRANCO, Sérgio da Costa. *Gaúchos na Academia de Direito de São Paulo no século XIX in: Revista Justiça & História*. Porto Alegre: CEMJUG, 2001, pp. 107-129.

rio-grandenses. Dos 113 jovens que conseguimos descobrir o local de nascimento, 22 (20%) eram da região da campanha. Uma outra parcela era natural de Porto Alegre (23%), mas a maior parte provinha do complexo charqueador (37%). Estes dois últimos somavam 60% da amostra. Porto Alegre (com 26 estudantes) e Pelotas (com 22) eram os municípios que mais enviavam jovens para São Paulo. O planalto norte da Província é representado por apenas 5% dos estudantes, o que ajuda a explicar também a sua pouca representatividade dentro da elite política rio-grandense do período.

Esta relação de bacharéis por região geográfica e econômica é muito semelhante a encontrada anteriormente acerca da naturalidade dos membros do *Grupo dos 12* e do local de atividade profissional dos deputados gerais. Pode-se concluir, portanto, que havia uma relação direta entre enviar os filhos para a Academia de Direito e conquistar os altos cargos políticos. Neste sentido, algumas regiões tinham maiores possibilidades de formarem mediadores entre a província e a Corte, como Porto Alegre e Pelotas, por exemplo. Não é à toa que estas regiões também eram aquelas que apresentavam uma maior concentração de riqueza.¹¹⁹ Neste sentido, fortuna familiar, acesso ao ensino superior e ingresso na elite política estavam intimamente relacionados. No entanto, muitas famílias ricas preferiam não investir nos estudos de seus filhos e nem todos aqueles que se formavam conseguiam conquistar estes altos cargos que levavam até a Corte. Isto indica que fatores adicionais eram necessários para se obter sucesso na carreira política e serão vistos posteriormente.

Retornando à análise anterior, percebemos que, entre os deputados gerais, foi possível identificar que o diploma de bacharel em direito era um pré-requisito essencial para um indivíduo tornar-se um mediador político. Mesmo que possuísse uma fortuna considerável, a falta do mesmo acabava fechando várias portas de acesso aos grandes espaços de poder político. Luiz Alberto Grijó chegou a mesma conclusão ao comparar as trajetórias de José Gomes Pinheiro Machado e Manoel Vargas. Muito embora ambos fossem amigos e concentrassem terras e prestígio social em suas localidades, apenas o primeiro conseguiu galgar altos postos na política, por ser portador do diploma de bacharel em direito. Conforme Grijó, Pinheiro Machado “contava com a educação formal e com um nível cultural mais adequados ao trânsito no Rio de Janeiro, além deste espaço já ser dele conhecido desde o tempo de estudante e no qual poderia ser reconhecido, seja por seus ex-colegas, seja por

¹¹⁹ Porto Alegre e Rio Grande concentravam os principais negociantes do litoral da Província e Pelotas um núcleo charqueador com ascendência sobre Jaguarão e Piratini.

‘amigos’ do seu pai”. Neste sentido, Pinheiro “ocuparia a posição de grande mediador” entre o governo rio-grandense e o governo federal.¹²⁰

Entretanto, o fato de não ser portador de diploma não vetava por completo o acesso à política. Um dos políticos mais influentes que o parlamento provincial teve, o alemão Carlos von Koseritz, não possuía curso superior e tornou-se um importante jornalista e líder político do Partido Conservador e, posteriormente, do Liberal. O conservador Eudoro Berlink e o liberal Zacarias Salcedo também foram exemplos de jornalistas e políticos sem diplomas acadêmicos.

Estes homens não letrados conseguiam um potencial eleitoral através de outras ocupações profissionais de menor prestígio, como por exemplo, a de professor público. Este foi o caso de Albino Pereira Pinto que lecionava em Livramento. Albino “havia conquistado na modesta vila da campanha um nome de destaque e adquirido já não pequena influência política”. Em 1882, “o conselheiro Antônio Eleuthério de Camargo, em nome do grande Silveira Martins, foi buscá-lo para a vida política”.¹²¹ Também eram professores, Manoel Cássio Jacintho da Silveira, em Dom Pedrito, e Joaquim Antônio Borba, na Encruzilhada – ambos municípios pequenos e distantes da Capital.

Ser rábula (advogado provisionado e sem diploma de curso superior) também era um importante meio de se alcançar um prestígio político local, pois na maioria das paróquias distantes não havia advogados formados que suprissem a demanda judicial. Não é coincidência que os rábulas que também foram deputados eram destas localidades menos ricas e mais afastadas de Porto Alegre e Pelotas. Luiz Henrique Moura Azevedo exercia estas funções em Conceição do Arroio, Antônio Ferreira Prestes Guimarães, em Passo Fundo, e Silvestre Nunes Gonçalves Vieira, em Jaguarão, entre outros.

Contudo, a regra era que estes políticos sem formação não fossem recrutados destas áreas profissionais que exigissem um certo desenvolvimento intelectual, como jornalista, professor ou rábula. Boa parte deles adquiriu importância política como oficial da Guarda Nacional. Dos 65 deputados sem formação superior, pelo menos 38 (60 %) possuíam estas patentes.¹²² Todos os professores e rábulas citados acima também eram oficiais da guarda – o que lhes proporcionava um adicional na conquista de votos e na extensão de sua rede social.¹²³ Alguns destes oficiais chegaram inclusive a presidir a Província. Foi o caso de João

¹²⁰ GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. Cit., 2005, p. 196.

¹²¹ PORTO ALEGRE, Aquiles. Op. Cit., 1976, p. 220.

¹²² Em alguns poucos casos foi difícil descobrir se a patente correspondia à Guarda Nacional ou ao Exército de linha. Na dúvida, não os acrescentamos.

¹²³ A Guarda Nacional será estudada de maneira mais profunda no capítulo segundo.

Simões Lopes (charqueador em Pelotas) e do citado Antônio Ferreira Prestes Guimarães (fazendeiro em Passo Fundo). Às vezes, uma carreira destas era o máximo que um indivíduo podia atingir. O Major Evaristo Teixeira do Amaral, fazendeiro em Cruz Alta, havia perambulado por Itaqui como vereador e suplente de juiz municipal e em Palmeira, como juiz de paz, elegendo-se deputado pelo Partido Conservador na década de 1880.

Outras ocupações profissionais deste grupo sem formação superior foram a de empregado público (pelo menos 6 deles), na área de negócios (pelo menos 9 deles) e a de militar de carreira (pelo menos 5 deles). A repartição que mais concentrava burocratas políticos era a Fazenda Provincial. Entre os negociantes é difícil unificar seus ramos de atividades, uma vez que a diversificação nos negócios era uma característica geral.¹²⁴ João Pinto da Fonseca Guimarães e José Manoel Leão (que também eram oficiais da Guarda Nacional) possuíam casas de negócios em Porto Alegre e Manoel Lourenço do Nascimento, tinha suas atividades em Pelotas. Outros eram capitalistas investidores como os alemães Karl von Kalden e Frederico Guilherme Bartholomay, também diretores de colônias. Alguns deles eram denominados como “proprietários”. Foi o caso de Frederico Haensel, dono de uma companhia fluvial de navegação em Porto Alegre, e Thomaz Afonso da Silva, sócio de uma casa bancária em Jaguarão. Outro parlamentar vinculado às finanças foi o alemão Guilherme Ter Bruggen, que dirigiu, inclusive, o Banco da Província.

Sobre estes parlamentares sem formação superior é possível identificar que se entre os homens de negócios, havia uma concentração nos eixos Porto Alegre e Pelotas, entre os professores e rábulas, fica evidente a vinculação a municípios menores e com pouca expressão política. Entre os guarda nacionais, a grande maioria era de proprietários de terras distribuídos por todas as localidades da Província. Percebe-se ainda que 4, entre os 5 alemães que se elegeram deputados, pertenciam ao primeiro grupo. Na falta de terras e de diploma superior, a sua relação com o capital financeiro e comercial foi um trunfo para atingir o parlamento, entretanto, os mesmos não conseguiram o potencial eleitoral suficiente para alcançarem uma cadeira na Câmara. O lugar dos negociantes, nesta época, não era dentro da alta política, uma vez que a mesma vinha se profissionalizando lentamente.¹²⁵

¹²⁴ Como demonstraram, por exemplo, GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do comércio de subsistência da Corte (1850-1880). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPG em História, IFCS/UFRJ, 1992; MARTINS, Maria F. V.; FRAGOSO, João L. R. *As elites nas últimas décadas da escravidão - as atividades econômicas dos grandes homens de negócios da Corte e suas relações com a elite política imperial, 1850-1880*. In: FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda (Org.). Ensaio sobre escravidão. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003, p. 143-164.

¹²⁵ Esta condição foi muito bem percebida por Machado de Assis através do diálogo do negociante Santos com a sua esposa: “Natividade abanou a cabeça, por mais que ele [Santos] explicasse que não queria ser orador nem

Apesar da aquisição de um diploma ter aos poucos se tornado fundamental para o ingresso no parlamento, nem todas as famílias perceberam este momento de mudança. Como já dissemos, possuir riqueza não era suficiente para que um pai mandasse um filho estudar em outra província, já que muitas famílias ricas não o fizeram e investiram seus capitais em outros campos e com outros objetivos. Pelo que percebemos nas trajetórias, pais com formação superior geralmente buscavam o mesmo para seus filhos, mas nem todos possuíam pais nesse grupo. Portanto, cremos que aquelas famílias que possuíam um tipo de projeto específico, com objetivos voltados para a política e a extensão de suas redes sociais, buscando manter seu status e riqueza locais, eram as mais propensas a enviar os filhos para cursarem alguma faculdade. Seu retorno era uma maior chance de conquistar bons casamentos e uma rede social mais ampla, seja com filhos de elites das outras províncias, seja com outros setores da própria sociedade rio-grandense, como militares e comerciantes, por exemplo.¹²⁶

Aqueles estancieiros sem filhos ou genros bacharéis, caso quisessem interferir no campo político (ou dele obter favores) tinham que estabelecer alianças (às vezes não confiáveis) com parlamentares ou então eles mesmos fazerem-se deputados. Foi o caso de Antônio Caetano Pereira, fazendeiro em Livramento, Hilário Pereira Fortes, em Cachoeira e Afonso Mibielli da Fontoura, em Encruzilhada, entre outros. Vimos anteriormente que uma enorme gama de estancieiros sem formação e oficiais da guarda nacional elegeram-se deputados. Estes provavelmente reuniam a sua volta outros estancieiros de menor riqueza, comerciantes e eleitores paroquiais das suas localidades, dos quais acabavam, em momentos oportunos, tornando-se seus mediadores em nível regional.

Entretanto, dificilmente estes homens sem formação sustentavam mais de dois mandatos na Assembléia. Dos 65 políticos deste grupo, 47 (73%) não ultrapassaram esta marca, sendo que 38 tiveram somente um mandato. Apenas 6 indivíduos sem formação (09%) obtiveram 5 mandatos ou mais, e isto contando com as legislaturas anteriores a 1869. Ernesto Frederico de Werna Bilstein, oficial da Marinha, atingiu a marca de 11 mandatos – algo difícil até para os bacharéis em direito. Membro do Partido Liberal, talvez ele fosse uma espécie de porta-voz entre a cúpula do partido e a oficialidade desta Arma, o que ajuda a explicar sua longa permanência.

ministro, mas tão somente fazer da Câmara um degrau para o Senado, onde possuía amigos, pessoas de merecimento, e que era eterno. – Eterno? Interrompeu ela com um sorriso fino e descorado. – Vitalício, quero dizer. Natividade teimou que não, que a posição dele era comercial e bancária. Acrescentou que política era uma coisa e indústria outra” (*Esaú e Jacó*, capítulo XLVIII).

¹²⁶ Retomaremos estas idéias no capítulo terceiro.

Analisando todos os 169 deputados províncias entre 1868 e 1889 e somente os mandatos ocupados durante esta época, percebe-se que 90 deputados (53%) tiveram apenas 1 mandato durante o período. Com 2 mandatos têm-se 41 deputados (24%) e com 3 e 4 mandatos, 28 parlamentares (17%). Conclui-se que apenas 10 políticos (6%) passaram de 5 mandatos dentro da Casa. O mais interessante é que dentre estes estão Silveira Martins, Felisberto Pereira, José Diana, Eleuthério de Camargo, Antunes Maciel e Silva Tavares, ou seja, todos deputados gerais e alguns do *Grupo dos 12*, o que revela que a elite dentro da Assembléia Provincial era também composta por homens que acumulavam mandatos na Corte, demonstrando que o poder político se concentrava nas mãos de poucos indivíduos.

Apesar do caso de Werna Bilstein, a regra era que os políticos com formação superior conseguissem sustentar um maior número de mandatos do que os não diplomados. Além disso, deve-se ficar claro que quando se fala em formação superior, os bacharéis em direito são a extensa maioria. Entre 1868 e 1889, cerca de 3/4 dos deputados provinciais que possuíam formação acadêmica eram bacharéis em direito. A grande maioria destes homens formou-se em São Paulo (51 deputados). Os diplomados em Recife chegavam a 16, ou seja, menos de 1/3. Mas o dado mais interessante pode ser verificado no cruzamento do partido político com o local de formação. A partir dele, percebe-se que 14 dos 16 deputados formados em Recife pertenciam ao Partido Conservador e apenas 2 ao Liberal.¹²⁷ Em São Paulo, formaram-se 31 liberais, 16 conservadores e 1 republicano. Para 3 não identificamos o partido. Mas o que se pode concluir a partir disto?

Observando as listas das turmas acadêmicas, é possível constatar que a forte vinculação dos liberais com São Paulo e a mútua convivência de rio-grandenses em várias das turmas, pode ter contribuído para uma maior coesão entre seus líderes, além de redes sociais mais amplas e firmes, o que ajudou a reforçar a condição de hegemonia do partido no Rio Grande do Sul por um longo tempo. Os conservadores, por dividirem-se em Recife e São Paulo não apresentaram o que poderíamos chamar de uma geração de colegas de uma mesma turma, como os liberais tiveram, sob a liderança de Félix da Cunha, em 1855. Em 1866 e 1867, por exemplo, 7 deputados liberais formaram-se em São Paulo, ou seja, 10 anos após a turma de Félix. Isto demonstra que ao longo do tempo, grupos de estudantes rio-grandenses da mesma turma, compartilhando de idéias, redes sociais novas e objetivos semelhantes,

¹²⁷ Um deles era Fernando Osório que iniciou o curso em São Paulo, mas formou-se em Recife.

desembarcavam no Rio Grande do Sul para renovar e fortalecer as fileiras liberais, o que não aconteceu entre os saquaremas rio-grandenses.¹²⁸

Quadro 4
Ocupação profissional dos deputados provinciais (1835-1889) - (%)

Ocupação Profissional	Períodos			
	1831-1840	1840-1853	1853-1871	1871-1889
Juízes de direito	09,25	12,08	05,38	01,94
Juízes municipais	01,85	06,59	07,69	07,79
Militares	05,55	12,08	04,61	00,64
Empregados Públicos	11,11	07,69	07,69	03,24
Padres	07,40	03,29	03,07	00,64
Total Burocracia	35,16	41,74	28,36	14,25
Professores	01,85	-	01,53	03,24
Advogados	03,70	16,48	23,07	31,16
Jornalistas	01,85	-	03,07	03,24
Médicos	03,70	10,98	10,00	05,84
Engenheiros	01,85	01,09	05,38	03,24
Farmacêuticos	01,85	-	00,76	-
Total Profissões	14,80	28,57	43,81	46,72
Estancieiros/Negoc.	48,14	29,67	24,61	36,36
Total Economia	48,14	29,67	24,61	36,36
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: ver Anexos. Foram utilizadas as classificações de José Murilo de Carvalho para uma melhor comparação entre as tendências de recrutamento na Corte e na Província.

O Quadro 4 demonstra que a mesma tendência de afastamento dos burocratas e aproximação dos advogados que vimos entre os deputados gerais, se repete entre os provinciais. No entanto, a construção do quadro apresentou alguns problemas metodológicos. Informações relativas à “profissão”, à “ocupação” ou à “fonte de renda” nesta sociedade, onde a acumulação de funções era a regra, sempre acabam tendo que privilegiar alguns aspectos de uma biografia em detrimento de outros. Encontramos advogados envolvidos com

¹²⁸ Este, no entanto, não deve ser visto como um fator fundamental, mas apenas adicional. Muitos trabalhos já demonstraram e vêm demonstrando a importância que estas gerações de estudantes de uma mesma turma acadêmica possuíram na história política do Rio Grande do Sul. Podemos citar como exemplo os estudantes rio-grandenses da Faculdade de Direito de São Paulo das turmas do final da década de 1870 e início de 1880, liderados por Júlio de Castilhos. Estes foram responsáveis pela criação do PRR e forneceram boa parte dos líderes políticos do início da República. Outro exemplo pode ser encontrado no trabalho de Luiz Alberto Grijó sobre a geração de estudantes da Faculdade de Direito de Porto Alegre, formados por volta de 1907. Entre estes se encontrava Getúlio Vargas que viria a ser um dos principais líderes do grupo anos mais tarde (GRIJÓ, Luiz Alberto. Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada ‘geração de 1907’. Porto Alegre: dissertação de mestrado em Ciência Política, UFRGS, 1998).

empreendimentos bancários, médicos como oficiais da guarda nacional, engenheiros atuando como jornalistas, estancieiros servindo como rábulas, magistrados administrando suas enormes criações de gado, entre outros. Para solucionar parcialmente este problema estabelecemos um critério metodológico: quando possuísem um curso superior e uma profissão os deputados seriam indicados com esta, quando não, com a de comerciante ou fazendeiro, de acordo com a sua biografia.¹²⁹

O Quadro 4, portanto, nos permite perceber como o perfil dos mediadores políticos entre as paróquias e a capital da província foi mudando ao longo das décadas. É importante constatar que os estancieiros e os negociantes sem diplomas dominavam o parlamento nos primeiros anos, pois perfaziam quase 50% do parlamento. A formação superior ainda não havia se disseminado entre as elites rio-grandenses e muitos dos deputados diplomados eram naturais de outras províncias.¹³⁰ Além dos rio-grandenses não possuem o hábito de enviar seus filhos para estudar em Coimbra, como destacou Carvalho, as faculdades brasileiras, recém instaladas, haviam formado poucas turmas. A primeira sessão da assembléia provincial, em 1835, reuniu muitos estancieiros e negociantes sem diplomas entre os deputados. Homens acostumados com as guerras e a vida rural na fronteira acessaram facilmente este espaço político que certamente lhes parecia uma novidade. Estancieiros milicianos sem formação superior como Bento Gonçalves, Bento Manoel Ribeiro, João da Silva Tavares, Olivério José Ortiz, entre outros, ocuparam as cadeiras parlamentares reproduzindo um aglomerado de idéias políticas um pouco aprendidas no mundo platino, um pouco assimiladas pelo contato com estrangeiros.¹³¹ Gradualmente, os homens com este perfil foram sendo substituídos por advogados formados e este mesmo espaço foi exigindo cada vez mais capacidades intelectuais e de formação, mas tal característica só veio a se firmar na segunda metade do século.

Não é a toa que muitos daqueles estancieiros passaram a investir na formação dos filhos, uma vez que o seu acesso ao parlamento tornava-se cada vez mais difícil. Portanto, todas as profissões reunidas no Quadro 4 não devem ser entendidas como desvinculadas do

¹²⁹ Foram bastante úteis para a construção deste quadro as atas de apuração eleitorais contidas no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Fundo *Eleições*). Elas trazem o nome do candidato eleito, sua profissão/ocupação e o local de atividade. No entanto, não existem para todas as épocas, o que nos obrigou a buscar outras fontes. Adotamos os mesmos recortes temporais de José Murilo de Carvalho para efetuar uma melhor comparação com a elite que o mesmo investigou.

¹³⁰ Como por exemplo, o magistrado baiano Rodrigo de Souza Pontes, o médico mineiro Marciano Pereira, o engenheiro fluminense José Mariano de Mattos, entre outros.

¹³¹ Ver, por exemplo, GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS/UF RJ, 1998.

mundo agrário. É muito difícil definir com precisão a ligação dos 323 indivíduos analisados com a posse da terra. Vimos anteriormente que uma extensa rede familiar ligava o *Grupo dos 12* e os deputados gerais aos negociantes e charqueadores, mas principalmente aos estancieiros. Não traçaremos esta ligação para os 323 deputados, primeiro, porque para muitos deles não foi possível conseguir tal informação; segundo, porque devido ao variado número de trajetórias e de casos individuais que encontramos, a exposição ficaria demasiado ampla. O fato é que se não eram estancieiros, possuíam parentes ou amigos que o eram e, além disso, dependiam deles para se elegerem. Até mesmo aqueles indivíduos essencialmente urbanos, acabavam caindo numa rede de compromissos com estes proprietários de terra, pois os seus colegas deputados também eram. Entretanto, estas ligações, apesar de refletirem certa homogeneidade do grupo são, ao mesmo tempo, ilusórias, pois o fato de pertencerem a um mesmo grupo sócio-ocupacional não os impedia de entrarem em conflito seguidamente, seja por princípios ideológicos, seja por cargos políticos ou benefícios para as suas regiões.

Este crescente investimento nos estudos dos filhos e o caráter político das escolas jurídicas ajudam a explicar o aumento do número de advogados no parlamento. Além disso, como já dissemos, a diminuição dos burocratas também foi consequência das reformas eleitorais que os proibiam de se elegerem, além do conjunto de leis que deram um pouco mais de segurança na carreira dos mesmos. Esta tendência foi primeiramente identificada por Carvalho na sua análise da elite política imperial (ministros, senadores e conselheiros de Estado). O acompanhamento destas mudanças pela elite provincial nos permite supor que elas também foram transformações estruturais e que afetaram todas as elites políticas brasileiras. Isto ajuda a evidenciar o poder que o Centro exercia sobre as periferias do Império, mesmo que de maneira difusa e desordenada. Nos parece, portanto, que a ação centralizadora da Corte foi eficiente neste aspecto, já que as tendências de recrutamento da sua classe de dirigentes também foram acompanhadas pela distante elite política do Rio Grande do Sul.

O surgimento da figura do advogado como o profissional mais apto a integrar a elite política sul-rio-grandense, fazia com que muitas famílias formassem seus filhos em Direito e outros fazendeiros procurassem apostar neles como seus aliados políticos. Isto ajuda a explicar porque Manuel Osório absteve-se de participar da vida política como parlamentar e passou a investir no jovem Félix da Cunha e nos seus colegas na década de 1850, como vimos. Estas alianças representavam a busca de novas estratégias destas elites para manter-se

influindo no poder regional e central, mesmo que exercendo papéis diferentes. Enquanto o estancieiro e o militar guardavam a fronteira e o comerciante cuidava de seus negócios, o bacharel, sobretudo o advogado, intermediava os interesses das suas famílias e das redes vinculadas a sua localidade.

Isto não significa que este tipo de aliança fosse regra geral, mas ajuda a compreender porque muitos negociantes e estancieiros sem formação superior candidatavam-se, mas não conseguiam se reeleger mais de uma vez para a Assembléia, pois cada vez mais a carreira política exigia uma maior dedicação de tempo e pré-requisitos essenciais, como um diploma de curso superior. A profissionalização das carreiras políticas dava seus primeiros passos, num lento processo cheio de percalços que se consolidaria apenas no século XX.

Estas transformações eram moldadas por condicionantes do Estado que se formava. Cada vez mais burocratizado, ele exigia uma mínima especialização daqueles que quisessem usufruir dos canais de mediação que se abriam. O bacharelismo, que já era importante em meados do Oitocentos, foi ganhando maior importância e as próprias elites, absorvendo este comportamento, reproduziam as bases necessárias para a sua manutenção.¹³² O bacharelismo primeiro se concretizou no Centro e depois se expandiu para as periferias. O predomínio dos advogados na Assembléia – fenômeno existente até os dias atuais¹³³ – não se deu por acaso e revela, além de outros fatores, a força da tradição bacharelesca lusitana. Entretanto, tal fenômeno só foi possível porque as famílias das elites rio-grandenses e das mais distantes províncias acreditaram na eficácia política de tal investimento, enviando seus filhos para São Paulo e Recife. Este custoso empreendimento podia (mas não garantia) trazer retornos políticos e econômicos importantes para a família e o sucesso de alguns certamente motivava a aposta dos outros. Múcio Teixeira, por exemplo, disse que o advogado e deputado geral Felisberto Pereira freqüentava seguidamente a sua casa e que certa vez insistiu para que ele abandonasse a carreira das armas, “para estudar na Academia de S. Paulo, onde podia recomendar-me aos bons amigos que lá contava”.¹³⁴ Os que conviviam dentro da política, como Felisberto, sabiam que aquele era um importante bilhete de entrada para a vida parlamentar, além da extensão das redes sociais da família.

¹³² Ver, por exemplo, ADORNO, Sérgio. O aprendizado do poder: bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; SIMÕES NETO, Francisco Teotônio. Bacharéis na política e a política dos bacharéis. Tese de doutorado. São Paulo: PPG em Ciência Política da USP, 1983.

¹³³ HEINZ, Flávio M. (org.); MILKE, Daniel, FLACH, Ângela; VARGAS, Jonas M.; O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados (1947 a 1982). POA: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2005.

¹³⁴ TEIXEIRA, Múcio. Op. Cit., p. 321.

Mas não apenas os advogados conseguiram conquistar cadeiras na Assembléia Provincial. Os médicos formaram um outro grupo de destaque. No entanto, o seu potencial político possuía limites. Nenhum médico rio-grandense chegou ao Senado, Ministério ou Conselho representando a sua província. Quando os mesmos disputavam com os advogados na lista tríplice para o Senado, o Imperador escolhia estes últimos. José Murilo de Carvalho já havia indicado o seu restrito papel na elite política. As Academias de Medicina não eram centros de formação política tão intensos como as de Direito, por exemplo.¹³⁵

Mas o que significava ser um advogado nesta época? Apesar da inexistência de trabalhos sobre os advogados no Rio Grande do Sul imperial, ao que parece, não havia uma disputa acirrada por clientes nas maiores cidades. Os rúbulas (advogados sem diploma superior) possuíam uma significativa clientela e, além disso, relacionavam-se muito bem com os diplomados. Egidio Itaqui, que era doutorado em Direito por São Paulo, trabalhava em companhia com o preto Soter Caio Silva, rúbula conhecido na capital e muito solicitado pelos populares. Soter certamente aprendia as lições com o Egidio, que também foi deputado geral e jornalista.¹³⁶ Outro caso exemplar pode ser encontrado na relação entre o advogado Severino Ribeiro e o rúbula Mathias Teixeira de Almeida. Aquiles Porto Alegre conta que o jovem doutor aprendeu muito da prática do foro com o velho rúbula.¹³⁷

Contudo, nenhum dos rúbulas avançou na carreira política, ao contrário dos advogados diplomados. Cremos que o diploma era mais do que uma carta de permissão para exercer a profissão. Ele oferecia um certo *status* a família do bacharel, algo que o rúbula não possuía. Além disso, o advogado possuía uma rede de relações sociais muito mais extensa e significativa, pois havia se vinculado às elites do centro do país. O advogado era um braço da estância e da charqueada – talvez o mais poderoso e extenso – e a sua convivência com os rúbulas indicam que os fatores de competência e mérito profissionais muitas vezes eram secundários.

¹³⁵ Como demonstraram ADORNO, Sérgio. Op. cit.; SIMÕES NETO, Francisco Teotônio. Op. cit. Sobre os engenheiros militares é interessante ver a biografia de Vilagran Cabrita, escrita por TAVARES, A. de Lyra. Vilagran Cabrita e a Engenharia de seu tempo. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. Para uma análise acerca dos engenheiros em sua carreira civil, ou seja, no Instituto Politécnico da Corte, ver MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. Engenharia Imperial: o Instituto Politécnico Brasileiro (1862-1880). Dissertação de mestrado. Niterói: PPG em História da UFF, 2002.

¹³⁶ PORTO ALEGRE, Aquiles. Noutros Tempos. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922, p. 161.

¹³⁷ PORTO ALEGRE, Aquiles. Homens Ilustres do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ERUS, 1976, Op. cit., p. 233.

Quadro 5

Local de atividade profissional e partido político de 142 deputados provinciais (1868-1889)

Região	Município	Total de deputados	PC	PL	PRR	Não localizados
Campanha	Alegrete	2	1	1	0	0
	Bagé	3	2	1	0	0
	Livramento	4	0	4	0	0
	Uruguaiana	3	2	0	0	1
	Dom Pedrito	1	0	1	0	0
	Quarai	1	1	0	0	0
	São Borja	2	0	2	0	0
	Itaqui	3	1	2	0	0
	São Gabriel	5	3	1	1	0
	Total	24	10	12	1	1
Sul	Jaguarão	7	2	5	0	0
	Pelotas	17	4	13	0	0
	Piratini	2	0	2	0	0
	Rio Grande	6	4	0	0	2
	Total	32	10	20	0	2
Norte	Cruz Alta	6	3	3	0	0
	Palmeira	1	0	1	0	0
	Passo Fundo	3	1	2	0	0
	Santo Ângelo	2	0	2	0	0
	Total	12	4	8	0	0
Capital	Porto Alegre	46	15	30	0	1
	Total	46	15	30	0	1
Centro-Leste	Santa Maria	4	1	2	0	1
	Rio Pardo	4	3	1	0	0
	Santa Cruz	1	0	1	0	0
	Caçapava	3	1	1	0	1
	Cachoeira	4	0	3	0	1
	Encruzilhada	3	2	1	0	0
	São Leopoldo	2	2	0	0	0
	Taquari	3	3	0	0	0
	Camaquã	1	1	0	0	0
	Conceição do Arroio	2	1	1	0	0
	Total	27	14	10	0	3
Exterior	Rio de Janeiro	1	1	0	0	0
	Total	1	1	0	0	0
Total		142	54	80	1	7

Fonte: ver Anexo.

Se quisessem iniciar uma carreira política ou intervir no campo político, estes homens da elite tinham que escolher um dos dois partidos monárquicos. Na década de 1880, surgiu a possibilidade de aderir ao partido Republicano, mas poucos o fizeram. A historiografia sobre o tema tratou muito dos liberais e republicanos no Rio Grande do Sul, deixando os conservadores bastante deslocados de suas análises. Os indicadores do Quadro 5 buscam preencher um pouco esta lacuna. Conseguimos o local de atividade profissional para 142 deputados provinciais (84% do total). Este tipo de divisão apresenta alguns problemas

metodológicos. Militares e magistrados, por exemplo, não possuíam um município de atividade fixo, podendo ser removidos a qualquer momento. Escolhemos, portanto, o local em que os mesmos se encontravam no momento da primeira eleição. Como eram muito poucos, os dados não interferem drasticamente nos resultados finais. Empregados públicos também podiam ser removidos e seguiu-se o mesmo critério. Como o grosso da burocracia estava em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, estes municípios podem estar levemente sobre-representados, mas nada que distorça profundamente os indicadores.

Os resultados alcançados são bastante significativos e oferecem uma idéia da inclinação do eleitorado de algumas regiões. Geralmente estes deputados possuíam terras, negócios ou exerciam suas atividades profissionais no distrito eleitoral em que se elegiam. Ao escolherem estes candidatos, os eleitores revelavam que ofereciam apoio a sua candidatura e dele esperavam favores e recursos diversos. Portanto, é possível considerar que ao acompanharem estes homens, ou seja, os deputados provinciais, eles estavam contribuindo, mesmo que indiretamente, para o crescimento e a afirmação do respectivo partido político na sua região. Mas o que movia os eleitores não era os ideais programáticos e doutrinários da agremiação, mas sim, a influência política e a liderança pessoal dos mediadores e de suas famílias. Bagé, por exemplo, apresentava-se como um núcleo conservador devido principalmente à força política dos Tavares, assim como Quaraí, Uruguaina e Alegrete, que sofriam forte influência dos Ribeiro de Almeida. Livramento só elegia liberais porque a herança política de um homem chamado David Canabarro garantia a maioria da facção. Neste sentido, outros tantos municípios estavam recheados de facções, onde grandes chefes políticos se destacavam buscando dirigir os negócios políticos de suas localidades.

Considerando-se esta influência das famílias políticas, é possível identificar as localidades onde os grandes líderes políticos possuíam um maior poder em angariar seguidores e mobilizar votantes, sedimentando um eleitorado aparentemente fiel ao seu partido, por exemplo. Levando-se em conta a maneira como esta influência ocorria, é possível perceber, através do Quadro 5, que a região central da província, cujo Rio Pardo era um forte núcleo político, concentrava muitos conservadores, ao contrário da capital, do Planalto Norte e do núcleo charqueador sediado por Pelotas. A região da campanha, ao contrário do que a historiografia analisada defende, possuía um número de conservadores quase próximo ao de liberais. Além disso, percentualmente, os conservadores ofereciam mais espaço (dentro do seu quadro de candidatos) aos elementos na campanha do que os liberais,

contrariando a tese de que o Partido Liberal representava os interesses dos estancieiros daquela região. O fato de muitos conservadores terem sido eleitos naquelas regiões demonstram que os mesmos possuíam um eleitorado bastante significativo nas referidas localidades – fruto do poder dos estancieiros que militavam neste partido.

Somente Mário Maestri, dentre os trabalhos analisados, arriscou-se a enquadrar os conservadores em alguma região e atividade sócio-profissional. Sem citar quais fontes utilizou, o autor considerou que os conservadores no Rio Grande do Sul “representavam os grandes plantadores, comerciantes e escravistas” e os liberais “os interesses dos criadores da Campanha”. Concluindo, ele afirma que a “força dos conservadores sulinos concentrava-se nas grandes cidades comerciais – Rio Pardo, Porto Alegre, Rio Grande, São José do Norte. Como os grandes fazendeiros rio-grandenses eram, em geral, liberais, no Sul, os conservadores foram sempre minoritários”.¹³⁸

De acordo com o Quadro 5, o autor possui razão ao considerar Rio Pardo e Rio Grande como dois focos saquaremas. Entretanto, o mesmo quadro revela que Porto Alegre possuía o dobro de deputados liberais. Vimos anteriormente que entre os deputados gerais, Porto Alegre também apresentava uma enorme maioria de liberais. Portanto, o argumento de Maestri é insustentável, pois Pelotas e Porto Alegre, grandes centros comerciais, não demonstram um perfil saquarema. Aliás, Pelotas, na década de 1870, possuía uma elite de negociantes muito mais influente e rica do que Rio Pardo, o que acabou resultando na criação de uma Associação Comercial, em 1876. A consideração de Maestri com relação à ligação dos estancieiros com a região da campanha também é equivocada, como já nos referimos acima.

Qualquer tentativa de se criar um modelo rígido para compreender o comportamento político-partidário destas elites deve evitar estas armadilhas. Havia negociantes, charqueadores e estancieiros com posições políticas conservadoras, liberais e posteriormente republicanas em todas as regiões da Província onde estas atividades econômicas eram realizadas.¹³⁹ Estes equívocos são frutos de interpretações anacrônicas que acreditam que os partidos políticos no século XIX possuíam as conformações classistas surgidas no mundo ocidental do século XX. Na sua essência, como já enfatizaram Graham e Carvalho, os

¹³⁸ MAESTRI, Mário. O Império: da consolidação à crise do escravismo. Passo Fundo: UPF. Coleção Uma História do Rio Grande do Sul da Pré-história aos dias atuais, v. 2, 2005, p. 78-79.

¹³⁹ Outro fator que merece atenção é a constituição de hegemonias partidárias em alguns municípios, algo que merece ser melhor investigado. Por exemplo, a forte presença de conservadores em São Gabriel, Rio Grande, São Leopoldo, Rio Pardo, Taquari e Uruguaiana é evidente. Enquanto o Partido Liberal possuía representantes com concentração em Pelotas, Porto Alegre, Livramento, Cachoeira e Jaguarão.

partidos imperiais eram, sobretudo, facções, onde lideranças individuais disputavam espaço angariando o seu grupo de seguidores e pequenos chefes entre as suas fileiras.¹⁴⁰ Outra contribuição neste sentido foi oferecida por Luiz Alberto Grijó que buscou identificar a formação deste partidos, acentuando os traços faccionais que os mesmos apresentavam.¹⁴¹

Com isto não se quer negar que os grupos sócio-ocupacionais podiam identificar-se com uma destas facções. Num debate bastante acirrado, em 1874, Silveira Martins defendia uma maior contribuição financeira dos rio-grandinos para os cofres públicos provinciais. Ele acusava o presidente da Província, um conservador, de implementar impostos que sobrecarregavam as exportações do Rio Grande do Sul, “e para quê? Para edificar no Rio Grande um cais, porque alguns ricos daquela cidade desejam aformosear a rua onde têm seus prédios, dar-lhes mais valor (...)”. Ao longo do discurso fica claro que a oposição de Gaspar era feita aos comerciantes de Rio Grande: “Senhor, aquela cidade, ou antes esses poucos comerciantes, proponentes dos impostos, que representam a cidade, nem o comércio (apoiados) daquela importante praça, não têm o direito de fazer tais exigências da Província (...)”.¹⁴²

Somando este ataque de Gaspar aos dados apontado no Quadro 5 e às informações de Maestri é possível considerar que o alto comércio de Rio Grande era um braço eleitoral da facção saquarema. Cláudia Munhoz, estudando a Associação Comercial desta praça, também identificou a ligação de muitos dirigentes com os conservadores.¹⁴³ No entanto, os seus congêneres da praça de Porto Alegre possuíam uma posição contrária – o que diverge do modelo de Maestri. A Associação Comercial da capital possuía muitos dirigentes liberais e estava fortemente ligada a Silveira Martins que, inclusive, tinha um retrato seu na sala de reuniões.¹⁴⁴ Conforme Simona Cerutti, devemos tomar cuidado com as classificações sócio-profissionais e com o pressuposto de que os mesmos grupos “podem ser descritos antes mesmo que seja analisado o tecido das relações que os engendrou”.¹⁴⁵ Com este exemplo,

¹⁴⁰ GRAHAM, Richard. Op. Cit. ; CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit.

¹⁴¹ GRIJÓ, Luiz Alberto. *Foi o PRR um “partido político”?* in: Revista Logos. Canoas: Editora da Ulbra, v. 11, n. 1, maio de 1999, p. 65-68.

¹⁴² Discurso de Gaspar Silveira Martins. Anais da Assembléia Legislativa Provincial. (Sessão de 21.04.1874).

¹⁴³ MUNHOZ, Cláudia S. de F. A Associação Comercial de Rio Grande (1844-1852): interesses e atuação representativa do setor mercantil. São Leopoldo, Unisinos, Dissertação de Mestrado, 2003.

¹⁴⁴ FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre e seu comércio. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983, p. 73-77.

¹⁴⁵ CERUTTI, Simona. *Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII*. in: REVEL, Jacques (org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 182-183. A autora acrescenta: “Em lugar de considerar evidente o pertencimento dos indivíduos a grupos sociais (e de analisar as relações entre sujeitos definidos a priori), é preciso inverter a perspectiva de análise e se interrogar sobre o modo pelo qual as relações criam solidariedades e alianças, criam, afinal, grupos sociais.

podemos concluir que as relações sociais, econômicas e políticas destes grupos devem ser analisadas mais de perto, no interior de suas relações sociais, sem buscar pré-definições.

Acompanhando ainda o Quadro 5, percebe-se que Porto Alegre concentrava a maioria de liberais, muitos deles intimamente ligados a Silveira Martins. O simples fato deles concentrarem seus líderes em Porto Alegre e Pelotas apresenta-se como um diferencial bastante significativo. A vida administrativa emanava da capital e tinha em Pelotas um dos principais eixos econômicos e financeiros. Era de Porto Alegre que a alta e a média burocracia administrava os negócios da província e de Pelotas, município que concentrava a grande produção de charque no Rio Grande do Sul, que Manuel Luís Osório residia e influenciava na direção do Partido. Com a morte de Osório, os conservadores passaram a exercer importante influência política em boa parte da região da campanha. Tal conjuntura foi fruto da articulação entre diversas famílias da elite e no capítulo terceiro analisaremos uma delas: os Ribeiro de Almeida.

Portanto, não havia um partido que representasse exclusivamente as elites proprietárias da campanha. Se tal fato existiu, foi somente no nível discursivo, pois na prática, muitas famílias dividiam-se entre ambos os partidos. Uma prova de que os liberais não detinham este monopólio da “representação” foi dada pelos próprios deputados desta facção. Wenceslau Escobar, advogado em São Borja, e Propício Barreto Pinto¹⁴⁶, natural de São Gabriel, acusavam a administração do próprio partido de abandonar aquela região. Eleuthério de Camargo, em nome do governo, tentou contornar a situação, mas não apresentou argumentos capazes de contrariar os dois jovens.¹⁴⁷ Meses mais tarde, Wenceslau viria a ingressar no Partido Republicano Rio-grandense. Talvez esta nova agremiação fosse uma saída para aqueles homens da campanha que estavam descontentes com a administração

Nesse sentido, o importante não é negar a utilidade de todas as categorias sócio-profissionais – exógenas ou contextuais – mas impregná-las das relações sociais que, hoje como então, contribuem para o seu nascimento”.

¹⁴⁶ Genro de João Propício Menna Barreto, Barão de São Gabriel, rico estancieiro, militar de prestígio e compadre de José Gomes Portinho – outro respeitado e influente estancieiro. É bastante provável que as acusações ao Partido Liberal feitas por Propício fossem aprovadas pelo seu sogro e boa parte da imensa parentela dos Menna Barreto. A árvore genealógica dos Menna Barreto pode ser encontrada em CARVALHO, Mário Teixeira. Op. Cit., 231-239. Sobre as ligações familiares com os diversos setores da elite, incluindo o “militar”, ver SEIDL, Ernesto. A espada como vocação: padrões de recrutamento e de seleção das elites do Exército no Rio Grande do Sul (1850-1930). Porto Alegre: dissertação de Mestrado em Ciência Política, UFRGS, 1999.

¹⁴⁷ Anais da Assembléia Legislativa Provincial, sessão de 21.04.1881. Eleuthério dizia que as críticas eram coisas de jovens radicais, mas Antônio Ribas, um velho deputado de Itaquí concordou com eles. Eleuthério admitiu o abandono e concluiu que o Partido não governava por localidades, mas sim pelo crescimento de toda Província, discurso muito comum entre os situacionistas.

dos liberais e de sua política para com aquela região.¹⁴⁸ Joaquim Francisco de Assis Brasil, advogado em São Gabriel e único deputado propagandista a eleger-se pelo PRR, enviou uma carta a um amigo o convocando para ser candidato e reclamando:

“Espero que cumpras a palavra que me deste, sendo representante de S. Borja .É um passeio que dás a Porto Alegre e com isso aproveitas a ver funcionar a Assembléia, onde já vai tomar parte um republicano. Não podemos continuar, nós da Campanha, a ser representados por gente da capital. É o amor ao partido que exige a tua ida, ou de algum de nossos bons companheiros daí”.¹⁴⁹

É bastante provável que Assis Brasil estivesse se referindo aos deputados liberais, igualmente atacados por Wenceslau e Propício. Talvez a ofensiva fosse contra Silveira Martins e o seu séqüito. Vimos anteriormente que o Partido Liberal era muito bem representado na capital e que muitos homens da campanha haviam migrado para lá. A indignação dos republicanos talvez fosse a mesma dos estancieiros conservadores da campanha, pois sabe-se que Assis Brasil foi eleito com apoio destes e que São Gabriel, onde ele era advogado, parece ter sido, de acordo com os dados vistos anteriormente, um reduto saquarema.¹⁵⁰

Em 1882, por pressão dos comerciantes de Porto Alegre, que reclamavam do contrabando na fronteira oeste, Silveira Martins empenhou-se em aprovar no Senado a tarifa especial que favorecia aqueles negociantes. Muito comemorado na capital, Gaspar teve seu retrato exposto na sala de reuniões da Associação Comercial de Porto Alegre, como havíamos mencionado.¹⁵¹ O contrabando favorecia aqueles estancieiros e talvez este tenha sido um dos

¹⁴⁸ Conforme Eloísa Capovilla Ramos a maioria das adesões ao PRR logo após a afundação do Partido, em 1882, aconteceram na campanha. Em quase todos os municípios eles conseguiram eleger um vereador. Em Alegrete assumiram a Câmara 2 vereadores republicanos. A autora acrescenta que nesta região fronteiriça os assinantes d'A *Federação*, jornal oficial do partido, também eram bastante numerosos. Esta inclinação ao republicanismo só poderia significar uma insatisfação com os representantes políticos liberais e conservadores, além de servir como mais um espaço às elites paroquiais alijadas da política local. (RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. O Partido Republicano Rio-grandense e o poder local no litoral norte do Rio Grande do Sul (1882-1895). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado apresentada no PPG em História da UFRGS, 1990, p. 109-110).

¹⁴⁹ Carta de Assis Brasil a Aparício Mariense. São Gabriel, 29.01.1885 *apud* RAMOS, Eloísa H. C. da Luz. Op. Cit., p. 245-249.

¹⁵⁰ Os Abbott que eram uma família de médicos republicanos e maçons (Fernando, Jonathas e João) com significativa influência em São Gabriel juntaram-se, através de laços matrimoniais, aos Borges Fortes, família de conservadores também muito poderosa na campanha, cujo patriarca, João Borges Fortes era o chefe político do município. Antes da fundação do PRR, os Abbott militavam na facção saquarema.

¹⁵¹ FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre e seu comércio. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983, p. 78.

vários fatores de indignação de Wenceslau, Assis Brasil e tantos outros que acusaram os liberais de estarem favorecendo apenas a capital.

Creemos ter demonstrado que o eleitorado dos partidos políticos era bastante variado e não é possível afirmar que os negociantes, estancieiros e charqueadores escolhiam apenas uma agremiação para distribuir seus votos. O máximo que se pode identificar é uma inclinação coletiva e parcial destes grupos numa determinada localidade, como os negociantes de Rio Grande, por exemplo. Mas até mesmo estes indicadores podem ser relativizados em uma abordagem mais micro-analítica, uma vez que Rio Grande também possuía comerciantes liberais. Os dados do Quadro 6 referentes à ocupação profissional dos deputados provinciais dentro dos seus respectivos partidos, apenas atesta esta idéia que defendemos.

Quadro 6
Ocupação profissional e partido político de 150 deputados provinciais (1868-1889)

Ocupação Profissional Principal	Partido Liberal	Partido Conservador	Total
Advogados	28 (33,5%)	20 (30,3%)	48 (32%)
Médicos	7 (8,5%)	6 (9,2%)	13 (8,6%)
Engenheiros	3 (3,5%)	3 (4,5%)	6 (04%)
Jornalistas	3 (3,5%)	1 (1,5%)	4 (2,6%)
Professores E. Superior	2 (2,4%)	2 (3,1%)	4 (2,6%)
Empregados Públicos	2 (2,4%)	3 (4,5%)	5 (3,4%)
Juízes Municipais	3 (3,5%)	5 (7,5%)	8 (5,4%)
Juízes de Direito	-	2 (3,1%)	2 (1,3%)
Promotores	2 (2,4%)	1 (1,5%)	3 (02%)
Professores Públicos	3 (3,5%)	1 (1,5%)	4 (2,6%)
Militares	4 (4,6%)	3 (4,5%)	7 (4,6%)
Agrimensores	1 (1,2%)	-	1 (0,8%)
Comerciantes	1 (1,2%)	1 (1,5%)	2 (1,3%)
Proprietários	5 (06%)	-	5 (3,4%)
Fazendeiros	15 (17,8%)	12 (18%)	27 (18%)
Ainda não localizado	5 (06%)	6 (06%)	11 (7,4%)
Total	84 (100%)	66 (100%)	150 (100%)

Fonte: ver Anexo.

É possível, a partir do Quadro 6, demonstrar que os líderes parlamentares de ambos os partidos eram compostos por praticamente os mesmos grupos sócio-profissionais. A maioria dos setores sociais indicados estava representada em ambas as facções. Apenas merecem algum destaque a presença maior de juízes entre os conservadores e de homens ligados aos negócios entre os liberais. Portanto, não é possível estabelecer uma divisão sócio-

profissional entre ambos como José Murilo de Carvalho elaborou para o âmbito nacional. De acordo com este autor, a partir da análise da elite política imperial, o Partido Conservador seria uma coalizão entre burocratas e fazendeiros, enquanto o Partido Liberal seria hegemonicamente composto de profissionais liberais e igualmente de fazendeiros. Certamente que os objetivos políticos e os interesses econômicos de uma elite política nacional, assim como a sua formação, eram diferentes de uma elite mais periférica e estes dados talvez atestem este contraste.

Também é possível afirmar que o nível de instrução dos deputados provinciais de ambas as agremiações se equivalia. Ser conservador e escravocrata não significava inferioridade intelectual, por exemplo, mesmo porque muitos liberais possuíam escravos e havia abolicionistas entre os saquaremas. Entretanto, uma diferença foi ressaltada anteriormente: a forte presença de homens formados em Recife entre os conservadores e a sua quase ausência entre os liberais. Vimos que o liberalismo predominou em São Paulo por algum tempo. A influência dos professores (que muitas vezes eram políticos também) era evidente. Em São Paulo, por exemplo, o segundo José Bonifácio despertava fascínio entre os seus alunos, conforme comentou Joaquim Nabuco. O liberalismo deste lente, “a sedução da sua palavra e de sua figura”, contaminavam facilmente o ambiente acadêmico.¹⁵² Em Olinda, era sabido que Gonçalves Martins, o secretário do curso jurídico, buscava atrair jovens da faculdade para o Partido Conservador.¹⁵³ No entanto, era óbvio que havia professores de ambos os partidos distribuídos pelas faculdades, com um predomínio de liberais e homens mais dedicados à política em São Paulo do que em Olinda/Recife – como já atestaram outros autores.¹⁵⁴

Uma outra diferença entre a composição dos partidos pode ser destacada. Havia uma maior aceitação de elementos de outras províncias dentro das fileiras conservadoras do que entre os liberais. Dos 66 deputados conservadores, 11 (17%) eram naturais de outras províncias, enquanto que entre os 84 liberais, apenas 5 (6%) o eram. Vimos que entre os deputados gerais esta relação de elementos de outras províncias também estava presente, ao contrário da maioria dos liberais. Este regionalismo/ bairrismo dos líderes liberais¹⁵⁵ era sentido por aqueles homens que vinham de outras províncias. O general cearense Antônio

¹⁵² NABUCO, Joaquim. Op. Cit., p. 11.

¹⁵³ VENANCIO FILHO, Alberto. *Introdução* in: Zacarias de Góis e Vasconcelos, discursos parlamentares. Brasília: Câmara dos Deputados, Coleção Perfis Parlamentares, n. 9, 1979, p. 19.

¹⁵⁴ ADORNO, Sérgio. Op. cit; SIMÕES NETO, Francisco Teotônio. Op. cit.

¹⁵⁵ Neste sentido o trabalho de Newton Carneiro traz informações e análises bastante importantes (CARNEIRO, Newton. Op. Cit.).

Tibúrcio Ferreira de Souza, ligado aos liberais, quando diretor da Escola Militar de Porto Alegre, em 1880, escreveu a um amigo nortista queixando-se:

“Tenho me seqüestrado da política rio-grandense porque, por aqui, só tenho a perder desde que puser minha humilde individualidade ao serviço de qualquer das facções do Partido Liberal. Quando digo que – só tenho a perder – compreenda-se de que prejuízos falo: perco o bem-estar moral, ficando exposto aos botes e às injúrias do outro grupo, e de resto mal com ambos, porque este povinho é demasiadamente *espanhol*, só ama aos seus e com esta glória está muito contente”.¹⁵⁶ (grifo no original).

Muitos indivíduos de outras províncias acabavam parando no Rio Grande do Sul por exercerem cargos na magistratura. Dos 16 deputados provinciais nascidos em outras províncias 7 chegaram ao Rio Grande do Sul como juízes municipais.¹⁵⁷ Além disso, os únicos 3 deputados gerais que nasceram em outras províncias eram magistrados. A grande maioria deles encontrava entrada nas fileiras saquaremas. De acordo com José Murilo de Carvalho, o Partido Conservador, dentro da Câmara dos deputados, era o reduto da magistratura.¹⁵⁸ Além disso, o juiz parecia também representar a presença do elemento “não-rio-grandense”. Foi regra, durante o Império, os magistrados circularem por várias províncias. Isto possibilitou o ingresso de muitos norte-nordestinos no cenário político e burocrático sul-rio-grandense, assim como de seus filhos.¹⁵⁹ A magistratura provincial foi dominada por eles. Mais de 60% deste quadro de funcionários era composta de norte-nordestinos. Apenas 20% dos juízes de direito que exerceram seus cargos no Rio Grande do Sul entre 1833 e 1889 eram naturais desta província.¹⁶⁰ Isto talvez indique o porque de muitos eleitores recusarem a candidatura de Silveira Martins na década de 1850, como vimos, acusando-o de ser um magistrado.

¹⁵⁶ Carta de Antônio Tibúrcio a João Brígido (Porto Alegre, 11.04.1880) in: CÂMARA, José Aurélio Saraiva. Um soldado do império: o General Tibúrcio e seu tempo. Rio de Janeiro/ Brasília: J. Olimpo/ INL, 1978, p. 258.

¹⁵⁷ Os indicadores de naturalidade são um pouco imprecisos e este número pode ser levemente superior, uma vez que, para quase 50 deputados, tal informação não foi localizada.

¹⁵⁸ CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit.

¹⁵⁹ Esta presença continuou forte na República Velha. Antônio Augusto Borges de Medeiros, que governou o Rio Grande do Sul por 25 anos, era filho de um juiz de direito pernambucano., Augusto César de Medeiros, que exerceu a judicatura em Cachoeira. Caldas Júnior, fundador do Correio do Povo, jornal bastante influente na época, era filho de outro juiz sergipano, Francisco Antônio Caldas. Maurício Cardoso, que viria a ser outro importante político rio-grandense no período republicano era filho de Melchisedech Matusalém Cardoso, magistrado sergipano que passou pelas comarcas de Soledade, Cruz Alta e Porto Alegre, entre outras.

¹⁶⁰ VARGAS, Jonas Moreira. Op. Cit.

Os indicadores prosopográficos até aqui analisados indicam que um diploma de bacharel em direito abria muitas portas na política, possibilitava casamentos com outras elites do centro do país e ampliava as redes de relações sociais dos seus portadores. No entanto, a busca por vínculos familiares não estava apenas voltada para fora da província. Ligações com membros das elites paróquias e entre os próprios mediadores políticos possibilitavam uma convergência de interesses, além de uma soma de forças políticas, como veremos.

1.4 – “Um negócio entre famílias”: as ligações parentais entre os mediadores políticos

Como vimos, a elite política rio-grandense jamais esteve tão perto dos centros decisórios do Império, como no último decênio da monarquia. Uma vez ocupando os altos cargos ministeriais, todos os rio-grandenses, ao assumirem suas pastas, buscaram beneficiar amigos, parentes e captar recursos para a sua província. Ao assumir o ministério da Guerra, as primeiras medidas de Osório foram direcionadas no favorecimento dos amigos e familiares. Fez do genro vice-presidente da província, do filho mais velho deputado, do cunhado comandante da Guarda Nacional e diretor do Banco da Província. Seu padrinho de casamento foi alçado ao Comando da Fronteira de Quarai e Livramento e, posteriormente, das Armas da província. Outros parentes, como os Flores, receberam secretarias provinciais, além de outros amigos que foram igualmente beneficiados.

Silveira Martins, por sua vez, entregou a secretaria da Fazenda ao compadre e a presidência da província a um antigo colega de faculdade. Os outros rio-grandenses nomeados ministros fizeram o mesmo. O referido Henrique d'Ávila, que também foi colega de Silveira e compadre de Osório, foi nomeado ministro em 1883, logo após ter presidido a província, comandado a Guarda Nacional no município de Jaguarão e sido eleito senador. Ao assumir a pasta da Agricultura, os jornais da Corte especularam sobre quais seriam os primeiros favorecidos de D'Ávila: “Conta-nos que vão ser resolvidos sem demora, talvez hoje mesmo, as importantes questões da barra do Rio Grande do Sul, estrada de ferro D. Pedro I, e desobstrução do Rio Jaguarão”. Os profetas acertaram, pois D'Ávila logo que assumiu os trabalhos tratou de investir em recursos e contratos para estas obras.¹⁶¹

Um dos sócios de Henrique d'Ávila numa empresa bancária e que possivelmente também tinha interesses nas obras citadas, tornou-se ministro anos depois. José Diana

¹⁶¹ Jornal do Commercio. Rio de Janeiro. 08, 10 e 11 de janeiro de 1878. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

ingressou na política com a ajuda do filho de Osório – seu colega de quarto na Faculdade de Direito. As escolas superiores eram, de fato, um grande espaço de socialização. Antônio Ferreira Vianna, colega de faculdade de Silveira Martins e Henrique d'Ávila, também foi escolhido ministro na década de 1880.

Mas os campos de batalha também uniam estes homens da elite. José Antônio Corrêa da Câmara, que lutou com Osório no Paraguai, constituindo-se em seu grande amigo, foi igualmente ministro e senador. Sua ascensão política levou um cunhado e outro compadre à Assembléia Provincial como deputados, onde foram colegas de Francisco Antunes Maciel. Este, além de possuir laços de parentesco com Silveira Martins, também viria a ser ministro do Império em 1883. Maciel fez do irmão e do cunhado presidentes da província e assegurou, em menos de um ano, quatro títulos nobiliárquicos para a sua família. Antônio Eleutério de Camargo, que era muito seu amigo, foi “premiado” com o ministério da Guerra após prestar enormes serviços aos liberais como redator-chefe d'A *Reforma*. Abolicionista ferrenho, Camargo foi atacado pelas elites do centro do país por apoiar a Lei dos Sexagenários. Diziam que ele possuía este comportamento porque era um “homem do extremo sul”, afastado das províncias cafeeiras.¹⁶²

Uma vez na Corte, estes homens buscavam recrutar seus homens de confiança. Em telegrama de julho de 1878, Silveira Martins exigia: “O Snr Leopoldino Joaquim de Freitas deve embarcar para esta cidade quanto antes, para tomar conta do cargo que lhe destino”.¹⁶³ Leopoldino, segundo Aquiles Porto Alegre, era o “bispo do tesouro” e empregado da confiança de Gaspar. Contudo, seu ingresso na Corte não foi pacífico. “Como era natural, a promoção do funcionário provinciano para a mais importante repartição da Corte, contrariou os empregados de categoria mais elevada. Apesar, porém, da má vontade que o nosso ilustre patricio encontrou contra si no Tesouro, em pouco tempo ele deixou patente o acerto de sua justa promoção”.¹⁶⁴

Esta aproximação de uma elite mais periférica com um poder central através da ocupação de altos cargos de mando foi muito bem analisada por José María Imizcoz na sua pesquisa sobre as elites navarras no século XVIII. Conforme o autor, o contínuo recrutamento de familiares, através das redes que os mesmos possuíam, ajudava a transpor as elites navarras para o núcleo de poder da Corte espanhola, provocando uma renovação daquela elite. Estes homens que conseguiam romper com estas barreiras temporais e

¹⁶² Jornal do Commercio. Rio de Janeiro. 12.05.1882, p. 3. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

¹⁶³ Rio de Janeiro, 15.07.1878, Documentação dos Governantes, maço 48 (AHRs).

¹⁶⁴ PORTO ALEGRE, Aquiles. Op. cit., 1976, p. 141.

espaciais constituíam-se em mediadores, funcionando como interlocutores privilegiados entre o poder local e o poder central. Apesar dos rio-grandenses não terem conquistado tanto espaço como os navarros, os traços identificados em nosso trabalho assemelham-se muito aos de Imizcoz.¹⁶⁵

Portanto, o princípio da rede social enquanto espaço por onde as alianças e as relações pessoais transformavam-se em ganhos políticos, também ajuda na compreensão de como os mediadores agiam nesta sociedade. É importante também mencionar que uma vez no topo da elite política, os indivíduos, mesmo regressando para o Rio Grande do Sul, não perdiam tais vínculos. Além disso, a Corte era o grande espaço de circulação das elites de todas as províncias e aqueles que nela ingressavam, aproveitavam todo o seu tempo para reforçar as suas redes.

Neste sentido, as cartas que o Visconde de Pelotas remeteu a sua esposa ajudam a evidenciar estes aspectos.¹⁶⁶ Em maio de 1884, do Rio de Janeiro, escrevia ele: “São 9 ½ da manhã e às 10 irei ao Senado. Amanheceu chovendo, mas apesar disso, tive visitas, que só saíram muito tarde. Até logo, vou vestir-me”.¹⁶⁷ Fazia pouco mais de um mês que havia chegado e queixava-se à esposa: “Mando-te a lista das visitas que tenho recebido, tendo que sofrer o castigo de pagá-las, e já são 101”.¹⁶⁸ Mesmo que reclamasse, essas visitas eram uma maneira de manter as relações políticas e formar novas alianças, e o Visconde não perdia a oportunidade de retribuí-las. Na mesma missiva, Pelotas confessava ter ido palestrar com o Visconde de Niterói e com o general Severiano da Fonseca, comandante da Escola Militar do Rio e irmão de Deodoro. Em outra, relata à esposa: “Fui às horas de costume ao Senado, mas, não tendo havido sessão, por falta de número, fui retribuir a visita de Deodoro”.¹⁶⁹

O círculo de relações do Visconde dava-se direto com o topo da elite política imperial e faziam parte do cotidiano dele: “Fui ao Senado um pouco mais tarde, porque visitei antes o Ministro da Justiça, que veio ver-me logo que cheguei. Saí mais cedo para ir ao mercado, ver umas galinhas muito grandes e bonitas, que se vendem por 60\$000 ao casal

¹⁶⁵ IMIZCOZ, José María. *Patronos y mediadores. Redes Familiares en la Monarquía y patronazgo en la aldea: la hegemonía de las elites baztanesas en el siglo XVIII*. In: Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX). Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001.

¹⁶⁶ Todas as cartas citadas a partir de agora foram enviadas a sua esposa, que residia em Porto Alegre, enquanto o mesmo encontrava-se no Rio. Faremos referência apenas ao dia em que foram escritas e a página em que as mesmas foram reproduzidas por CÂMARA, Rinaldo Pereira da. O Marechal Câmara: sua vida política. POA: IEL, v. III, 1979.

¹⁶⁷ 20.05.1884 (CÂMARA, Rinaldo Pereira da. Op. cit., p. 24).

¹⁶⁸ 14.06.1884 (CÂMARA, Rinaldo Pereira da. Op. cit., p. 27).

¹⁶⁹ 13.06.1884 (CÂMARA, Rinaldo Pereira da. Op. cit., p. 26).

e que quero levar quando for”.¹⁷⁰ Em 18 de junho, ele escrevia: “Hoje pretendo fazer algumas visitas logo depois do almoço. São 3 horas da tarde e estou em casa desde às 2 horas, em que me recolhi, tendo ido visitar o Ministro da Agricultura, Conselheiro Penna, que tem estado muito mal”. O Visconde prosseguia a missiva relatando: “Saí de casa levando duas visitas e de volta encontrei outras esperando-me, que só agora me deixaram. Mudava de roupa quando entrava o Ministro da Guerra, com quem muito precisava falar sobre negócios do Exército e que não o fiz por não me terem deixado um só momento com ele sem testemunhas, e que eu não queria que ouvissem o que tinha a dizer-lhe”.¹⁷¹ O que seria tão confidencial? Cabe lembrar que, nesta mesma época, acaloravam-se as Questões Militares, onde Exército e Governo estremeciam suas relações. Provavelmente, Pelotas tentava influir na administração da pasta da Guerra, entrando num intrincado jogo de negociações: “Não sei se te disse que o referido Ministro da Guerra mora neste mesmo hotel e, dando-se comigo, ouve-me sempre no que tem relação com o Exército”.¹⁷²

As visitas, os bailes e os encontros parlamentares representavam parte das articulações entre a elite política provincial e a elite dirigente da Corte, onde Pelotas funcionava como mediador. Os espaços de convivência podiam ser os próprios hotéis onde os mesmos hospedavam-se e onde o Visconde convivia com outros líderes sul-riograndenses. Em maio de 1884, escrevia ele à esposa: “São 3 horas da tarde; estou aproveitando o tempo em que me deixam só, que é desta hora às 5. Há neste hotel poucos hóspedes, o que me é agradável, e além de 2 deputados, o Maciel, o Diana e uma família alemã”.¹⁷³ Tratavam-se dos já mencionados Francisco Antunes Maciel e José Francisco Diana – membros do *Grupo dos 12*. A partir destas referências, não é difícil saber de onde o Visconde conseguiu apoio político para elevar a Escola de Infantaria e Cavalaria do Rio Grande à categoria de Escola Militar e oferecer maiores vencimentos aos oficiais e professores, em 1881, ano em que assumiu a pasta da Guerra.¹⁷⁴

A partir do que foi demonstrado, não é possível concordar com Kátia Mattoso, para qual “uma nomeação para o Senado libertava o político de qualquer laço com os meios políticos provinciais. Os escolhidos gostavam de usar o título ‘senador da nação’, rejeitando assim, muito nitidamente, a idéia de que permanecessem vinculados a uma província de

¹⁷⁰ 18.06.1884 (CÂMARA, Rinaldo Pereira da. Op. cit., p. 23).

¹⁷¹ 18.06.1884 (CÂMARA, Rinaldo Pereira da. Op. cit., p. 23).

¹⁷² 11.06.1884 (CÂMARA, Rinaldo Pereira da. Op. cit., p. 25).

¹⁷³ 20.05.1885 (CÂMARA, Rinaldo Pereira da. Op. cit., p. 24)

¹⁷⁴ MEDEIROS, Laudelino T. Escola Militar de Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992, p. 105-107.

origem”.¹⁷⁵ Beatriz Leite, através da leitura dos debates no Senado, percebeu que muitos senadores brigavam intensamente por recursos econômicos para as suas províncias¹⁷⁶, onde cremos, possuíam extensa clientela. Maria Fernanda Martins, como já dissemos, demonstrou o mesmo para os conselheiros de Estado.¹⁷⁷ Portanto, não é possível considerá-los como um “estamento burocrático” – como quis Raymundo Faoro¹⁷⁸ – pois estes homens não estavam descolados do restante da sociedade. Sendo mediadores, era natural que circulassem na Corte e também em suas paróquias, onde possuíam sua base social, além de interesses econômicos e políticos estratégicos.

Não faltam provas de deputados, senadores e ministros brigando, tramando e participando de todas as lutas e conflitos paroquiais. Conforme a ata da apuração dos votos para deputados gerais em Alegrete, em 28 de janeiro de 1885, o advogado Egídio Barbosa teria assumido como mesário em Itaqui após ter expulsado um outro componente da mesa. Egídio era o quarto suplente de juiz de paz e ocupou o cargo após todos os outros ausentarem-se de maneira bastante suspeita. O mais interessante é que ele próprio era um dos candidatos a deputado e parece ter feito de tudo para ser eleito naquela sessão. Egídio era um advogado respeitado na Província, com doutorado defendido em São Paulo e acabou ocupando uma cadeira de deputado na Corte. Suas atitudes demonstram que ele podia dominar tanto as práticas políticas paroquiais agindo diretamente nas violências e fraudes, como comportar-se nas altas redes sociais que levavam até o ambiente refinado da Corte. Neste sentido, as fronteiras entre as elites paroquiais e as elites dirigentes da Corte tornavam-se mais diluídas por causa de figuras como Egídio, que eram responsáveis por estabelecer uma conexão entre os dois mundos.

Henrique d’Avila, compadre do general Osório, Senador e Ministro, em 1869, invadiu uma igreja em Jaguarão protestando e pedindo a anulação das eleições. A mesa não aceitou as suas reclamações, mas publicou as mesmas na ata.¹⁷⁹ Na realidade, Henrique havia sido escolhido mesário, mas retirou-se quando percebeu que era minoria. No entanto, o simples fato dele estar envolvido nos trabalhos dentro da igreja já demonstra sua proximidade com estes políticos de aldeia. Em outras ocasiões, os mesmos extrapolavam. Em Conceição do Arroio, o filho do Senador Pedro Chaves, o deputado geral Paulino Chaves,

¹⁷⁵ MATTOSO, Kátia de Queirós. Bahia: Século XIX (Uma Província no Império). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 281.

¹⁷⁶ LEITE, Beatriz W. de Cerqueira. O Senado nos anos finais do Império: 1870-1889. Brasília: Senado Federal, 1979.

¹⁷⁷ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Op. cit.

¹⁷⁸ FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro. POA: Globo, 1958.

¹⁷⁹ Carta de 05.02.1869, Jaguarão, Fundo Eleições, maço 2, AHRS.

homem viajado e que já havia freqüentado muito a Corte, ingressou na igreja e “desde o começo da eleição tem se conservado sobre a mesa já recostado sobre a urna e já tapando a fenda dela e impedindo os trabalhos com discussões” – queixava-se um mesário ao Presidente da Província.¹⁸⁰

No pequeno município de Encruzilhada, um outro deputado também “aprontou” algumas. O advogado Antero Ferreira d`Ávila, primo de Henrique d`Ávila, participou das eleições de 1875 como presidente da junta revisora. Nos causou certa surpresa saber que o mesmo bacharel que havia sido secretário de Tavares Bastos, um dos principais políticos do Império, e trabalhado no gabinete dos presidentes da Província de São Paulo – ou seja, entre as principais elites do País – na ocasião dos pleitos também era juiz de paz na localidade. Antero estava sendo acusado pela oposição de formar uma facção com outros mesários e juizes de paz e esconder os títulos de eleitores dos votantes adversários. O mesmo acusador ainda faz uma revelação importante, dizendo que Antero andava foragido (com mandato de prisão preventivo) por um crime de agressão que havia cometido.¹⁸¹

Portanto, as paróquias estavam vinculadas com a Corte por meio de uma extensa rede de relações sociais que ligavam amigos, parentes e colegas, respectivamente com suas clientelas. Neste sentido, como Imizcoz já havia identificado para a elite navarra¹⁸², a ida dos paroquianos até a Corte também era condicionada pelos vínculos de parentesco entre os políticos. As redes parentais no topo desta pirâmide política eram bastante significativas. Dos 34 mediadores políticos que selecionamos (deputados gerais, ministros e senadores), entre 1868 e 1889, 14 (42%) possuíam ligações de parentesco consangüíneo ou por compadrio com membros do próprio grupo. Mas um outro índice talvez seja mais importante ainda. Destes mesmos 34, pelo menos 29 apresentaram algum tipo de ligação direta com famílias das elites de outras províncias, sobretudo, do centro do país. Aqueles que não possuíam tais vínculos, uma vez na Corte, trataram de estabelecê-los. Isto indica que estes mediadores não possuíam seu poder centrado apenas na sua província. É possível perceber que a sua relativa facilidade em conectar-se ao mundo da Corte também era fruto da presença de parentes e amigos fora do Rio Grande do Sul.

Estes vínculos podiam se dar por meio de matrimônios diretos. Foram os casos de Gaspar Silveira Martins, que casou com a filha de um importante advogado (pai de um colega seu na faculdade), Francisco Tavares, que quando estudante uniu-se a filha de uma

¹⁸⁰ Carta de 08.10.1876, Conceição do Arroio, Fundo Eleições, maço 1, AHRS.

¹⁸¹ Carta de 07.09.1876, Encruzilhada, Fundo Eleições, maço 1, AHRS.

¹⁸² IMIZCOZ, José María. Op. cit.

ilustre família paulista e o de Ildefonso Simões Lopes que casou com a filha de um rico cafeicultor. Outros buscaram unir os seus filhos com estas famílias. O Senador Antônio Braga casou sua filha com o primogênito do negociante Militão Máximo de Souza (Visconde de Andaraí) – um dos mais ricos e influentes da Corte. Pedro Chaves, o Barão de Quaraí, casou suas filhas com o Visconde de Santa Vitória e o Conde de São Clemente – de importantes famílias do Centro. Henrique d’Ávila casou sua filha com o Doutor Villaboim, professor na Faculdade de Direito de São Paulo.

Os professores da Faculdade de Medicina também eram alvos certos. O negociante Francisco Ferreira Porto, Barão do Caí, uniu sua filha com o Dr. Antônio Gabriel de Paula Fonseca, docente da referida academia. O irmão do Barão, por sua vez, casou-se com a filha de outro professor da mesma Faculdade da Corte – o Dr. José Martins da Cruz Jobim, que também era senador. A família Ferreira Porto reunia dois deputados gerais entre os seus membros.

Os cargos burocráticos exercidos em outras províncias podem ser vistos como um outro modo de manter estreitos vínculos com o governo central. É o caso de José de Araújo Ribeiro, que além de ter prestado importantes serviços diplomáticos, também presidiu a Província de Minas Gerais. Florêncio de Abreu e João Jacintho de Mendonça, que foram presidentes da Província de São Paulo, o que apenas reforçou a ligação que já possuíam por estudarem ou enviarem filhos para estudar na Academia de Direito. O advogado Francisco Carlos de Araújo Brusque, que foi Ministro da Guerra e que já era conhecido do Imperador que assistiu a sua defesa de tese em São Paulo. Vimos anteriormente que Felisberto Pereira da Silva e Antônio de Eleuthério de Camargo possuíam fortes relações de amizade com as elites do Centro, o que lhes possibilitaram migrar para estas regiões em condições adversas, quando vítimas de perseguição política, por exemplo.

Neste sentido, muitos outros aspectos ajudavam a tornar estas elites mais coesas. É bastante significativo que dos quatro únicos membros do *topo da elite política* (indivíduos que acumularam os cargos de ministro e senador), encontravam-se dois compadres (Henrique d’Ávila e Manuel Osório), dois colegas de faculdade (Silveira Martins e o próprio d’Ávila) e dois companheiros do campo de batalha (Osório e o Visconde de Pelotas), demonstrando que os mesmos não defendiam interesses políticos semelhantes apenas porque eram do Partido Liberal, mas também porque relações sociais externas ao mundo dos parlamentos os aproximavam.

Pode-se, portanto, concluir que os partidos eram um aglomerado de redes de relações sociais sob lideranças de menor expressão vinculadas a outras de maior grandeza.

Como podemos perceber, a cúpula dos partidos eram *redes densas* sedimentadas por relações de parentesco, pelo convívio nas academias e nos campos de batalha (entre outras), onde as idéias em comum eram um fator adicional. Os partidos serviam mais como redistribuidores de cargos, órgãos mantenedores de alianças e espaço alternativo para outros indivíduos das mesmas classes sociais exercerem o poder político, do que orientadores ideológicos de governo. Aceitar que categorias construídas para analisar sociedades complexas e industrializadas sirvam como chaves explicativas de sociedades pré-industriais e essencialmente agrárias, sem uma revisão crítica, é cair num equívoco analítico permeado por um olhar anacrônico.

1.5 – “Um pedaço do Império”: peculiaridades de uma província de cavaleiros

Mas o que diferenciava a elite política rio-grandense das elites de outras províncias? Apesar de não haverem muitos estudos com este tipo de abordagem prosopográfica é possível esboçar alguns traços semelhantes e peculiares. Trabalhos como o nosso, embora apresentando outra perspectiva teórico-metodológica, só foram encontrados para o Ceará e a Bahia. Apesar do pouco número, esta amostragem é bastante interessante, pois a Bahia serve como exemplo de uma das grandes forças políticas do Império e o Ceará encontra-se numa condição periférica como o Rio Grande.

O perfil sócio-político destas elites apresenta traços interessantes. A superioridade política da Bahia fica evidente se levarmos em conta que 25% dos ministros que o Brasil teve ao longo de toda a monarquia eram baianos.¹⁸³ No entanto, a concentração dos mandatos parlamentares na Bahia apresentava muitas semelhanças com o Rio Grande do Sul. Entre os deputados provinciais, a grande maioria (80%) não ultrapassou os 3 mandatos. Conforme Mattoso um grupo restrito de homens concentrou a política em torno de si. Destes, a metade era formada por advogados e magistrados.¹⁸⁴ Na Província do Ceará, entre 1835 e 1889, 85% dos deputados provinciais ocuparam 3 ou menos mandatos e apenas 1% ultrapassou os 7 mandatos.¹⁸⁵

Entre os deputados gerais, somente 27% elegeram-se 3 vezes ou mais na Bahia, enquanto que entre os cearenses, 17% ocupou 4 ou mais mandatos e 75% ocuparam 1 ou 2 mandatos. Os índices de concentração são semelhantes aos do Rio Grande do Sul evidenciando que todas as províncias possuíam uma minoria de políticos que concentravam

¹⁸³ MATTOSO, Kátia de Queirós. Op. cit., p. 289.

¹⁸⁴ MATTOSO, Kátia. Op. cit., p. 265.

¹⁸⁵ Sendo que 48% ocupou apenas um mandato. PAIVA, Maria Arair Pinto. A Elite política do Ceará Provincial. Rio de Janeiro: PUC-RJ, Dissertação de Mestrado, 1978, 122-123.

mandatos e “davam as cartas” na política. A diferença é que a Bahia possuía 14 cadeiras na Câmara, o Ceará 8 e o Rio Grande apenas 6 – menos da metade dos baianos. Isto significa que os baianos possuíam mais chances de estabelecer vínculos com a Corte e de expandir suas redes sociais e políticas do que o Rio Grande do Sul, o que reproduzia a sua superioridade política reforçando a posição periférica dos cearenses e dos rio-grandenses.

Quanto à origem social não temos maiores surpresas. Mattoso conseguiu dados referentes à ocupação dos pais para apenas 25% dos deputados provinciais – o que demonstra que neste tipo de pesquisa não é fácil localizar tais informações. Destes, 66,5% eram filhos de senhores de engenho. O restante dos pais distribuía-se entre proprietários do sertão, comerciantes ricos, altos magistrados e profissionais liberais. Assim como no Rio Grande do Sul, no Ceará, a grande maioria também era composta por grandes fazendeiros.

A distribuição geográfica destas elites dentro de suas respectivas províncias foi outro fator possível de comparar. Neste sentido, a Bahia apresentou uma enorme concentração, pois Salvador e o seu Recôncavo exerciam forte influência na política provincial. Entre os deputados provinciais que Mattoso conseguiu localizar a naturalidade (60% do total) entre 1835 e 1889, 70% eram de Salvador e 15% do seu Recôncavo. Entre os deputados gerais, a concentração entorno da Capital e do Recôncavo era maior ainda e o mesmo se verificava entre os nobres da Província (79,5%), os senadores (73%) e os ministros (77,4%).¹⁸⁶ Ao contrário da Bahia, no Ceará os deputados distribuía-se muito mais pelas regiões da Província, não havendo concentração. Aracati era o município com maior índice (14%) seguido por Fortaleza (8%), sendo que o restante estava dividido entre 42 municípios da Província. No entanto, a autora admite que os deputados que ficavam mais tempo na carreira eram dos municípios mais importantes.¹⁸⁷

Neste sentido, o Rio Grande do Sul está mais próximo do Ceará do que da Bahia, apesar de que entre os deputados gerais, senadores e ministros rio-grandenses parece ter havido uma concentração no eixo Pelotas-Rio Grande-Porto Alegre, mas nada que chegasse aos índices baianos. Assim como no Rio Grande do Sul, no Ceará, apenas 10% dos deputados eram de outras províncias, cálculo não efetuado por Mattoso. Ainda sobre o Ceará, Paiva destacou que o cargo de deputado provincial também era um trampolim para a deputação geral. Entretanto, havia uma diferença entre ambos. Conforme a autora, no primeiro grupo o índice de políticos sem formação superior era bastante considerável, enquanto no segundo grupo, após 1850, quase 100% dos deputados eram diplomados. Este

¹⁸⁶ MATTOSO, Kátia. Op. cit. p. 276-278.

¹⁸⁷ PAIVA, Maria Arair Pinto. Op. cit., p. 196.

modelo de recrutamento também se verificou no Rio Grande do Sul, ou seja, os cargos para a Câmara, onde o político iria conviver com homens de outras províncias, exigiam uma melhor preparação. Na Bahia verificou-se o mesmo fenômeno.¹⁸⁸

Nesta província a instrução superior também foi fundamental para o ingresso na alta carreira política. Entre os deputados provinciais este índice não é muito alto, chegando a 50% apenas, sendo que destes, 68% eram de bacharéis em Direito – idêntico ao Rio Grande. Como era de se esperar, entre os deputados gerais, senadores e ministros o índice de homens diplomados aumenta bastante. Somente 1 dos 26 senadores baianos não possuía formação. O diferencial da elite baiana para com o Ceará e o Rio Grande é que mais da metade dos 26 senadores baianos eram formados em Coimbra.¹⁸⁹ José Murilo de Carvalho demonstrou a hegemonia destes homens na primeira metade do Oitocentos e isto ajuda a explicar porque a Bahia foi a província que forneceu mais ministros no Império.¹⁹⁰

Ainda é possível referir que no Ceará esta grande mudança deu-se a partir da década de 1840, quando a presença de indivíduos formados mais do que dobrou com relação a década anterior (como vimos, quase a mesma tendência do Rio Grande do Sul). No entanto, após atingir índices bastante altos nas décadas de 1850 e 1870 (79% e 71%), sua representação cai para 30% e 34% nas últimas legislaturas (ao contrário do Rio Grande em que o índice permanece estável).¹⁹¹

Ainda sobre o Ceará, Paiva identificou que, sócio-profissionalmente, magistrados e padres oscilaram entre 30% e 45% das cadeiras do parlamento provincial até a década de 1870. Nas últimas décadas eles continuaram com força, mas os burocratas, os fazendeiros e os negociantes também se fizeram representar. O destaque é que, ao contrário do Rio Grande do Sul, os advogados formados poucas vezes passam os 5%, ao contrário dos rábulas que na década de 1880 chegaram a ocupar 20% das cadeiras do parlamento provincial.¹⁹² Entre os deputados gerais cearenses, a relação é outra. Até a década de 1850, os padres rivalizavam com os bacharéis em direito na representatividade, entretanto, na segunda metade do

¹⁸⁸ MATTOSO, Kátia. Op. cit., p. 279-280.

¹⁸⁹ MATTOSO, Kátia. Op. cit., p. 283-287.

¹⁹⁰ CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. Embora não entre neste mérito, ao ressaltar o recrutamento de elementos formados em Coimbra para dentro da elite política imperial, Carvalho nos ajuda a ressaltar ainda mais a importância das redes sociais na conformação dos espaços de poder político ocupados pelas elites. O equívoco talvez seja pensar que somente estas redes sociais ajudassem a moldar o comportamento sócio-político destes homens, quando na realidade, outros vínculos muitas vezes mais importantes, como os de parentesco e clientela, tiveram um papel fundamental neste processo.

¹⁹¹ PAIVA, Maria Arair Pinto. Op. cit., p. 123-124.

¹⁹² PAIVA, Maria Arair Pinto. Op. cit., p. 125-137. Entre os deputados provinciais sem formação 25 a 40% eram da Guarda Nacional, enquanto que no Rio Grande do sul, como vimos, este índice chegava a 60%, o que acentua ainda mais o perfil guerreiro da elite sul-rio-grandense.

Oitocentos, eles são banidos do cargo. Até a década de 1860, os magistrados possuíam a hegemonia da representação (oscilando em 2/3), mas nas últimas décadas, eles dividiam espaço de influência com os advogados formados, médicos, professores e engenheiros.

Quanto à profissão dos senadores baianos, os índices falam por si: dos 26 políticos, 20 eram magistrados – demonstrando como era o perfil ocupacional de uma elite hegemônica, ao contrário da rio-grandense. Vimos que no Ceará os magistrados também continuaram com certa entrada na elite, ao contrário do Rio Grande do Sul. Soma-se a isto a enorme presença dos padres, muito mais no Ceará do que na Bahia – onde o vigário Bellarmino Torres, filho de um humilde fogueteiro, tornou-se chefe político importante nas décadas de 1870 e 1880.¹⁹³ Neste sentido, o norte do Brasil apresenta um traço peculiar e diverso do rio-grandense, uma vez que Rosa Maria Silveira, ao trazer dados deste tipo para as elites políticas do Pernambuco e da Paraíba na mesma época, também encontrou um alto índice de padres no parlamento provincial.¹⁹⁴

A presença marcante de padres até o final do Império e a sua total ausência no Rio Grande do Sul apenas acentuam as diferentes formas de recrutamento político e os diferentes atributos carismáticos e de prestígio social existentes nas províncias. Destaca-se ainda a total ausência de militares nas províncias nortistas, quando os mesmos conseguiram ocupar os principais postos no Rio Grande do Sul. Aliás, o Rio Grande foi, juntamente com Santa Catarina, a única província que elegeu senadores militares nas últimas décadas do Império. Outro fator interessante foi a enorme ausência de advogados formados entre os deputados provinciais cearenses, ao contrário da Bahia e do Rio Grande do Sul. Se pensarmos na eficácia das redes sociais e de como as academias as moldavam e reforçavam, isto pode ajudar a explicar a pouca representatividade da elite cearense dentro da Corte nas últimas décadas do Império e a ascensão do Rio Grande do Sul durante a República.

Estas comparações possuem um limite, porque Kátia Mattoso analisa o período entre 1822 e 1889 como um todo, ou seja, não divide em sub-períodos para tentar perceber as mudanças ao longo do século, como faz Maria Paiva. Mesmo assim, pode-se perceber um modelo interessante. Se entre os deputados provinciais era possível os indivíduos sem formação superior atingir o parlamento, entre os deputados gerais seu acesso era muito dificultado – o que revela que estava em jogo um outro tipo de recrutamento político. Certamente, era uma condição imposta pelo caráter elitista do cargo, que transformava o seu

¹⁹³ MATTOSO, Kátia. Op. cit., p. 275-276.

¹⁹⁴ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. O Regionalismo Nordestino: existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Editora Moderna, 1984, p. 138-139.

portador num mediador político entre a sua província e a Corte e exigia um maior refinamento cultural. Além disso, em todas as províncias, a presença dos bacharéis em direito entre os deputados gerais e senadores foi marcante, pois era mais uma exigência do Centro e um condicionador das regras cortesãs – herdadas do Antigo Regime português – do que uma simples vontade das elites paroquiais. Neste sentido, coube às famílias ricas adaptarem-se a este processo de formação dos jovens candidatos.

Portanto, percebe-se que em cada uma das províncias, havia um grupo sócio-profissional que se destacava mais que os outros. Enquanto na Bahia, os magistrados com vínculos nos engenhos de açúcar lideraram a política, na terra de Osório, os militares exerceram importante papel. O clero obteve destaque no Ceará, que décadas depois teria no padre Cícero uma figura política expressiva. Estas tendências muitas vezes podiam revelar características seculares das famílias da elite se levarmos em conta que o primeiro Tribunal da Relação do Brasil, em tempos coloniais, tinha sua sede em Salvador.¹⁹⁵ Além disso, a tradição militar na fronteira rio-grandense explicava a própria existência da província. Com isso, percebe-se a permanência de certos traços que ligavam as ocupações profissionais ao prestígio político local e ao próprio *status* social.

Seria possível traçar um modelo de carreira destes homens que dedicavam-se ao mundo da política no Rio Grande? Reunindo todos os indicadores prosopográficos analisados até aqui podemos inferir algumas tendências, padrões e regras de recrutamento dentro da sociedade rio-grandense. Se um homem desta província, na segunda metade do Oitocentos, quisesse ingressar na política e sonhar com uma carreira bem sucedida, não poderia prescindir de um diploma de curso superior, tendo prioridade o de bacharel em direito. De acordo com os dados pesquisados, a média de idade em que os jovens saíam formados das academias imperiais era de 22 anos. A maioria elegia-se deputado provincial na casa dos 30 anos, deputado geral na casa dos 40 e chegava a um ministério ou senado aos 50 anos.

Se fosse médico, encontraria muitas dificuldades para chegar até a Câmara, mas o seu ingresso no *Grupo dos 12* seria vetado. Se fosse padre, as chances seriam menores ainda. No entanto, se o mesmo quisesse permanecer apenas no parlamento provincial, uma profissão menos prestigiosa como rábula ou professor poderia ser suficiente, mas se fosse oficial da guarda nacional suas chances se multiplicariam. Contudo, a possibilidade dele permanecer na Assembléia por mais de duas legislaturas era mínima.

¹⁹⁵ SCHWARTZ, Stuart B. Burocracia e sociedade no Brasil colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus juizes. São Paulo: Perspectiva, 1979.

Se tivesse nascido na região da campanha poderia obter altos cargos, mas se migrasse para a capital suas chances aumentariam. Os naturais da região litorânea meridional da Província (Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre) possuíam chances maiores e os originários do norte do Rio Grande do Sul possuíam ínfimas possibilidades de atingir altos cargos. Se não fosse de família rica enfrentaria muita dificuldade, mas poderia estabelecer relações sociais e políticas com outros membros da elite possibilitando uma ascensão pela “porta dos fundos” – algo bastante raro. Caso viesse a exercer sua profissão nas maiores cidades da província também multiplicaria as suas chances de sucesso.

Poderíamos continuar na descrição destes padrões de recrutamento e sucesso político, mas deve-se refletir até que ponto estas normas eram percebidas, burladas e manejadas por estes homens. Tinham os mesmos consciência de tudo isto? Provavelmente algumas famílias, com um maior acesso às informações, podiam projetar seus filhos para a conquista dos mesmos, mas a grande maioria da população não as possuía. Apesar de tudo isso, cremos que não há uma biografia que caiba dentro de uma tabela. As médias e padrões localizados ajudam a identificar os principais traços coletivos desta elite política, mas não determinam, a priori, a possibilidade dos mesmos jogarem com estas regras. Com certeza, não é possível encontrar um indivíduo “médio” ou “representativo” deste grupo. Desde o início, revelamos certo interesse pelo sucesso na carreira. Portanto, tomamos como exemplo os dois líderes políticos máximos do período estudado: Gaspar Silveira Martins e Manuel Luis Osório.

Gaspar enquadra-se perfeitamente nas diversas tipologias detectadas. Era de família rica, de município da campanha, formou-se em Direito em São Paulo e migrou para a Corte onde casou-se com a filha de um advogado importante. Posteriormente, manteve-se em Porto Alegre, atuou como jornalista, advogou e além de tudo isso ingressou jovem na carreira, ocupando gradualmente todos os espaços da política até atingir o topo da elite. No entanto, Osório foi o único do *Grupo dos 12* sem formação superior, além de ser filho de um pai empobrecido. Nasceu e criou-se em Conceição do Arroio – município minúsculo e de pouca importância econômica se comparado aos grandes centros. Não ascendeu ao topo da elite política de maneira gradual (acumulando cargos), mas sim, de forma meteórica – aos 69 anos – e sem experiência política nenhuma. O fato de ser militar também lhe fechava muitas portas num período em que, conforme José Murilo de Carvalho, os mesmos estavam afastados da política.¹⁹⁶

¹⁹⁶ CARVALHO, José Murilo de. Op. cit.

Temos, portanto, que os dois principais políticos do período apresentaram carreiras bastante diversas. Neste sentido, as tipologias prosopográficas apresentadas não levam em conta todos os infortúnios, percalços e incertezas de uma vida. Se nos detivéssemos apenas aos padrões prosopográficos identificados, Osório passaria despercebido, pois é uma exceção em quase todos os aspectos. As tabelas e indicadores numéricos não possuem a capacidade de absorver de maneira completa o papel das conseqüências de uma guerra, uma revolução, um golpe político, entre outros eventos, na trajetória de um indivíduo. Contudo, o método prosopográfico serviu perfeitamente para apontar a condição excepcional deste militar, o que nos induz a pesquisar sua vida de maneira mais profunda. No entanto, se o velho Osório desviava-se de quase todos os padrões que levavam um indivíduo até a Corte, como conseguiu atingir o topo desta elite?

Capítulo II

“Os políticos de aldeia”

Eleições, negociações e práticas políticas nas paróquias

Lucrécio Barba-de-Bode, por sua alcunha, que tão intempestivamente interrompia o almoço do deputado Numa Pompílio, não era propriamente um político, mas fazia parte da política e tinha o papel de ligá-la às classes populares.

Era um mulato moço, nascido por aí, carpinteiro de profissão, mas de há muito que não exercia o ofício. (...) Alistou-se no bando do Totonho, que trabalhava para o Campelo. Deu em faltar à oficina, começou a usar armas, a habituar-se a rolos eleitorais, a auxiliar a soltura dos conhecidos, pedindo e levando cartas deste ou daquele político para as autoridades. (...) Com o tempo, Lucrécio ganhara certa inteligência política. Ele que, a custo, tinha ido até à tabuada, ficou sabendo muito da difícil arte de governar os povos. Passara muito além a sua inteligência do capítulo dessa arte que trata das desordens nas eleições e ‘meetings’, com assassinatos conseqüentes; Lucrécio já compreendia certas manobras da alta estratégia dos deputados.

Lima Barreto (*Numa e a Ninfa*)

Abril de 1855. Enquanto Félix da Cunha estudava a possibilidade de candidatar-se ao parlamento provincial e seus amigos Gaspar Martins, Henrique d'Ávila e Felisberto Pereira preparavam-se para colar grau de bacharel em direito na Faculdade de São Paulo, milhares de pessoas seguiam “normalmente” suas vidas na distante província do Rio Grande do Sul. Mais de 250 mil habitantes, entre homens livres e escravos, distribuíam-se em 20 municípios. A criação de gado continuava sendo a principal atividade econômica da região e os seus produtos derivados, como o charque, lideravam de longe as exportações pelo porto de Rio Grande. No entanto, a produção agrícola nas colônias alemãs cada vez ganhava mais espaço no comércio exportador rio-grandense, impulsionando o surgimento de uma intensa

rota comercial entre a região colonial e Porto Alegre – que servia de escoadouro desta produção. Muitos homens, tanto na Corte quanto no Rio Grande do Sul, enriqueceram com este comércio de abastecimento e a capital da Província já apresentava, na década de 1850, casas comerciais alemãs de grande porte.¹

Nesta rede de negócios ainda incipiente, mas nitidamente capaz de prosperar, a colônia de São Leopoldo ocupava uma posição de destaque, pois provinha dela a maior produção agrícola colonial da época.² Foi nesta mesma vila e naquele mesmo mês de abril de 1855 que um cearense chamado Antônio Lourenço da Silva Castro foi condenado a trinta dias de cadeia, mais multa de vinte mil réis, por ser um indivíduo “turbulento, desordeiro e provocador”, ter “por hábito dirigir a pessoas sérias cartas insultantes” e “fazer pasquins insultuosos, ofendendo destarte os bons costumes”. Na abertura do mesmo processo, onde o réu ainda teria que assinar termo de bom viver, o delegado de polícia acrescentou que Antônio “não tem ocupação de que tire meios de honesta sobrevivência, e que, além disso, é turbulento, e de linguagem tão desconhecida que ofende os bons costumes”.³ Descontente com o resultado do processo, Antônio resolveu recorrer à sentença e contou para isso com o auxílio do advogado porto-alegrense Luis de Freitas e Castro.⁴

Natural do município de Aracati, Província do Ceará, Antônio contava com 35 anos quando foi intimado pelo delegado de polícia da vila originando o processo citado acima.⁵ Logo que passou a exercer o cargo de fiscal de alimentos da comarca, naquele mesmo ano, Antônio entrou em conflito com um talhador do açougue da paróquia em que residia. Ao fiscalizar o estado da carne do estabelecimento, acusou-o “de ladrão e porco” e disse que “lhe tirava o buxo com uma faca e lhe arrebetava a cabeça com uma bala”. Uma testemunha disse que o fiscal “parecia estar doido”. Outra disse que Antônio ia “quase todos os dias” ao açougue “inticar” com o talhador. Além de suspeitar que o mesmo houvesse roubado e

¹ Sobre o enriquecimento dos negociantes da Corte ver GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do comércio de subsistência da Corte (1850-1880). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPG em História, IFCS/UFRJ, 1992. Sobre os comerciantes teutos em Porto Alegre ver GANS, Magda Roswita. Presença Teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889). Porto Alegre: Ed. UFRGS/ ANPUH-RS, 2004.

² Para uma análise aprofundada da Colônia de São Leopoldo nas suas primeiras décadas ver TRAMONTINI, Marcos Justo. A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000.

³ Processo n. 2921, maço 57, 1º Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo (APERS).

⁴ Cabe mencionar que a montagem deste quebra-cabeças só foi possível porque o nosso “turbulento” réu acabou envolvendo-se em outras contendas judiciais deixando diversos rastros pelos arquivos. O processo de construção desta trajetória não seria possível sem as trocas de fontes e os diálogos com os historiadores Vinícius de Oliveira e Paulo Moreira. Agradecemos principalmente a Oliveira que gentilmente nos indicou ou nos passou boa parte das transcrições dos documentos envolvendo Antônio.

⁵ Idade deduzida, já que testemunhou num processo de 1862, dizendo ter 42 anos. Processo n. 2967, Sumário de Culpa, 1862, Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo (APERS).

carneado a sua cabrita, as testemunhas confirmam que Antônio desentendeu-se com o talhador porque viu uma negra ir embora sem conseguir levar a sua carne.⁶ Além do depoimento da parda Geralda, natural da Bahia, que confirmou o acontecido, Antônio também esperava para testemunhar o escravo Tito. O talhador acabou sendo absolvido e tempos depois Antônio perdeu o cargo.

A população total da Colônia era pequena (menos de 4 mil habitantes) e na vila certamente todos viam ou ouviam falar das proezas do fiscal de alimentos. Um negociante alemão disse que Antônio não tinha “emprego algum ou ocupação de que tire meios e honesta subsistência”. Um outro disse que ele era “homem turbulento, e amigo de fazer vinganças particulares servindo-se do emprego de Fiscal de Comarca que então exercia” e acrescentou “que sabe também que o réu tem por costume falar da vida e reputação alheia”. O próprio compadre de Antônio, testemunhando em seu favor, acabou dizendo que ele possuía “gênio áspero”, e “que tem provocado a algumas pessoas”.⁷ Tudo isto acontecera no ano de 1855 e seis anos depois o mesmo réu encontrava-se ainda envolvido em contendas locais. Um fazendeiro disse que ele era um homem mau e turbulento “não só nesta vila como em todos os mais lugares em que tem vivido”, e concluiu o seu depoimento dizendo que Antônio andava sempre armado e a cavalo – o que o réu confirmou, alegando ser por legítima defesa.⁸

Com tantos argumentos contrários a sua pessoa seria difícil absolvê-lo. Entretanto, o prestígio político e as proezas retóricas dos advogados togados, que naquela época iniciavam sua hegemonia dentro da Assembléia Provincial, eram importantes trunfos utilizados contra qualquer autoridade paroquial. Portanto, retornemos à defesa do Dr. Luis de Freitas e Castro. Após desqualificar as testemunhas e inclusive o próprio delegado, o advogado teceu comentários sobre a conduta do réu:

“O apelante exerceu na Vila de São Leopoldo o lugar de Fiscal da Comarca Municipal, para cuja nomeação interveio o próprio Juiz, e sempre o desempenhou com todo o zelo e probidade durante todo o tempo que serviu até que voluntariamente se exonerou dele; tem servido de Curador dos Órfãos por nomeação dos respectivos Juizes, e ainda agora está exercendo este encargo sem nota alguma; foi nomeado ainda no corrente mês para fazer parte do Conselho de Qualificação da G. Nacional, e de revisão. Anteriormente a esta época, o Apelante fora nomeado,

⁶ Segundo uma testemunha, Antônio disse que o talhador “tinha pouco sentimento de ter deixado sair uma preta sem carne, depois desta ter esperado tanto tempo”. O talhador defendeu-se dizendo que a carne havia acabado e respondeu “que no mesmo caso estavam muitas brancas que igualmente haviam ido sem carne”.

⁷ Processo n. 2921, maço 57, 1ª Cartório do Cível e Crime, São Leopoldo, 1855 (APERS).

⁸ Processo n. 2959, maço 58, 1ª Cartório do Cível e Crime, São Leopoldo, 1861 (APERS).

quando residia em Jaguarão, Suplente do Delegado de Polícia, obtendo demissão meses depois por pedido seu; por Diploma Imperial Agente do Correio da mesma Vila, e na Cidade de Porto Alegre fora nomeado e exerceu o lugar de Inspetor de Quarteirão do 1o. Distrito. Todos estes cargos o Apelante serviu com zelo, e inteligência, sem nunca haver sido demitido senão por pedido próprio; e as diversas autoridades, que desde remota época até agora o tem nomeado, nunca descobriram os defeitos que o Delegado de Polícia da Vila de São Leopoldo, com as suas testemunhas, agora achou no Apelante”.⁹

Era pensando nesta série de qualificações atestadas pelas autoridades públicas que o advogado Luis de Freitas e Castro tentou argumentar em favor de Antônio. O réu não apenas era membro da Guarda Nacional, como havia feito parte da junta qualificadora, além de ter sido inspetor de quarteirão e suplente de delegado de polícia – cargos de confiança dos políticos paroquiais. Entretanto, um homem como ele, que andava armado e ameaçando a todos, se quisesse ver-se livre, deveria apresentar muito mais do que aquele “currículo”. Alguns outros documentos anexos, “honrosos e autênticos testemunhos de comportamento do Apelante”, conforme o Dr. Castro, ajudavam a provar a sua “inocência”.

Uma carta do juiz municipal do termo de São Leopoldo atestava que Antônio havia sido um bom curador de órfãos e acrescentava que o mesmo era muito “religioso” e “um bom pai de família”. Outro conhecido do Dr. Castro, o médico José Antônio do Valle Caldre e Fião, defendeu Antônio dizendo que ele concorreu para a construção de uma capelinha para a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e também para a Igreja da Vila e que ele era um homem religioso e também um bom pai de família.¹⁰ Outro colega do Dr. Castro, o também advogado Antônio José da Silva Maia, juntou-se ao processo para defender o réu cearense. O fato é que depois da intervenção dos doutores Castro, Maia e Caldre e Fião, Antônio foi absolvido. Mas quem eram estes homens?

José Antônio do Valle Caldre e Fião era médico natural de Porto Alegre e ao estudar na Corte, na década de 1840, “causou abalo naquele meio inteiramente infenso às idéias liberais”. O jovem estudante havia fundado o jornal “Filantropo”, consagrado à causa dos cativos, mas perseguido e ameaçado “pelos que viviam à custa do suor do escravo”, abandonou a Corte indo clinicar na capital do Rio Grande, onde se destacou pelas caridades e consultas que oferecia aos pobres. Nos fins da década de 1860, reuniu alguns rapazes e moças e ajudou a fundar a associação Partenon Literário, que promovia saraus, publicações

⁹ Processo n. 2921, maço 57, 1ª Cartório do Cível e Crime, São Leopoldo, 1855 (APERS).

¹⁰ Idem.

culturais e envolveu-se fortemente com o movimento abolicionista.¹¹ Luis de Freitas e Castro, nesta época, foi um dos maiores advogados de Porto Alegre, cidade onde nasceu. Formado em São Paulo, “vivia em sua casa, não ia à parte alguma, mas aí, no seu gabinete, recebia os amigos que o procuravam para ouvi-lo como se fosse um oráculo”.¹² Antônio Joaquim da Silva Maia dividia os foros da capital com Castro, também destacando-se como um dos principais advogados da localidade.¹³

Além de terem tido a oportunidade de ter estudado fora da Província, conhecendo os filhos das elites de outras regiões, estes homens também fizeram parte da elite política rio-grandense. Castro, Caldre e Fião e Maia foram deputados provinciais e os dois primeiros também deputados gerais, ou seja, freqüentadores do mundo da Corte.¹⁴ O que mais chama atenção é que ambos estavam em pleno mandato de deputado geral enquanto envolviam-se com a absolvição de Antônio na distante vila de São Leopoldo. Com esta constatação, fica uma pergunta: porque estes homens que faziam parte da elite política imperial, ou seja, eram freqüentadores de bailes e da mais alta roda intelectual da província e da Corte, pretendiam libertar um indivíduo sem nenhuma fortuna, “turbulento” e “provocador” como Antônio? O que ele representava dentro daquela “aldeia”? Para tentarmos responder estas questões devemos rever algumas pistas, além de acrescentar outras.

Vimos que no conflito com o talhador do açougue, Antônio revoltou-se com o fato de uma negra ter esperado muito tempo sem levar a carne que viera comprar. Além da parda Geralda, ele também esperava para testemunhar em seu favor o escravo Tito. Num outro episódio, Antônio foi perseguido e sofreu um atentado a balas por denunciar um fazendeiro por maus tratos contra um pardo chamado Elias.¹⁵ Num processo envolvendo sua pessoa, Antônio disse manter contato com um africano chamado Manoel e utilizá-lo com o objetivo de angariar irmãos para uma Irmandade da qual era fundador e tesoureiro.¹⁶ Que irmandade seria esta? Desde que chegara em São Leopoldo, Antônio havia empenhado-se bastante na construção de uma capelinha para a sede da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário – padroeira dos negros.

¹¹ PORTO ALEGRE, Aquiles. Homens Ilustres do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ERUS, 1976, p. 44-45.

¹² PORTO ALEGRE, Aquiles. Vultos e Fatos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Oficinas da Livraria do Globo, 1919, p. 39.

¹³ Lista de qualificação de votantes de Porto Alegre. Ano 1865. Fundo *Eleições*. Maço 2 (AHRs).

¹⁴ Maia foi deputado provincial em 1835-1836, Castro em 1846-1849 e 1854-1859 e Caldre e Fião em 1854-1857 e 1864-1865. Castro e Caldre e Fião foram deputados gerais em 1853-1856.

¹⁵ Processo n. 2959. Maço 58. Ano 1861. 1º Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo (APERS).

¹⁶ Sobre a trajetória do escravo Manoel, assim como suas relações sociais no interior da Colônia de São Leopoldo, ver OLIVEIRA, Vinícius Pereira. De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais. Porto Alegre: EST, 2006.

Todos estes casos apresentam um indivíduo que mantinha um forte vínculo com os negros e populares da localidade, seja de proteção, seja de convivência no cotidiano. A sua colaboração na construção da capelinha também lhe conferia um forte vínculo religioso com os elementos escravos da vila.¹⁷ Soma-se a isto, a confirmação de Caldre e Fião e do juiz municipal que o nomeou curador de órfãos de que Antônio, além de muito religioso, também era um bom pai de família.¹⁸

O certo é que se Antônio contava com a proteção de alguns homens da elite, ele desagradava a outros, revelando um jogo faccional típico destas relações políticas paroquiais, como bem demonstrou Richard Graham em inúmeros exemplos.¹⁹ Por atacar frontalmente os vereadores da Câmara e outros chefes locais, Antônio acentuava ainda mais estas inimizades. Em 1855, ele também havia sido acusado de ter elaborado um panfleto denunciando a conduta de vários cidadãos e ter mandado cartas insultando outros. Alguns destes papéis foram colados na igreja, onde ele expôs publicamente o nome daqueles que prometeram e não doaram nada para a Irmandade.²⁰

A estes aspectos somavam-se outros igualmente importantes no mundo da paróquia: a cobiça pelo cargo de fiscal da vila ocupado por Antônio e o de professora pública ocupado pela sua esposa. Estas questões, aparentemente locais, facciosas e de pouca importância, muitas vezes chegavam até os ouvidos do Presidente da Província, demonstrando toda uma rede de interlocução entre as câmaras de vereadores e o Executivo provincial – ocupado quase sempre por um elemento natural de outra região do país. Num documento enviado ao Presidente da Província, o alagoano João Lins Cansansão de Sinimbú, os vereadores de São Leopoldo acusavam:

“É certo que o marido da referida professora pública Antônio Lourenço da Silva Castro, pelo desregramento de sua conduta, tem sobre si atraído o ódio e inimizades dos referidos habitantes e V.Exa. facilmente compreenderá como Administrador da Província, Chefe de

¹⁷ A medição do terreno concedido à Capela foi permeada por disputas. Antônio possuía dois terrenos contíguos a este e retirou as estacas postas pelo agrimensor alegando estarem as medidas erradas. O agrimensor escreveu aos vereadores da Câmara queixando-se destes acontecimentos e conclui a carta com o seguinte: “Este Castro, sendo o seu procedimento bem conhecido por todos, de atacante e atrevido, merecia, sem contradição, uma correção bem digna de seus péssimos e escandalosos feitos, pelo abuso que também diretamente faz das ordens de uma corporação de homens de reconhecida probidade e aos empregados da mesma que fielmente as cumprem”. Correspondência recebida em 23.08.1855. Correspondências das Câmaras Municipais (São Leopoldo), maço 259, caixa 159 (AHRs).

¹⁸ Para quem leu a obra *A Divina Pastora*, de Caldre e Fião, escrita na década de 1840, fica evidente a valorização que o mesmo dava à religiosidade da figura humana.

¹⁹ Ver GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

²⁰ Processo n. 2921, maço 57, 1º Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo (APERS).

família, que ninguém quer confiar a educação de suas filhas à mulher de um homem desacreditado”.²¹

Esta disputa por cargos paroquiais era percebida por todos, até mesmo pelo advogado Dr. Castro que argumentou na defesa de Antônio:

“Provocando constantemente a tantas pessoas, ainda até hoje nem uma se queixou, e nem um Juízo algum se acha o menor procedimento contra o Apelante pelos seus continuados distúrbios e insultos. Isto fala muito alto, e mais alto os documentos juntos sob. números 1º a 11º, que são honrosos e autênticos testemunhos de comportamento do Apelante, cujo único e verdadeiro crime é ser sua mulher professora da Cadeira de 1ªs letras, e querer-se que o Apelante, sofrendo uma pena infamante, mude de domicílio com sua família, e assim deixe vaga naquela cadeira”.²²

Era do interesse dos vereadores, como eles mesmos afirmavam, nomear à dona Francisca de Paula Ribas, que já vinha lecionando na vila há anos. Dona Brinulfa, esposa de Antônio, resistiu às perseguições até o início da década de 1860 quando faleceu por motivos que não sabemos. Em 1863, num total de quase dez anos envolvido em lutas facciosas locais, Antônio encontrava-se viúvo, sem emprego e com as filhas para criar. Tendo sido eliminado da lista de qualificação de votantes de São Leopoldo, este “homem desacreditado”, como frisaram os vereadores, desejava ser novamente qualificado. As autoridades competentes lhe negaram o pedido dizendo que ele havia se qualificado nos anos anteriores porque a renda de 500 mil réis anuais de sua esposa lhe dava este direito. Como dona Brinulfa havia falecido, ele, portanto, não poderia mais exercer tal função. Contrariado, o suplicante enviou um requerimento ao Presidente da Província alegando que há tempos “era qualificado votante e jurado”, e pedia “que se digne desculpá-lo por ter tomado o precioso tempo de V. Exa. com a narração desta, pois que está ferido no direito mais sagrado do Cidadão”.²³ Antônio teve seu pedido recusado.

Nos parece que durante os dez anos em que Antônio esteve na vila de São Leopoldo, ele representou um perigo para uma fração da elite local, certamente por causa das suas atitudes violentas, mas também, acreditamos, pela sua forte ligação com os populares e

²¹ Correspondência recebida de 28.04.1855. Correspondências das Câmaras Municipais (São Leopoldo), maço 259, caixa 159 (AHRs).

²² Processo n. 2921, maço 57, 1º Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo (APERS).

²³ Requerimento ao Presidente de Província de 15.03.1863. Fundo Requerimentos, maço 100, AHRs.

escravos – o que explica as perseguições que vinha sofrendo. Em contrapartida, fica evidente que ele conseguiu livrar-se de alguns processos judiciais exatamente por que reforçou laços de amizade com outros líderes políticos provinciais e locais, revelando assim a existência de facções com diversos tipos de ligação na pequena vila e fora dela.

Neste jogo de relações verticais e horizontais, onde trajetórias individuais se sobrepunham e se interconectavam, percebemos que homens que freqüentavam a Corte não estavam descolados das lutas micro-políticas travadas nas paróquias. Certamente alguns possuíam mais interesses do que outros, pois sustentavam seu eleitorado e sua clientela nestas relações cotidianas. Dentre estes estava Caldre e Fião, que durante muito tempo militou pela causa abolicionista e pelos elementos populares. Nesta mesma época, com a ajuda de sua esposa, ele “fizera de um pequeno sítio, que possuía em São Leopoldo, a sua habitual vivenda, asilando aí as crianças libertas (...) e abandonadas pelos senhores que exploravam as mães escravas”.²⁴ Fica evidente que, embora assumisse cargos da elite política imperial, Caldre e Fião possuía tráfego fácil entre os pobres, algo que certamente se intensificava quando ele assumia seu papel de médico.

Analisando melhor o papel de Caldre e Fião nesta sociedade marcada pela heterogeneidade e desigualdade dos seus indivíduos e pelo avanço de um Estado Imperial cada vez mais centralista (mesmo que de maneira difusa) e burocratizado, é possível detectar no mesmo o papel do *mediador*. Caldre e Fião era um dos responsáveis por conectar a aldeia à capital da Província (de onde trouxe os advogados que ajudaram a absolver Antônio) e com a Corte (onde era colega de bancada de outros tantos). O seu papel como médico e deputado o tornavam um indivíduo único naquela paróquia. Além disso, o seu poder na comunidade local estava sustentado exatamente na sua exclusiva capacidade de atingir o mundo exterior e dele obter informações e favores – atributos necessários aos mediadores.²⁵

Mas para que conseguisse ocupar este papel de destaque na comunidade, era necessário envolver-se em conflituosas disputas por influência local. Estas disputas micro-políticas, como vimos, minavam todo o sistema clientelístico que levava até a Corte. Foi somente através deste exercício de micro-análise, onde focamos as relações pessoais, que identificamos os fenômenos sociais que serviam de base para as práticas políticas. Antônio, que fazia parte da clientela de Caldre e Fião em São Leopoldo se pudesse votar, como desejava, certamente acompanharia o médico que ajudou a absolvê-lo, retribuindo, assim, um

²⁴ PORTO ALGRE, Aquiles. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ERUS, 1976, p. 45.

²⁵ SILVERMAN, Sydel F. *Patronage and community-nation relationships in central Italy*. In: SCHMIDT, S. W. (ed.). *Friends, Followers and factions: a Reader in Political Clientelism*. Berkeley: University of Califórnia, 1977, p. 293-304.

favor anteriormente recebido. Sendo ele fiscal da comarca e tendo uma esposa professora poderia multiplicar esta influência, visto que numa “aldeia” como São Leopoldo poucos votos faziam a diferença. O fato é que se Antônio foi proibido de votar em São Leopoldo, ele conseguiu exercer seus “direitos” em outra localidade: seu nome aparece na lista de qualificação dos votantes de Porto Alegre, dois anos depois, em 1865.

Seria difícil compreender como Antônio foi vetado na lista de São Leopoldo e aceito na qualificação de Porto Alegre se não tivéssemos observado com maior atenção o mesmo documento. De uma condição de desempregado, ele agora estava qualificado como empregado público na capital da província, o que lhe conferia a renda anual necessária. A rapidez com que Antônio deslocou-se de São Leopoldo, sem ocupação alguma, e qualificou-se em Porto Alegre com um emprego público talvez encontre resposta nas relações sociais que ele manteve com as elites. Na mesma seção paroquial em que ele estava qualificado, também se encontram os nomes dos Drs. Luis de Freitas e Castro e Antônio Joaquim da Silva Maia, ou seja, os mesmos advogados que defenderam Antônio nos processos em São Leopoldo.²⁶ Este caso demonstra a importância das redes sociais na distribuição de cargos, retribuição de favores e formação das facções políticas. Além disso, como se sabe, a ocupação de cargos públicos no período imperial era feita mediante indicação dos chefes políticos e um indivíduo como Antônio, envolvido em muitos conflitos locais, certamente precisava de um respaldo maior.

Este exemplo também confirma a importância das redes sociais dentro do jogo político paroquial, seja nas relações horizontais, seja nas relações verticais. Antônio, que funcionava como uma espécie de intermediário ou líder entre os homens livres pobres e escravos, também devia ser um forte cabo eleitoral da facção encabeçada por Caldre e Fião na vila de São Leopoldo. Neste momento cremos ser necessário definir melhor o que entendemos como “homens livres pobres”, uma vez que os mesmos terão um papel importante nas páginas que se seguem. Conforme Hebe Maria Mattos de Castro, os chamados “homens livres pobres”, “difícilmente podem ser definidos do ponto de vista estrutural enquanto ‘despossuídos’”. A disponibilidade de muitas porções de terras na sociedade oitocentista, precisa ser levada em conta quando se busca definir a “pobreza” no interior da mesma. Portanto, para Castro, os pobres não eram despossuídos, pois, “mesmo quando sem terras ou escravos, conseguiam prover sua subsistência com o resultado de suas

²⁶ Lista de Qualificação dos votantes de Porto Alegre, 1865. Eleições. Maço 2 (AHRs).

lavouras – diferenciando-se, assim, fundamentalmente do escravo, que, antes de tudo, trabalhava a lavoura do outro”.²⁷

No entanto, muitas perguntas ainda não foram respondidas. Porque Antônio queria tanto votar se boa parte da historiografia afirma que os elementos populares ou os não proprietários estavam ausentes dos pleitos? Além disso, durante muito tempo, considerou-se que apenas os grandes fazendeiros participavam dos pleitos, o que não se encaixa no perfil deste turbulento cearense. Como ele se qualificou com a renda da sua esposa se a mesma historiografia sustenta o papel nulo da mulher na política?

As situações em que um indivíduo como Antônio se envolveu fornecem muitas pistas acerca dos fatores que ajudavam a diferenciar os homens livres de setores médios e pobres no Brasil oitocentista. Vimos que todos os indicadores de boa conduta apresentados pelo advogado de defesa de Antônio eram fundamentados na sua ligação com o aparelho estatal. Explicando melhor, o fato de ter exercido funções públicas sob nomeação imperial, provincial e municipal dentro da burocracia, ofereciam a Antônio, segundo a lógica do advogado, a credibilidade social que o mesmo necessitava. Os traços desta trajetória, portanto, oscilam entre o Antônio como cidadão “qualificado” e o Antônio como cidadão “desqualificado”, conforme a sua relação com os poderes públicos.

Conforme José Murilo de Carvalho, uma das maneiras pelas quais os indivíduos diferenciavam-se dentro de suas comunidades, era através dos diversos tipos de vínculos que os mesmos podiam possuir com o Estado – o que ajudava a definir a sua posição social.²⁸ As fronteiras que delimitavam toda esta classificação social que hora tornava um homem livre pobre como cidadão, hora o tornava não-cidadão, precisam ser revisitadas para compreendermos melhor em que situação estes indivíduos, como Antônio, por exemplo, perambulavam pelo *mundo da paróquia*. Tentar qualificar-se votante, como fez Antônio, ou eleitor não era apenas uma tentativa de participação política, mas também de diferenciação social, como ser recruta do Exército, oficial da Guarda Nacional ou jurado, por exemplo.

Portanto, o ato de qualificar-se votante era apenas mais um capítulo nesta luta cotidiana por definições de status e posição sociais que regravam condutas, possibilitavam ganhos e condicionavam alianças. Assim sendo, a *qualificação* era uma palavra-chave não somente no processo de alistamento eleitoral, mas também ao longo do percurso de uma vida de um homem livre sem fortunas e onde as incertezas e inseguranças estavam sempre

²⁷ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987, 95-96.

²⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania: tipos e percursos*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, n. 18, 1996.

presentes. Conforme os dicionários do período, “qualificar a pessoa” significava “dar-lhe um ser, predicamento ou qualidade civil, e autorizá-la”. Qualificar era prerrogativa de “homens de bem” que já haviam passado por estas instâncias de afirmação e que poderiam então, por sua vez, atribuir qualidades àqueles que requeressem tais privilégios. Vemos assim que a qualificação localizava o indivíduo, atribuindo suas posses materiais e simbólicas, emergindo-o do povo anônimo ao reputar-lhe uma determinada ação política, vedada a maioria.²⁹

Esta expressão nos faz raciocinar sobre a importância de ser considerado *votante* e *eleitor* como forma de distinção social. A estrutura social no Brasil Imperial caracterizava-se por uma rede classificatória que localizava os indivíduos, atribuindo-lhes poderes e competências. Principalmente nos meios urbanos, toda uma complexa taxionomia social identificava as pessoas, de certa forma demarcando suas redes de relações sociais e políticas. Podemos mesmo dizer que a existência social só se confirmava através da inserção dos indivíduos nestas várias instâncias. Conforme Richard Graham

“A aceitação de uma hierarquia social de vários estratos – focalizando as tensões ao longo de toda a sua extensão, ao invés de entre dois grupos – ajudava mais ainda os proprietários a exercer sua autoridade. Aqui está outro meio de garantir a ordem social: permitir que quase todo mundo se sinta superior a alguém. As distinções matizadas de classificação social coíbiam a ameaça que os homens livres pudessem, de outra maneira, representar, e isso explica em parte porque se encorajava a alforria de escravos: os negros livres inseriam-se facilmente num dos muitos nichos sociais possíveis. As variações de cor da pele também contribuía para classificar as pessoas – algumas sendo mais escuras, outras mais claras – ao longo de um *continuum* de *status*. Os brasileiros tomavam por certo que, de um modo geral, era possível distinguir as pessoas (...) segundo a ordem, escala ou categoria em que se situavam na sociedade. Essa visão significava que ninguém se julgava igual a qualquer outro; todos tinham um lugar dentro de uma hierarquia e encontravam-se ou acima ou abaixo dos demais”.³⁰

Alguns exemplos evidenciam esta estrutura classificatória. De acordo com a Constituição, os escravos libertos podiam ser votantes, mas não eleitores e jurados. Esta

²⁹Qualificar, no período colonial, era atividade do “*qualificador*”, que era o “censor dos livros, o que notava a qualidade das proposições de seus autores, se eram heréticas, errôneas, malsonantes, etc”. SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Tomo 2, Lisboa, Tipografia Lacerdina, 1813.

³⁰ GRAHAM, Richard. Op. cit., p. 49-50.

simples demarcação já demonstra a importância da função de eleitor e jurado sobre a de votante. Cabe ainda mencionar que tais listas de qualificação eram expostas nas portas das igrejas e das câmaras municipais. Esta prática diferenciava publicamente quem era qualificado de quem não era qualificado na “aldeia”, trazendo consigo todos os constrangimentos sociais possíveis. Além disso, conforme Richard Graham, a Guarda Nacional reproduzia, no interior de sua hierarquia, a estratificação social da localidade, ou seja, os cidadãos mais ricos e influentes do município tendiam a ocupar os oficialatos, deixando os postos subalternos aos trabalhadores sem posses.³¹ Neste sentido, ela não poderia deixar de apresentar privilégios, uma vez que algumas profissões garantiam o seu portador na reserva, enquanto que, entre os ativos, muitos conseguiam livrar-se facilmente do serviço.³² Neste jogo de classificações e qualificações, a maioria dos homens livres adultos estava alistada na Guarda e uma parte considerável dos mesmos era votante ou eleitor. As páginas a seguir buscam entender um pouco mais sobre estes espaços de diferenciação social e como tudo isto estava intimamente ligado com a legitimação da elite política provincial.

2.1 – “O minotauro paroquial”: os estancieiros, a Guarda Nacional e o seu papel no controle social

A Guarda Nacional já mereceu muitos estudos³³ e neste sub-capítulo nos reservaremos a apontar a sua importância para o nosso trabalho. A partir da leitura da correspondência entre a Presidência da Província e o Comando Superior da Guarda Nacional do município de Bagé, na região da campanha, entre 1867 e 1873, pretendemos por meio de um exercício de micro-análise demonstrar a ascendência social do comandante superior sobre

³¹ GRAHAM, Richard. Op. cit., p. 50.

³² Conforme Graham, “a existência de duas categorias de homens – ativistas e reservistas – assegurava que pessoas respeitáveis só servissem como oficiais. Muitas profissões ou cargos, como juízes, advogados, tabeliães e médicos, davam o direito, especificamente, a alguém de ser agrupado na reserva. Mesmo aqueles que pertencessem à ativa podiam ser isentos do serviço, se fossem estudantes, funcionários de hospitais e instituições de caridade, membros da Câmara Municipal, empregados do Correio, proprietários ou gerentes de estabelecimentos particulares como mais de vinte empregados ou, no caso de administradores de fazendas, se criassem gado suficiente para produzir mais de cinquenta novilhos por ano”. (GRAHAM, Richard. Op. cit., 51-52).

³³ Ver, por exemplo, FARINATTI, Luis Augusto. Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007; URICOECHEA, Fernando. O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro do século XIX. São Paulo: Difel, 1978; RIBEIRO, José Iran. Quando o serviço os chamava: milicianos e Guardas Nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845). Santa Maria: Editora da UFSM, 2005. FERTIG, André Atila. Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado Imperial centralizado (1850-1873). Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPG-História, UFRGS, 2003; GRAHAM, Richard. Op. cit.

a população livre local.³⁴ O estancieiro João da Silva Tavares, o então Barão de Serro Alegre, exerceu este cargo no município entre 1866 e 1872, ano em que faleceu. Veterano da Revolução Farroupilha, Tavares era o principal chefe do Partido Conservador em Bagé e teve importante participação nas guerras fronteiriças, o que lhe rendeu o título nobiliárquico.

Conforme Graham, diariamente os membros da Guarda “participavam de tarefas como capturar criminosos, conduzir prisioneiros a julgamentos, vigiar a cadeia e, não menos importante, dispersar comunidades de escravos fugitivos”.³⁵ Como os homens ricos, seus amigos e parentes conseguiam facilmente a isenção do serviço da Guarda, eram os pobres que acabavam sendo recrutados para a ativa. Ao contrário dos oficiais superiores, na sua maioria grandes fazendeiros, os soldados rasos eram, conforme Graham, “os artistas, os operários e os homens do roteamento de terras’, ‘feitores das fazendas de café, arriadores de tropas’, pequenos posseiros e ‘homens de cor’”. Além disso, as instruções governamentais excluíaam do corpo de oficiais, os “taberneiros, artesãos, donos de vendas e pescadores”. Tal procedimento afastava estes homens pobres “de seus pequenos lotes de terra, muitas vezes na época da colheita”, o que os “ansiavam por encontrar um protetor que pudesse protegê-los da junta de alistamento”.³⁶

As tentativas de escapar do alistamento eram várias. Como os capatazes eram isentos, não faltavam indivíduos identificando-se enquanto tal.³⁷ Outros fingiam exercer uma profissão para conseguir a isenção, como um indivíduo que disse ser secretário da Câmara Municipal de Bagé e o outro que afirmou ser rábula.³⁸ Conforme Luis Augusto Farinatti, exercer um ofício era uma maneira de distinguir-se socialmente de outros homens livres pobres ou ex-escravos, mas nem todos o conseguiam, vindo a buscar outras saídas.³⁹ Neste sentido, uma das possibilidades era fugir como fizeram alguns rapazes, cujos pais aconselharam atravessar a fronteira com o Estado Oriental.⁴⁰

Muitos desertores fugiam para casa de seus parentes em outros municípios. Conforme Farinatti, eles “utilizavam uma rede de proteção que envolvia laços familiares e de amizade”.⁴¹ Outros encontravam amparo na residência de pessoas conhecidas, como a viúva

³⁴ Fundo Guarda Nacional, Maço 4, AHRS.

³⁵ GRAHAM, Richard. Op. cit., p. 92.

³⁶ GRAHAM, Richard. Op. cit., p. 51-52.

³⁷ Ver as cartas dos dias 26.12.1867, 22.01.1868, 30.01.1868. Fundo Guarda Nacional. Maço 4. AHRS.

³⁸ Ver as cartas dos dias 17.08.1867 e 08.02.1869. Fundo Guarda Nacional. Maço 4. AHRS.

³⁹ FARINATTI, Luis Augusto. Op. cit. Ver, em especial, o Capítulo 8.

⁴⁰ Carta do CSGN de Bagé ao Presidente da Província. Bagé, 05.12.1868. Fundo Guarda Nacional. Maço 4. AHRS.

⁴¹ FARINATTI, Luis Augusto. Op. cit., p. 381. Sobre as estratégias dos populares para fugir do recrutamento ver também RIBEIRO, José Iran. Op. cit.

Genoveva de Jesus, moradora “dos subúrbios da Freguesia de São José”.⁴² Os desertores também eram procurados pelo histórico de perturbações locais que podiam provocar. Em março de 1867, o Barão ficou sabendo de um dos tantos desertores que foi encontrado “vindo do Estado Oriental de peão em uma tropa de gado para as charqueadas de Pelotas”. Os homens que o avistaram tiraram-lhe uma arma de fogo e um facão e depois de muita luta e perseguição o prenderam.⁴³ Nestas buscas, conforme Graham, os recrutadores eram auxiliados pelos inspetores de quarteirão, delegados e sub-delegados.⁴⁴

Perseguições pessoais, comportamentos violentos, disputas entre famílias e facções locais, lutas por cargos e favores, entre outras características, pintavam um quadro bastante conhecido pelos autores que se dedicaram a analisar esta sociedade: o das relações de clientelismo e patronagem. Segundo Richard Graham, “clientelismo significava tanto o preenchimento de cargos governamentais quanto a proteção de pessoas humildes, mesmo os trabalhadores agrícolas sem terra”. Os mesmos formariam dois tipos de clientelismo: “o local e o nacional”, sendo que ambos “entrelaçavam-se através das eleições”. Para Graham, “o clientelismo constituía a trama de ligação política no Brasil do século XIX e sustentava virtualmente todo o ato político”.⁴⁵ A lógica destas relações pessoais seria a concessão de proteção, cargos públicos e favores (pelo patrão) em troca de lealdade pessoal e política (do cliente).⁴⁶

⁴² Carta do CSGN de Bagé ao Presidente da Província. Bagé, 10.04.1867. Fundo Guarda Nacional. Maço 4. AHRs.

⁴³ Carta do CSGN de Bagé ao Presidente da Província. Bagé, 27.03.1867. Fundo Guarda Nacional. Maço 4. AHRs.

⁴⁴ Às vezes, quem preparava as listas dos recrutáveis eram os inspetores de quarteirão, “e os subdelegados, juízes de paz e padres paroquiais reuniam-se para concluir a tarefa, dispensando alguns ao seu bel prazer”. (GRAHAM, Richard. Op. cit., p. 88-90). Conforme Vitor Izecksohn, “não há dúvidas de que os designados procuravam evadir-se do serviço escondendo-se nas matas ou recorrendo a meios mais dramáticos como o casamento e a automutilação. Mas a forma mais comum para um guarda nacional escapar à designação era mesmo a proteção de um oficial superior ou de algumas notabilidade local. A rede de relações pessoais foi sempre um meio muito mais efetivo que a rebelião ou a fuga” (IZECKSON, Vitor. *Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai*. In: CASTRO, Celso; IZECKSON, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Org.) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 194)

⁴⁵ GRAHAM, Richard. Op. cit., p. 16.

⁴⁶ Buscando revisar o conceito, José Murilo de Cavalho teceu as seguintes críticas a Graham “A vida dos gabinetes, segundo Graham, dependia tanto, se não mais, dos líderes locais do que o oposto. Como para esse autor qualquer concepção de Estado que não implique a dominação de uma classe é abstração teórica ou, pelo menos, inaplicável ao Brasil, só lhe restava postular o domínio da política imperial pela classe dominante rural. Até aí tudo bem. Como vimos, esta é a tese de Nestor Duarte e Queiroz. O problema surge quando Graham trabalha o tempo todo com a noção de clientelismo, de relações patrão-cliente. O clientelismo seria a marca característica do sistema político imperial (...) Ora, qualquer noção de clientelismo político, tanto no de representação como no de controle, ou burocrático, (...) o Estado é a parte mais poderosa. É ele quem distribui benefícios públicos em troca de votos ou de qualquer outro tipo de apoio de que necessite. O senhorial rural seria a clientela do Estado. Não é certamente esta a visão de Graham sobre a relação de poderes. Seria mais lógico para ele considerar o Estado como clientela do senhoriato. Mas não há nada em seu texto justificando essa reviravolta no conceito de clientelismo” (CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual* in: *Pontos e Bordados: Escritos de História e Política*. BH: Editora da

Conforme Carl Landé, uma relação patrão-cliente é uma “aliança diádica vertical”, uma vez que envolve duas pessoas “de *status*, poder ou recursos desiguais que acham útil ter como um aliado alguém superior ou inferior a si mesmo”. O membro superior nesta aliança é o patrão e o inferior o cliente. Esta relação é baseada na lealdade e confiança pessoal e tem como principal finalidade a troca de favores e a ajuda mútua em caso de necessidade. Por serem de camadas sociais diferentes, os benefícios trocados também são diversos. Conforme Landé, geralmente os patrões fornecem favores “materiais em espécie”, “assistência econômica” e “proteção física em tempos de emergência”, enquanto os clientes lhe retribuem com mão-de-obra, apoio político e, quando necessário, serviços militares.⁴⁷

Na sociedade rio-grandense do século XIX, este tipo de relação era muito comum no mundo das estâncias. Segundo Luiz Alberto Grijó:

“O estancieiro era um misto de miliciano e produtor rural, e ocupava uma posição que, seja por imperativos de ordem econômica, seja por imperativos de ordem militar, levava à necessidade de cercar-se de ‘peões’ e agregados, cujas relações com ele se davam em termos de dependência pessoal. Enquanto proprietário de terra e empregador de mão-de-obra, o estancieiro mantinha com seus empregados, genericamente designados de ‘peonada’, relações estreitas e pessoalizadas, pois o próprio vínculo empregatício não passava por um contrato formal de trabalho, mas por um acordo informal entre o estancieiro e o peão, o chamado ‘conchavo’ (...) As relações de trabalho, pois, configuravam já relações de patronagem/ clientela, o que fica claro em se considerando que os serviços prestados pelos peões abrangiam não só o trabalho de natureza econômica, mas incluíam a proteção armada das terras e das pessoas da família do estancieiro, e, em épocas de crise – guerras e ‘revoluções’ – e nas eleições com disputa, o acompanhamento do estancieiro enquanto chefe político-guerreiro”.⁴⁸

Por estes motivos, talvez a melhor alternativa aos homens pobres que quisessem fugir do serviço da Guarda seria adquirir a confiança de um estancieiro que os livrassem dos seguidos recrutamentos. Conforme Graham, esta aproximação acabava ampliando o prestígio popular do chefe miliciano, pois “proteger os pobres do recrutamento forçado também

UFMG, 1999, p. 144-145). Não concordamos com as críticas de Carvalho, uma vez que outros pesquisadores evidenciam que a presença do Estado nas relações patrão-cliente não era nem indispensável, nem de total proeminência. Ver, por exemplo, LANDÉ, Carl H. *A Base Diádica do Clientelismo*. In: SCHIMIDT; S. W. et. Al. (eds.). *Friends, followers and factions*. Berkeley: University of Califórnia Press, 1977, p. xiii-xxxviii. (tradução de Luiz Alberto Grijó para fins didáticos), p. 18-31.

⁴⁷ LANDÉ, Carl H. Op. cit., p. 19-20.

⁴⁸ GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., 2005, p. 94.

significava formar uma clientela”.⁴⁹ Um grande número de relações deste tipo faziam do estancieiro miliciano um patrão respeitado e procurado em sua aldeia. Além disso, a capacidade de decidir sobre a vida destes homens o tornava uma autoridade quase suprema na região. Em algumas cartas, o Barão de Serro Alegre aparece defendendo o não recrutamento dos homens casados com filhos, colocando-os na Reserva. Ele mesmo os separava dos solteiros e elaborava listas, como, por exemplo, a dos cidadãos passíveis de tornarem-se inspetores de quarteirão – o que evidencia o controle que ele detinha sobre a vida dos mesmos.⁵⁰

Mas o recrutamento para o serviço ativo na Guarda não era a pior coisa que poderia acontecer a um indivíduo. O recrutamento para o serviço no Exército ou, em último caso, na Marinha, era abominado pelos homens livres pobres, que também constituíam-se na principal fonte de abastecimento destas forças militares. O Exército era visto como uma verdadeira punição, mas nada se igualava ao recrutamento para a Marinha “e os pobres trabalhavam desesperadamente para assegurar que um patrão os ajudasse a escapar” do recrutamento forçado.⁵¹ Em dezembro de 1868, o Barão capturou um desertor que causava muito transtorno na fronteira e fingia ser castelhano para não servir. Ao prendê-lo comunicou ser ele “uma boa oferta a nossa Marinha”.⁵²

Toda esta aversão também era consequência do desprestígio social atribuído aos homens que sentavam praça no Exército. As razões deste comportamento estavam no atraso dos soldos, na corrente falta de alimentação, armamento e fardamento, na falta de tempo para dedicar-se a outras atividades de maior ganho, nos castigos físicos, entre outros.⁵³ Além disso, a condição de inferioridade social dos recrutas somava-se à sua inatividade política, pois as leis eleitorais os impediam de votar. Conforme Carvalho, os quartéis, portanto, eram antes centros de punição do que de civismo.⁵⁴

No entanto, como demonstrou José Iran Ribeiro, alguns grupos de indivíduos estavam mais passíveis de serem recrutados do que outros. Aqueles que não possuíam nenhuma ocupação profissional relacionada com as atividades de produção agrícola e

⁴⁹ GRAHAM, Richard. Op. cit., p. 47-49.

⁵⁰ Ver as 4 cartas dos dias 08.01.1867, 02.03.1867, Fevereiro de 1867, 13.07.1867. Fundo *Guarda Nacional*. Maço 4. AHRs.

⁵¹ GRAHAM, Richard. Op. cit., p. 48; CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., p. 10-13.

⁵² Carta do CSGN de Bagé ao Presidente da Província. Bagé, 03.12.1868. Fundo *Guarda Nacional*. Maço 4. AHRs.

⁵³ RIBEIRO, José Iran. “*Dê-lhe laço como sargento de escolta*”: a violência nos recrutamentos militares. In: *História em Revista*. Pelotas: UFPel, v. 10, dez. 2004, p. 63.

⁵⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania: tipos e percursos*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, n. 18, 1996.

pecuária, do comércio e da prestação de serviços estavam mais propensos. “Eram os considerados vadios, deserdados, perseguidos politicamente, enfim, os marginais sociais da época”.⁵⁵ No entanto, como as deserções eram a regra e os recrutadores não conseguiam um contingente de “vadios” suficiente para ocupar toda a primeira linha, aqueles cidadãos pobres, ocupados em alguma atividade econômica, estavam sujeitos aos mesmos desmandos dos recrutadores.

Portanto, o clima de insegurança enfrentado por estas famílias pobres exigia o estabelecimento de alianças verticais, unindo populares e proprietários de terra. Conforme Hendrik Kraay, construía-se assim um conjunto de práticas “no qual contribuía o Estado, a classe de senhores de terras e escravos e boa parte dos pobres livres, e da qual cada participante tirou benefícios”.⁵⁶ Por isso, segundo Ribeiro, boa parte da população livre acabava apoiando o recrutamento, pois “servia para diferenciar os ‘vadios, preguiçosos’ dos ‘filhos de trabalhadores’”. Enquanto alguns eram prejudicados, outros eram beneficiados com isto. “E estes, numa mesma oportunidade, distinguem-se da escória e também se viam livres daqueles que ameaçavam seus bens de produção. Assim, é fácil imaginar que, como privilegiados e reconhecidos socialmente, estes setores apoiassem o recrutamento”.⁵⁷

O permanente recrutamento, portanto, oferecia um enorme poder aos potentados locais que detinham em suas mãos o controle da população pobre da paróquia. No Rio Grande do Sul, uma província fronteiriça fortemente ligada ao mundo belicoso, esta influência se multiplicava, pois não somente os comandantes superiores da Guarda, mas também os altos oficiais militares possuíam enorme ascendência sobre a vida destas pessoas. É neste sentido que podemos compreender o poder que o Barão de Serro Alegre possuía. Pessoas da aldeia o procuravam para resolver problemas locais e conseguir favores de fora e pessoas de fora para intermediar negociações entre o mundo exterior e a sua paróquia. Neste sentido, ele constituía-se num mediador, exatamente como descreveu Fernando Uricoechea.⁵⁸ Em março de 1867, por exemplo, o Presidente da Província pediu a sua opinião sobre quem deve ser o Comandante da Guarda em um município vizinho e o Barão lhe respondeu:

“Em desempenho dos meus deveres, devo informar a V. Ex. que, ambos principiaram a servir comigo muito jovens e se fizeram homens em minha companhia, ambos são valentes na peleja, e até

⁵⁵ RIBEIRO, José Iran. Op. cit., 2004, p. 61-62.

⁵⁶ KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. p. 2. in: <http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol03>. apud RIBEIRO, José Iran. Op. cit., 64.

⁵⁷ RIBEIRO, José Iran. Op. Cit., 2004, p. 67.

⁵⁸ URICOECHEA, Fernando. Op. cit.

temerários, o primeiro é mais antigo no serviço e posto que exerce, a conduta é exemplar, e mais prudente; o segundo é algum tanto violento e não tem tanta aplicação a aprender o serviço militar. Aquele foi casado em primeiras núpcias com uma filha minha, e ficando viúvo, casou segunda vez; este é meu primo e meu compadre; por estas circunstâncias sou suspeito em razão do parentesco com ambas; porém devo em abono da verdade dizer, que, sendo escolha minha preferia o primeiro”.⁵⁹

Os laços de parentesco também evidenciam que o alto oficialato na região da campanha podia estar reservado a alguns homens ligados por parentesco. O Barão também era compadre de Bento Gonçalves da Silva e parente do general Manoel Luís Osório. Outros familiares do Barão ocupavam posições-chave na Guarda e no Exército. Os seus filhos João Nunes da Silva Tavares e José Facundo Tavares comandavam corpos numerosos e tiveram importante papel na Guerra do Paraguai. O segundo ainda foi vereador, juiz de paz, delegado de polícia e juiz municipal – revelando que era um “coringa” no preenchimento dos cargos paroquiais.⁶⁰ Gervásio Pereira, genro do Barão, era médico no Exército. Mas a peça mais importante desta engrenagem estava estudando Direito em São Paulo. Francisco Tavares casou-se com a filha de uma importante família paulista e anos depois tornou-se deputado geral, vinculando esta família de saquaremas ao mundo da Corte.

Os adversários políticos seguidamente denunciavam o Barão e seus familiares dos desmandos que os mesmos cometiam naquela região. Em junho de 1867, ele foi acusado de estar desviando o dinheiro mandado para os gastos com a Guarda.⁶¹ Em outra ocasião, o Barão foi denunciado por um ministro uruguaio de estar intervindo na guerra entre blancos e colorados que assolava o Estado Oriental.⁶² Apesar de defender-se contra a acusação, o envolvimento dele era evidente. Além de possuir propriedades e gados no outro lado da fronteira, o Barão mantinha estreitos vínculos com as autoridades uruguaias, incluindo um chefe de polícia que lhe enviava desertores capturados no seu território.⁶³

Em setembro de 1868, nas vésperas das eleições, ele pedia ao Presidente para deslocar o filho José Facundo para um outro comando, provavelmente estratégico para a

⁵⁹ Carta do CSGN de Bagé ao Presidente da Província. Bagé, 15.03.67. Fundo Guarda Nacional. Maço 4. AHRS.

⁶⁰ CARVALHO, Mário Teixeira de. Op. cit., p. 258. Conforme Graham, por poderem recrutar, os delegados de polícia “passaram a deter autoridade total sobre os de sina mais pobre, e um cargo como esse era instrumento poderoso na formação de uma clientela”. (GRAHAM, Richard. Op. cit., p. 90).

⁶¹ Carta do CSGN ao Presidente da Província. Bagé, 14.06.1867. Fundo Guarda Nacional. Maço 4. AHRS.

⁶² Carta do CSGN ao Presidente da Província. Bagé, 02.03.1867. Fundo Guarda Nacional. Maço 4. AHRS.

⁶³ Carta do CSGN ao Presidente da Província. Bagé, 02.11.1867. Fundo Guarda Nacional. Maço 4. AHRS.

facção.⁶⁴ O recrutamento, tanto no Exército, quanto na Guarda, era uma arma bastante eficaz utilizada na política local, uma vez que os recrutadores podiam forçar os possíveis recrutáveis ou familiares a votarem com as suas facções, mas por outro lado, aqueles patrões que protegiam as pessoas e suas famílias do recrutamento, ganhavam apoio político voluntário.⁶⁵ Em julho de 1878, o deputado liberal Antônio Antunes Ribas, logo que assumiu a Chefia da Polícia da província, ordenou uma série de recrutamentos visando a vitória eleitoral. Conforme os seus denunciantes:

“Em Taquari, saiu pelos distritos mais remotos com uma escolta de polícia, a recrutar menores para a Marinha e, quando não os encontrava para prendê-los, afim de por este meio obrigar, pelo terror, os pais e irmãos a comprometer-se a votar com ele, levava para vila presos, até que dessem conta dos filhos, as mães e pais velhos, fazendo-os caminhar duas e três léguas, abandonando as suas casas e lavouras”.⁶⁶

Outra arma utilizada era recrutar os votantes adversários durante os pleitos. Em agosto de 1864, Henrique d’Avila escreveu ao seu compadre general Osório denunciando as perseguições dos oficiais da Guarda aos votantes liberais:

“Em casa do Simplício tem-se feito as reuniões e já se distribuíram os votantes, segundo a marcha ensinada pelo Compadre na eleição passada. Por fora, o José Maria, o Maximiano, o Thomaz Bento, os Chagas, têm já feito muito. E, se não fosse a reunião da Guarda Nacional, eu lhe garantia desde já o triunfo na eleição; porém, o Astrogildo, o Balbino e o Farias têm usado de toda a casta de violências para afugentar e destacar os nossos votantes. Assim (...) eles convocaram ou avisaram todos os guardas nacionais de cavalaria do Município, e aqueles que não compareceram, ou porque estavam doentes, são perseguidos para ser presos, de modo que muita gente tem fugido para o Estado Oriental (...) Soltaram quase tudo que foi deles, ou que com eles se comprometeu, e conservaram no destacamento velhos, tortos, mancos e aleijados, nosso votantes”.⁶⁷

O recrutamento também podia ser utilizado com outros fins. Ao coagirem os homens livres pobres e obrigá-los a procurarem abrigo e proteção nas terras de algum senhor, estes mesmos podiam acabar servindo-lhe como mão-de-obra. Neste sentido, o recrutamento

⁶⁴ Carta do CSGN ao Presidente da Província. Bagé, 14.03.1868. Fundo Guarda Nacional. Maço 4. AHRN.

⁶⁵ Para uma série de exemplos do uso da Guarda na conquista de votos ver URICOECHEA, Fernando. Op. cit.; FERTIG, André A. Op. cit.

⁶⁶ Jornal do Commercio. Rio de Janeiro. 17.07.1878, p. 3. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

⁶⁷ Carta de Henrique d’Avila a Manoel Osório. Jaguarão, 08.08.1864 (OSÓRIO, Fernando Luís. História do General Osório. Rio de Janeiro: Typografia de G. Leuzinger & Filhos, 1.o volume, 1894, p. 711-712).

ajudava a resolver um dos grandes receios das elites agrárias: a crescente falta de braços nas lavouras. Graham destacou que os agregados não estavam totalmente atrelados aos seus patrões. Ele encontrou muitos registros de queixas, pois os mesmos os abandonavam quando queriam, causando uma aflição e preocupação por falta de mão-de-obra. Conforme Farinatti, em Alegrete, os estancieiros sempre reclamavam da inconstância dos peões. Além disso, os mesmos possuíam uma certa mobilidade, andavam armados e a cavalo e podiam realizar trabalhos ocasionais em outras estâncias, assim como muitos escravos.⁶⁸ Segundo Graham, nestas relações sócio-econômicas os ricos não podiam transgredir certos acordos e regras de comportamento, pois corriam o risco de provocar revoltas entre os populares. “Diante dessa potencial resistência dos pobres, os ricos viam-se obrigados a expressar a dimensão de sua autoridade com cuidado”.⁶⁹

Neste sentido, de acordo com Farinatti, “os subalternos não tinham um papel apenas passivo nessas relações. Para eles, ter ligações com determinadas famílias das camadas superiores permitia acessar recursos que não estariam à disposição de outros sujeitos de condição social semelhante à sua”. Neste sentido, lutar, votar e acompanhar um chefe miliciano o tornava mais importante se comparado a outro homem pobre sem um patrão. “Essas relações instituíaam novas diferenças dentro do estrato dos pequenos produtores e dos trabalhadores. O preço pago era a reprodução de uma hierarquia social desigual e da posição privilegiada dos que conseguiam reiterar-se no topo”.⁷⁰

Por todas estas razões enumeradas, homens como o Barão de Serro Alegre eram peças-chave nas articulações políticas da província. O controle que eles possuíam sobre boa parte dos votantes e soldados nas paróquias rurais, a sua capacidade de conceder favores e o seu papel de mediador entre sua comunidade e o mundo exterior, faziam deles chefes políticos diariamente procurados. Neste sentido, os candidatos à deputação precisavam do seu auxílio antes, durante e após as eleições, e é isto que pretendemos demonstrar nas páginas seguintes.

2.2 – “O espetáculo de um pandemônio”: as eleições imperiais e seus diferentes protagonistas

As eleições no Brasil Império já mereceram muitos estudos. Entretanto, cremos que da maneira como o tema foi trabalhado, não é possível apreender a dinâmica social que tais

⁶⁸ FARINATTI, Luis Augusto. Op. cit. Ver, em especial, o Capítulo 8..

⁶⁹ GRAHAM, Richard. Op. cit., p. 55-59.

⁷⁰ FARINATTI, Luis Augusto. Op. cit., p. 377.

eventos políticos refletiam. Alguns autores, numa perspectiva centralista, trataram apenas da importância das eleições na manutenção dos gabinetes ministeriais evidenciando, de maneiras diversas, a interferência do Estado no processo eleitoral brasileiro e concedendo pouco espaço para o papel das pessoas que de fato votavam, organizavam e decidiam os pleitos nas paróquias.⁷¹

Outras pesquisas demonstraram um maior interesse na observação dos votantes e eleitores enquanto coletividade. Seja na análise do perfil social destes indivíduos (visando um tratamento mais quantitativo)⁷², seja na demonstração do seu papel dentro do mundo social do trabalho⁷³ ou do próprio exercício desta função política⁷⁴, suas contribuições ajudam a confirmar que o tema ainda merece estudos mais aprofundados.

Avançando no debate e buscando uma maior aproximação com referenciais antropológicos, o trabalho de Richard Graham trouxe conclusões bastante significativas.⁷⁵ A sua maior contribuição, ao nosso ver, foi demonstrar como as relações sociais nos municípios (entre fazendeiros e trabalhadores) refletiam-se nas relações políticas e eram fundamentais para a manutenção dos governos centrais, pois estes dependiam daqueles para vencer as eleições e garantir uma maioria parlamentar na Câmara. Nesta análise, Graham acabou concluindo que, ao contrário do que a historiografia até então argumentava, uma ampla parcela da sociedade participava das eleições e que para os votantes – homens de menor condição social – era importante qualificar-se, pois esta ação lhes rendia prestígio junto aos fazendeiros e cabos eleitorais, reforçando alianças clientelísticas do cotidiano e garantindo um protetor nas disputas locais.

É na esteira de algumas contribuições de Graham que pensamos as relações políticas paroquiais. O município era o local onde algumas famílias e facções se interpenetravam numa infinita luta por cargos, favores e influência junto a patrões maiores (os mediadores). Ao contrário do que pensam alguns autores, não cremos que este mundo estava descolado do

⁷¹ Enquadram-se neste tipo de abordagem os seguintes estudos: MATTOS, Ilmar R. de. O Tempo Saquarema: a Formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 1990; CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Relume-Dumará, 1996; FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro - Vol. 1 e 2. 2ª edição, Porto Alegre: Globo/São Paulo: Editora da USP, 1975. Existem outras obras não menos importantes, mas referimo-nos aqui a estas por concederem maior espaço ao período imperial.

⁷² KLEIN, Herbert S. A Participação Política no Brasil do Século XIX: os votantes de São Paulo em 1880. In: DADOS - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: ANPOCS, Vol. 38, nº 3, 1995, p. 527-544.

⁷³ DIAS, Maria Odila Leite da. Sociabilidades sem História: Votantes pobres no Império, 1824 - 1881. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998, p. 57-72.

⁷⁴ CARVALHO, José Murilo de. Dimensiones de la Ciudadanía en el Brasil del Siglo XIX. In: SABATO, Hilda. Ciudadanía Política y Formacion de las Naciones: Perspectivas Políticas de América Latina. México: Fondo de Cultura Económica, 1997, p. 321-344.

⁷⁵ GRAHAM, Richard. Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

mundo da Corte e dos Gabinetes Ministeriais.⁷⁶ Eles se inter-relacionavam através de muitos vínculos, no qual o familiar era um dos mais significativos. Desta forma, diversas vezes os seus interesses se confundiam numa enorme rede clientelística sendo que a política feita na Corte podia entrar em divergência com o paroquialismo destes chefes locais.⁷⁷ Muitas vezes os mediadores eram responsáveis por conciliar estes conflitos e não era incomum que os mesmos pertencessem às famílias mais importantes das localidades envolvidas nestas contendas.

No que diz respeito à participação política, boa parte da população masculina livre e maior de 21 anos estava dividida entre votantes e eleitores.⁷⁸ Como já se sabe, o exercício do voto também exigia uma renda mínima. Inicialmente, era necessário provar uma renda de 100 mil réis anuais para os votantes e 200 mil réis para os eleitores. Apenas para lembrar, os votantes escolhiam os eleitores da paróquia que por sua vez votavam nos deputados e senadores – cargo para os quais o candidato devia apresentar renda anual superior a 400 mil e 800 mil réis respectivamente. Nesta divisão básica das funções pode-se verificar uma estratificação sócio-econômica que buscava definir o lugar de cada cidadão dentro da vida política nos municípios – algo já realizado pela divisão de patentes e postos na Guarda Nacional.

A primeira questão a ser destacada, e que outros autores já evidenciaram, é que a renda não era o maior empecilho para tornar-se votante.⁷⁹ Apenas como título de exemplo, em Alegrete, conforme Farinatti, um peão podia receber 14 mil réis por mês, o que lhe renderia 112 mil réis, após 8 meses de trabalho. Além deste tipo de remuneração os mesmos ainda podiam ter outras rendas oriundas de suas plantações, por exemplo. Até mesmo os escravos podiam receber uma quantia considerável. Em 1852, o escravo Manoel recebeu 2 mil réis por dia, durante 15 dias de trabalho, somando a quantia de 30 mil. Se trabalhasse outros 35 dias no ano, algo certamente possível, poderia receber mais 70 mil réis, o que resultaria nos 100 mil réis anuais necessários para votar.⁸⁰ Segundo Farinatti, esta renda

⁷⁶ É o caso, principalmente, dos já citados Raymundo Faoro (1975), José Murilo de Carvalho (1996) e Ilmar R. de Mattos (1990).

⁷⁷ É como pensam o próprio Richard Graham (1997) e mais recentemente MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Tese de Doutorado apresentada ao PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2005.

⁷⁸ De acordo com Richard Graham, 50,6% de todos os homens livres maiores de 21 anos votaram nas eleições do início da década de 1870 (GRAHAM, Richar. Op. cit., p. 147).

⁷⁹ GRAHAM, Richard. Op. cit.; CARVALHO. José Murilo. Op. cit, 1996.

⁸⁰ No entanto, como é sabido, os escravos não votavam. Realizamos este cálculo apenas para demonstrar que até mesmo os trabalhos eventuais realizados pelos mesmos podiam reunir a renda mínima necessária.

adquirida nos trabalhos eventuais, ajuda a explicar porque havia muitas alforrias pagas em dinheiro em Alegrete.⁸¹

Portanto, a renda não era um empecilho considerável e muitos populares ou homens de baixa condição social poderiam qualificar-se como votantes. Uma fonte documental capaz de atestar a sua ampla participação são as listas de qualificação de votantes. No Quadro 7 buscamos dividir os votantes da paróquia do Rosário, em Porto Alegre, em 3 distintos níveis de renda. No topo colocamos os que recebiam as maiores rendas anuais (entre 3 contos e 6 contos de réis). Estes formavam o estrato social superior da paróquia – o que poderíamos chamar de elite local – e não é a toa que concentravam muitos advogados, médicos, capitalistas e grandes proprietários. Recebendo até 300 mil réis estariam os setores de camada social mais baixa, muito embora estivessem acima dos escravos e de outros homens livres ainda mais pobres. Entre as principais ocupações deste nível, encontramos os alfaiates, os pintores, os capatazes, os pedreiros, os marceneiros, os ferreiros, entre outros. Estes ofícios não eram muito valorizados e muitos escravos libertos costumavam exercê-los, o que acentua ainda mais a sua condição de desprestígio social.⁸²

Quadro 7 - Classificação dos votantes por Renda anual e profissão na paróquia de Nossa Senhora do Rosário, Porto Alegre (1880)

Renda Anual	Profissões
De 3:000\$ a 6:000\$	Grandes proprietários, Negociantes, Juízes, Médicos, Engenheiros, Empregados Públicos, Advogados, Capitalistas, Militares de alta patente
De 1:000\$ a 1:500\$	Professores, Militares, Dentistas, Negociantes, Ourives, Sacerdotes, Tipógrafos, Agrimensores, Empregados Públicos
Até 300\$000	Alfaiates, Traçadores, Pintores, Lavradores, Sapateiros, Operários, Ferreiros, Serventes, Fotógrafos, Capatazes, Pedreiros, Açougueiros, Carroceiros, Marceneiros e Enfermeiros

Fonte: Lista de Qualificação dos votantes da paróquia de Nossa Senhora do Rosário, Porto Alegre, 1880. Fundo Eleições. Maço 2. AHRs.

Através de outras listas podemos identificar que nas paróquias rurais a diversificação ocupacional era mais simples do que nas urbanas. No 1.º distrito de Pelotas,

⁸¹ FARINATTI, Luis Augusto. Op. cit., p. 384-386.

⁸² MOREIRA, Paulo R. S. Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano. POA: EST, 2003. Outras profissões eram exercidas por estes votantes de baixa renda, como artista, barbeiro, boleiro, botiquineiro, condutor, fogueteiro, servente, marítimo, agência, entre outros. Muitas destas ocupações, conforme Hebe Castro, caracterizavam o conjunto de profissões exercidas pelos homens livres pobres (CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987, 96-106).

em 1865, por exemplo, encontramos 74 tipos de profissões, enquanto nos outros municípios menores as mesmas dificilmente ultrapassam a casa das 20. No pequeno município de Torres, por exemplo, os votantes estavam divididos em apenas 13 profissões. Dos 381 votantes qualificados, 354 (90%) declararam-se lavradores. Entre os mesmos, também havia carpinteiros, pedreiros e marceneiros.⁸³

Em Caçapava, no ano de 1865, qualificaram-se, entre outras profissões menos prestigiosas, 21 capatazes, 48 jornaleiros e 4 tropeiros que juntos perfaziam 15% do corpo de votantes.⁸⁴ Em Santa Vitória do Palmar, no mesmo ano de 1865, entre muitos negociantes, estancieiros e lavradores, alistaram-se como votantes 4 agregados, 19 campeiros e 17 capatazes, formando 10% dos votantes qualificados.⁸⁵ A presença de setores sociais com rendas baixas perfazia a maioria do corpo alistado. Em Porto Alegre, dos 1.304 votantes que declararam renda em 1880, 623 recebiam menos de 400 mil réis anuais, ou seja, 60% dos votantes. Para se ter uma idéia, na faixa dos 400 mil réis anuais estavam muitos dos operários, sapateiros, marceneiros, carpinteiros, lavradores, pedreiros e açougueiros, o que evidencia que a maioria dos votantes desta paróquia eram homens de setores médios e populares da sociedade. Pela lista, podemos perceber que estes profissionais recebiam anualmente menos do que o Desembargador Antônio Augusto Pereira da Cunha e o negociante Felisberto Antônio de Barcellos recebiam por um mês de trabalho.⁸⁶

No entanto, a lei eleitoral de 9 de janeiro de 1881, conhecida como Lei Saraiva, cerceou esta ampla participação, alterando boa parte do processo eleitoral. Ela tornou as eleições diretas, entregando a qualificação dos eleitores aos magistrados. Também concedeu o direito de voto e elegibilidade aos acatólicos e naturalizados, mas, em contrapartida, vedou a participação dos analfabetos e dobrou a renda mínima, que deveria ser provada com maior rigor.⁸⁷ Estes dois últimos fatores fizeram com que, nas eleições de 1881, fossem alistados

⁸³ Lista de Qualificação de Votantes de Pelotas (1865). Fundo Eleições, maço 2, AHRS. Lista de Qualificação de Votantes de Torres (1865). Fundo Eleições, maço 4, AHRS.

⁸⁴ Lista de Qualificação de Votantes de Caçapava (1865). Fundo Eleições, maço 1, AHRS.

⁸⁵ Lista de Qualificação de Votantes de Santa Vitória do Palmar (1865). Fundo Eleições, maço 3, AHRS.

⁸⁶ Lista de Qualificação de Votantes de Porto Alegre (1880). Fundo Eleições, maço 2, AHRS.

⁸⁷ Segundo a lei de 1º de agosto de 1846, as juntas de qualificação deveriam ser organizadas por paróquia, presidida pelo Juiz de Paz mais votado nas eleições e seriam responsáveis pela organização de uma lista que deveria ser tornada pública. O voto era censitário, exigindo a comprovação de uma renda – não muito alta – de 100\$000 réis para os votantes e 200\$000 para os eleitores. Apesar das restrições aos assalariados (que não eram considerados – com exceção de algumas profissões –, portadores de renda) e da exclusão de mulheres e escravos, nas eleições de 1872 foram qualificados votantes cerca de 13 % da população livre (perto de um milhão de pessoas).

apenas 150.000 eleitores em todo o Brasil, reduzindo o índice de 13% para 1% da população.⁸⁸

Seguindo a tendência da Lei eleitoral de 1875, a Lei Saraiva fez com que a comprovação de renda ficasse ainda mais difícil não podendo mais ser determinada por testemunhas, mas somente através da apresentação de contratos públicos e recibos. Algumas profissões, pelo prestígio social e simbólico que emprestavam aos seus praticantes, garantiam o direito de voto simplesmente pela apresentação de diplomas. A associação entre jurados e eleitores numa mesma escala hierárquica era tão evidente (superior aos votantes, por exemplo) que com a Lei Saraiva a demonstração da certidão de jurado convencia facilmente o juiz.⁸⁹

Pode-se dizer que a Lei Saraiva, apesar de ter sido eficiente no afastamento dos elementos populares, não os impediu de continuarem tentando votar, seja burlando as leis, seja qualificando-se legalmente. Logo após a aprovação desta Lei, em Camaquã, o cidadão João Antônio da Silva Nunes exigia a sua qualificação e previa que “um crescido número de agregados, peões ou jornaleiros, equiparados a criados de servir, terão de serem alistados eleitores nesta paróquia”, pois foram qualificados jurados em 1879.⁹⁰ Em 1881, na mesma cidade, o ferreiro Valentim Carlos da Costa tentou duas vezes qualificar-se, tendo, com insistência, conseguido na segunda. Sua dificultosa assinatura deixa claro que o mesmo era praticamente analfabeto.⁹¹ Estes indivíduos certamente não queriam deixar de cumprir um ato político que lhes beneficiava perante seus chefes.⁹² Aquiles Porto Alegre, empregado público na capital e cidadão que circulava entre os populares e as elites, deixou muitas histórias escritas. Numa de suas narrativas, ele relatou que muitos homens livres pobres treinavam as assinaturas para poderem qualificar-se, o que destaca a importância deste ato:

⁸⁸ GRAHAM, Richard. Op. cit., p. 242. Para entender a reforma eleitoral, ver: Lei Saraiva (Decreto 3029 de 9 de janeiro de 1881), Regulamento em 13 de agosto de 1881 (Decreto 8213) e o Decreto 7981 de 29 de janeiro de 1881 (AHRS - CL-149). O índice de 13% da população participando das eleições foi recuperado somente em 1945.

⁸⁹ Para uma análise das ações judiciais e dos recursos de alistamento que permitiam ou vetavam o direito do voto ver VARGAS, Jonas Moreira. *A utilização de novas fontes documentais para o estudo das eleições e das facções políticas no Brasil Imperial*. In: ROCHA, Márcia Medeiros da (org.). Anais da IV Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre: CORAG, 2006, p. 153-168.

⁹⁰ 1º Cartório do Cível de Camaquã, Processo 312, maço 5, 1881, p. 5. Ele reclamava que se estes homens conseguissem qualificarem-se como eleitores, ele também teria que ser, pois possuía mais posses. Certamente, com as exigências da nova lei, os tais trabalhadores não conseguiram ser incluídos na lista, entretanto, fica registrada a sua tentativa de participação neste processo.

⁹¹ Camaquã, 1º Cartório do Cível, processo 621, maço 9, 1881, APERS.

⁹² Em Conceição do Arroio, em 1876, Onofre Lopes da Silva, analfabeto, recorreu ao juiz de direito para qualificar-se votante e teve seu pedido atendido. Seu direito havia sido cassado pelos vereadores locais, provavelmente de uma facção adversária a dos seus chefes (Carta de 25.09.1876, Fundo Eleições, maço 1, AHRS).

“De fora vinham eleitores nos seus trajes gaúchos, trazer o seu voto, assinando muitos de cruz. O entusiasmo pelo voto era tão grande que eu vi velhos aprenderem, com paciência benditiva, só assinar o nome para poderem votar. Alguns eram homens da roça afeitos à rabiça do agrado ao cabo da enxada, ao machado, e tinham as mãos calosas e pesadas como chumbo. Passaram largo tempo entregues de corpo e alma ao seu rude trabalho. Porém nas vésperas das eleições eles, à noite, sentavam-se a toscas mesas de suas choupanas e à luz de um candeeiro de azeite, punham-se a ensaiar o seu “jamegão”, letra por letra com a cabeça de lado, e a língua de fora, como as crianças quando começam a aprender a escrever. Alguns, mais habilidosos, chegavam a fazer o nome rapidamente e tão a primor que ninguém acreditaria, se lhe dissessem, que eles não sabiam nem ler nem escrever. Outros, porém, levavam mais de dez minutos a fazê-lo e quando por todos os poros, embora estivéssemos no mais álgido e ventoso dia de inverno. E todo prodígio era obra das eleições”.⁹³

Creemos não estar mais em questão a participação de setores médios e populares nas eleições, seja como votantes, seja como capangas.⁹⁴ O novo problema é buscar compreender qual o significado deste fenômeno naquela sociedade e particularmente para cada uma das pessoas ou grupos envolvidos. É bem provável que os votantes possuíssem uma consciência particular do que acontecia a sua volta. Votar era participar da relação clientelística que permeava boa parte das relações sociais. Como demonstra Richard Graham, era uma festa coletiva onde se renovavam alianças e compromissos do cotidiano. O votante sempre conseguia um protetor e o não votante era considerado um cidadão inativo.⁹⁵

Também é importante ressaltar que os votantes não eram cooptados de forma passiva, uma vez que os mesmos tinham conhecimento da necessidade de se possuir um bom “patrão” e, portanto, buscavam ser cooptados, podendo até mesmo barganhar com o voto. Conforme José Murilo de Carvalho, “pode-se mesmo argumentar que os votantes agiam com muita racionalidade ao usarem o voto como mercadoria ao vendê-lo cada vez mais caro”, pois “este era o sentido que podiam dar ao voto, era sua percepção deturpada” e “ao votarem,

⁹³ PORTO ALEGRE, Aquiles. História Popular de Porto Alegre. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1994, p. 65-66.

⁹⁴ Antes das leis eleitorais de 1875, mas principalmente a de 1881, a prova da renda era dada a partir de testemunhas orais, o que causava muito transtorno. Entretanto, pouco se valorizava a veracidade destas provas, pois, conforme Francisco Belisário Soares de Souza, qualquer trabalhador possuía esta renda. Era comum as testemunhas e os chefes políticos interessados nas qualificações argumentarem que ninguém poderia viver com menos de 200\$000 anuais. O “simples jornaleiro não vence por dia 1\$000, 1\$500 e 2\$000”, diziam – o que os qualificaria facilmente. (SOUZA, Francisco Belisário Soares de. O sistema eleitoral no Império. Brasília: Senado Federal, 1979. (1ª ed. 1872), p. 26).

⁹⁵ GRAHAM, Richard. Op. cit., p. 140-164.

as pessoas tomavam conhecimento da existência de um poder que vinha de fora do pequeno mundo da grande propriedade, um poder que elas podiam usar contra os mandões locais”.⁹⁶

Acreditamos que estas interações sociais no momento das eleições podem ser vistas da maneira proposta por Fredrik Barth, ou seja, dando uma maior ênfase na análise das múltiplas possibilidades de decisões dos agentes sociais envolvidos em contextos semelhantes. Esta pluralidade de opções se dá em função da desigualdade na distribuição de recursos, bens e oportunidades (que podem ser materiais, cognitivos, culturais)⁹⁷ entre os agentes sociais, ou seja, é resultado da própria heterogeneidade social. As pessoas reagem de maneiras diferentes em função destes “recursos” que lhes são próprios. De acordo com Barth “toda interação está inserida em redes sociais mais amplas”. Portanto, se pensarmos na multiplicidade destas relações e se “de fato for essa a estrutura dos incidentes da ação social, isso necessariamente tem implicações profundas para os tipos de sistema em níveis mais agregados, formados no decurso de uma vida social e, em última instância, para a ‘sociedade’”.⁹⁸

Adotando os pressupostos de Barth estabelecemos a existência de um certo “grau de desordem no sistema”, ou seja, “no sentido de que ele permite perceber o surgimento de incongruências duráveis entre os atores, os outros e terceiros, conforme eles constroem os significados dos eventos”. Este tipo de análise acerca das relações pessoais e do papel dos agentes ajuda a demonstrar “que pessoas situadas em posições diferentes podem acumular experiências particulares e lançar mão de diferentes esquemas de interpretação, ou seja, podem viver juntas, mas em mundos diferentemente construídos”.⁹⁹ Conforme Barth, para evitar um pré-julgamento dos padrões encontrados nestes “sistemas desordenados”, devemos “começar não a partir de cima, mas a partir dos atores sociais, identificando suas atividades e redes”.¹⁰⁰

Foi isto que buscamos demonstrar quando narramos a história do cearense Antônio e sua relação com o médico Caldre e Fião. Ou seja, indivíduos de culturas e classes sociais diversas, mas que por uma determinada conjuntura vêm-se agindo e interagindo em suas trajetórias num processo que levou Antônio a qualificar-se como votante. No entanto, na impossibilidade de observarmos como os antropólogos a sociedade em que Antônio e Caldre

⁹⁶ CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 3.^a edição, 2002, p. 43-45.

⁹⁷ ROSENTHAL, Paul-André. *Construir o ‘macro’ pelo ‘micro’: Fredrik Barth e a ‘microstoria’*. In: REVEL, Jacques (org.). Jogos de Escalas: A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, pp. 151-172. Pg. 156.

⁹⁸ BARTH, Fredrik. *Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades*. In: BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, p. 175.

⁹⁹ BARTH, Fredrik. Op. cit., p. 176.

¹⁰⁰ BARTH, Fredrik. Op. cit., p. 178.

e Fião viveram, buscamos reconstruir a mesma através dos vestígios documentais. Portanto, quando o cearense Antônio Lourenço enviou um requerimento ao presidente da Província clamando pelo “direito sagrado do cidadão” ele estava ciente dos benefícios que o exercício do voto lhe oferecia. O seu caso nos induz a pensar que cada um dos milhares de votantes tiveram suas próprias motivações, permeada pelas dificuldades econômicas, incertezas e insegurança que caracterizavam aquela sociedade onde a busca por posições sociais e proteção induziam cada um dos elementos populares a buscar estratégias de sobrevivência e a qualificação como votante era uma delas.

Entretanto, o ato de qualificar-se era apenas o primeiro obstáculo a ser superado. De acordo com Francisco Belisário de Souza, político que residia na Corte na época das reformas eleitorais, a mesa era a única autorizada a reconhecer a identidade do votante, podendo colocar um fósforo – uma outra pessoa especializada em votar pelos ausentes – no lugar do verdadeiro qualificado.¹⁰¹ Este era somente um dos possíveis episódios e conturbações que uma eleição podia apresentar. Escrevendo na década de 1910, Aquiles Porto Alegre, que participou de muitos pleitos na capital da província durante a Monarquia, nos oferece uma visão privilegiada deste fenômeno político:

“Um dia de eleição punha a cidade em polvorosa. Muitos dias antes, já os cabos eleitorais as vinham preparando, e eram elas o assunto obrigado de todas as palestras. O Aníbal, conservador, ia para a rua passar revistas as suas tropas eleitorais, e as casas dos chefes políticos eleitorais eram pontos de romaria. O Emílio Mal Acabado, um liberal de quatro costados, que tinha um emprego no correio, andava num pé só, levando e trazendo recados e combinações eleitorais, e a ‘flor da fina gente’, de olho vivo e pé ligeiro, afiava na pedra da calçada ou da soleira da porta, os seus ‘cocherenguens’ e preparava os seus matapiabas, que nesses dias quase sempre tinham trabalho grosso”.¹⁰²

A “flor da fina gente” eram, na realidade, os capangas que Francisco Belisário de Souza descreveu como “um indivíduo que se lança nas lutas eleitorais em busca de salário, e muito mais ainda por gosto, por deleite próprio”. Os capangas “são o ponto de apoio dos cabos de eleição; sustentam suas opiniões, atordoam os adversários, intimidam-nos, dão coragem, força e energia aos partidários”.¹⁰³ Como afirmou Porto Alegre, alguns dias antes das eleições estes homens já se mobilizavam para os trabalhos que viriam. Em Jaguarão, por

¹⁰¹ SOUZA, Francisco Belisário Soares de. Op. Cit., p. 30.

¹⁰² PORTO ALEGRE, Aquiles. História Popular de Porto Alegre. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1994, p. 65.

¹⁰³ SOUZA, Francisco B. S. de. Op. cit., p. 31.

exemplo, nas vésperas dos pleitos, um juiz de paz escreveu ao Presidente da Província pedindo reforço policial contra “uma turma de homens da classe proletária, inclusive grande parte, a que se lhe não conhece ocupação alguma, vagando há mais de cinco meses acintosamente as ruas da cidade”.¹⁰⁴

Ao longo do processo eleitoral, mesários de todas as paróquias escreviam ao Presidente da Província para esclarecer diversas dúvidas, desde as mais complexas até as mais simplórias. Em 1876, em Alegrete, mandaram perguntar como se fazia para verificar a identidade dos votantes.¹⁰⁵ No mesmo ano, em Arroio Grande, um mesário indagava sobre o que fazer quando outro mesário se ausenta.¹⁰⁶ De Pedras Brancas, em 1861, um juiz de paz lamentava os seus equívocos nas eleições e confessava ao Presidente que os mesmos ocorreram porque ele e os mesários não conheciam as leis.¹⁰⁷ A partir destas cartas é possível considerar que as normas e leis emanadas da Corte (como a legislação eleitoral, por exemplo) chegavam com muita dificuldade nas paróquias. A burocratização dos pleitos era falha. No entanto, se por um lado as cartas demonstram a pouca informação e o isolamento destes aldeões, por outro, evidenciam a busca dos mesmos por informações vindas do Centro. Nesta relação entre o Centro e a periferia, em última instância, o poder de vencer as eleições sempre estava nas mãos dos líderes paroquiais e o presidente da província somente conseguia impor a sua vontade se alguma facção local o apoiasse. Eram nestes momentos que se abriam espaços favoráveis aos mediadores – os interlocutores mais aptos para efetuar esta comunicação. Este poder dos chefes paroquiais ajuda a entender porque, entre 1873 e 1877, quando todos os presidentes foram conservadores, os liberais tiveram vitórias esmagadoras em quase toda a Província, demonstrando ampla mobilização destes políticos de aldeia.

Se estas correspondências envolvendo mesários e presidentes demonstravam, em parte, um grande desconhecimento da legislação eleitoral entre os elementos locais, por outro, deixavam claras o quanto os mesmos dominavam as regras paroquiais, ou seja, as práticas não regulamentadas e que eram aprendidas ao longo do tempo. Algumas vezes, por exemplo, os juízes municipais escondiam os diplomas de votantes das facções contrárias¹⁰⁸, e em outras, os vereadores não enviavam os talões dos livros necessários para dar início aos pleitos.¹⁰⁹ Mas os juízes de paz eram os maiores protagonistas destas contendas, seja como denunciantes, seja como agentes denunciados, como foi o caso de um juiz que pegou todos

¹⁰⁴ Carta de 06.01.1861, Jaguarão, Fundo Eleições, maço 2, AHRS.

¹⁰⁵ Carta de 01.09.1876, Alegrete, Fundo Eleições, maço 1, AHRS.

¹⁰⁶ Carta de 21.10.1876, Arroio Grande, Fundo Eleições, maço 1, AHRS.

¹⁰⁷ Carta de 21.01.1861, Pedras Brancas, Fundo Eleições, maço 2, AHRS.

¹⁰⁸ Carta de 24.08.1876, Alegrete, Fundo Eleições, maço 1, AHRS.

¹⁰⁹ Carta de 01.09.1876, Alegrete, Fundo Eleições, maço 1, AHRS.

os títulos de eleitores da paróquia e negou-se a entregar para alguns homens.¹¹⁰ Os mesários, quando formavam uma minoria política, escreviam queixando-se de perseguição por parte da maioria da mesa.¹¹¹

Toda esta disputa era facilmente explicável, pois a vida das pequenas elites paroquiais dependia do resultado eleitoral, isto sem contar os empregos e favores que muitos perdiam e dos compromissos que estabeleciam com os candidatos e com os votantes. Conforme Aquiles Porto Alegre:

“É que o povo naquele tempo tomava um vivo interesse pelos seus homens políticos. De resto, havia dois fortes partidos que se combatiam, e tanto liberais como conservadores sabiam que a queda numa situação era uma calamidade para muitas famílias, que viam do dia para a noite os seus sem emprego e os seus lares sem pão, devido às célebres e tremendas “derrubadas” que haviam nas repartições”.¹¹²

Por isso, toda e qualquer estratégia era tentada para se vencer estas disputas. Em Estreito, foi “com o maior constrangimento” que a mesa paroquial escreveu ao Presidente da Província dizendo que alguns homens entraram de madrugada na Igreja, levando a urna pela torre.¹¹³ Em Conceição do Arroio, uma cédula trazia escrita a palavra “Tavares” sem que uma das letras “a” fosse fechada totalmente. Tal “descuido” do eleitor já foi o suficiente para que uma facção paralisasse tudo e, sob protestos, pedisse para que o voto fosse anulado ou contado em separado.¹¹⁴

No entanto, nem todas estas manifestações eram pacíficas. Uma seqüência de telegramas dos chefes políticos de Pelotas com o Presidente da Província, em 1878, revela toda a violência empregada nestas ocasiões. Primeiramente, o médico e deputado João Campello alertava: “Conflito na Igreja. Dr. Barcellos e Dr. Mendonça mandaram capangas assassinar os nossos amigos da mesa. Dr. Arruda ferido levemente, muitos de nossos amigos feridos. A urna foi salva, está guardada em caixa forte. Peço providencias à V^a Exc^a contra os mandatários do atentado de hoje”.¹¹⁵ No mesmo dia, o Dr. França Mascarenhas, genro do general Osório, informava: “Triunfo liberal, conservadores completamente derrotados na

¹¹⁰ Carta de 01.09.1876, Alegrete, Fundo Eleições, maço 1, AHRS. Sobre o poder político dos juízes de paz nas paróquias ver FLORY, Thomas. El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial, 1808-1871. México: Fondo de cultura economica, 1986.

¹¹¹ Carta de 17.05.1876, Alegrete, Fundo Eleições, maço 1, AHRS.

¹¹² PORTO ALEGRE, Aquiles. Op. cit., p. 65-66.

¹¹³ Carta de 08.07.1872, Estreito, Fundo Eleições, maço 1, AHRS.

¹¹⁴ Carta de 01.09.1876, Conceição do Arroio, Fundo Eleições, maço 1, AHRS.

¹¹⁵ Telegrama de 06.08.1878, Pelotas, Fundo Eleições, maço 2, AHRS.

urna, provocaram conflito a mão armada. Comandante do destacamento seriamente ferido, quatro praças feridos e uma morta e alguns cidadãos feridos. A ordem quase estabelecida”.¹¹⁶ A guerra continuava, a tensão tomava conta de todos e Campello telegrafava novamente:

“Os assassinos de ontem acoitaram-se em casa do Dr. Barcellos, onde há preparada resistência armada. A eleição continua regular. Temos 300 votos de vantagem. No 2º distrito fizemos 3/3. No 3º distrito ganhamos com 20 votos. Morreu um policial no conflito de ontem. O Comandante Cordeiro ferido gravemente pelos capangas de Barcellos. Escapei de 6 tiros e de uma punhalada. Havia ordem de me assassinar. O Arruda recebeu uma bala no ventre, que felizmente não penetrou por ter encontrado uma moeda no bolso do colete. Há mais 6 liberais feridos levemente. Estou doente de tanto gritar”.¹¹⁷

O tal Arruda citado na missiva era o advogado e deputado provincial Saturnino de Arruda – claramente um dos principais contendores. Estes telegramas demonstram que os grandes políticos da elite estavam diretamente envolvidos com os conflitos paroquiais, brigando corpo a corpo com capangas e policiais. O citado Dr. Barcelos era na realidade o médico Miguel Rodrigues Barcelos, também Barão de Itapitocaí. A riqueza de seu pai e de sua extensa família fez com que o mesmo fosse agraciado com as Comendas das Imperiais Ordens de Cristo e da Rosa e da Real Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa de Portugal. Além disso, ele também era Cavaleiro da Real Ordem da Águia Vermelha da Alemanha e Cavaleiro da Real Ordem da Coroa da Itália.¹¹⁸ Mas todos estes títulos eram esquecidos quando os cargos políticos estavam em jogo e o Doutor Miguel brigava sem o maior constrangimento entre os capangas e policiais.

A Lei Saraiva, ao diminuir drasticamente o número dos eleitores, também diminuiu a possibilidade destes conflitos mais violentos – o que era o desejo de todos os proprietários de terra, pois tais confrontos provocavam muitas perdas materiais. O fato é que por um curto período de tempo, a violência e as fraudes foram diminuindo para retornarem intensamente na República, uma vez que o eleitorado voltou a crescer.¹¹⁹

Antes da Lei Saraiva, como vimos, as eleições eram realizadas nas igrejas, o que não impedia que muitas atrocidades acontecessem dentro delas. Conforme Aquiles Porto

¹¹⁶ Telegrama de 06.08.1878, Pelotas, Fundo Eleições, maço 2, AHRs.

¹¹⁷ Telegrama de 07.08.1878, Pelotas, Fundo Eleições, maço 2, AHRs.

¹¹⁸ CARVALHO, Mario Teixeira de. Op. cit., p. 121.

¹¹⁹ Ver, por exemplo, CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia das Letras, 3.ª edição, 2000.

Alegre, “nesse dia elas abriam as suas portas para darem entrada ao diabo, que de fato ali se apresentava sob múltiplos aspectos, disposto sempre a rusgar e a armar baderna”.¹²⁰ Francisco B. de Souza disse que dentro dos templos se observava “o espetáculo de um pandemônio”. Nestas horas, eram “retiradas todas as imagens, os círios, os candelabros, tudo quanto podia converter-se em arma ou projétil durante uma luta à mão armada”.¹²¹

Certamente que toda esta violência era percebida pelos populares e setores médios da sociedade que sabiam dos riscos que corriam ao irem votar. Em Cachoeira, em 1863, cerca de 500 votantes deixaram de ir aos pleitos – uma proporção muito grande se comparado com as outras taxas de abstenção.¹²² No entanto, eles tinham motivo para temer as eleições locais, pois 3 anos antes, o maior chefe político do município, o ex-farrapo Antônio Vicente da Fontoura, havia sido assassinado dentro de uma igreja durante os pleitos. Às vezes, os próprios mesários recusavam-se a presidir os trabalhos alegando vários impedimentos. Em Caçapava, por exemplo, um membro da mesa escreveu ao Presidente da Província pintando uma imagem no mínimo engraçada do que estava ocorrendo:

“Achando-me impossibilitado de presidir a Mesa Paroquial para o processo da Eleição de Eleitores e estando até esta data sofrendo uma grande evacuação, motivo porque officiei ao meu imediato para presidir a mesma e esse se achando sofrendo um incomodo inurridial (sic) officiou ao terceiro que tendo chegado poucos dias antes do dia 30 de sua invernada no Estado Oriental, também se achava impossibilitado de montar a cavalo pela razão de duas fistulas e tendo officiado ao quarto este declarou-me em seu ofício datado de 30 de dezembro que tendo recebido do 3º juiz um ofício para presidir a mesa paroquial, também se achava impossibilitado pela razão de ter levado uma queda e ter-se ferido em um pé, portanto levo ao conhecimento de V^a Exc^a e fico esperando suas ordens”.¹²³

Passado o momento do voto, a apuração era acompanhada por todos os líderes, pois muitas vidas estavam em jogo. Centenas de telegramas eram responsáveis por manter estes bem informados. O modelo das cartas é quase sempre o mesmo: informando uma vitória tranqüila nas diversas paróquias e tecendo algumas considerações conforme os resultados. Em 1878, o candidato Ramiro Barcellos telegrafou ao Presidente: “Em Lavras os conservadores abandonaram a urna. Em Caçapava vencemos por grande maioria. Em Boa

¹²⁰ PORTO ALEGRE, Aquiles. Op. cit., p. 65.

¹²¹ SOUZA, Francisco B. S. de. Op. cit., p. 32.

¹²² Carta de 16.08.1863, Cachoeira, Fundo Eleições, maço 1, AHRS.

¹²³ Carta de 01.01.1861, Caçapava, Fundo Eleições, maço 1, AHRS.

Vista duvidosa (...).¹²⁴ No mesmo ano, João Campello telegrafava também ao Presidente relatando: “Corre bem a eleição na Cidade e no 2º distrito Liberais tem até agora 107 votos de vantagem na cidade. No 2º distrito faremos 3/3. Há perigo no 2º distrito daonde não tenho notícias”.¹²⁵ Como tais pleitos eram disputadíssimos, as vitórias eram comemoradas com muita festa pelas facções. Conforme Aquiles Porto Alegre:

“Toda a cidade se movimentava. As ruas enchiam-se de gente. Depois vinham as manifestações de regozijo, e uma eleição ganha era festejada dias e dias com banquetes e rega-bofes, conforme a espera onde se fazia a festa. Muitos indivíduos pobres eram nesses dias vestidos da cabeça... aos pés pelos “trunfos” eleitorais e outros ricos, mas “forretas”, só tiravam da área a roupa de ver a Deus – para irem votar”.¹²⁶

Pode-se argumentar que para alguns votantes o evento era de fato uma verdadeira festa religiosa, pois se rezava missa antes e depois dos pleitos. Além disso, fica evidente que as facções e grupos que se uniam nestes dias apenas confirmavam compromissos construídos ao longo do ano ou de uma vida. Conforme Francisco Belisário de Souza:

“Numa eleição fortemente disputada (...) de toda a parte o povo em grupos concorre para a igreja. Ao lado desta, cada um dos partidos tem o seu barracão (expressão técnica) onde se regalam a fartar os seus votantes com as iguarias e bebidas de sua predileção. Não é de esperar que estas freqüentes libações predisponham os espíritos de tais fregueses ao entrar na igreja do mesmo modo que as aspersões e água benta em outras ocasiões (...) O votante divide-se em várias categorias: ou é agregado, ou dependente de certo indivíduo em cujas terras vive; ou é mais ou menos independente e baldio. Se inspira bastante confiança àquele com quem vota, vai livremente à igreja, entra, vota, come, bebe e embriaga-se livremente. Se é acostumado ou suspeito de traficar com o voto, não o deixam só enquanto não tem votado”.¹²⁷

Se por um lado os populares arriscavam suas vidas como votantes e capangas, por outro, homens ricos e bacharéis esperavam ansiosos a apuração dos votos e a consagração de sua facção. Para que tudo desse certo, era necessário um meticuloso planejamento, negociado dia após dia, como veremos a seguir.

¹²⁴ Telegrama de 05.08.1878, Cachoeira, Fundo Eleições, maço 1, AHRS.

¹²⁵ Telegrama de 05.08.1878, Pelotas, Fundo Eleições, maço 2, AHRS.

¹²⁶ PORTO ALEGRE, Aquiles. História Popular de Porto Alegre. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1994, p. 65-66.

¹²⁷ SOUZA, Francisco Belisário de. Op. cit., p. 34.

2.3 – “Das cartas do Barão ao diário de um deputado”: as negociações entre os candidatos e os eleitores

Se até mesmo os votantes não eram totalmente confiáveis, entre os eleitores, indivíduos com maiores posses e, portanto, maior autonomia, a desconfiança certamente aumentava. Para que tudo corresse bem era preciso que o candidato estabelecesse alianças seguras com estes homens. O Arquivo Particular do fazendeiro Diniz Dias, o Barão de São Jacob, contém diversas correspondências que ajudam a evidenciar as negociações entre os eleitores e os candidatos.¹²⁸ O Barão era um fazendeiro no município longínquo de Cruz Alta – há mais de 450 km da capital. Filiado ao Partido Liberal e Comandante Superior da Guarda Nacional na região, o seu apoio era fundamental para qualquer candidato. A maioria das correspondências é passiva e seu teor é estritamente político, revelando como se davam as relações da capital da província – principal núcleo do Partido Liberal e sede do jornal *A Reforma* – com as paróquias locais.

Em maio de 1881, por exemplo, o advogado Antônio Antunes Ribas, o mesmo que aterrorizou Piratini recrutando menores para a Marinha, como vimos anteriormente, escrevia ao Barão:

“Sou, como sabe, candidato por esse 2.º distrito, por isso peço que quanto antes consulte aos nossos amigos daí e da Palmeira para que digam se aceitam ou não a minha candidatura. Tenho urgência na resposta e sem ela não me apresentarei pela imprensa. aguardo sua contestação. Depois que eu publicar o meu manifesto tenciono ir correr o círculo (...). Hoje, mais que nunca careço do seu valioso auxílio”.¹²⁹

O pedido do advogado Ribas visava às eleições para a Câmara dos Deputados onde o mesmo acabou sendo eleito. O Rio Grande do Sul tinha direito a 6 cadeiras e ele foi o único representante da região serrana a eleger-se entre 1868 e 1889. Antônio Ribas era natural de Santo Ângelo, município próximo ao de Cruz Alta, e ao que parece já conhecia o Barão. Mas o fato de pedirem votos também na imprensa demonstra que as eleições não eram um simples teatro, cujo resultado já se conhecia de antemão. O apoio dos proprietários de terra era algo difícil de ser conquistado e, como veremos, exigia promessas e retribuições dos candidatos.

¹²⁸ O Arquivo do Barão de São Jacob encontra-se sob a guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul no fundo Arquivos Particulares.

¹²⁹ Carta de Antônio Antunes Ribas ao Barão de São Jacob. Porto Alegre, 19.05.1881. ABSJ-AHRS.

Anúncios e pedidos de voto nos jornais da Corte nos ajudam a demonstrar como funcionava este “mercado” eleitoral. Eis um pedido típico:

“Tendo o meu obscuro nome sido incluído no n.º dos candidatos a deputação provincial do Partido Conservador, a que pertenco, venho solicitar a generosa proteção do brioso corpo eleitoral a favor da minha candidatura. Na falta quase absoluta de títulos que me recomendem, só tenho a exhibir em prol de minha aspiração alguns pequenos serviços que tenho consciência haver prestado nos três biênios consecutivos em que ocupei uma cadeira na Assembléia Provincial (...). Não apresento programa e nem mesmo comprometer-me posso a fazer que sejam convertidas em leis as medidas reclamadas ao engrandecimento de nossa província em que nasci e tenho residência e os anais legislativos estão aí para atestar a minha constante adesão aos projetos de utilidade pública sem reparar de que bancadas partiram eles, pois entendo que quando trata-se do bem comum devemos sofrer as paixões políticas. Não podendo, por motivos estranhos à minha vontade, dirigir-me a cada um dos srs. Eleitores, sirvo-me deste meio para pedir-lhes que nos últimos lugares de suas listas escrevam o meu nome, e espero em Deus que lhes não darei ocasião de arrepende-se deste ato de benevolência”.¹³⁰

Retornando à análise das missivas enviadas ao Barão de São Jacob, é possível identificar que indivíduos que não o conheciam também pediam o seu apoio. Em setembro de 1881, Ramiro Barcellos escreveu ao fazendeiro:

“Não tenho o prazer de conhecer pessoalmente V. S.^a, mas a muito tempo que estou acostumado a considera-lo como um dos poucos filhos desta terra que tem sabido manter a legendária altivez de caráter e o acrisolado patriotismo de outras eras (...) Apresento-me candidato pelo 6.º distrito em competência com o Dr. Felisberto Pereira da Silva, que é imposto ao eleitorado pelo conselheiro Silveira Martins. Se V. S.^a não me julga menos digno do que o meu contendor; se julgar que mais mérito tem que procura apoiar-se na consciência do eleitorado do que quem o considera gado votante e a mercê dos caprichos levianos de um ditador, espero que prestará o seu valioso concurso para que eu consiga um lugar na representação nacional”.¹³¹

Desta vez, o remetente não se elegeu, talvez pelos comentários que teceu a Silveira Martins. É importante verificar que ele usa o termo “votante” como pejorativo, tentando

¹³⁰ Pedido de João Batista Pinto ao eleitorado de Minas Gerais. Impresso no Jornal do Commercio. Rio de Janeiro. 16.01.1878, p. 3. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

¹³¹ Carta de Ramiro Barcellos ao Barão de São Jacob. Rio Jacuhy, 17.09.1881 (ABSJ-AHRS).

mostrar ao fazendeiro o que ele representava para Silveira. Cabe destacar, também, que o Barão era chefe político no 2.º distrito e não no 6.º como pedia Ramiro. Tal missiva demonstra que a influência dos estancieiros podia ultrapassar os seus respectivos distritos e os próprios candidatos o sabiam: “Sei que V. S.^a me poderia garantir uma boa votação em São Martinho se interviesse a meu favor perante os amigos que ali tem, como o Cel. Serafim e outros”.¹³²

Se o Barão era muito requisitado nas eleições gerais, nos pleitos provinciais os pedidos a ele se multiplicavam, uma vez que o número de deputados era maior. Em telegrama de janeiro de 1883, novamente Antônio Ribas fazia a intermediação entre a direção do Partido na capital e o apoio do fazendeiro:

“Conto certo ser reconhecido deputado pela Assembléia; grandes conveniências políticas exigem que em lugar de um representante nós tenhamos 3, assim peço com empenho votação Cruz Alta, Nonohay, Soledade para Ten. Cel João Pinto da Fonseca Guimarães; e da Palmeira toda para Dr. Arsênio G. Marques. João Pinto terá mais votação Conceição Arroio, dissidentes Passo Fundo, São Francisco; Arsênio terá Lagoa Vermelha, Torres, São Francisco. Faz-se há Vacaria quando pudermos para [queimado]. Fica reduzido Prestes à Passo Fundo, [queimado] Deste modo vitória [queimado]”.¹³³

Cada um dos 6 distritos tinha direito a eleger 5 representantes. Os 3 nomes propostos por Ribas elegeram-se o que nos induz a pensar que o Barão apoiou os candidatos. As outras 2 cadeiras foram preenchidas pelo fazendeiro Evaristo Teixeira do Amaral e o advogado Antônio Caetano Seve Navarro – ambos conservadores. Mas nas eleições para o Senado, o apoio do Barão também era fundamental. Em setembro de 1879, José Antônio Corrêa da Câmara, o Visconde de Pelotas, recorria ao fazendeiro serrano:

“Tive o prazer de receber sua carta de 8 deste mês, agradecendo-lhe cordialmente a prova que me dá de se não haver esquecido do camarada que tanto o apreciou na campanha do Paraguai. Sei que goza aí de legítima influência e que seu prestígio pode dar-nos em um futuro,

¹³² Carta de Ramiro Barcellos ao Barão de São Jacob. Rio Jacuhy, 17.09.1881. ABSJ-AHRS. O 2.º distrito era formado pelos seguintes municípios: Conceição do Arroio, Torres, São Francisco de Paula, Santo Antônio da Patrulha, Vacaria, Lagoa Vermelha, Cruz Alta, Passo Fundo, Palmeira e Soledade. O 6.º distrito por: São Jerônimo, Triunfo, Taquari, Santo Amaro, Estrela, Rio Pardo, Santa Cruz, Santa Maria, São Sepé e Cachoeira. São Martinho era uma paróquia de Santa Maria e em 1882 contava com 213 eleitores (Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul de 14.01.1882, p. 10-12 (AHRS)).

¹³³ Telegrama de Antônio Antunes Ribas ao Barão de São Jacob. Porto Alegre, 02.01.1883. ABSJ-AHRS.

que não estará longe, a vitória eleitoral nesse baluarte dos conservadores; assim, pois, não abandonem a qualificação, nem se deixem esbulhar sem protestos de seus direitos. Sou com particular estima de V. S.^a, patrício, amigo e criado”.¹³⁴

O documento revela que o Barão já havia escrito para o Visconde alguns dias antes. O que teria dito a ponto de deixar tão animado o general porto-alegrense? Uma outra correspondência enviada da Corte para o Barão pode nos ajudar a esclarecer: “Peço a V. S.^a licença para expender minha opinião a respeito da chapa que se deve organizar”. A carta trazia a lista tríplice dos candidatos ao Senado que eram: Visconde de Pelotas, Luis da Silva Flores e Gaspar Silveira Martins. O remetente era nada mais, nada menos que o general Osório, na ocasião Ministro da Guerra, que concluía: “Estimarei que esta minha opinião mereça a aprovação de V. S.^a e de nossos amigos”.¹³⁵ Provavelmente, a carta que o Barão escrevera à Pelotas fosse referente ao apoio a sua candidatura. Na disputa com Silveira Martins e com o Dr. Flores, o Visconde de Pelotas ficou em primeiro lugar e foi escolhido na lista tríplice pelo Imperador. Osório faleceria um mês após redigir a carta, sem ver seu camarada ocupar a cadeira senatorial. Também fica evidente nesta carta que as solidariedades construídas nos campos de batalha ajudavam na hora das eleições. Somente no Rio Grande do Sul, um militar venceria um advogado e um médico em eleições tão disputadas.

Mas nem sempre estas negociações políticas davam certas. Em uma carta sem data, mas escrita na década de 1870, Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro, o Barão de São Borja, escreveu ao Doutor Israel Rodrigues Barcelos pedindo apoio político para sua facção e não deve ter gostado da resposta que recebeu: “Estou arredado da infernal política: devo ter contigo a maior franqueza (...) lembra-te de que enquanto fui candidato, nunca te importunei, nem por mim nem por nenhum dos meus companheiros”.¹³⁶

Quando um estancieiro garantia a eleição de um deputado, este certamente ficava lhe devendo favores. Estas redes sociais estavam presentes em todas as trajetórias parlamentares, uma vez que nenhum deputado chegava sozinho à Câmara. Em novembro de 1849, por exemplo, o deputado Cruz Secco escrevia a Osório: “De muito bom grado abracei todas as suas bem pensadas e justiceiras indicações no bem do nosso país e patrícios, etc., etc. Na Câmara farei quanto em mim couber para ver realizadas as suas e as minhas esperanças e ali aguardo todas as ordens e qualquer benéfica intervenção que lhe ocorra

¹³⁴ Carta do Visconde de Pelotas ao Barão de São Jacob. Porto Alegre, 25.09.1879. ABSJ-AHRS.

¹³⁵ Carta do Marquês do Herval ao Barão de São Jacob. Rio de Janeiro, 11.09.1879. ABSJ-AHRS.

¹³⁶ Carta de Israel Barcelos ao Barão de São Borja. Pelotas, sem data. Carta 1, Pasta 42, Lata 446. Arquivo particular do Barão de São Borja - IHGB.

(...)”¹³⁷ O não cumprimento das promessas podia desencadear muitos conflitos. Em abril de 1861, por exemplo, muitos estancieiros queixaram-se a Osório que o jovem deputado Félix da Cunha não lhes respondia as cartas e pedidos, o que obrigou Félix a dar satisfações:

“Notei, não sei se com razão, que V. Ex. tratando-me de um modo mais sério do que costuma, quis me fazer sentir o seu ressentimento por falta de cartas minhas. Essa falta eu não a nego. Porém se V. Ex. me não conhece teria ocasião para ofender-se, mas, sabendo o quanto lhe devo, e quanto o amo e considero, não deveria aumentar em mim a dor que me causa essa falta, com a dor de o supor molestado (...). Estou em falta com todos os nossos amigos. E sempre receei que acontecesse o que está acontecendo, que me interpretasse mal, e julgassem da minha gratidão e amizade pelos terríveis indícios de um silêncio que a ninguém é mais doloroso do que a mim. Espero pois que V. Ex. não só me desculpará, como ainda servirá de meu advogado contra as queixas de nossos amigos”.¹³⁸

Félix da Cunha nunca mais foi eleito à Câmara dos Deputados, o que demonstra o poder dos estancieiros. Estas cobranças eram correntes, porque envolviam confiança e lealdade entre políticos e estancieiros. Quando um pedido era recusado ou uma carta não respondida, os acordos implícitos pareciam estas sendo quebrados. Foi neste sentido que mencionamos que os indivíduos de uma rede social possuíam um amplo conhecimento sobre as normas e regras que possibilitavam a duração da mesma. Conforme Zacarías Moutoukias, os membros de uma rede “tendem a estabelecer um consenso acerca das normas e a exercer uma pressão constante, informal, uns sobre os outros, para que todos se adequem às mesmas”.¹³⁹ Neste sentido, as redes políticas subsistiam porque uma série de alianças diádicas minavam e sustentavam o seu interior. Uma carta de Osório para Félix deixa isto mais claro:

“Os influentes do distrito de Alegrete não me dão esperanças de sua eleição. O Mello, da Cruz Alta, respondeu-me que muito simpatiza com V. S., mas, que não podia servir-me, com pesar, por estar há muito comprometido com o Afonso Pereira (...) O Fernandes, que

¹³⁷ Carta de Joaquim José da Cruz Secco a Manoel Luis Osório. 23.11.1849 (OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 451)

¹³⁸ Carta de Félix da Cunha a Manoel Osório. Rio Grande, 20.04.1861. (OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 671).

¹³⁹ MOUTOUKIAS, Zacarías. *Redes personales y autoridad colonial: los comerciantes de Buenos Aires en siglo XVIII*. (Tradução de Maria Carolina Zapiola do original da *Revista Annales. Histoire, Sciences Sociales*. Paris: Mai-Jun, 1992, para fins didáticos). Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2004, p. 12.

deve vencer em São Borja, e os Ribeiro, de Alegrete, são do Pinheiro, e creio que levam de suplente o Feliciano (...). O Canabarro diz-me – que ele e seus amigos na maior parte simpatizam com V. S., mas, que não pode ser aceita a sua candidatura e que ele está ainda em minoria e vacilante entre a escolha de um dos três candidatos.”¹⁴⁰

A carta ajuda a revelar que cada estancieiro, juntamente com seus amigos e parentes, possuía uma espécie de comprometimento pessoal com o seu candidato, o que dava maior sustentação à rede política. Trocar de candidato podia ser visto como traição e todo este apoio prévio precisava ser retribuído pelo deputado em caso de vitória. Neste sentido, não é possível considerar que esta elite política apresentasse uma autonomia com relação aos conflitos paroquiais. Richard Graham concluiu, a partir de correspondências semelhantes em estilo com as citadas acima, que os fazendeiros detinham o controle do Estado Imperial. Não é possível simplificar estas relações de tal forma, mas não se pode negar que o resultado das eleições estava realmente nas mãos dos estancieiros, seus amigos e parentes.

No entanto, neste processo de formação de alianças, não somente as cartas eram utilizadas. As palestras e encontros pessoais eram fundamentais para reforçar as possíveis redes sociais e troca de favores. Vimos na correspondência do Dr. Ribas ao Barão de São Jacob que o mesmo candidato só iria correr o círculo e lançar sua candidatura na imprensa se o fazendeiro o apoiasse. Mas como era “correr o círculo”? Um Diário escrito por um candidato em 1856 ajuda a revelar tais procedimentos. Luis Alves de Oliveira Bello relatou a sua saída de Porto Alegre em direção à Uruguaiana, na fronteira com os países platinos, pedindo votos para os principais fazendeiros do norte da Província. Basta declarar que o candidato, ao final desta “excursão eleitoral” – como ele chamou – elegeu-se um dos seis deputados gerais, demonstrando a eficácia da viagem.¹⁴¹

Em resumo, no Diário, Luis Bello relata todos os lugares por onde passou, os fazendeiros que visitou e os locais onde pernitoiu, entre outros detalhes. Quando se estabelecia em uma casa, recebia muitas visitas das autoridades locais e dos párocos e, às vezes, saía a pé passeando pelas vilas para conhecer os eleitores. Em Cachoeira, por exemplo, o Coronel Portinho deu muitas cartas de recomendação para ele levar aos locais por onde passava, além de alguns cavalos para o longo percurso, prática comum de muitos

¹⁴⁰ Carta de Manoel Osório a Félix da Cunha. Bagé, 02.05.1860. (OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 666-667).

¹⁴¹ *Diário de uma excursão eleitoral feita pelo Dr. Luis Alves de Oliveira Bello ao deixar a presidência da província do Rio Grande do Sul afim de candidatar-se para deputação geral – agosto de 1856* in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IHRGS. Ano XX, III Trimestre, n. 79, setembro de 1949.

fazendeiros ricos, enquanto suas esposas lhe presenteavam com doces para a viagem. Em troca, Luis Bello prometia reformar as capelas, os cemitérios e ouvia todas as queixas destas pessoas.

Também é interessante perceber que as recomendações muitas vezes eram feitas a parentes que moravam em municípios vizinhos. Um padre recomendou a casa de uma irmã num outro município e Bello aceitou o convite. O cunhado de Antônio Pinheiro Machado o acompanhou em Cruz Alta, indicando a casa de outro cunhado do referido político para que Bello passasse a noite. O Coronel Portinho indicou a casa do seu pai, “um velho de numerosa família”, para onde Bello se deslocou. Os estancieiros escreviam-se avisando sobre a visita e pedindo cavalos para o candidato seguir a viagem, revelando uma prática que já devia ocorrer em épocas não eleitorais. No dia 26 de Agosto, por exemplo, Bello chegou na fazenda de Francisco de Castilhos, homem de bastante fortuna, que lhe passou alguns cavalos do Portinho que há algum tempo estavam na sua fazenda.¹⁴²

O alto grau de parentesco entre os habitantes das pequenas paróquias também merece ser destacado. Cunhados, primos, filhos, genros, sogros e tios conviviam com Bello, demonstrando como estas elites locais estavam amplamente interligadas por parentesco – todos orbitando em torno de ricos fazendeiros (geralmente oficiais da Guarda Nacional). Neste sentido, os comentários que o candidato faz também são reveladores do papel dos estancieiros e chefes de extensas famílias e da importância do seu apoio nas eleições: o Coronel Valença, “homem mais influente deste lugar”, Antônio Vicente da Fontoura, “pessoa de minha amizade e de primeira influência no lugar”, o Subdelegado, “pessoa muito influente”, entre outros.

Em São Borja, Bello acompanhou as eleições para juiz de paz e vereador anotando no seu diário que havia “muita gente na vila”. Em outra ocasião ele observou como as eleições mobilizavam as pessoas. Ainda em São Borja, Bello foi assistir a uma parada do então Brigadeiro Manuel Luiz Osório que comandava 600 homens. Nesta ocasião, recebeu a visita do tabelião, do juiz de paz, do padre e de outras autoridades paroquiais. Após freqüentar um baile, pernoitou na casa de Osório e ouviu muitas queixas da população com relação ao atraso e a precariedade do serviço dos correios. Em Cruz Alta, Bello também hospedou-se na casa do sogro do fazendeiro Diniz Dias, o futuro Barão de São Jacob que vimos anteriormente. Ali recebeu visitas dos líderes de Passo Fundo que lhe asseguram a sua vitória naquela paróquia. Em 3 de Setembro ficou na casa de Antônio Antunes, pai do

¹⁴² Ambos, no entanto, nem imaginavam que o filho do fazendeiro Castilhos, de nome Júlio, que aliás nem havia nascido ainda, viria a ser um dos maiores líderes políticos brasileiros no século XIX.

advogado e deputado Antônio Ribas que, nesta época, ainda era um menino de 13 anos. Este fazendeiro casou sua filha com um dos filhos de Antônio Pinheiro Machado – chefe progressista e um dos políticos de maior prestígio no norte da Província.

Muitos estancieiros garantiram apoio ao candidato, como Francisco de Paula e Silva, futuro Barão de Ibicuí, que sobre a sua candidatura, “assegurou que ela é abraçada em todo o município”. Em Uruguaiana, Bello foi recebido com foguetes pelo presidente da Câmara, Feliciano Ribeiro de Almeida, de família bastante prestigiosa na região da campanha. Entretanto, em Itaqui, Bello enfrentou dificuldades. O viajante identificou duas facções na pequena “aldeia”: a do Coronel Lago e a dos irmãos Loureiro e concluiu: “Se vencer o partido do Coronel Lago, eu terei sem dúvida os votos todos; se vencer, porém, o partido dos senhores Loureiros, não serei tão feliz: obterei quanto muito a maioria”. Acreditava Bello que suas “relações de amizade” com Osório e Lago causariam a perda da “confiança de alguns membros do outro partido”. Antes de ir embora da cidade, Bello escreveu: “Depois de algumas ligeiras explicações com o Tenente Coronel Ferz, e de haver conversado com todos os outros; depois em fim de me terem comunicado, e compreendido melhor, todos estes homens mostraram-se e confessaram-se dispostos a apoiarem a minha candidatura. Creio que não me faltarão”. Esta última frase não expressa uma total confiança de Bello e deixa claro que era preciso desconfiar de todos. Além disso, fica evidente que as facções paroquiais confundiam-se com as famílias, como os Lago e os Loureiro, por exemplo.

Entretanto, chegado o dia das eleições, como estes eleitores votavam? Seguiam eles as chapas de candidatos distribuídas pelas paróquias e publicadas na imprensa? Eles possuíam liberdade para trocar de candidato? Certamente é impossível penetrar na mente deles, mas ao menos, alguns vestígios nos possibilitam chegar perto destas práticas eleitorais. Francisco Belisário, citado anteriormente, referiu-se a dois tipos de votantes: os vigiados (que traficavam com o voto) e os não vigiados (que entravam livres e seguros na igreja). Muito embora, em alguns municípios, o número de votantes ultrapassava mil pessoas, os eleitores, às vezes, não passavam de vinte. Observando com muita minúcia a segunda fase das eleições, ou seja, quando os eleitores escolhiam deputados e senadores, foi possível descobrir alguns aspectos imperceptíveis numa análise mais macro. Por algum infortúnio da vida, alguns eleitores atrasavam-se no dia das eleições e, portanto, seus votos eram tomados em separado. Hoje, tais infortúnios acabam servindo de maneira preciosa ao historiador mais atento. Neste caso, ao observarmos a leitura da cédula depositada por estes eleitores atrasados, fica evidente um comportamento não esperado por nós: alguns deles, ao invés de

votarem nos deputados de um mesmo partido, distribuía sua escolha entre ambas as facções.

Em Canguçu, por exemplo, o eleitor Antônio Vicente Borges teve sua cédula apurada em separado e os escrutinadores revelaram que o mesmo havia votado em Pinheiro Machado, Emílio Barrios, Augusto Medeiros, Jayme Couto, Francisco Miranda, Egídio Itaquí, Silvestre Nunes, etc. Ou seja, a lista reunia candidatos conservadores, liberais e progressistas.¹⁴³ Outro exemplo foi encontrado em Cruz Alta, quando dois eleitores votaram em candidatos da Liga e da Contra-Liga.¹⁴⁴

Ao perceber este fenômeno, passamos a observar novamente as atas de apuração das eleições, contando quantos votos os candidatos haviam recebido. Sabe-se que cada um dos partidos apresentava uma chapa pronta de candidatos. Se os eleitores obedecessem fielmente os partidos, ou para ser mais claro, se eles fossem com a chapa pronta na hora do voto, os números da apuração seriam exatos. Mas isto parece não ter sido a regra. Tomamos como exemplo um caso concreto. Em 1866, Bagé e Dom Pedrito formavam um colégio eleitoral com 17 eleitores. No dia da eleição foram apuradas 17 cédulas com 15 votos cada (que correspondia aos 15 deputados que cada eleitor podia escolher para o seu distrito). Se dos 17 eleitores, 10 fossem liberais e 7 conservadores, por exemplo, cada um dos 15 candidatos do seu respectivo partido receberia exatamente este número de votos, ou seja, os 15 liberais receberiam 10 votos e os 15 conservadores 7 votos. No entanto, as atas revelam o contrário. Nesta eleição de Bagé e Dom Pedrito 2 candidatos receberam 17 votos, sendo um conservador e o outro liberal, o que revela que todos os eleitores votaram em ambos. O restante dos votos foi distribuído desigualmente entre deputados de partidos diversos, sugerindo que candidatos de partidos opostos foram votados numa mesma cédula.¹⁴⁵

Somando este caso aos anteriores pode-se supor que estes eleitores possuíam uma relativa autonomia para votar, podendo não seguir estritamente as chapas espalhadas pelas paróquias ou divulgadas pelos partidos na imprensa, mas sim, aqueles candidatos em que os mesmos estabeleciam um tipo de aliança eleitoral ou escolhiam por admiração pessoal. Pode-se dizer ainda que os mesmos podiam trocar de candidato às vésperas das eleições dependendo da intensidade de suas alianças. Esta margem de escolha considerável certamente preocupava os candidatos e as elites locais, que desejavam obter um controle absoluto sobre os eleitores e afastar a massa pobre dos pleitos. Neste sentido, a Lei Saraiva

¹⁴³ Carta de 22.11.1863, Canguçu, Fundo Eleições, maço 1, AHRS. O mesmo fenômeno se repete na mesma cidade em 23.04.1866, conforme a ata contida no mesmo Fundo Eleições.

¹⁴⁴ Carta de 08.01.1852, Cruz Alta, Fundo Eleições, maço 1, AHRS.

¹⁴⁵ Carta de 23.04.1866, Bagé, Fundo Eleições, maço 1, AHRS.

recebeu o apoio de muitos homens que queriam diminuir consideravelmente o corpo de votantes e abrir o caminho para o exercício de uma maior influência sobre a população local. Um dos principais pontos da cartilha reformista era burocratizar os pleitos. Mas os débeis braços do governo central eram capazes de fiscalizar as eleições nas paróquias?

2.4 – “Vítimas ou Algozes”: a tentativa de burocratização dos pleitos

A Lei Saraiva, no entanto, não pode ser vista apenas como uma lei eleitoral. Ela foi um reflexo da crescente burocratização do Estado Imperial, cuja década de 1870 apresentou um forte avanço. A Lei da Guarda Nacional, em 1873, enfraqueceu a instituição definindo melhores regras de recrutamento, assim como a Lei do Recrutamento Militar, de 1874. Ambas, entre outros objetivos, buscavam eliminar a perseguição posta em prática nas eleições. A Lei de reforma do Judiciário em 1871 definiu um melhor plano de carreira aos magistrados, que cada vez ganhavam mais importância na sociedade brasileira, não como políticos, mas sim como juizes. Em 1873, a Corte criou mais Tribunais de Relação em outras províncias oferecendo muitas vagas àqueles que sonhassem com uma desembargadoria.

Estes magistrados, que passaram a presidir as juntas de alistamento militar, receberam também, em 1881, a função de organizarem o alistamento eleitoral.¹⁴⁶ A introdução dos mesmos nesta função chave não foi bem vista por alguns homens da elite política da Corte. As emendas que instituíram a magistratura como qualificadora foram propostas principalmente pelo Barão de Cotegipe, relator da Comissão de Constituição do Senado. Estrategicamente, Cotegipe aceitou alguns pontos do projeto do governo, imprimindo-lhe em troca esta e outras novas emendas. Como a reforma precisava ser aprovada as pressas, o Ministro e Senador José Antônio Saraiva não se opôs e os ataques ao artigo 6.º, que colocava a qualificação nas mãos dos magistrados, foram encabeçados por poucos senadores. Silva Carrão, Fernandes da Cunha, Mendes de Almeida, Cristiano Ottoni e o Visconde de Jaguaribe, magistrado e conservador como Cotegipe, condenaram as emendas. Mas nenhum opositor exaltou-se tanto quanto o liberal José Bonifácio. Nos dias 10, 11 e 15 de novembro, o “Júpiter da eloquência”, como era chamado, disparou seus três primeiros discursos contra a proposta. Ele condenava a “magistratura onipotente” e dizia que o

¹⁴⁶ Ainda pode-se acrescentar a sua importância dentro do contexto emancipacionista pós-Lei do Ventre Livre, pois sabe-se que advogados e juizes protagonizaram muitos episódios de manifestação abolicionista nesta época (Ver, por exemplo, PENA, Eduardo Spiller. Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos, Escravidão e a Lei de 1871. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001).

“principal violador da Reforma Eleitoral de 1875 foi o magistrado”.¹⁴⁷ Para ele, “a história de nossas lutas eleitorais não favorece a opinião daqueles que vêm na magistratura uma garantia da fiel execução das leis nesta matéria”.¹⁴⁸

Os discursos de Cotegipe, ao defender as suas emendas, evidenciavam um acordo com Saraiva para apoiar a causa liberal em troca de alguns princípios conservadores. Conforme Carvalho, os liberais não confiavam na magistratura togada, pois a mesma era dependente do governo.¹⁴⁹ O liberal Visconde de Sinimbu, em 1875, já havia manifestado a aversão do seu partido contra a proposta do governo de inclusão da magistratura na qualificação eleitoral. Ele não acreditava que o Poder Judiciário pudesse ser garantia contra as fraudes: “os magistrados podem ser removidos, colocar juizes expostos aos ódios de partido é perigoso, pois se tornarão suspeitos. Pode também despertar neles um desejo ou ambição de se coligarem e formarem uma oligarquia terrível”.¹⁵⁰ Naquela ocasião, os liberais não conseguiram a eleição direta, mas impediram os conservadores de incluir a magistratura na qualificação.¹⁵¹ Bonifácio também temia essa “oligarquia terrível”. Dizia que “se os interesses não se contrabalançassem, se as ambições não contrariassem as ambições, se a honestidade não fosse um obstáculo a uma liga geral, a magistratura associada podia fazer os parlamentos e até modificar o Senado!”. Para ele, com a nova lei, as Relações espalhadas pelas capitais comandariam “o exército disciplinado dos juizes, dos escrivães e dos oficiais de justiça”.¹⁵²

Mas seu ataque era principalmente contra os juizes de direito e os juizes municipais. Bonifácio considerava que eles usurpariam o poder legítimo das juntas paroquiais, verdadeiro “elemento popular” e únicas capazes de qualificar os eleitores, porque, para ele, a paróquia “era o foco primeiro onde se alimenta a consciência do cidadão e aquece o coração do homem”. Ele não aceitava a intervenção desta “peneira judiciária”, pois era “difícil compreender a necessidade de tantos filtradores para o voto, em um país cujo mal crônico é a indiferença”. Bonifácio acreditava num futuro complicado para o juiz brasileiro: “Vítima ou algoz, sua posição é mais do que precária; se ganhar as batalhas políticas, há de trazer dos

¹⁴⁷ Ele referia-se a inclusão de desembargadores e juizes de direito como órgãos recursais na qualificação eleitoral das juntas paroquiais.

¹⁴⁸ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Discursos Parlamentares (Seleção e introdução de Francisco de Assis Barbosa). Brasília: Câmara dos Deputados, 1979, p. 134.

¹⁴⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania: tipos e percursos*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, n. 18, 1996.

¹⁵⁰ LEITE, Beatriz W. de Cerqueira. O Senado nos anos finais do Império: 1870-1889. Brasília: Senado Federal, 1979, p. 102.

¹⁵¹ Cabe apenas destacar que este debate se fundamentava unicamente em princípios ideológicos. Na prática, conservadores e liberais usavam como bem entendiam a magistratura para favorecer suas facções.

¹⁵² ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Op. Cit., p. 142; 151.

combates a toga rota ou manchada!”. Para ele, o envolvimento dos magistrados nos pleitos provocaria a perda de toda a “pureza que deve constituir a principal qualidade do verdadeiro juiz”.¹⁵³

Os discursos de Bonifácio foram propositadamente ignorados por Saraiva e pela maioria dos senadores presentes que não queriam atrasar a aprovação da reforma com longas discussões. Saraiva cooptara o apoio da bancada rio-grandense ao apoiar a elegibilidade dos acatólicos – desejo de Silveira Martins. A “Lei Saraiva” acabou consagrando o Senador baiano devido ao equilibrado processo eleitoral no final daquele ano, onde quase não houve reclamações contra fraudes e violências.¹⁵⁴ Contudo, as eleições posteriores fracassaram e a monarquia findou antes que uma nova solução fosse encontrada.¹⁵⁵

Com a Lei Saraiva, dezenas de magistrados viram sua importância política ascender ainda mais na sociedade brasileira. Entretanto, qual foi a reação deles e das elites paroquiais diante da nova Lei? Este certamente seria um objeto de pesquisa interessante, mas não possuímos fôlego suficiente para responder totalmente esta pergunta no presente trabalho. Buscaremos, no entanto, apontar alguns caminhos e direções para pesquisas posteriores. Para isso, cremos ser necessário investir num exercício de micro-análise que dê conta destas interações sociais entre os agentes do Estado centralizador (os magistrados) e os elementos paroquianos (os eleitores). Analisaremos um período específico (1881-1889) e um único município (Camaquã), visando uma melhor compreensão destes fenômenos novos para aquela sociedade local.¹⁵⁶ Entre 1881 e 1889, encontramos 57 processos de alistamento eleitoral, envolvendo 53 requerentes.¹⁵⁷ Portanto, trata-se de uma amostragem, já que de

¹⁵³ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Op. Cit., p. 134; 140; 142; 146.

¹⁵⁴ Muitos ainda consideram que a Lei Saraiva foi uma obra primorosa. Conforme Manoel Ferreira, “ao findar o Império, a 15 de novembro de 1889, o Brasil possuía uma legislação eleitoral perfeita. (...) Esse esforço culminou com a Lei Saraiva, que colocou o Brasil entre as nações civilizadas” (FERREIRA, Manoel Rodrigues. A Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 284).

¹⁵⁵ A busca do sistema eleitoral perfeito foi genialmente analisada por Machado de Assis no conto *Sereníssima República*, onde o autor demonstra como, numa sociedade de aranhas, as regras eram rapidamente burladas após as esperanças reformas eleitorais instituídas. O conto data de 1882 e Machado, mais lúcido que muitos membros daquela elite política, parece ter previsto o que aconteceria nas eleições futuras. Em 1885, os conservadores subiram ao poder utilizando as tradicionais estratégias clientelísticas que a Lei Saraiva buscava abolir e fizeram com que os liberais não preenchessem nem um quinto das cadeiras da Câmara.

¹⁵⁶ Camaquã é um município próximo ao litoral, às margens da Lagoa dos Patos, entre Porto Alegre e Pelotas. Ele não foi escolhido aleatoriamente, mas sim porque apresentou um número significativo de processos de alistamento eleitoral, algo não localizado por nós em outros municípios. Só existem processos deste tipo após 1881, pois antes o indivíduo não precisava entrar com uma ação judicial para ser acrescido na lista, mas somente apresentar-se perante a junta qualificadora, tentando convencê-la de suas competências.

¹⁵⁷ Foram vistos os maços 1 ao 9 do Cartório do Cível e Crime de Camaquã (APERS).

acordo com o Relatório do Presidente da Província de 1882, Camaquã possuía 257 eleitores.¹⁵⁸

Seguindo a tendência da Lei eleitoral de 1875, com a Lei Saraiva a comprovação de renda ficou ainda mais difícil não podendo mais ser determinada por testemunhas, mas somente através da apresentação de contratos públicos e recibos devidamente autenticados. Esta era uma tentativa de “racionalizar” e “purificar” os pleitos, afastando do voto os analfabetos e evitando novas fraudes.

Cinco Juízes de direito exerceram suas funções na comarca de Camaquã entre 1881 e 1889.¹⁵⁹ É possível, a partir dos processos, identificar o comportamento dos magistrados no tratamento dos autos que passaram pelas suas mãos. Enquanto Terêncio do Espírito Santo mandou incluir todos os suplicantes na lista de eleitores, ou seja, 9 indivíduos, Acyndino Magalhães indeferiu 10 pedidos, num total de 14 requerentes. Aureliano Monteiro foi outro que facilitou as qualificações (mandou alistar 15 dos 20 processos que julgou). Villela de Gusmão deferiu 9 dos 12 pedidos e Ignácio Accioli aceitou os 2 únicos requerimentos em que foi o julgador.

Pode-se concluir que enquanto Acyndino era o mais rígido magistrado, Terêncio era o menos rigoroso. Isto fica evidente na leitura dos documentos. Acyndino foi o único que cobrou de maneira mais incisiva o reconhecimento de firma e a autenticidade e competência dos atestadores de domicílio, usando estes como argumentos para indeferir muitos pedidos. Além disso, enquanto todos os magistrados não solicitavam (ou davam pouca importância) à comprovação de idade, ele também foi o único a utilizá-la como fator de exclusão da lista. Em 1888, Bibiano José Rodrigues, proprietário de um engenho de farinha e com algumas terras, que devido a “sua barateza” deixavam sua renda abaixo da exigida, não aceitou o indeferimento do juiz Acyndino por causa da falta de comprovação de idade. Bibiano confessava não ter arrolado documentos para prová-la, pois “por que tendo alegado ser casado e maior de 40 anos de idade, entendeu o recorrente que dessa idade de 40 anos à de 21 exigida pela lei eleitoral há uma grande distância, e portanto parece que não pode haver dúvida da maior idade do recorrente”.¹⁶⁰

¹⁵⁸ Relatório do Presidente da Província de 14 de Fevereiro de 1882, p. 10-12 (AHRS). O número de 53 requerentes deve-se ao fato de que quatro processos são segundas tentativas de indivíduos não aceitos na primeira.

¹⁵⁹ 1881 (Aureliano de Azevedo Monteiro); 1882, 1883 e 1885 (Terêncio Francisco do Espírito Santo); 1883 e 1885 (Ignácio Accioli de Vasconcellos); 1887 (João Vallentim Villela de Gusmão); 1888 e 1889 (Acyndino Vicente de Magalhães).

¹⁶⁰ Processo n. 115, maço 2, pg. 5v. Era necessário ser maior de 21 anos para tornar-se eleitor.

Essas novas exigências pareciam entrar em choque com as velhas práticas, certamente recordadas por Bibiano. Nelas, as testemunhas atestavam a legitimidade dos votantes sem precisar de prova documental alguma. Nos antigos alistamentos, o mundo da oralidade era a regra, já que, como vimos, os próprios mesários pouco ou nada sabiam das leis eleitorais. As rendas eram presumidas e quem reconhecia a autenticidade dos votantes geralmente era o pároco que fazia parte da mesa. Com a nova lei, os próprios padres foram afastados e as eleições deixaram de ocorrer dentro das igrejas. A comprovação do domicílio devia ser atestada pelo delegado ou juiz de paz, cabendo ao clero fornecer uma cópia da certidão de nascimento para provar a idade. Esta tentativa de racionalização e burocratização dos pleitos apresentou certa eficiência, pois conseguiu diminuir o número de votantes não somente porque estes eram analfabetos, mas também pela rigidez com que alguns magistrados julgavam seus processos.

Pela leitura dos autos percebe-se que a maneira mais comum de se provar a renda era através de pagamento de imposto de profissão ou indústria, de anexo de bens recebidos em inventário ou de registro de compra de imóvel rural ou urbano. O cálculo sobre o valor dos bens de raiz é que definia se o requerente estava apto para ser eleitor ou não. Somava-se o valor das terras ou imóveis e calculava-se 6% do mesmo. Passando de 200\$000 o indivíduo poderia votar. O juiz Aureliano sempre despachava destacando a importância deste cálculo, algo que os outros quase nunca faziam. No caso do pagamento de impostos era exigido que o suplicante houvesse quitado os mesmos dois anos antes do alistamento. Acyndino seguidamente criava problemas com relação a isso, indeferindo muitos pedidos.

Pela análise destes despachos é possível compreender qual o medo expressado por José Bonifácio. A burocracia judicial ideal seria aquela impessoal que qualificasse os eleitores conforme as normas estabelecidas pela Lei. É bem provável que a elite liderada por Cotegipe na Corte acreditasse de fato na purificação “vinda de cima”, ou seja, da magistratura nomeada pelo Ministro da Justiça. Contudo, conforme José Murilo de Carvalho, desconheciam eles que as práticas políticas em outros países considerados modelos eram tão corruptas quanto aqui. “Mesmo após as grandes reformas inglesas, continuaram a existir os ‘burgos podres’, dominados por décadas pelo mesmo político, ou pela mesma família”. No discurso dos brasileiros, a corrupção eleitoral no país era ocasionada pela presença dos analfabetos nos pleitos. Havia exceções, como Joaquim Nabuco, que condenava os candidatos, os cabalistas e as classes superiores como os verdadeiros corruptos.¹⁶¹ A

¹⁶¹ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania...* Op. cit., p. 38-44.

democracia francesa, a que também se referiam, era mais livre e representativa no discurso do que na prática: “Durante a República, a corrupção, a fraude, a intimidação e a violência eram praticadas pelos candidatos de todas as facções e seus apoiadores... os eleitores com opiniões equivocadas eram impedidos de votar; cidadãos que poderiam ter opiniões equivocadas eram privados do direito de voto”.¹⁶² Contudo, na França, os camponeses não tiveram seus direitos políticos cassados. Pouco a pouco a “gente do campo” francesa, como afirma René Rémond, foi escapando da “tutela do castelão ou do padre”. Contribuiu para isto o seu gradual acesso à escola primária e à imprensa.¹⁶³

Portanto, estes juízes não estavam descolados da sociedade que os cercava e, além disso, eram pessoas, com todas as suas individualidades, paixões e ódios. Tentamos rastrear, por exemplo, um destes cinco magistrados que julgaram os processos em Camaquã. Ignácio Accioli de Vasconcellos, paraense formado em Recife, foi juiz de direito nesta comarca entre 1883 e 1885. Sua passagem pela localidade poderia ter sido mais tranqüila se ele não tivesse cometido um crime que certamente deve ter chocado aquela pequena “aldeia”.¹⁶⁴

Em 1885, este juiz foi acusado de assassinar a própria escrava, a parda Gertrudes, em sua casa. O Dr. Ignácio, juntamente com o filho e outro moleque, teria despistado o coveiro e enterrado o corpo no cemitério declarando que a morte da parda se dera por “ataque cerebral”. Contudo, algumas pessoas parecem ter suspeitado de algo, o promotor local fez a acusação e a Justiça mandou exumar o cadáver. Conforme uma testemunha, o Dr. Accioli “ao saber que tinha exumado o cadáver e feito nele exame teve um ataque que o prostrou sem sentidos por algum tempo vindo algumas pessoas socorrer nessa ocasião”. O cadáver apresentava muitas mutilações no crânio além de outros ferimentos. A defesa em juízo foi feita pelo próprio magistrado, que argumentou: “Esta imputação, senhor, é destituída de toda base jurídica e desacompanhado, de provas contundentes”. O Dr. Accioli acusou os médicos legistas de incompetentes e leigos, utilizando para inocentar-se um trunfo que parece ter sido fundamental: “A educação que recebi de meu honrado progenitor, que ocupa uma cadeira no Supremo Tribunal de Justiça, honrando com a sua integridade, os hábitos de moderação adequados na prática de julgar, o salvaguardam, da prática desse crime. Devo ter muitos defeitos porque são estes congênitos à natureza humana, mas graças a Deus, não sou e jamais serei um assassino”.

¹⁶² CAMPBELL, Peter. *French Electoral Systems and Elections: 1789-1957*. Londres: Faber and Faber, 1958, p. 57 apud DAHL, Robert A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: EDUSP, 1997.

¹⁶³ RÉMOND, René. *O Século XIX: 1815-1914*. São Paulo: Editora Cultrix, 5.ª edição, 1989, p. 57.

¹⁶⁴ A narrativa que se segue é reproduzida a partir do Processo n.º 1.150, maço: 36, ano: 1885, Estante: 39, localidade: Camaquã, Cartório: Cível (APERS). Agradecemos a Elaine Sodré por ter cedido gentilmente a sua transcrição do mesmo.

No processo, que tramitou por dois anos no Judiciário, o Dr. Accioli foi considerado culpado, mas na sua nova defesa conseguiu a absolvição. Contudo, ele não contava com a intervenção do Procurador da Justiça, o Dr. Luiz José de Sampaio.¹⁶⁵ O Dr. Sampaio e o Dr. Accioli confrontaram-se no terreno jurídico nos finais de 1886. O Procurador trouxe os laudos médicos narrando todos os ferimentos da vítima, argumentou que ela só ficava dentro de casa (o que a impossibilitava de ter sido agredida na rua) e acrescentou que o réu “se abandonava ao vício da embriaguez”. Para completar, citou um jurista, *Mittermier*, alegando que “hoje é geralmente reconhecido que, em certas condições, a prova superficial pode estabelecer a certeza tão bem como a prova chamada direta e natural”, o que desmanchou os argumentos do Dr. Accioli de que não havia provas concretas para a sua condenação. O Dr. Sampaio fora logo deslocado para o Rio de Janeiro, por meio de uma promoção para o Supremo Tribunal de Justiça – onde seria colega do pai do próprio Dr. Accioli, que foi impunemente removido para a comarca de Imperatriz, no Maranhão, onde seguiu sua carreira jurídica.

Este exemplo ajuda a desenhar melhor o burocrata como um ser humano passível de erros e não como uma máquina racional a serviço da purificação dos votos. Uma vez exercendo uma função de extrema importância numa localidade do outro lado do país, era impossível que o mesmo magistrado se mantivesse neutro às investidas dos chefes paroquiais – algo desejado por muitos dirigentes da Corte. Vários deles quando não se ligavam por matrimônio a estas famílias, como o juiz Aureliano que casou-se com a filha de um fazendeiro local, serviam como intermediário entre pessoas da localidade e da Capital, moldando ou condicionando o seu pertencimento a uma facção. Em 1884, por exemplo, o juiz Accioli, o mesmo que assassinou sua escrava, enviava (com boas referências) ao Presidente da Província um requerimento do tabelião de notas de Camaquã pedindo para concorrer ao 1º Cartório de órfãos da Capital – onde os ganhos seriam maiores.¹⁶⁶ Cinco anos antes, o mesmo tabelião já havia pedido ao juiz de direito da comarca para que intermediasse uma remoção junto ao Presidente da Província. Na ocasião era o Dr. Aureliano Monteiro que escrevia para Porto Alegre buscando auxiliar o tabelião.¹⁶⁷

Mas não somente o auxílio a possíveis clientes era exposto nas cartas. Em 1878, o mesmo juiz Aureliano respondeu-se com o Presidente demonstrando enorme insatisfação com a demissão de alguns empregados após a subida dos Liberais no Gabinete. Mas a sua

¹⁶⁵ Este fora Juiz de direito em Porto Alegre e Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul na década de 1870.

¹⁶⁶ Correspondência de 19.09.1884. Camaquã. Fundo Justiça. Maço 8 (AHRs).

¹⁶⁷ Correspondência de 03.01.1879. Camaquã. Fundo Justiça. Maço 8 (AHRs).

indignação era para com as novas autoridades policiais. Manoel Rodrigues, conforme Aureliano, era um homem “probo e trabalhador, porém atacado (...) de uma paralisia que o torna incapaz” de cuidar do cargo. O suplente, Carlos Ferreira, havia respondido anos atrás por crime de abigeato e vingança, além de ter assassinado o próprio pai. O segundo suplente, Luiz Rodrigues, possuía “costumes duvidosos” e assim Aureliano definia toda a sua aversão a estes chefes locais. Por fim, ele concluía a missiva pedindo ao Presidente que exonerasse os dois suplentes.¹⁶⁸

Estes conflitos também eram reflexos das imposições de uma autoridade judicial externa a comunidade contra os desmandos dos líderes paroquiais. A tentativa de solucionar este problema na década de 1830 havia sido o inverso: fornecer o maior poder possível aos juízes de paz, eleitos pelas paróquias, descentralizando assim a Justiça. Entretanto, tal medida foi eliminada pela elite política saquarema que passou a apostar na centralização e no revigoramento do magistrado togado. O melhor exemplo de que, às vésperas da República, o “sucesso” deste processo centralizador estava longe de ser concluído, envolve um outro magistrado de Camaquã. João Valentim Villela de Gusmão, que deferiu 9 dos 12 processos de alistamento que chegaram as suas mãos, também não era rio-grandense. Em 1887, um tanto nervoso, ele escrevia ao Presidente da Província queixando-se:

“O delegado de polícia Paz Centeno e o vice presidente da Câmara Joaquim Antônio Soares acabam de desacatar-me na casa da Câmara Municipal onde funcionava a Junta Militar. Além de enorme descompostura, chegou o delegado a arrebataram-me a companhia com que eu chamava atenção insultando-me atrozmente. Suspendi a sessão e peço a V. Exc licença para ir a Capital”.¹⁶⁹

É evidente que os “serviços prestados” por Gusmão não vinham agradando o delegado Centeno que devia ter interesses diretos no recrutamento. Mas quem era ele? Os Centeno estavam fortemente aparentados com os Gonçalves da Silva, descendentes do falecido líder farroupilha Bento Gonçalves da Silva, cuja família foi a mais influente no município ao longo do século XIX. Talvez eles guardassem boas recordações do juiz Aureliano que não havia dificultado o alistamento de pelo menos 3 membros da família em 1881, conforme os processos pesquisados. Mas o poder destas duas famílias era tão significativo que chegava a contrabalancear a autoridade judicial, seja qual fosse. Pelo menos dois filhos de Bento Gonçalves foram vereadores nesta época. Na década de 1870, Marco

¹⁶⁸ Correspondência de 02.11.1878. Camaquã. Fundo Justiça. Maço 8 (AHRs).

¹⁶⁹ Correspondência de 01.12.1887. Camaquã. Fundo Justiça. Maço 8 (AHRs).

Antônio, e em 1884, Joaquim Gonçalves da Silva foi presidente da Câmara Municipal, ano em que o juiz de paz era Bento Gonçalves da Silva Filho e o subdelegado de polícia era Acácio Gonçalves da Silva. Somam-se a estes o referido delegado Paz Centeno denunciado pelo juiz Gusmão, o capitão da Guarda Nacional, Francisco Gonçalves Centeno, o 1º suplente de juiz municipal, Major José Paz Centeno, e o rico fazendeiro Antônio José Centeno, sobrinho de Bento Gonçalves, que foi presidente da junta de qualificação nas vésperas da Lei Saraiva.¹⁷⁰

Com todos estes cargos-chave nas mãos não é difícil compreender como os 4 membros da família encontrados entre os autos de alistamento conseguiram qualificar-se como eleitores. Os cargos de juiz de paz e de delegado eram fundamentais na qualificação, pois somente estes podiam fornecer os atestados de domicílio no município, necessários para entrar com a ação de alistamento. Isto ajuda a relativizar o poder absoluto dos magistrados em suas comarcas. Se por um lado, José Bonifácio possuía razão em suspeitar da declarada idoneidade destes juízes, enganava-se achando que os mesmos possuiriam a qualificação nas mãos. Para que o processo corresse bem era fundamental que estes burocratas togados, nomeados pelo Centro, negociassem com as autoridades das periferias.

Conhecendo um pouco mais sobre estes magistrados é possível questionar por qual motivo o juiz Acyndino dificultava os alistamentos? Seria por que era de fato um magistrado rigoroso ou porque estava prestando serviço a uma facção? É bem possível que estes letrados, cercados por analfabetos de todos os lados, conseguissem montar uma sentença da maneira que bem entendessem, argumentando favoravelmente ou desfavoravelmente dependendo do suplicante. Mas também não é possível responder se os mesmos estavam agindo de má fé ao julgarem os autos, até porque o que chega ao historiador é um simples fragmento daquelas disputas. O que se pode extrair a partir destas evidências é o conflito entre uma autoridade central e as autoridades paroquiais, o que expressa claramente uma resistência a um Estado com interesses centralizadores e burocratizantes que cada vez mais se acentuavam, buscando imprimir ordem e disciplina aos líderes paroquiais. Estes chefes políticos locais, no entanto, eram muito mais influentes e populares do que os magistrados, o que explica o sentimento de admiração e liderança que despertavam entre os populares.

¹⁷⁰ Um retrato das redes familiares dos descendentes de Bento Gonçalves pode ser visto em FABRÍCIO, José de Araújo. Descendentes de Bento Gonçalves da Silva. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 1986.

2.5 – “A mexeriquice de aldeia”: as elites políticas e suas relações com os homens livres pobres

Demonstramos anteriormente como os grandes líderes militares e milicianos eram capazes de reunir um significativo apoio popular e das elites no mundo fronteiriço. No entanto, não era necessário ser militar ou miliciano para provocar este sentimento entre a população. Nas cidades, os homens livres pobres também eram seduzidos por estes homens da elite política. Esta aproximação era possibilitada, primeiro, não somente pelas diminutas dimensões das cidades e vilas, mas também porque outras práticas sociais eram capazes de vincular pobres e ricos num mesmo espaço. As festas da paróquia do Menino Deus, em Porto Alegre, por exemplo, reuniam muitos homens da elite, inclusive deputados, como Timótheo Pereira da Rosa, assim como a festa de Nossa Senhora da Conceição, onde o deputado Abraão dos Santos Sá era um dos patrocinadores.¹⁷¹ De acordo com Aquiles Porto Alegre, “nas igrejas, e em casa de um ou outro bom católico, rezava-se, com devoção, o terço quase todas as noites. E ali se via gente de todo o pêlo”. O Senador Florêncio era frequentemente encontrado aos domingos, “ajoelhado, com o seu livro de orações, aberto, diante dos olhos”. Os deputados Antônio Oliveira, liberal, e Domingos dos Santos, conservador, também eram presenças certas. A esposa do Barão do Caí, um dos homens mais ricos de Porto Alegre, assim como a família do Barão de Jacuí, também circulavam pela igreja aos domingos, além de tantos outros que com os populares mantinham contato.¹⁷²

Segundo Aquiles Porto Alegre, “raramente havia uma festa religiosa ou cívica sem Cavalhada”. Tradição trazida da Península Ibérica, ela consistia numa apresentação, onde algumas pessoas encenavam torneios, fantasiadas de reis e cavalheiros. A procura popular pelo evento era grande, mas cabe destacar as pessoas que interpretavam os principais papéis: “Osório, Andrade Neves, Bento Martins, Vasco Alves e Portinho” – todos fazendeiros, políticos e guerreiros. Entretanto, também se apresentavam os indivíduos com atividades urbanas, como Joaquim Pedro Salgado (deputado geral) e o advogado Severino Prestes (deputado provincial), ambos militantes abolicionistas e que eram figuras certas entre os principais papéis encenados.¹⁷³

No entanto, não somente nos espaços religiosos as elites e as classes subalternas conviviam mutuamente. Na pequena casa de negócios do Quartola, que vendia desde chás, foguetes e objetos escolares a pistolões, buscapés e brinquedos, freqüentavam além de

¹⁷¹ *A Reforma*, 01.09.1870 e 18.01.1870 – MCSHJC.

¹⁷² PORTO ALEGRE, Aquiles. *História Popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1994, p. 153.

¹⁷³ PORTO ALEGRE, Aquiles. *Op. cit.*, p. 88.

populares, o Desembargador Brusque, deputado provincial, e o Dr. Affonso Pereira – que faziam da lojinha seu ponto de reuniões.¹⁷⁴

Não é difícil imaginar que em uma sociedade escravista, o contato entre as elites e as redes de relações destes populares acontecia nas próprias casas dos senhores. Cabeça de Bronze – apelido de um jovem pobre do qual não se sabia o nome – era filho de criação de um casal de pretos minas que moravam num casebre velho da Capital. “Já crescido, forte e vigoroso” e “aborrecido da vida ociosa que levava”, o jovem não conseguia empregar-se. A solução foi encontrada pela preta mina sua mãe que “dava-se” na casa do Coronel e deputado Felipe Nery, onde passava com seu tabuleiro de frutas. O Coronel, por interferência da filha, conseguiu um emprego para o jovem na tipografia do *Correio do Sul*.¹⁷⁵

Estas relações de trabalho às vezes eram transpostas para dentro da família, evidenciando uma indistinção entre o espaço público e o privado. Lourenço Maria, uma figura grotesca, baixo, bojudo e de idade avançada – na definição de Porto Alegre – era porteiro da Diretoria da Fazenda Provincial. “Para abrir a repartição vinha todas as manhãs, bem cedo, lá do fim do Caminho Novo, da chácara do desembargador Travassos, onde morava, montado num petiço nostálgico e peludo que fazia lembrar o Rocinante do Dom Quixote”.¹⁷⁶ Lourenço “não saía da casa do seu chefe” na repartição – o Diretor Geral da Fazenda João Capistrano de Miranda e Castro, deputado provincial – e do Presidente da Província. Portanto, o porteiro não era somente um funcionário público, mas também “era um criado de uma ou de outra família, mas um criado de inteira confiança”. “A esposa do presidente da província, quando necessitava comprar qualquer coisa nas lojas, nos armazéns ou no mercado, lá ia o Lourenço Maria, a passo largo (...) todo faceiro da honrosa incubência”.¹⁷⁷

Estes populares só deixaram vestígios deste tipo nas memórias de homens que entre eles conviveram. Aquiles Porto Alegre, por exemplo, traz uma série de narrativas sobre estes elementos, algumas delas, como estamos vendo, muito ricas em detalhes. Na década e 1870, havia um tal Eiras, “barbeiro-esfola-queixos, cirurgião, dentista. Fazia sangrias, aplicava bichas, ventosas e, aos domingos, ia caçar perdizes na Tristeza”. Perto do Eiras morava o João dos Santos, “trunfo da maçonaria, onde chegou ao grau 33, e na política, em que atingiu a poderosa posição de inspetor de quarteirão. É que, em 1876, o inspetor do quarteirão era o

¹⁷⁴ PORTO ALEGRE, Aquiles. Op. cit., p. 201-202.

¹⁷⁵ PORTO ALEGRE, Aquiles. Op. cit., p. 128.

¹⁷⁶ O Desembargador Manoel José de Freitas Travassos havia acumulado vários mandatos como deputado provincial.

¹⁷⁷ PORTO ALEGRE, Aquiles. Op. cit., p. 171-172.

rei da zona...”. O Eiras “também amolava tesouras, facas e navalhas. Consertava relógios de parede. Era uma espécie de homem de sete ofícios”. Frequentavam tais locais outros tipos populares, como o “Agradável”, o “Governador” e a “Chica Balaio”. O Ignácio Loiola, que “era popularíssimo”, “atropelava, ameaçador e matador a garotada que mexia com ele”. Mas quem se destacava mais era um rapaz chamado “Coió”. Ele era “fanático por Silveira Martins e andava pelas ruas fazendo discursos políticos”.¹⁷⁸

Aquiles Porto Alegre segue descrevendo os tipos populares neste e em outros capítulos, mas nos chamou a atenção as atitudes do jovem “Coió”. Seria uma ação particular ou algo manifesto por parte daqueles homens livres pobres? Um outro episódio merece ser descrito. Conta novamente Porto Alegre que todos os dias, “cedinho”, o ferreiro Gustavo Hugo aparecia na sua oficina na Praça da Alfândega, “em mangas de camisa, calças presas ao suspensório, com seus olhos azuis e bigodes louros para dar começo ao trabalho”. No final da tarde, “vestia fatiota nova e ia rondar a Livraria Americana para ver se descobria no escritório da *Reforma* a figura do conselheiro, o seu ‘homem’, como (...) dizia, esfregando as mãos”. O ferreiro queria conversar com Silveira Martins e certa vez inventaram-lhe uma história de que o Tribuno estava precisando de dinheiro. O ferreiro, então, “começou a rondar o escritório da Reforma para encontrar o seu chefe”. Levou-o até a sua oficina, abriu seu cofre, oferecendo suas pequenas quantias, o que Gaspar recusou: “Não preciso de nada, meu bom amigo” e ambos abraçaram-se e saíram de braço dado pela rua.¹⁷⁹

Muitos são os relatos de que a figura de Silveira Martins provocava a admiração dos populares. O viajante Herbert Smith, ao passar pelo Rio Grande do Sul na década de 1880, deixou registrado:

“Na verdade é muito raro que um político exerça tanta influência sobre os indivíduos de um povo quanto Silveira Martins sobre a gente do campo de sua Província: olham-no com reverência tal que equivale quase a Heroworship, a adoração dos heróis proclamada por Carlyle. Um velho gaúcho disse-me um dia, confidencialmente, que era um homem de mais peso que os seus vizinhos; era pobre, sim, e não muito corrido em livros, mas – e aqui fez uma pausa para dar tempo de preparar-se para ouvir o fato estrondoso que ia narrar – Silveira Martins falara uma vez com ele”.¹⁸⁰

Entre os pobres da cidade, como estamos vendo, tal relação não era muito diversa. Em Rio Grande, na década de 1860, o jornal *O Artista* deixava claro no editorial ser uma

¹⁷⁸ PORTO ALEGRE, Aquiles. Op. cit., p. 21.

¹⁷⁹ PORTO ALEGRE, Aquiles, Op. cit., p. 194.

¹⁸⁰ SMITH, Herbert. *Do Rio de Janeiro à Cuiabá*. Melhoramentos, 1982, p. 160.

“folha feita por trabalhadores, para os trabalhadores”. Sua circulação era bastante significativa e de fato discutia questões sociais e sobre o trabalho, atacando a aristocracia, a escravidão e defendendo os “proletários” – como diziam. Entretanto, apoiavam amplamente a candidatura de Silveira Martins, incentivando “as massas trabalhadoras” a votarem no Tribuno: “Em nome de nós todos que somos artistas, operários, jornaleiros, em nome de tudo quanto o povo tem de mais puro e nobre, agradecemos ao sr. Dr. Gaspar Silveira Martins e, de antemão, hipotecamos nosso voto a esse deputado predileto do povo rio-grandense”.¹⁸¹ Todas estas manifestações não escondiam o fato de que Gaspar era um dos maiores latifundiários da província e que entre a propriedade e o negro escravo, ele preferia a primeira, como mesmo dissera, pois era antes patriota do que abolicionista e a libertação em massa traria a ruína para o país.¹⁸²

Somam-se a tudo isto as manifestações públicas destas massas. O ano de 1870 foi agitado em manifestações. O fim da Guerra do Paraguai transformou muitos militares em heróis nacionais. Além disso, a fundação do jornal *A Reforma* e a reorganização do Partido Liberal em todo o Brasil, em 1869, propiciaram tais demonstrações públicas. Em janeiro de 1870, Silveira Martins, regressando da Corte, foi recebido por uma “massa respeitável”, que fez “a mais brilhante manifestação política que jamais vira esta Capital”. Em Pelotas, foi ao encontro do General Osório e do Coronel Nery, onde encontravam-se mais de mil pessoas. Retornando para Porto Alegre foi recepcionado com foguetórios e banda de música no trapiche da Alfândega novamente por centenas de pessoas. Toda esta multidão o seguiu até a casa do Conde de Porto Alegre e do advogado Timótheo Pereira da Rosa – ambos deputados. Em todas estas ocasiões o povo aclamava pelos discursos do Tribuno, que atendia a todos.¹⁸³

Durante muito tempo acreditou-se que estas centenas de pessoas fossem apenas massa de manobra nas mãos dos políticos. No entanto, investigando melhor a opinião e os discursos dos homens que faziam a alta política brasileira é possível verificar que os mesmos temiam este comportamento dos populares, buscando impedi-los. Isto passou a ficar evidente na mesma década de 1870, talvez por influência da Lei do Ventre Livre e dos movimentos

¹⁸¹ PEREIRA, Nalde Jaqueline Corrêa. *As Origens do Artista (1862-1863)*. In: ALVES, Francisco das N.; TORRES, Luiz H. (Org.). *A Cidade do Rio Grande: estudos históricos*. Rio Grande: FURG, Secretaria Municipal da Cultura, 1995, p. 121-131.

¹⁸² Além disso, conforme Paulo Moreira, em 1874, a escrava crioula Luiza foi vítima de agressão por parte de seus senhores e dizia a polícia ter sido castigada “ora com bolos ora com paus, e era amarrada em uma arcada por baixo do porão, e aí são castigados com cordas dobradas”. A mesma pedia para ser vendida e deve ter causado certo desconforto aos policiais ao revelar que seu senhor era o deputado Gaspar Silveira Martins (MOREIRA, Paulo R. S. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. POA: EST, 2003, p. 47).

¹⁸³ *A Reforma*, Porto Alegre, 22.01.1870 e 23.10.1870. (MCSHJC).

emancipacionistas. As tentativas de reformas eleitorais passaram a exigir eleições diretas, mas também buscaram impedir a participação popular. Ao longo dos debates para a aprovação da Lei eleitoral de 1881, o Senador Saraiva defendeu que a reforma deveria contar com uma mais rigorosa comprovação de renda dos eleitores. Ele demonstrava-se contrário ao sufrágio universal, “pois este importaria no predomínio das classes baixas e miseráveis sobre outras, que, dispondo de haveres e ilustrações, pareciam mais naturalmente interessadas na manutenção da ordem, na preservação da tranqüilidade pública e no bom funcionamento das instituições”. Além disso, interessado em impedir que o voto se expandisse a setores mais amplos de trabalhadores, fazia questão de diferenciar renda e salário, atribuindo ao assalariado o epíteto de “infeliz”, pois tinha que viver na dependência de outros “para ganhar o pão de cada dia”.¹⁸⁴

Outro exemplo pode ser dado na obra de Francisco Belisário de Souza, cuja descrição da participação popular é na realidade um manifesto pela purificação eleitoral no Brasil, o que, para ele, só seria capaz se os pobres fossem eliminados dos pleitos. De acordo com Souza, os votantes eram:

“(...) a grande massa arrolada nas listas de qualificação, a turba multa, ignorante, desconhecida e dependente. O votante é, por via de regra, analfabeto; não lê, nem pode ler jornais; não frequenta clubes (...) de política só sabe do seu voto, que ou pertence ao Sr. Fulano de tal por dever de dependência (algumas vezes também por gratidão), ou a quem lhe paga por melhor preço, ou lhe dá um cavalo, ou roupa a título de ir votar à freguesia”.¹⁸⁵

Durante os debates parlamentares para a aprovação da Lei Eleitoral, Rui Barbosa, em 1879, buscava introduzir o “censo literário”, como ele chamava, impedindo o voto dos analfabetos. Era seu adversário na tribuna o segundo José Bonifácio, que ao discursar em favor do direito político dos trabalhadores e analfabetos provocou uma manifestação geral. De uma hora para a outra, começou-se a ouvir sussurros e vozes do povo que reclamava a entrada no recinto. Alguns deputados pediam ao presidente que permitisse o ingresso daquela gente, outros, assustados com o tumulto, não queriam que deixassem entrar os “barulhentos”. O deputado Martinho de Campos dizia que “aquele interesse popular era uma homenagem ao parlamento brasileiro. Se não havia mais lugar nas galerias, que o povo entrasse no recinto”.

¹⁸⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. Do Império à República. Rio de Janeiro - São Paulo: Difel, 2.^a edição, tomo II, volume 5, 1977, p. 242.

¹⁸⁵ SOUZA, Francisco B. S. de. Op. cit., p. 33.

Havia ali numerosos espectadores que não eram parlamentares e existia espaço para mais. O mesmo deputado insistia: “Por que razão deu-se entrada para alguns e não se dá lugar para muitos outros, que o recinto pode conter?” A sessão acabou sendo temporariamente suspensa tamanha era a agitação. A comissão de polícia tratou de tomar as providências necessárias para evitar novas perturbações da ordem e o presidente fez um apelo aos espectadores para que honrassem “como de costume a civilização desta Capital”. O discurso de Bonifácio despertava intensa emoção nas massas presentes nas galerias. Um diplomata norte-americano, Henry Hillard, que se encontrava na tribuna diplomática confessara a sua emoção diante do orador: “Nunca assisti a nada que, de longe, se aproximasse de oração como essa em um recinto parlamentar”. Conforme Sérgio B. Holanda:

“(…) em dado momento foi preciso levantar a sessão devido ao tumulto no plenário e nas galerias provocado pelo entusiasmo estrepitoso dos ouvintes. No final, um verdadeiro delírio apoderou-se de toda a gente, e os aplausos incessantes prolongaram-se por longo tempo. Na saída, o diplomata ainda viu José Bonifácio cercado de imensa massa popular. Todos o acompanharam entre aclamações ininterruptas até a estação das lanchas, onde ia embarcar para sua casa, do outro lado da baía. No momento de partir, Hillard viu-o tirar o chapéu, voltar-se para a multidão e agradecer as demonstrações de repulsa a um projeto que queria cercear o direito de sufrágio”.¹⁸⁶

Era contra essa massa popular que o idealista Rui Barbosa discursava em 10 de julho de 1879. O verdadeiro eleitor, para ele, era o que possuía acesso à imprensa, pois só nela se aprenderia a verdadeira política, e não “na conversação diária”, “nas sentenças dos tribunais”, “na frequência do parlamento” ou “na prédica do vigário”. Segundo Rui, “para os analfabetos, a conversação diária gira quase exclusivamente na esfera dos analfabetos; é um círculo vicioso”. O seu discurso era admirado pelos seus colegas – cada vez mais convencidos a apoiar o projeto excludente:

“Mas o povo, isso que forma a base do Estado, isso que constitui o Estado mesmo, serão essas seiscentas, oitocentas ou mil pessoas, que a ociosidade, a curiosidade, o sentimento, raro entre nós, das questões políticas, as emoções da ocasião, ou o gosto da crítica ilustrada, reúnem derredor destas cadeiras? (...) Quais são, portanto, repito, as fontes de esclarecimento que lhes restam neste país? Pouco mais que a mexerique

¹⁸⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit., p. 203.

da aldeia, a palestra ociosa das esquinas, ou a baixa maledicência da taverna. Será este o laboratório da democracia? (Muito bem!)”.¹⁸⁷

O discurso de Rui Barbosa além de nos revelar quem era o povo que lotava as galerias e quem era a massa que ovacionava Bonifácio, ainda nos mostra o modo pelo qual essa massa dita “inconsciente” participava politicamente. O orador falava em curiosidade e ociosidade daquela gente e em momento algum denunciou os mesmos (às vezes mais de mil pessoas) de estarem servindo como manobra política das elites. Também fica evidente que a conversação diária, os sermões do padre, a presença no foro judicial, eram todos canais de circulação de informações e aprendizado político dentro de um universo particular aos populares: o mundo da oralidade. Mesmo que superficiais, na ausência do acesso a livros e jornais, a “mexeriquice de aldeia” servia como meio informativo dessas pessoas, cujos parâmetros de distinção do bom e do mau governo, que certamente não eram os mesmos dos bacharéis, estavam longe de ser aqueles com que sonhava Rui Barbosa.

Este mesmo modelo de participação se verificava na Assembléia Legislativa Provincial. Conforme Aquiles Porto Alegre:

“Cada sessão da Provincial atraía ao casarão da praça da Matriz uma concorrência extraordinária. As tribunas e as galerias do velho edifício enchiam-se e nelas se via, não raro, lado a lado, o figurão de colarinho em pé e gravata branca e quase sempre o crioulo de ‘cavagnac’ e o mulato de pêra e guedelha encrespada: – o ‘capanga’ deste ou daquele chefe político local”¹⁸⁸

As sessões da Assembléia eram tensas e sempre era necessário reforço policial para conter os possíveis conflitos. Na noite de 6 de maio de 1876, o deputado Antero d’Avila foi agredido, reagindo a bengaladas, quando saía da Casa. Seu agressor foi apontado como sendo um ex-praça de polícia – dependente do negociante conservador Leopoldo Bier.¹⁸⁹

A utilização de capangas nas eleições, nas sessões do parlamento e no cotidiano era algo muito comum. Em março de 1883, era notícia de que ocorreria uma manifestação política na frente da casa do deputado conservador Israel Rodrigues Barcellos, esquina da Rua Independência com a Coronel Vicente, em Porto Alegre. Na hora em que a música e

¹⁸⁷ BARBOSA, Rui. *Discursos parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1985, p. 231-232.

¹⁸⁸ PORTO ALEGRE, Aquiles. *Noutros Tempos*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922, p. 188.

¹⁸⁹ MOREIRA, Paulo R. S. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. POA: EST, 2003, p. 153.

povo chegavam à frente da sua casa e o Dr. Barcellos começava o seu discurso, um pardo boleiro gritou: “cala a boca urso”. Sendo detido por guardas que “já sabiam da presença de provocadores”, o “baderneiro”, de nome Augusto, silenciou. Tratava-se de “um pardo alto, barbado e com um chapéu preto de abas largas” que, desapontado com a intimidação resolveu agredir paisanos e soldados causando confusão e desferiu uma forte pancada em um dos que estavam de patrulha. Augusto retirou-se dizendo “que morava na casa do Cel. Joaquim Pedro Salgado, onde o podiam encontrar”. Salgado era deputado geral e o réu, apesar de procurado pela Justiça, não foi encontrado.¹⁹⁰

Às 20 horas do dia 15 de junho de 1880, quando Justino da Cunha, alfaiate português, descia a rua da Bragança, percebeu que havia um indivíduo de cor parda “virado de costas como quem queria urinar”, perto do muro da Escola Normal. Sem dar importância, seguiu até a rua do Arvoredo, quando foi surpreendido com três “horríveis pancadas” que o deixaram desacordado. O professor particular Vasco de Araújo Silva, ajudou a prestar socorro à vítima e mais corajoso que as outras testemunhas denunciou o agressor como capanga do mesmo deputado Joaquim Pedro Salgado. Outra testemunha, barbeiro e distribuidor do jornal *A Reforma*, disse que já havia avisado a vítima de que “estava muito mal visto na mesma Reforma”. O agressor foi reconhecido pelo próprio Justino que o identificou como “gente daquela folha”. Seu nome era Marcolino da Silva, ex-escravo que havia obtido a alforria em 1875.¹⁹¹

Em outro episódio, em 14 de outubro de 1880, ao fechar a tipografia do jornal Mercantil, o seu proprietário, João Câncio Gomes, conhecidamente líder conservador do distrito, foi agredido com uma pancada. “Algumas testemunhas, temerosas de atraírem o ódio de um dos poderosos da cidade, indicaram informalmente a direção que tomaram os agressores na fuga – os fundos da casa do Major Joaquim Pedro Salgado, mas recusaram apresentar uma declaração formal em juízo”. Câncio Gomes foi salvo pelo depoimento de duas “meretrizes” – Maria Rita e Maria Bernarda – integrantes das “classes perigosas”. As duas, “sem aparentar qualquer receio”, descreveram o réu e o reconheceram seis dias depois. O agressor foi preso. Chamava-se Semiano Pereira da Silva, tinha 18 anos de idade, era de “cor indiática”, nascido em Assunção do Paraguai, “de onde foi trazido durante a Guerra ainda criança” pelo Visconde de Pelotas, Ministro e Senador rio-grandense. Levado a julgamento, Semiano foi absolvido.¹⁹²

¹⁹⁰ Processo número 1667, maço 67, Cartório Júri, APERS. Informações cedidas a nós por Paulo R. S. Moreira.

¹⁹¹ MOREIRA, Paulo R. S. Op. cit., p. 150-151.

¹⁹² MOREIRA, Paulo R. S. Op. cit. p. 152-153.

Vimos no capítulo primeiro que Joaquim Pedro Salgado, além de Mauá, foi o único deputado geral sem formação superior entre os 29 eleitos. Os três casos acima demonstram que o seu papel de líder entre os populares transformava-o num verdadeiro trunfo eleitoral dentro da facção liberal porto-alegrense. Soma-se a isto o cargo de Comandante da Guarda Nacional da Capital que o mesmo ocupou durante alguns anos e a intensa participação que teve no movimento abolicionista da década de 1880.¹⁹³ Portanto, foi manejando códigos importantes no mundo da paróquia, que Salgado, um verdadeiro chefe de capangas, adquiriu certo espaço dentro da política rio-grandense. Tal façanha lhe serviu como trampolim para a vida política da Corte, onde conheceu os concorridos bailes e as famílias mais “ilustres” da nação, como a do Visconde de Pelotas – membro da elite política imperial – que trouxe o menino Semiano do Paraguai, transformando-o em capanga do seu Partido.

Esta relação de cooperação entre os pobres e as elites eram um dos sustentáculos do poder exercido pelos homens ricos nesta sociedade. Estas redes de relações verticais e horizontais demonstram-se, portanto, fundamentais para compreender o poder destes políticos. Salgado, que também era compadre de Silveira Martins, estava vinculado a um capanga, que o ligava ao Visconde de Pelotas, numa sucessiva cadeia de relações sociais que davam sentido ao mundo da política. Se na cidade, indivíduos como Salgado conseguiam mobilizar seu séqüito para fins pessoais e políticos, no campo, como vimos, os estancieiros eram capazes de multiplicar esta influência. O prestígio político do general Osório pode ser entendido como uma combinação destes fatores e sua trajetória ajuda a iluminar como o mundo da paróquia conseguia impor-se aos desmandos da Corte.

2.6 – “Um cavaleiro na Corte do Imperador”: a trajetória de Osório e sua aproximação com os populares

Em meio a bacharéis em direito e políticos de longa carreira, vimos que Osório conseguiu destacar-se atingindo o topo da elite política sem ter formação superior e experiência política legislativa e administrativa. Em 1877, Osório desembarcou na Corte aclamado pelas massas e pelas elites a fim de tomar posse do seu mandato de senador. Era a primeira vez que ele ia à Corte após o término da Guerra do Paraguai. Todos queriam saber quem era aquele homem que, “no calor das batalhas, doutrinava os soldados”. O general cujos comandados “seguiriam até o inferno, se fosse preciso, e sobre quem havia as mais

¹⁹³ MOREIRA, Paulo R. S. Op. cit.

diversas lendas: de que se uma bomba estourasse diante do seu nariz, nem espirraria”.¹⁹⁴ Sua recepção foi calorosa e os jornais do dia seguinte noticiavam:

“Desde as 7 horas da manhã numerosos grupos de cidadãos de todas as classes esperavam ansiosos o vapor que o devera aportar (...) Abraçado e festejado pelas ondas do povo, que ali se aglomerava disputando o prazer de conhecê-lo e cumprimentá-lo, Osório quis seguir a pé pelas ruas Direita e do Ouvidor, acompanhado do brilhante estado-maior popular que o cercava. (...) As senhoras congregadas nas janelas próximas agitavam seus lenços. Seguido de milhares de pessoas, que o acompanhavam, o carro, em que ia Osório, percorreu as ruas (...) rompendo com dificuldade as ondas populares que aí se reuniam, ocupando também as embocaduras de todas as ruas transversais. As sacadas de todas as casas estavam adornadas de colchas de damasco (...) Uma chuva de flores, contínua e incessante, sustentada por mãos de damas, caía sobre a cabeça do velho General (...) Os hinos de música confundiam-se com as saudações (...) O paço do Senado foi invadido por mais de mil pessoas que queriam assistir ao juramento do ilustre liberal”.¹⁹⁵

A trajetória de Osório é fundamental para nos ajudar a compreender melhor como se davam as relações entre a paróquia e a Corte. Os sub-capítulos trabalhados anteriormente auxiliaram na demonstração de parte do comportamento político dos estancieiros militares e milicianos e como os mesmos eram capazes de exercer enorme influência sobre a vida das populações paroquiais. Neste sentido, a transposição de um chefe militar, ou seja, um patrão de peões e soldados, para o mundo da Corte não poderia se dar sem alguns constrangimentos. Às vésperas de Osório viajar para a Corte, um amigo lhe escreveu e não deixou de brincar acerca do seu “passeio”, pois Osório teria “muito a lucrar, até mesmo a nulificar muitas vontades de gentes nulas que só sabem guerrear em tempo de paz nos *salões de refresco*, escudados nas honras adquiridas na prática das mesuras”.¹⁹⁶

A aproximação do rude soldado com o mundo civilizado era feita nos bailes e encontros, mas os traços de sua origem campeira não o abandonavam. O seu mundo era outro como ele próprio admitia.¹⁹⁷ Conforme um amigo, “nas solenidades, algumas vezes fastidiosas, a que éramos obrigados a assistir por dever do cargo, o General distraía-se e

¹⁹⁴ COSTA, Virgílio Pereira da Silva. *Duque de Caxias*. São Paulo: Editora Três, 2001, p. 219-220.

¹⁹⁵ OSÓRIO, Joaquim Luis; OSÓRIO FILHO, Fernando Luís. *História do General Osório*. 2.º Volume. Pelotas: Typografia do Diário Popular, 1915, p. 696-699.

¹⁹⁶ Carta de José Rafael Vieira da Cunha. Pelotas (OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 646). Grifos no original.

¹⁹⁷ Conforme o seu filho Fernando, numa das vezes em que o pai foi convidado para candidatar-se senador, respondeu enfático que o “Parlamento era para doutores e não para ele que o que sabia era de certo que nada sabia” (OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 646).

amenizava o tédio aos colegas, improvisando quadrinhas, cuja metrificação não garanto fosse correta, mas chistosíssimas”. Múcio Teixeira depôs que até mesmo o Imperador sorria-se da maneira maliciosa como Osório contava histórias em meio as reuniões. Numa das vezes, com a “maior seriedade”, ele pediu a palavra e disparou: “Na Guerra do Paraguai eu tive uma besta tão esperta que disparava sempre que ouvia tocar a ensilhar”. Embora Osório também tentasse ser poeta, o mesmo Múcio deixou claro que seus versos, apesar de sinceros, possuíam limitações.¹⁹⁸

Quando Ministro da Guerra, alguns o consideraram um melhor militar do que político. Mas por ser herói do Paraguai, todos o perdoavam e logo que assumiu a pasta, ergueram um busto em sua homenagem na Rua do Ouvidor.¹⁹⁹ Outro exemplo desta admiração pode ser descrito num dos momentos de crise enfrentado pelo Gabinete em que Osório foi ministro. Logo que o mesmo tomou posse, todos os ministros foram vaiados ao longo do percurso que fizeram até a Secretaria da Agricultura – onde se reuniram – “com a única exceção do Marquês do Herval [Manoel Osório] que passou em seu carro pelo meio da multidão respeitosa”.²⁰⁰ Neste episódio, nem mesmo Silveira Martins foi perdoado.

Se na Corte Osório era aclamado, nos campos de sua província o seu poder era incomparável. Muitos anos antes de ficar nacionalmente conhecido, ao chegar em Bagé para comandar as forças ali estacionadas, muitos pais de família foram levar os seus filhos para servirem no seu regimento.²⁰¹ Conta um contemporâneo que o rapaz que quisesse dedicar-se à carreira das armas, “quando interrogado sobre o corpo a que desejava pertencer, respondia orgulhoso e cheio de entusiasmo: no Regimento de Osório”.²⁰²

Conforme alguns relatos, ele era amado pelos soldados e alguns episódios de sua carreira ajudam a demonstrar quais os motivos. Seguidamente Osório exigia dos Presidentes da Província que “os officas e cadetes comam fiado nas tabernas”, pois o soldo atrasava muitos meses deixando todos na miséria. Em outras oportunidades, Osório vestia os seus homens, brigava por atendimento médico, por mais remédios e pagava os soldados do seu próprio bolso, como demonstram algumas cartas.²⁰³

Mas não somente nas dificuldades esta solidariedade ficava evidente. Em outra ocasião, quando passava por Caçapava com o seu regimento, Osório parou na casa de sua

¹⁹⁸ Depoimento de Mucio Teixeira em carta escrita a Fernando Osório (OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 29; 37)

¹⁹⁹ Jornal do Commercio. Rio de Janeiro. 01.03.1878. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

²⁰⁰ Jornal do Commercio. Rio de Janeiro. 03.05.1885. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

²⁰¹ OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 424.

²⁰² OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 553.

²⁰³ OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 432; 461; 589.

mãe, ofereceu banquete aos soldados e depois levou os oficiais para pescar, estreitando laços de amizade com os mesmos.²⁰⁴ Nos acampamentos, conta-se que estimulava os soldados não apenas com o soldo, mas também com cachaça.²⁰⁵ E em Abril de 1858, por exemplo, ele foi advertido pelo seu comandante por estar “trajando boné, sobrecasaca militar, lenço de seda ao pescoço, colete de rebuço de setim negro e calça de mesma cor”, quando o regulamento ordenava o contrário.²⁰⁶ Estes comportamentos certamente não agradavam muito os seus superiores. Entretanto, estas práticas rendiam-lhe o apoio incondicional dos seus comandados e Osório sabia usar muito bem isto. Nas eleições, ele destacava praças do regimento para irem pressionar os seus parentes e amigos a votarem com os seus candidatos. Em outra ocasião, ele assumiu que empregava os mesmos soldados nos trabalhos de sua estância. Além disso, os seus adversários acusavam-no de desviar o dinheiro do caixa do 2.º Regimento comandado por ele para benefício próprio.²⁰⁷

Neste sentido, as demonstrações de devoção por parte dos populares eram bastante correntes. Em 1864, quando foi removido do Comando da Fronteira de Jaguarão, um grupo de homens da cidade, que diziam pertencer a “classe proletária” escreveu uma série de palavras de agradecimento e admiração ao líder militar.²⁰⁸ Ao lermos o documento, resolvemos cruzar a lista das assinaturas destes populares com a lista de qualificação dos votantes de Jaguarão no mesmo ano.²⁰⁹ Tal método apresentou um resultado positivo. Quase todos os manifestantes eram também votantes na paróquia, o que apenas acentua as relações de liderança militar às de liderança política. Quanto às suas ocupações profissionais, havia 1 marceneiro, 1 pintor, 2 pescadores, 2 carpinteiros, 2 comerciantes, 3 alfaiates, 2 ourives, 2 empregados públicos, 2 marítimos e 5 que viviam de suas agências (ocupação muito comum entre os populares). A partir disto reiteramos a participação de homens livres pobres na política e de que forma eles ajudavam a sustentar a posição de elite ocupada por homens como Osório.

A partir destes fatos, não é difícil saber da onde vinha o seu sucesso como líder na Guerra. Conforme Grijó, o patrão, no caso Osório, “torna-se controlador de uma clientela formada por esta peonada, muitos dos quais dispostos inclusive a morrer por ele nos conflitos armados que, não raro, assumiam um caráter de extrema violência”.²¹⁰ Além disso, de acordo

²⁰⁴ OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 426-427.

²⁰⁵ COSTA, Virgílio Pereira da Silva. Op. cit., p. 219-220.

²⁰⁶ OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 636.

²⁰⁷ OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 532; 582.

²⁰⁸ OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 705-706.

²⁰⁹ Lista de Qualificação dos Votantes de Jaguarão (1864). Fundo Eleições. Maço 2. AHRs.

²¹⁰ GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., p. 94.

com Farinatti, “ter lutado em uma guerra poderia” servir como “fonte de hierarquização dentro das escravarias e nas comunidades de relações que reuniam escravos, libertos e livres pobres”.²¹¹ Nesta sociedade da campanha, o poder de um estancieiro não era apenas medido pela sua fortuna, mas também pela quantidade de homens que o mesmo era capaz de mobilizar em seu favor, seja para guerrear, seja para votar. Ainda de acordo com Farinatti, “esses oficiais buscavam construir e sustentar um cabedal militar, que tinha como um de seus principais componentes a capacidade de arregimentar homens em armas”. Além disso, “em muitos casos, o recrutamento podia ser feito através da mediação de seus parentes e aliados que eram proprietários de terras onde viviam famílias de agregados”.²¹²

Todo o poder que estes homens possuíam sobre os seus séqüitos, soldados e votantes transformava estes estancieiros em líderes locais que, se desagradados, podiam rebelar-se contra as autoridades centrais. Era notícia corrente na campanha que o estancieiro Francisco Pedro de Abreu, em 1851, andava diante de uma força de 1500 homens saqueando propriedades no Estado Oriental e causando muito transtorno na região. Faziam parte deste corpo “muitos ébrios de profissão, negociantes quebrados, desertores do Exército, grande número de emigrados orientais e não poucos criminosos”. Estes “cavaleiros astutos” como Francisco Pedro de Abreu, o Moringue, eram difíceis de serem capturados, pois “contavam com muita proteção na fronteira”, pois “cada habitante era um espião que tinha a seu favor”.²¹³

Por estes motivos, era do interesse da Coroa cooptar estes chefes milicianos e militares ou pelo menos impedi-los de algo que fosse contra os interesses do Império. O boato de que Osório queria anexar o Rio Grande ao Estado Oriental alarmou as elites centrais e o Imperador mandou-o buscar até a Corte para examinar a veracidade dos fatos.²¹⁴ Nesta ocasião, o estancieiro e o Rei palestraram sobre diversos assuntos, mas principalmente sobre a história militar do Império e das Repúblicas do Prata – curiosidades maiores de Pedro II. Quando Osório chegou ao Rio Grande, após esclarecer a falsidade das notícias, recebeu do Marquês de Caxias a seguinte missiva: “Há de se lembrar que uma vez lhe disse – que não havia morrer sem o ver General. Agora, pode-se reformar quando quiser, mas aconselho que espere ver clarear mais o horizonte oriental e argentino. Quem sabe se ainda teremos de

²¹¹ FARINATTI, Luis Augusto. Op. cit., p. 384.

²¹² FARINATTI, Luis Augusto. Op. cit., p. 374.

²¹³ OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 471; 479; 483.

²¹⁴ OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 672-673. A notícia foi espalhada pelo Barão de Porto Alegre, inimigo político de Osório, que queria afastá-lo da província.

comer algum churrasco juntos...”.²¹⁵ Anos depois, ambos se encontrariam novamente no Paraguai.

Após estes contatos iniciais, Osório foi cada vez mais aproximando-se da Corte, sendo que posteriormente foi senador e ministro. Quando da sua morte, em 1880, seus três filhos adultos também encontravam-se na Corte.²¹⁶ Neste sentido, Osório era um mediador que ligava as diversas paróquias da fronteira com o mundo exterior. De acordo com José María Imizcoz, pessoas de fora da comunidade procuram o mediador para intervir dentro da comunidade e pessoas da comunidade procuravam-no para intervir fora dela. Isto “reforçava sua posição ante as outras famílias de notáveis, que podiam necessitar sua mediação para acender a certas instâncias elevadas e obter determinados favores”.²¹⁷

Como muitos mediadores, Osório era procurado para resolver problemas tanto entre as elites quanto entre os populares. Em maio de 1867, por exemplo, uma senhora veio implorá-lo para que ele dispensasse o seu filho do recrutamento.²¹⁸ Em 1857, os eleitores de São Borja o escreveram pedindo para que ele intermediasse seus pedidos junto à Câmara dos deputados. Prontamente, Osório escreveu ao deputado Luis Bello pedindo “alguns melhoramentos para o Município, dos quais há realmente muita urgência”. Em uma extensa carta, ele enumerava uma série de solicitações, dentre as quais, a construção de uma ponte, uma barca para o transporte de animais, três aulas públicas, melhores salários para os professores, um canal e a reanexação de Cruz Alta, pois os cofres dos são borjenses estavam sendo prejudicados com a emancipação daquela vila.²¹⁹ Em outro caso, em dezembro de 1860, um médico lhe escrevia: “Reitero à V. Ex. o meu pedido em favor da candidatura de meu irmão Dr. Israel, pelo 1.º distrito. V. Ex. graças ao prestígio que lhe dão suas virtudes (...) tem a grande vantagem de popularizar as candidaturas, dando-lhes o apoio da opinião pública”.²²⁰ Este apoio era difundido através de cartas. Osório assinava uma série de circulares aos eleitores e os candidatos encarregavam-se de distribuí-las pelo seu distrito.

²¹⁵ Carta do Marquês de Caxias a Manuel Osório, Rio de Janeiro, 16.06.1859 (OSÓRIO, Fernando Luís. Op. Cit., p. 654.

²¹⁶ Inventário do Marquês do Herval. Livramento. Cartório da Provedoria. Processo n. 23. maço 1, estante 86, APERS.

²¹⁷ IMIZCOZ, José María. *Patronos y mediadores. Redes Familiares en la Monarquía y patronazgo en la aldea: la hegemonía de las elites baztanesas en el siglo XVIII*. In: Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra em el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX). Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001, p. 250.

²¹⁸ Carta do CSGN de Bagé ao Presidente da Província. Bagé, 30.05.1867. Fundo Guarda Nacional. Maço 4. AHRs.

²¹⁹ OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 623-625.

²²⁰ Carta de Miguel Barcellos a Manoel Osório. Pelotas, 06.12.1860. OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 669.

Neste momento é necessário considerar que o caso de Osório não era excepcional. Embora ele tenha sido o único estancieiro militar a atingir o Senado, outros proprietários de terra rio-grandenses tiveram um poder de mando próximo ao dele. A observação dos traços da trajetória de Osório nos auxiliou a identificar aspectos imperceptíveis em uma análise que desconsidere as redes de relações sociais e o papel dos atores sociais dentro do mundo da política. Autores que buscaram definir panoramas gerais através dos discursos parlamentares, dos artigos de imprensa e dos programas partidários, deixaram escapar o poder de influência do velho general que não discursava e nem escrevia artigos como os outros.

É possível, portanto, generalizar o seu comportamento para outros líderes milicianos e militares espalhados pelos campos da província, uma vez que ele não foi o único estancieiro (embora talvez fosse o principal) a exercer fascínio sobre peões e a gente do campo. Francisco Pereira de Macedo, “senhor de avultados bens de fortuna”, quando da Guerra do Paraguai “fez sentar praça cinquenta dos seus escravos e mandou, à frente deste contingente, os quatro filhos que tinha”. Tais serviços, somados à libertação de escravos em massa, lhe renderam o título de Visconde de Serro Formoso.²²¹

O Comandante Superior da Guarda Nacional de Porto Alegre, Coronel Joaquim Salgado – homem do campo que migrara para a capital – possuía uma casa muito movimentada. “Sua residência era, não somente um centro-político freqüentado pelas figuras mais representativas do partido liberal, como igualmente pelos mais altos expoentes da magistratura, do clero, das forças armadas, do comércio e indústria, e de famílias de escol social”. Mas além destes homens, também freqüentavam a mesma, “os mais modestos trabalhadores, ex-escravos e gente necessitada” que “encontravam do casal acolhida generosa”. A “mão benfazeja de dona Maria José (tratada geralmente por dona Pomboca) era uma ânfora milagrosa de benefícios aos necessitados”.²²² Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro, o Barão de São Borja, militar e estancieiro em Alegrete, era “um homem justo e bom, leal a seus companheiros, excelente chefe de família, sob cuja proteção viviam pobres e necessitados. E eram todos os que a ele recorriam”.²²³ Domingos Antiqueira, “fazendeiro abastado no município de Piratini”, entre outros bens, possuía uma chácara denominada

²²¹ CARVALHO, Mário Teixeira de. Op. cit., p.295. Sua fazenda tinha mais de 18 léguas quadradas de extensão, cortando os municípios de Lavras, Caçapava e São Gabriel. O autor ainda conta que na ocasião da visita do Imperador D. Pedro II, às suas terras, o Visconde fez executar o hino nacional por “uma banda de música organizada com escravos” seus.

²²² LAYTANO, Dante de. Guia Histórico de Rio Pardo. Prefeitura Municipal de Rio Pardo, 1979, p. 308.

²²³ ALMEIDA, Antônio da Rocha. Vultos da Pátria. RJ/POA/SP: Editora Globo, v. III, 1966, p. 229.

“Filantropia”, porque “o produto de sua renda contribuía para o bem estar de grande número de famílias pobres”.²²⁴

A liderança pessoal que estes homens exerciam, muitas vezes misturava-se com aspectos místicos e até mesmo mágicos acerca de suas pessoas. Uma das lendas mais conhecidas envolvia o estancieiro Bento Manoel Ribeiro, por exemplo. Conforme Farinatti, acreditava-se que o velho Marechal “teria um pacto com uma princesa moura encantada, que teria morada em uma gruta, uma “salamanca” do Cerro do Jarau, onde Bento Manoel tinha sua principal estância, vindo daí seu sucesso na guerra e na paz”.²²⁵

Vitorino José Ribeiro, por exemplo, era um “abastado estancieiro” que durante a Revolta dos Farrapos combateu “à frente de 400 colonos e escravos seus”, impondo muitas derrotas aos rebeldes. Sua liderança, no entanto, parecia ter origem também em outras fontes, pois Vitorino, “tinha também tão singular vocação médica, que era extraordinário o número de curas de enfermos confiados à sua capacidade. Até da capital corriam à sua fazenda, mandados pelos mais conceituados clínicos de Porto Alegre (...)”.²²⁶

Entre os habitantes do planalto serrano e da fronteira com a Argentina, não faltavam histórias fantásticas e místicas sobre Osório. Havia nas antigas Missões jesuíticas “lembranças e tradição” de existir extensos campos célebres pela riqueza dos seus ervais e abundância de gados, denominado de “Campo das Vacas Brancas”. Essa história perpetuou-se de geração para geração, “despertando a cobiça de muitos aventureiros”, mas sempre apresentou empresas fracassadas. Entretanto, em 1857, dois populares diziam ter encontrado os ervais, mas foram corridos por uma “horda de bugres”. Como o preço das ervas crescia a cada ano, o governo resolveu financiar uma expedição. Na ocasião, o presidente da província levou o fato ao Ministro do Império que aprovou a mesma. Osório foi escolhido como o mais apto a conquistar as novas terras e organizou uma força composta pelo capitão Tristão de Araújo Nóbrega e com ele mais um tenente, um alferes, um agrimensor, 27 soldados da Guarda Nacional, o cacique Prudente e 7 índios “mansos”.²²⁷

A expedição durou meses e quanto mais se avançava, mais difíceis eram os caminhos. Entretanto, um dos maiores obstáculos não eram as matas fechadas, animais e índios, mas sim os “mistérios” do lugar e “o encanto do suposto páramo”, conforme a carta de um dos comandados de Osório. Os vaqueanos temiam “uma mulher intitulada bruxa” e que habitava o outro lado do rio Ijuhy. Um dos vaqueanos recuava amedrontado, pois “tudo

²²⁴ CARVALHO, Mário Teixeira de. Op. cit., p. 128.

²²⁵ FARINATTI, Luis Augusto. Op. cit., p. 218.

²²⁶ TEIXEIRA, Múcio. Op. cit., p. 272.

²²⁷ OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 603-605.

acredita naquela fada”. Todas estas dificuldades foram vencidas em novembro de 1857, quando os supostos campos foram descobertos. Não possuíam as extensas e lendárias dimensões e há muito estavam desabitados. Entretanto, “um erval precioso foi achado entre os rios Pindahy e Sebollaty”. Osório ficou consagrado por ter comandado a expedição e daí vem a explicação do seu primeiro título: Barão do Eral.²²⁸ Neste episódio, não se deve ignorar as posteriores histórias que devem ter sido contadas envolvendo Osório, bruxas e fadas e a admiração que as mesmas causavam entre os populares, naquele mundo dominado pela oralidade.

Portanto, estas relações de patronagem e liderança perante um grupo de capangas e populares, por exemplo, acabava sendo transposta para dentro da política. Em suma, tais laços de fidelidade pessoal que faziam com que um séquito orbitasse em torno de um estancieiro eram amplamente utilizados pelos mesmos em benefício próprio e de sua facção. Como vimos na trajetória de Osório, o mesmo grupo de seguidores, além de servirem-no como trabalhadores nas estâncias, prestavam serviço como soldados, votantes e capangas eleitorais. Deixar de observar a habilidade com que Osório moldava estas relações, levando-os para pescar, oferecendo cachaça no acampamento ou relevando certas atitudes dos mesmos é ignorar como as relações patrão-cliente se construía na prática. Conforme Farinatti, “para ter o atendimento à suas necessidades de mão-de-obra, para angariar uma malha de dependentes, para reproduzir-se como elite daquela sociedade, não bastava ser proprietário de grandes extensões de terra”. Ocupar esta posição era “um ótimo instrumento para construir dependentes, mas devia estar ao lado de um gerenciamento competente das atividades econômicas e, sobretudo, de uma capacidade de usar seus recursos privilegiados para estabelecer importantes relações sociais horizontais (...) e verticais”.²²⁹

O herói da Guerra da Paraguai foi aclamado desde as mais remotas paróquias da província até a Corte. As vitórias nas batalhas ajudaram a moldar o perfil da elite política rio-grandense, pois levou militares ao Senado, junto com amigos e parentes seus. No entanto, a campanha do Paraguai não serviu apenas aos políticos. Ela também enobreceu uma série de guerreiros da aldeia que faziam parte do mundo da política, muito embora não discursassem e nem escrevessem artigos...

²²⁸ OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 604-611.

²²⁹ FARINATTI, Luis Augusto. Op. cit., p. 377.

Capítulo III

“Em nome do pai, do filho e dos cunhados...”:

disputas políticas e estratégias familiares da estância ao parlamento

A sós consigo, Batista pensou muitas vezes na situação pessoal e política. Apalpava-se moralmente (...) Que é que havia nele propriamente conservador a não ser esse instinto de toda criatura que a ajuda a levar este mundo? Viu-se conservador em política porque o pai o era, o tio, os amigos da casa, o vigário da paróquia, e ele começou na escola a execrar os liberais.

Machado de Assis, Esaú e Jacó, capítulo XLVII

João Francisco Vieira Braga, um rico negociante nascido no município de Piratini, notabilizou-se na sociedade pelotense pela enorme fortuna e influência política local que adquiriu ao longo do século XIX. Em 1820, doou um conto e duzentos mil réis, “em moeda forte”, para o estabelecimento de uma colônia de suíços no Rio de Janeiro e de alemães no Rio Grande do Sul. Em 1822, contribuiu “espontaneamente” com sete contos de réis para a sustentação da Independência do Brasil e da guerra contra Buenos Aires, na qual lutou no posto de capitão de milícias. Quando administrador do contrato dos quintos dos couros na província deu um lucro de mais de cem contos de réis (em dois anos e meio) ao Império. “Por ocasião das Campanhas do Sul, forneceu ao Imperial Exército Brasileiro com gêneros alimentícios comprados com seu próprio capital, e pagou outros subministrados pela Repartição do Comissariado”. Também ofertou seus escravos calafates para aumentar a força Imperial Armada no Rio da Prata e “aprontou um armazém seu com tarimbas para cem

praças (...) que se achavam sem barracas”. Os serviços prestados por João Francisco ao Império não pararam por ali, vindo a se estender até a Guerra do Paraguai quando ele despendeu enorme fortuna, seja fornecendo carne verde e farinha aos exércitos acampados, seja hospedando autoridades. Tais ações fizeram com que o negociante fosse recebendo títulos e ordenações até ser elevado a Conde de Piratini, em 1885, exatamente quando o seu Partido, o Conservador, subiu ao poder. Era um dos chefes do mesmo partido o jovem deputado Paulino Chaves, filho do Senador Pedro Chaves – primo do Conde.¹

Além destes gastos financeiros, o Conde também foi deputado provincial em 1835 e teve enorme influência na vida política local, sendo juiz de paz, vereador e membro de diversas comissões destinadas a interferir nas políticas públicas de Pelotas. A sua figura junto à esta comunidade paroquial tornou-se mais grandiosa com as demonstrações de benemerência – comum a muitos nobres e ricos naquela sociedade. O Conde de Piratini contribuiu amplamente com a Santa Casa de Misericórdia, o Asilo dos Mendigos, a Beneficência Portuguesa, o Asilo dos Órfãos, a Biblioteca Pública, as corporações religiosas, entre outras.² O desejo de ser titulado pelo Imperador e de diferenciar-se dos outros estancieiros, negociantes e charqueadores locais certamente ajudava a pautar o comportamento deste rico senhor. Poucas famílias, no entanto, conseguiram reunir em suas mãos os títulos nobiliárquicos concedidos pela Coroa. Sabe-se muito pouco a respeito das mesmas e as páginas a seguir buscam demonstrar quem eram as “principais” famílias da província e como elas estavam relacionadas com o mundo da alta política.

3.1 – A Nobreza da Guerra: um perfil sócio-econômico e político das famílias “nobres” do Rio Grande do Sul imperial

A distribuição de títulos de nobreza foi uma das principais práticas da Coroa na cooptação das elites provinciais. De acordo com José Murilo de Carvalho, os mesmos eram oferecidos a ricos senhores de terras e escravos que haviam contribuído de alguma forma,

¹ CARVALHO, Mário Teixeira de. Nobiliário Sul-riograndense. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo 199-200. Para outros dados biográficos do Conde de Piratini ver SPALDING, Walter. Construtores do Rio Grande. Porto Alegre: Editora Sulina, volume I, 1969, p. 133-139; CESAR, Guilhermino. O Conde de Piratini e a Estância da Música: administração de um latifúndio rio-grandense em 1832. Porto Alegre/ Caxias do Sul: EST/ IEL/ UCS, 1978.

² CARVALHO, Mário Teixeira de, Op. Cit., p. 200.

geralmente com dispêndio de seu patrimônio, para a defesa ou o desenvolvimento do Império do Brasil.³

Observar todos os nobilitados sul-rio-grandenses é, portanto, voltar os olhos para aqueles homens (juntamente com suas famílias) que, por serviços prestados à Coroa, teceram um forte vínculo com a mesma. A ostentação de tais títulos, no entanto, foi privilégio de poucos. Nem todas as famílias abastadas da Província foram congratuladas com títulos nobiliárquicos, no entanto, todos os nobilitados possuíam uma riqueza material considerável em suas localidades. Assim sendo, ao selecionarmos os cidadãos nobilitados entre 1825 e 1889 temos não somente uma significativa amostra das famílias mais ricas da província, mas também, e talvez principalmente, daquelas que se identificavam e eram identificadas com o projeto político imperial. Além disso, os títulos lhes conferiam certo *status* social que as diferenciava das demais famílias do extremo sul do País. Pode-se dizer ainda que a Corte, ao congratulá-los, os reconhecia como membros das elites provinciais, possibilitando, através dos mesmos, uma melhor interlocução entre o Centro e a periferia, e oferecendo-lhes, em consequência disto, um acesso mais facilitado ao mundo da alta política.

Para o estudo deste grupo, tomamos como principal fonte de pesquisa a relação dos nobres sul-rio-grandenses elaborada por Mário Teixeira de Carvalho. Este autor, através de uma intensa pesquisa em inventários *post-mortem* e demais fontes bibliográficas, reuniu 159 nobres com suas respectivas árvores genealógicas. No entanto, os critérios utilizados por Carvalho não são os mesmos que os nossos e, portanto, nem todos os nobilitados reunidos em seu trabalho pertencem ao grupo que nos interessa investigar.⁴ Do total de verbetes reunidos por Carvalho, eliminamos 38 por serem de nobres ou fidalgos estrangeiros com títulos concedidos em outros países; 11 por serem rio-grandenses que migraram e receberam seus títulos em outra província; 17 por serem nobres que apenas ocuparam cargos burocrático-administrativos na província sem possuir nenhum contato familiar com a mesma; 15 por serem na realidade eclesiásticos que o autor resolveu agrupar aos demais; 8 que, sendo de outras províncias, foram arrolados apenas por estabelecer algum parentesco com famílias do Sul; e 5 por terem recebido seu título antes do período analisado. Com esta triagem inicial, chegamos a um total de 58 nobres. São na maioria rio-grandenses que receberam seus títulos pelos muitos serviços prestados no Rio Grande do Sul, onde residiram por longa data com

³ CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 258.

⁴ Mário T. de Carvalho agrupou todos os nobres e fidalgos que tivessem qualquer tipo de ligação com o Rio Grande do Sul, como por exemplo, os presidentes de província nortistas que residiram em Porto Alegre por pouco tempo.

suas famílias. Os critérios prosopográficos que nortearam esta análise foram os mesmos utilizados no capítulo primeiro.⁵

A primeira constatação digna de comentário é que dos 58 nobres, 31 possuíam ligações familiares com outros nobilitados, sendo 23 com nobres do próprio grupo. Ou seja, cerca de 40% dos 58 nobilitados possuíam vínculos de parentesco consanguíneo, matrimonial ou de compadrio entre si, tornando tal grupo ainda mais restrito.

No que diz respeito à naturalidade dos mesmos, encontramos tal informação para 51 nobilitados. Destes, 7 não eram rio-grandenses, 5 eram da região da campanha, 12 de Porto Alegre e arredores, 10 da região central-colonial e 17 do núcleo charqueador da Província.⁶ Contudo, se para a elite política o local de nascimento pode ser considerado importante, pois indica quais famílias nascidas em determinadas regiões eram mais propícias a iniciar a carreira política dos seus filhos, entre os nobres este indicador deve ser relativizado. Ao contrário da elite política, onde boa parte dos seus membros eram “iniciados” desde cedo (na sua casa, nas escolas e posteriormente nas academias), os nobres recebiam seus títulos depois de uma avançada idade. Enquanto os deputados ingressavam no parlamento entre os 25 e 35 anos, a média de aquisição do primeiro título nobiliárquico, entre os 38 indivíduos em que tal informação foi localizada, foi de 56 anos. Portanto, para extrair melhores conclusões, devemos identificar também aonde os mesmos possuíam propriedades, ou seja, concentravam sua base econômica e social.

O novo quadro que se desenha possui alguns traços semelhantes observados no capítulo primeiro quando analisamos os deputados gerais: uma relativa migração dos locais de nascimento (principalmente de regiões menos ricas) para alguns dos grandes centros regionais como Pelotas, Cruz Alta e Alegrete, por exemplo. No entanto, outros núcleos urbanos como Porto Alegre, Rio Pardo e Rio Grande não atraíram estes homens que vieram a nobilitar-se, o que diverge, em parte, do deslocamento feito por homens com fins estritamente políticos. Portanto, o fator mais significativo nestas migrações foi outro. A região da campanha, onde apenas 5 nobres haviam nascido, concentra como local de atividade 20 deles. Ou seja, é possível constatar que para enobrecer-se foi necessário que alguns se deslocassem dos centros mais urbanizados para as regiões mais fronteiriças, ao contrário da elite política.⁷

⁵ Referimo-nos principalmente às divisões geográficas.

⁶ Para 7 indivíduos este indicador não foi localizado. Os critérios de diferenciação regional são os mesmos do capítulo primeiro.

⁷ Contabilizando o local de nascimento das testemunhas dos processos crime na cidade de Alegrete (em meados do século XIX), Luis Augusto Farinatti identificou um elevado número de pessoas que nasceram fora do

A partir destes números, fica evidente que a Coroa tendeu a oferecer títulos para as famílias da região da campanha e do complexo charqueador, que juntas somavam 34 nobres (67% do total dos nascidos na província). Neste sentido, ela privilegiava as elites de duas macro-regiões: a) uma economicamente importante para o comércio exportador da Província (a produção e o escoamento do charque), que tinha Pelotas e Rio Grande como seus principais eixos; b) a outra pela localização estratégica, cujas famílias que ali residiam colaboraram fortemente com a defesa da fronteira, seja através da ocupação territorial, seja pela sua participação nas guerras.

Não faltam exemplos destas trajetórias que certamente mereceriam estudos mais aprofundados. O pernambucano Vitorino José Carneiro Monteiro, por exemplo, chegou ao Rio Grande do Sul para combater os rebeldes Farrapos na década de 1830. Na ocasião, acabou casando-se com a filha do seu próprio comandante, o Marechal Bento Manoel Ribeiro, e constituiu família no município de Alegrete, onde também tornou-se estancieiro. Em 1870, por seus serviços prestados durante a Guerra do Paraguai, foi agraciado com o título de Barão de São Borja. Outro estancieiro que fixou residência na região da campanha por advento das guerras foi Bento Martins Menezes, nascido em Cachoeira do Sul. Oficial da Guarda Nacional, estabeleceu-se no município de Uruguaiana onde possuía sua estância. Em julho de 1870, recebeu o título de Barão de Ijuí por ter lutado com distinção na mesma Guerra.

Contudo, uma outra parcela desta sociedade notabilizou-se mais pela sua riqueza do que pela bravura nas guerras. José Antônio Moreira, o Barão de Butuí, era um dos mais ricos charqueadores pelotenses. Entretanto, sua grande “fortuna” talvez tenham sido as suas filhas: Cândida casou-se com Leopoldo Antunes Maciel (Barão de São Luis) que era irmão de outro genro seu, o ministro Francisco Antunes Maciel (Barão de Cacequi), casado com a filha Francisca. A caçula Leonídia uniu-se por matrimônio a Manoel Luis Osório, filho do General homônimo. Maria, por sua vez, casou-se com o neto do Visconde de Jaguarí – rico estancieiro em Pelotas. Esta poderosa engenharia de matrimônios deixava o Barão bem próximo do mundo da alta política. Outro exemplo pode ser dado na análise da trajetória de João Simões Lopes, o Visconde da Graça. Charqueador em Pelotas, João também era irmão do deputado geral Ildefonso Simões Lopes. Assim como o Barão de Butuí, o casamento de

município. Para o autor, “isto não se devia apenas à ‘juventude’ da ocupação luso-brasileira, mas provavelmente também ao fato de que aquela região de pecuária extensiva seguiu atraindo migrantes de forma importante”. No seu cálculo, 92% das testemunhas dos processos crimes eram migrantes. (FARINATTI, Luis Augusto. Op. cit., p. 348.).

seus filhos o ligaram ao Barão de São José, ao charqueador Junius Cássio de Almeida, filho de Domingos José de Almeida⁸, e ao o espanhol Conde de la Maza.

Entretanto, nem todos os nobres desta região em torno de Pelotas eram charqueadores. Havia muitos fazendeiros e homens com atividades urbanas. Pelo Quadro 8, percebe-se que a maioria dos títulos de nobreza foram concedidos aos estancieiros da campanha e de outras regiões da província. Os charqueadores somavam apenas 9%, enquanto os negociantes reuniam 10% da amostra. Juntos eles perfaziam menos de 1/5 da nobreza provincial – número bastante reduzido se comparado aos 64% de nobres que se dedicavam a criação de gados.⁹

**Quadro 8 – Atividade econômica e ocupação profissional dos
58 nobres rio-grandenses (1825-1889)**

Atividade econômica		Subtotal	Total
Estancieiros	Estancieiro	22	33 (56%)
	Estancieiro/militar	05	
	Estancieiro/advogado	03	
	Estancieiro/agricultor	01	
	Estancieiro/magistrado	01	
	Estancieiro/médico	01	
Negociantes	Negociante	05	06 (10%)
	Negociante/militar	01	
Charqueadores	Charqueador	01	05 (09%)
	Charqueador/estancieiro	04	
Outros	Médico	02	11 (19%)
	Diplomata	01	
	Empregado público	02	
	Militar	06	
Não localizado	Não localizado	03	03 (06%)
Total		58	58 (100%)

Fonte: Carvalho, Mário Teixeira de. Op. cit.

⁸ Um dos principais chefes da Revolução Farroupilha (1835-1845). Era rico negociante e charqueador em Pelotas. Sobre a sua vida ver LESSA, Barbosa. Domingos José de Almeida. Porto Alegre: Tchê edições, Coleção Esses Gaúchos, n. 27, 1985.

⁹ Entre os 64% consideramos também os 4 charqueadores/estancieiros. Agrupamos os charqueadores e os negociantes como 20% do grupo porque, segundo Helen Osório, alguns deles poderiam executar ambas as atividades conjuntamente ou separadamente em diferentes épocas da vida (OSÓRIO, Helen. Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese de Doutorado. Niterói: PPG em História da UFF, 1999). No entanto, cremos que a melhor maneira de definir estes grupos sócio-ocupacionais seria investigá-los mais de perto num exercício de micro-análise, como Luis Augusto Farinatti realizou para os estancieiros da região da campanha (FARINATTI, Luis Augusto. Op. cit.). Não existem pesquisas deste tipo sobre os negociantes e os charqueadores na segunda metade do século XIX no Rio Grande do Sul e a sua ausência limitam, em parte, as nossas conclusões.

O Quadro ainda revela que os militares de carreira somavam 20% do grupo, e que advogados e médicos somavam 9%. Mas se os militares possuíam uma representação relativamente pequena, como considerar esta nobreza como uma *nobreza da guerra*? A resposta é encontrada quando se busca identificar quantos ocuparam altos postos de comando na Guarda Nacional. Pelo menos 26 nobres executaram tais funções, ou seja, 45% deles. Somados aos militares, temos que 65% dos nobres estiveram diretamente envolvidos com as guerras na província. Entretanto, nem todos lutaram nas mesmas épocas. Destacando as principais guerras do período (a Revolta dos Farrapos (1835-1845), a Guerras contra Oribe e Rosas (1851-1852) e a Guerra do Paraguai (1864-1870)) temos que, entre os 58 nobres, 22 combateram na Revolução Farroupilha.¹⁰ Destes, 2 eram rebeldes, 19 eram legalistas e 1 não se soube o lado em que lutou.

Este índice revela que a Coroa era atenta ao passado dos possíveis nobilitados, pois praticamente não concedeu títulos aos farroupilhas. Isto relativiza algumas teses, como a de Ilmar de Mattos, que insistem numa cooptação unilateral da Corte sobre as elites provinciais. É sabido que vários rio-grandenses posicionaram-se contra o projeto descentralizador e republicano dos farrapos. Tal postura deu-se muito antes dos Saquaremas subirem ao poder, o que revela que os mesmos possuíam idéias próprias e não foram apenas cooptados por um projeto vindo do Centro. Nas primeiras décadas do Império, o território foi mantido e a monarquia consolidou-se somente porque parte das demandas das elites regionais em todo o Brasil foram atendidas. No Rio Grande do Sul, estes mesmos legalistas contribuíram com suas fortunas e homens por algo que defendiam segundo as próprias conjunturas políticas e econômicas da província e não por algo exclusivamente oriundo do Centro.¹¹

Mas não somente na Farroupilha estes nobres tiveram seu batismo de guerra. Dos 58 nobres, 17 também participaram da campanha contra Oribe e Rosas, sendo que 12 eram antigos legalistas. No entanto, o índice mais impressionante é aquele relativo à Guerra do Paraguai. Nada menos do que 37 nobres (65% do grupo) tiveram relação direta com o conflito. Destes 37, pelo menos 30 participaram efetivamente no campo de batalha, enquanto os outros 7 contribuíram emprestando dinheiro ao Governo. Destes 30 nobres, 17 haviam lutado também na Guerra contra Rosas e 16 contra os rebeldes farrapos. Muitos destes nobres, portanto, despenderam fortunas, prejudicaram suas propriedades, gastaram seu tempo

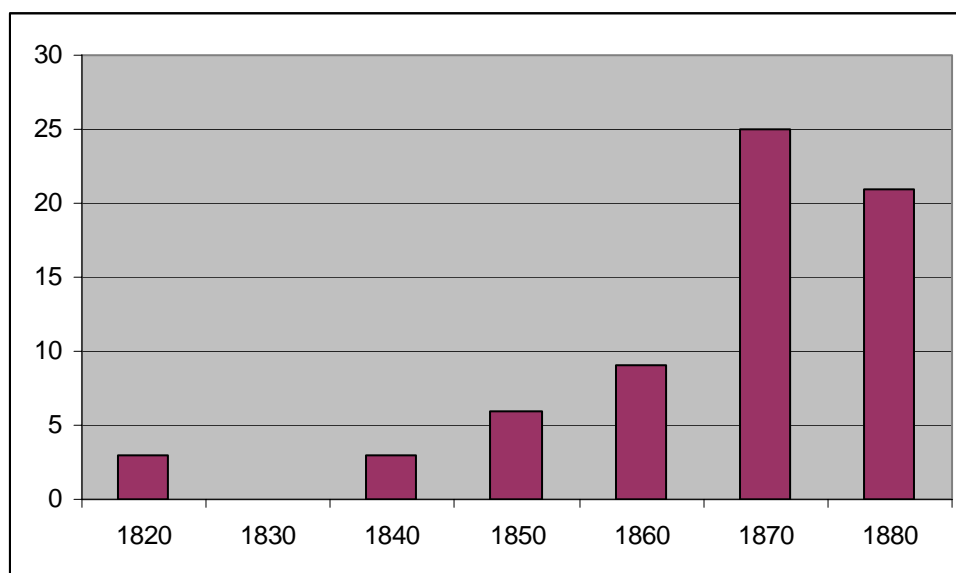
¹⁰ Entre os 57 nobres, 6 lutaram nas guerras com os vizinhos platinos antes da década de 1830, como a Cisplatina (1825-1828), por exemplo.

¹¹ Para uma avaliação semelhante e mais voltada para os elementos discursivos deste grupo de legalistas ver KLAUFKE, Álvaro Antônio. *O Império na Província: construção do Estado nacional nas páginas de O Propagador da Indústria Rio-grandense (1833-1834)*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PPG em História do IFCH/UFRGS, 2006.

e arriscaram suas próprias vidas e de seus familiares na defesa da Coroa e de seus interesses locais.

Se a Guerra do Paraguai foi capaz de nobilitar muitos rio-grandenses, o movimento abolicionista que tomou conta do país também contribuiu para congratular outros tantos. Muito embora alguns recebessem seus títulos como uma espécie de indenização, a Coroa também premiou aqueles que se anteciparam à Lei Áurea. O estancieiro Francisco Pereira de Macedo, por exemplo, na ocasião do movimento abolicionista “libertou em massa a sua numerosa escravatura, gesto este que teve larga influência entre os fazendeiros dos municípios vizinhos” e que lhe rendeu o título de Barão de Serro Formoso.¹²

Gráfico 2
Concessão de títulos de nobreza de 55 rio-grandenses (1825-1889)¹³



Fonte: CARVALHO, Mário Teixeira de. Op. cit. As datas dos referentes decretos que concederam os títulos foram elencadas pelo autor em cada uma das biografias. Os dados foram reunidos e organizados por nós.

¹² CARVALHO, Mário Teixeira de. Op. Cit., p. 295. No entanto, Teixeira de Carvalho não traz informações seguras sobre as alforrias coletivas concedidas por estes senhores titulados. Dos 58 nobres, consta que 9 libertaram escravos em grande quantidade. Contudo, 3 receberam títulos também porque emprestaram enormes quantias referentes à Guerra do Paraguai e outros 3 por terem lutado na mesma Guerra. Ou seja, ao que parece, apenas 3 receberam os títulos exclusivamente por terem libertado sua escravaria. Mas deve-se convir que o desgaste (principalmente material) com a Guerra do Paraguai e a posterior perda da mão-de-obra cativa tenha prejudicado muitos, tornando-se difícil saber até que ponto os títulos foram concedidos pela participação nas batalhas ou pela libertação (ou indenização) de escravos. É bem possível que muitos deles tenham sido gratificados por esta dupla perda.

¹³ Não foi possível identificar o ano da titulação para 3 nobres.

Tanto a Guerra do Paraguai quanto o movimento abolicionista provocaram relevantes mudanças no comportamento político das elites brasileiras nas últimas décadas do Império. Buscando demonstrar o seu impacto sobre as elites rio-grandenses elaboramos o Gráfico 2. Nele percebe-se que a concessão de títulos tomou um impulso extraordinário após a Guerra, estendendo-se até a queda da Monarquia. Cerca de 68% dos títulos foram conferidos entre 1870 e 1889. Não é coincidência que no ano de 1870 (fim da Guerra) e no de 1888 (Abolição da escravatura) foram os que o Governo concedeu o maior número de títulos: 7 em cada um deles, ou seja, 20% do total de títulos conferidos em todo o período. A “indenização” aos senhores de escravos foi algo comum a outras províncias do Brasil, como demonstrou José Murilo de Carvalho.¹⁴ Para o autor, a distribuição de títulos nesta época se deu mais por compensação do que por cooptação. No entanto, Carvalho não menciona em momento algum que tal compensação tenha sido por causa da Guerra do Paraguai, o que nos faz crer que a titulação dos líderes guerreiros, sobretudo comandantes de destacamentos da Guarda Nacional, foi peculiar ao Rio Grande do Sul.

A distribuição dos títulos, no entanto, também dependia, em muitos casos, da filiação partidária dos pretendentes. Muitos liberais que lutaram na Guerra do Paraguai tiveram que esperar a ascensão do seu Partido, em 1878, para receber tal reconhecimento. O estancieiro Antônio Caetano Pereira, por exemplo, que era Comandante Superior da Guarda Nacional em Livramento e ativo membro do Partido Liberal, recebeu o título de Barão de Ibirapuitan quase 10 anos após o término da Guerra, em abril de 1879.¹⁵ O mesmo aconteceu com o militar Emílio Luis Mallet, que só foi titulado como Barão de Itapevi em dezembro de 1878, certamente por influência de Osório, do qual foi padrinho de casamento e nutria grande amizade. Entretanto, isto não era a regra geral, e alguns nobres receberam seus títulos de gabinetes adversários, como o próprio Osório, que tornou-se Marquês do Herval em 1869, quando os conservadores estavam no poder.

As conseqüências da campanha do Paraguai não ocasionaram somente uma enxurrada de títulos nobiliárquicos aos sul-rio-grandenses, mas também, como muitos estudos já revelaram, ela trouxe fortes conseqüências ao próprio país enquanto nação.¹⁶ Além disso, a Guerra motivou uma enorme crise política que alçou os conservadores ao poder, incentivou a organização de clubes e partidos republicanos, difundiu idéias anti-escravistas

¹⁴ CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit., p. 258.

¹⁵ CARVALHO, Mário Teixeira de. Op. Cit., p. 114.

¹⁶ CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 3.^a edição, 2002; DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; SCHULZ, John. O Exército na Política: origens da intervenção militar (1850-1894). São Paulo: EDUSP, 1994.

entre as elites urbanas e aprofundou ainda mais a crise financeira do Estado Monárquico.¹⁷ Entretanto, o aspecto que talvez seja mais interessante para a análise que se segue foi a valorização do Exército brasileiro, mas, sobretudo, a dos seus líderes.¹⁸ A campanha do Paraguai afetou positivamente a carreira de Osório, Corrêa da Câmara e outros militares. O Império foi percebendo aos poucos a sua importância e concedeu a Osório todos os seus títulos nobiliárquicos (de Barão à Marquês do Herval) entre 1866 e 1869, ou seja, durante as batalhas. O general rio-grandense foi recebido como herói nacional e morreu, anos depois, ainda lembrado pelos serviços prestados na Guerra. Conforme Celso Castro, foi Osório, e não o Duque de Caxias, que saiu da Guerra como o grande soldado. Osório foi cultuado até a década de 1920, quando teve início um movimento militar que buscou resgatar a figura de Caxias, reconstruindo-o como o verdadeiro líder militar da Guerra.¹⁹

No Rio Grande do Sul, onde toda a base social de Osório se encontrava, os resultados foram muito maiores. Como vimos, ele tornou-se um chefe incontestável e sua influência política, para o desespero dos adversários, crescia cada vez mais. Mesmo um ano após o fim da guerra, o Visconde da Graça escrevia ao Barão de São Borja reclamando: “O Sr. Marquês do Herval aqui se acha recebendo as ovações e obséquios dos porto-alegrenses, que os jornais, mais ou menos pomposamente levaram ao conhecimento do meu nobre amigo. Há dias, pois, que estas cabeças só cuidam de folia”.²⁰ Tamanha adesão popular também se deu pela habilidade com que Osório enfrentou a guerra. Durante o conflito ele não se empenhou em nenhuma eleição do seu partido, afastando-se da política. O objetivo era conseguir o apoio dos adversários conservadores, pois sem eles, o contingente militar ficaria bastante reduzido.²¹

¹⁷ Ver, por exemplo, VIANNA, Oliveira. O Ocaso do Império. SP: Melhoramentos, 1925; COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia a República: momentos decisivos. São Paulo: Brasiliense, 1987.

¹⁸ CASTRO, Celso. Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995; SCHULZ, John. O Exército e o Império. In: HOLLANDA, Sérgio B.; CAMPOS, P. M. (org.). História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico. Tomo IV, vol. 2. São Paulo: Difel, 1977.

¹⁹ Nesta batalha simbólica, Caxias acabou vencendo Osório e tornou-se o patrono do Exército. A preferência por Caxias era justificada pelo seu equilíbrio político, conservadorismo e imagem de pacificador. Com as Revoltas Tenentistas, as Forças Armadas precisavam de uma figura com este perfil (mesmo que, segundo Castro, ele fosse construído e não levava em conta a atuação política de Caxias) e Osório não poderia ocupá-la devido ao seu caráter popular. Ele sempre foi visto como um ser humano cheio de virtudes, um exemplo de valentia, enquanto Caxias ultrapassava tais parâmetros e era cultuado como algo inatingível, ou seja, fora da alçada dos jovens soldados. (CASTRO, Celso. A invenção do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002).

²⁰ Carta de João Simões Lopes (Visconde da Graça) ao Barão de São Borja (Vitorino Carneiro Monteiro). Porto Alegre, 02.08.1871. Lata 450, pasta 7, carta 2. Arquivo do Barão de São Borja. IHGB.

²¹ Este procedimento era do conhecimento de todos. Em 17 de Novembro de 1868, Osório escreveu ao chefe do Partido Liberal em Rio Grande explicando a sua abstenção nas eleições: “Mas, a mim, o que me compete fazer? O que quer, meu amigo, que eu faça? Meu concurso além de improficuo, quebraria a coerência de meu procedimento (...). Incoerente, porque sabe que desde que a Nação achou-se envolvida na guerra estrangeira que sustentamos, não alimentei outro desejo, outro empenho, senão vê-la terminada com honra; para esse fim

Durante as batalhas, muitos estancieiros perderam familiares e trabalhadores e tiveram seus patrimônios saqueados.²² Osório também era um estancieiro e não menos vulnerável do que os outros. Em 14 de julho de 1870, o general escrevia de Pelotas ao filho Francisco: “Anteontem cheguei a esta cidade. A Manoela te dará notícias da estância que esteve quase abandonada por dez anos. Eu não tenho melhorado e nem piorado; só tenho mais um dente a sair e já muito abalado”.²³ Os ferimentos da guerra deixaram-no inativo durante meses. Dias depois, Osório, que contava com 62 anos de idade, escrevia a um amigo: “Ontem extraí o 6.º dente; ainda não mastigo e nem esperanças tenho; e fico de cama combatendo a minha perna”.²⁴ As perdas e marcas da guerra foram tantas que os próprios líderes a condenavam. Em uma carta exemplar, Caxias evidenciava todo o seu descontentamento com a campanha do Paraguai:

“Exmo. Amigo e Camarada. (...) Aqui estou sofrendo as intrigas provenientes dos serviços que caí na asneira de querer prestar ao nosso país. Mas, como tenho consciência de que cumpri o meu dever, estou satisfeito e disposto a reagir como puder aos intrigantes, que todos me tem aqui atormentado com as suas visitas, e pedidos de empregos, e até muitos de dinheiro, que é o que mais me incomoda porque não tenho bastante para repartir com os caloteiros. Estimarei que vá melhor de seus incômodos, e que já tenha bem cuidado das suas vacas, que é com que os seus filhos se hão de achar, no fim de contas, porque as tais grandezas com que costumam a remunerar os nossos serviços, sei, por experiência própria, que não servem senão para nos tirar dinheiro das algibeiras. Fez bem espaçar a sua vinda a esta Corte, onde lhe haviam receber com foguetes e vivas, que não encham barriga, e no fim das festas, se V. Ex. não tivesse a casa de algum amigo para se recolher, o haviam deixar na rua, porque assim são as coisas deste mundo (...). Minha mulher muito se lhe recomenda e manda-lhe dizer, que se cair em cá vir, terá um bom prato de mondongo para lhe oferecer, por saber que é guisado do seu gosto”.²⁵

Relatos como estes, demonstram que as guerras, se por um lado geravam títulos, riquezas e líderes militares, por outro provocavam crises e ameaçavam muitas fortunas na

busquei o concurso de todos os rio-grandenses; não vi mais cores políticas; busquei as dedicações patrióticas, o merecimento, o valor” (OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luís. História do General Osório. 2º Volume. Pelotas: Typografia do Diário Popular, 1915, p. 690).

²² Os municípios de Uruguaiana, Itaqui e São Borja também foram invadidos pelos paraguaios.

²³ Carta de Osório ao filho Francisco in: OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luís. Op. Cit., p. 660.

²⁴ Carta de Osório a T. Menezes. Pelotas, 28.07.1870 in: OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luís. Op. Cit., p. 660.

²⁵ Carta de Caxias para Osório. Andaraí, 28.06.1860 in: OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luís. Op. Cit., p. 659.

região da fronteira. A participação dos estancieiros rio-grandenses na Guerra do Paraguai foi fundamental para o sucesso das batalhas e a Coroa, sabedora disto, tratou de recompensar muitos deles. Dos 20 nobres que possuíam suas bases na região da campanha, apenas 4 não lutaram nesta Guerra. Descontando que dois já eram falecidos na época do conflito, tem-se que apenas 2 não se envolveram com as batalhas. Ambos receberam seus títulos em 1888 por libertarem seus escravos.

Apesar dos estancieiros serem guerreiros experientes e com enorme influência política em suas localidades, dos 58 nobres, somente 12 lutaram nas três Guerras, chegando no Paraguai como altos oficiais. Juntos eles somavam 9 Barões, 1 Conde, 1 Visconde e 1 Marquês. Não nos causa surpresa que estes 3 militares com maior titulação nobiliárquica eram Manoel Marques de Sousa (Conde de Porto Alegre), José Antônio Corrêa da Câmara (Visconde de Pelotas) e Manoel Luis Osório (Marquês do Herval), ou seja, os maiores oficiais militares rio-grandenses da segunda metade do século XIX. Ambos também se destacaram por terem sido os únicos militares rio-grandenses que, após a década de 1840, se tornaram ministros de Estado – todos ocupando a pasta da Guerra.

Pode-se concluir, a partir destes indicadores (atividade militar, carreira política e títulos nobiliárquicos), que estes 3 militares pertenciam não somente à *elite da elite política provincial*, mas também à elite nobiliárquica da província (pois formavam um diminuto grupo que estava acima dos Barões) e à elite militar – algo extremamente importante numa província em que os mesmos eram bastante valorizados. Estes dados evidenciam que o topo da pirâmide social desta sociedade era bastante pequeno, reunindo diferentes elites que podiam perfazer uma só. Também é importante evidenciar que se por um lado a carreira militar não era o caminho mais favorável para o ingresso na política, por outro, ela oferecia as melhores condições para um rio-grandense tornar-se um nobre. Estes indicadores divergem, por exemplo, do grupo de bacharéis em direito estudados até aqui, no qual existem poucos nobilitados, mas o índice de políticos, como vimos, é bastante acentuado.

Levando-se em conta estes dados, é possível concluir que os militares nobres e os advogados políticos aqui analisados pertenciam a grupos sociais diversos, isolados, e que disputavam espaços de influência dentro do aparato político provincial? Uma abordagem que enfocasse apenas os indivíduos em detrimento das famílias, certamente cairia nesta armadilha. Estudar cada um destes pólos de maneira isolada é perder a dimensão social que permeava as relações políticas provinciais, uma vez que os ocupantes dos principais cargos políticos e os guerreiros nobilitados entrelaçavam-se nas mesmas famílias. Além disso, muitos nobres também eram políticos, o que acentuava ainda mais a sua ligação com os

bacharéis em direito. Dos 58 nobilitados, 23 (40%) ocuparam algum cargo político de importância (4 ministros, 2 senadores, 2 ministros que também foram senadores, 4 deputados gerais, 11 deputados provinciais e 2 presidentes de província). Somando ministros, senadores e deputados gerais temos que 10 nobres freqüentaram a Corte como representantes políticos da Província, ou melhor dizendo, serviram como mediadores entre a periferia e o Centro.²⁶

Contudo, para obtermos uma visão mais clara destas relações sociais e políticas é necessário analisar de maneira mais aprofundada os vínculos familiares entre a nobreza da Guerra e os políticos rio-grandenses mais importantes. Seguindo esta linha de investigação, percebemos que as ligações dos titulares rio-grandenses com o campo político eram mais estreitas do que os dados acima demonstraram. Dos 35 nobres restantes, ou seja, aqueles que não eram políticos, 3 possuíam filhos deputados e 5 possuíam genros igualmente deputados. Entretanto, 2 dos genros eram das mesmas famílias de outros 2 filhos deputados, portanto, estes números referem-se a 6 famílias ao invés de 8. Subtraindo agora estes 6 indivíduos, poderíamos dizer, portanto, que 29 nobilitados não possuíam ligação direta com o campo político?

Talvez seja necessário observar os outros vínculos parentais que envolviam estes nobres. Destes 29 restantes, 9 possuíam outro tipo de laços estreitos com políticos, como por exemplo: 4 irmãos, 1 pai, 2 cunhados e outros 2 que estabeleceram vínculos estreitos com famílias tradicionais na política. Sobram, portanto, 19 (33%) sem nenhuma rede parental com a elite política provincial. Destes 19, 5 eram militares de carreira que comandaram alguma fronteira ou foram comandante das Armas e 11 foram oficiais superiores da Guarda Nacional ou das milícias. Para 2 não se tem informações e o outro era médico/estancieiro. Já vimos o papel da Guarda Nacional na vida política da Província, o que amarra, mesmo que indiretamente, estes outros nobres com os políticos da elite. Portanto, se aceitarmos que os nobilitados rio-grandenses constituem-se em uma significativa amostra das famílias da elite provincial, é possível considerar que o seu imbricamento com a alta política foi evidente. Ou seja, os mediadores, quando não surgiam dos ramos das próprias famílias nobres, buscavam ligar-se a elas a procura de prestígio junto ao Rei e *status* social, o que reforçava e oferecia mais segurança aos seus investimentos.

O ingresso no mundo da política ou a inserção de um parente próximo não se dava por acaso e exigia um preparo antecipado. Vimos no capítulo primeiro que a formação

²⁶ Além disso, estes indicadores convergem com o que apontou José Murilo de Carvalho, ou seja, de que os barões não faziam parte da elite política imperial de maneira significativa, mas sim, os viscondes, condes e marqueses. CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit, 2003, p. 257-258.

superior foi um dos principais pré-requisitos para formar um deputado geral, ou seja, um mediador em potencial entre a paróquia e a Corte. Mas porque algumas famílias nobres e ricas não investiam nos estudos de seus filhos? A análise mais aproximada destes 58 nobres pode nos servir como indicador de pesquisa. Destes 58 nobres, 20 enviaram seus filhos para estudarem nas academias do Império. Dos 38 restantes, 10 não o fizeram porque não tiveram filhos homens, sobrando 28 indivíduos. Destes, 5 não conseguimos a relação dos filhos, o que resulta em 23 nobres. Portanto, 23 nobres ricos (40%) tiveram filhos homens e não os mandaram estudar fora da Província, ao contrário de 20 titulares. Mas qual o perfil destas famílias?

Em muitos aspectos, ambos os grupos assemelham-se. No que diz respeito à naturalidade, por exemplo, tanto na região da campanha, quanto na do complexo charqueador há uma divisão igual. Mas as semelhanças acabam por aqui. Dos 5 negociantes, 4 não enviaram seus filhos para estudar fora, ao contrário dos charqueadores, onde 3 num total de 4 o fizeram. Outros profissionais com atividades urbanas (médicos, advogados, magistrados e empregados públicos) também seguiram esta prática, ou seja, num total de 7 nobres, 5 investiram no estudo superior dos filhos. Os estancieiros, por sua vez, dividem-se entre os dois grupos. Portanto, percebe-se que enquanto os negociantes nobres investiam pouco na formação dos filhos, os charqueadores do mesmo grupo fizeram exatamente o contrário.²⁷ Isto talvez obrigasse (mais que os outros) os homens dos negócios a estabelecerem muitas alianças com políticos ao longo de suas vidas. O negociante Manoel da Rocha Faria, o Conde de Nioac, casou-se com a filha de Antônio Rodrigues Fernandes Braga, senador rio-grandense. José Ferreira Porto, por exemplo, que foi um dos negociantes mais ricos da província, além de ter financiado os estudos superiores de um jovem de Rio Pardo, tornou-se compadre de um advogado. Anos depois, ambos tornaram-se deputados gerais e certamente ajudaram a reproduzir e a manter a riqueza do negociante e de sua família, seja oferecendo acesso seguro a informações restritas, seja apoiando medidas políticas no Centro.²⁸

²⁷ Lembramos novamente que estas classificações sócio-profissionais precisam ser melhor estudadas. Pelo controle da liquidez e acesso ao capital, é provável que os charqueadores também investissem em negócios. Além do mais, em diferentes épocas da vida estes homens podiam ter ocupado ambas as funções (OSÓRIO, Helen. Op. cit.). Além disso, deve ficar claro que estamos falando principalmente das famílias nobres. Outras famílias de negociantes não nobilitados enviaram seus filhos para estudar principalmente medicina e engenharia na Corte, algo que precisa ser melhor investigado.

²⁸ Inocêncio Veloso Pederneiras – filho de pais sem fortunas – teve em José Ferreira Porto um patrocinador dos seus estudos. O jovem formou-se engenheiro na Corte, foi deputado geral e posteriormente recebeu o título de Barão de Bojuru pelos seus serviços prestados na Guerra do Paraguai. O sobrenome “Pederneiras” provinha do nome de uma das estâncias de José Porto. O deputado geral Antônio Alves de Azambuja foi um advogado bastante respeitado em Rio Pardo. Os três eram líderes do Partido Conservador.

A aproximação e o estabelecimento de laços de parentesco entre negociantes e estancieiros parece ter sido algo não muito raro nesta sociedade. Ao estudar profundamente 3 ricas famílias de estancieiros do município de Alegrete durante o século XIX, Luís Augusto Farinatti identificou a presença do *genro negociante* no interior das mesmas. Além de suprirem as estâncias com mercadorias, eles também emprestavam dinheiro com prazos e juros diferenciados. Essas mercadorias compunham parte essencial da remuneração dos peões. “Tendo em conta que a família comprava essas mercadorias ‘a grosso’ e as entregava para seus peões pelo preço de ‘retalho’, pode-se deduzir que aí havia uma forma de se conseguir um abatimento nada desprezível no pagamento dos peões”. Farinatti conclui: “Não parece ter sido por acaso que, como vimos anteriormente, a grande maioria das famílias da elite agrária estudada, procurava contar com pelo menos um membro dedicado ao comércio”.²⁹

Este tipo de organização familiar também é encontrado em algumas famílias nobres. Em Piratini, o abastado estancieiro Domingos de Castro Antiqueira, Visconde de Jaguari, casou sua filha com Antônio Soares de Paiva Filho, negociante e Coronel da Guarda Nacional. O pai de Antônio, que casou-se com a viúva do Barão de Tramandaí, era “negociante de grosso trato no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, e contratador dos dízimos das carnes e couros do Rio Grande durante vários anos”.³⁰ João Tavares, o Visconde de Serro Alegre, uniu sua filha com o Dr. Domingos Mascarenhas, filho do rico negociante pelotense Domingos França Mascarenhas. O outro filho deste negociante, o jovem Cipriano, casou-se com a filha do General Osório, que fez o genro vice-presidente da Província em 1878.

Às vezes esta aproximação entre o mundo da estância e o mundo dos negócios se dava não apenas através dos genros, mas também dos cunhados ou por intermédio de outro parente próximo. A irmã do General Osório era casada com o Coronel João Carlos Bordini, rico negociante paulista que radicou-se em Porto Alegre, onde também foi vereador e presidiu o Banco da Província durante anos. Conforme Fernando Osório, quando seu pai (o General) ía até Porto Alegre, ficava na casa do cunhado, onde reuniões do Partido Liberal eram realizadas.³¹ Quando Osório retornou da Guerra do Paraguai e encontrou sua estância empobrecida foi ao sogro de seu filho que ele pediu ajuda financeira. Em carta do dia 4 de

²⁹ FARINATTI, Luís Augusto. Op. cit., p. 274.

³⁰ CARVALHO, Mário Teixeira de. Op. cit., p. 128. O Barão de Tramandaí (Antero José Ferreira de Brito) foi um dos militares de maior prestígio no Sul do Brasil nas primeiras décadas do século XIX, chegando a Ministro da Guerra na década de 1830. Um dos filhos de Paiva Filho casou-se com uma das filhas do Barão de Butuí – parente próximo dos Antunes Maciel e de Osório, como vimos.

³¹ OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 671.

agosto de 1870 ele escrevia ao filho: “Saberás que comprei mais gado e campo, porém, com dinheiro emprestado pelo Moreira e Braga, e ainda não posso ir visitar-te para não fazer mais dívidas comprometendo o futuro de meus filhos”.³² O Moreira citado na missiva, era o charqueador José Antônio Moreira, que 3 anos depois receberia o título de Barão de Butuí, muito provavelmente com a intermediação de Osório.

Apesar destas elites formarem um grupo razoavelmente pequeno, o que limitava os possíveis laços matrimoniais, sempre havia uma margem de escolha considerável. Estas “trocas” certamente visavam, entre outros aspectos, a posição social do sogro ou do genro – às vezes um jovem com curso superior ou um negociante. Farinatti identificou nestas engenharias matrimoniais a existência de estratégias que buscavam estabelecer, em uma mesma família, vínculos parentais entre estancieiros, militares de carreira e negociantes. Além disso, o autor também destacou a prática dos estancieiros da campanha em casarem algum dos seus filhos com outros membros das elites do litoral da província, próximas ao núcleo charqueador e à capital. Certamente esta atitude buscava diminuir a distância “real” e “simbólica” do mundo da estância com Porto Alegre.

Portanto, cremos que havia uma mútua aproximação, com interesses diversos, destes dois grupos sócio-ocupacionais, ou seja, os estancieiros e os negociantes. Por falta de pesquisas que esclareçam melhor o papel dos negociantes nesta sociedade, não é possível avançar nestas reflexões, assim como inserir os charqueadores nesta relação, o que nos parece como algo a ser estudado. Até agora, não encontramos um conflito aberto entre os homens dos negócios com os estancieiros e não nos parece que tal comportamento fosse comum a estas elites. Richard Graham não acredita que havia uma colisão de interesses tão forte entre comerciantes e fazendeiros.³³ João Fragoso já demonstrou que além de ambos os grupos sociais manterem fortes vínculos de parentesco, muitos negociantes de grosso trato também investiam (e às vezes revertiam todos os seus negócios) na aquisição de terras e escravos.³⁴ Tais estudos contrariam a tese de Théó L. Piñeiro que insiste em um conflito direto e uma disputa entre negociantes e proprietários de terra pelo controle do Estado Imperial.³⁵ Atitudes como a dos comerciantes de Porto Alegre, que colocaram um retrato de

³² Carta de Osório a Francisco. OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luís. Op. Cit., p. 661.

³³ “Tampouco acredito que comerciantes e proprietários de terra, como tais, colidissem uns com os outros, pois penso que muitos ou eram a mesma pessoa ou eram intimamente relacionados, e que as divisões se davam segundo outras linhas”. (GRAHAM, Richard. Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 20).

³⁴ FRAGOSO, João L. R. Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

³⁵ PIÑEIRO, Théó Lobarinhas. Os Simples Comissários: Negócios e Política no Brasil Império. Niterói, UFF, Tese de Doutorado, 2002.

Silveira Martins (um dos maiores latifundiários da região da campanha) na sala de reuniões da Associação Comercial, entre outras tantas, são indícios de que esta relação deve ser compreendida de maneira mais complexa e merece estudos futuros.

Retornando à análise do perfil da nobreza rio-grandense, constatamos que, embora Osório e Tavares tenham casado suas filhas com dois médicos, ao escolherem uma carreira para os seus próprios filhos eles preferiram as escolas jurídicas. Seria esta uma opção individual ou tratava-se de algo comum a um grupo da elite? Dos 20 nobres que enviaram os filhos para estudarem fora, pelo menos 13 escolheram as academias de Direito do Império, enquanto 4 preferiram formar seus filhos em Medicina e outros 4 numa Escola Militar.³⁶ Para 2 pais não foi possível identificar tal informação. No entanto, quando se soma todos os filhos destes 20 pais nobres (um total de 33) a diferença do bacharelismo em direito aumenta bastante: 20 jovens formaram-se advogados, 4 militares, 4 médicos e 2 engenheiros.³⁷ A partir destes indicadores é possível dizer que as famílias nobres investiam mais numa carreira jurídica dos seus filhos, mas ainda devemos investigar se este comportamento era comum às famílias não-nobres.

Ao estudar a disseminação do bacharelismo na sociedade brasileira do século XIX, Francisco Teotônio Simões Neto comparou e cruzou os índices populacionais de todas as províncias com o número de bacharéis em direito nascidos nas mesmas. Analisando seus dados a respeito do Rio Grande do Sul, percebemos que apesar de esta ser a sétima província mais populosa e uma das mais importantes economicamente, ela ocupava o décimo terceiro lugar (entre vinte províncias) na relação *número de bacharéis a cada 100 pessoas*, atrás de províncias menores como Alagoas, Paraíba, Sergipe e Piauí.³⁸ Juntando estes números aos apresentados por John Schulz, de que o Rio Grande era a Província que mais enviava jovens para as Academias militares do Império³⁹, podemos supor que ao escolher a carreira do direito para os filhos, estes nobres estavam investindo em uma formação característica das famílias do Centro e que as diferenciava de outras famílias não nobres da Província. Sabe-se que a formação militar, ao contrário da jurídica e da médica, era gratuita e possuía um status reconhecidamente inferior. Conforme Celso Castro, além dos rio-grandenses, os norte-

³⁶ Dois pais enviaram seus filhos para estudar em academias diversas.

³⁷ Para 3 jovens não foi possível localizar o curso de formação.

³⁸ SIMÕES NETO, Francisco Teotônio. Bacharéis ns política e a política dos bacharéis. São Paulo: Tese em Ciência Política/ USP, 1983. Esta tendência também foi identificada por Carvalho sobre a presença de brasileiros na Faculdade de Direito de Coimbra. O autor ressalta que os sul-rio-grandenses não costumavam enviar seus filhos à Coimbra o que ajuda a caracterizar o seu deslocamento da elite política. CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit., 2003.

³⁹ SHULZ, John *apud* CASTRO, Celso. Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 187-189. 1995, p. 30-31.

nordestinos de famílias economicamente mais modestas, também possuíam enorme tradição nestas escolas militares. Era mais fácil um jovem estudante de direito tecer boas relações com outros filhos de ricas famílias do Centro do que um jovem estudante da Academia Militar. Além disso, na aquisição de bons casamentos sabe-se que os bacharéis em direito também eram os preferidos.⁴⁰

Considerando-se que estas poucas famílias destacavam-se pela riqueza e aproximação com a Corte (não somente pelo título nobiliárquico, mas também pelos cargos políticos conquistados), pode-se supor que elas estavam estrategicamente investindo numa formação que fornecesse melhores condições de penetrar no núcleo duro da política do Centro. A presença de um bacharel em Direito numa família de militares pode ser vista também como uma estratégia de diversificação profissional, o que acabava reformulando os espaços sociais antes restritos à família. Tal comportamento oferecia às famílias nobilitadas (e todas as outras que reproduziram tal modelo) uma perfeita e poderosa combinação: o pai, que ocupava o papel do nobre guerreiro, também era o mobilizador de soldados, votantes e mão-de-obra; enquanto o filho reunia em si próprio a figura do advogado e do político. Ambos podiam ser mediadores, estabelecendo uma ligação entre a comunidade rural (paróquia) e o mundo exterior, mas certamente os seus filhos estavam mais capacitados de alcançar o mundo da Corte, pois, nesta sociedade onde o controle da informação e as redes de sociabilidade eram fundamentais para a reprodução política e sócio-econômica da família, os jovens estudantes multiplicavam estes fatores, pois se relacionavam com outros jovens de outras elites de todo o Brasil.

Este comportamento realmente foi sendo visto como um verdadeiro trunfo que convertia todas as despesas realizadas com a educação do jovem em recursos políticos e econômicos. Os benefícios oriundos justificavam todos os investimentos financeiros possíveis. Isto talvez ajude a explicar porque, nestas famílias nobres, muitos pais costumaram enviar os primogênitos para um curso superior. Dos 20 nobres que enviaram filhos para estudarem fora, 13 escolheram os primogênitos. No entanto, havia aquelas famílias que preferiam um outro caminho para os filhos mais velhos. Os Tavares, ricos estancieiros de Bagé, não investiram na educação dos primeiros filhos homens. João Tavares, o Visconde do Serro Alegre, por exemplo, enviou somente o quarto filho: Francisco Tavares. Contudo, é bastante interessante perceber que Francisco foi mandado para São Paulo no início da década de 1860, ou seja, exatamente na época em que os diplomas afirmavam-se como um pré-

⁴⁰ CASTRO, Celso. Op. Cit., 1995.

requisito fundamental para o ingresso na carreira política (pelo menos na Assembléia Provincial) – como vimos no capítulo primeiro. Entre a juventude do primogênito (década de 1830) e a de Francisco (década de 1860) muita coisa havia acontecido na Província e João Tavares talvez tenha feito o que muitos fazendeiros e charqueadores vinham fazendo há anos: formar um filho bacharel para captar melhores recursos materiais e imateriais para a família. Tamanho investimento não foi em vão. Francisco elegeu-se deputado geral e casou-se com uma moça de rica família paulista o que o fez conhecido no centro do país. Além disso, seu pai e seus irmãos receberam 3 títulos nobiliárquicos, além de diversos cargos de mando, consolidando a hegemonia da família na região da campanha.⁴¹

Parece-nos que, em muitos casos, o envio do filho para os estudos no centro do país fazia parte de um *projeto familiar*, onde uma das principais metas era estabelecer (ou reforçar) uma intervenção mais qualificada no mundo da alta política. Isto fica mais claro quando investigamos a atuação política dos pais nobres que enviaram seus filhos e os que não enviaram. Dos 20 nobres que mandaram seus filhos estudar fora, 10 (50%) já eram políticos; enquanto que entre os 23 que não mandaram, somente 7 (30%) eram políticos. Mas se observarmos o tipo de intervenção política (ou cargo ocupado), estas diferenças ficam mais evidentes. Entre os 7 políticos que não mandaram seus filhos só 1 foi deputado geral, enquanto que entre os 10 que mandaram há 4 senadores e 1 ministro (sendo que 2 senadores também foram ministros). Ou seja, muitas das famílias que mandaram seus filhos possuíam um projeto de intervenção política e aproximação com a Corte mais ambicioso e melhor estabelecido, enquanto as que não mandaram não possuíam praticamente nenhum. Melhor dizendo, as famílias que não mandaram seus filhos estudarem fora estavam mais isoladas na província e em suas paróquias do que aquelas que enviaram. O filho diplomado estava investido de um dos atributos necessários para tornar-se um mediador, o que poderia ser utilizado para captar recursos diversos para a família, incluindo os próprios títulos de nobreza – que eram reconvertidos na busca de novos recursos. Ainda é possível argumentar que aqueles jovens cujos pais já possuíam algum tipo de ligação com o centro do país viam as suas possibilidades de sucesso na Corte aumentar, o que restringia ainda mais o círculo de famílias de onde estes mediadores surgiam.

⁴¹ Em outro caso, o advogado Francisco Antunes Maciel ao assumir o Ministério do Império, de 1883 a 1884, também captou títulos para a sua família. Logo que ocupou a pasta, o seu primo Francisco Antunes Gomes da Costa recebeu o título de Barão do Arroio Grande (1884), o seu irmão Leopoldo Antunes Maciel tornou-se o 2º Barão de São Luís (1884) e outro parente, Aníbal Antunes Maciel, foi titulado Barão de Três Serros (1884). O próprio Francisco recebeu um título antes dos seus três parentes, consagrando-se Barão de Cacequi, em 1883.

Os dados analisados até aqui ajudam a revelar que havia uma nítida hierarquia entre as famílias dos 58 nobres selecionados. Aquelas que enviaram filhos pra estudar fora estavam mais próximas do mundo da Corte. Entre estas 20 famílias estão os Osório, os Antunes Maciel, os Corrêa da Câmara, os Braga, os Tavares, os Simões Lopes, os Ferreira Porto e os Ribeiro de Almeida. Entre 1868 e 1889, estas 8 famílias, somando os seus laços de compadrio e matrimônio, congregavam sozinhas 6 senadores (75% do total), 4 ministros (50% do total) e 12 deputados gerais (42% do total). Além disso, com exceção dos Ribeiro de Almeida – família de Alegrete que será tratada adiante com mais profundidade –, dos Braga e dos Corrêa da Câmara, as outras estavam ligadas entre si por estreitos laços de parentesco. Pode-se dizer, portanto, que a alta política rio-grandense, nas últimas décadas do Império, era um negócio entre famílias e que as mesmas simplesmente controlavam um dos mais importantes canais de mediação (senão o mais importante) entre a periferia e o Centro: o mundo da alta política.

Para as famílias não nobilitadas, ou seja, aquelas que não entraram nesta análise, o investimento no estudo dos filhos talvez tenha sido algo mais crucial. Muitos pais não nobilitados tiveram nos filhos bacharéis o primeiro contato direto com a política da capital da província. Mas muitos deles não chegaram a ocupar um cargo político na Corte. Vimos que entre os senadores, os ministros e os deputados gerais o índice de parentesco com nobres era bastante alto. Tais indicadores sugerem que não era suficiente apenas ser rico para conquistar os poucos cargos políticos (como muitos charqueadores e negociantes eram). Além disso, nem todas as famílias queriam dedicar-se a aquisição de tais cargos. Entretanto, praticamente todas as que quisessem manter-se com sucesso na política da Corte teriam que investir nos estudos dos filhos. Por outro lado, uma ligação com a *nobreza da guerra* também possibilitava ingressar neste círculo reservado a poucas famílias.

Neste sentido, as redes sociais também exerciam um importante fator de coesão entre as elites periféricas e as mais centrais, podendo dispensar tais ligações familiares. Todas estas redes eram colocadas em jogo em momentos cruciais onde um contato no centro do país era fundamental para reforçar as clientelas e o poder político local. Em 1856, por exemplo, o jovem deputado rio-grandense Félix da Cunha escrevia ao seu ex-colega de faculdade Jerônimo Teixeira Júnior:

“Jerônimo,
Perante a sociedade já não és o que foste; em breve o estudante de São Paulo, arrebatado nas asas da fortuna achou-se na elevada

posição em que hoje se senta, e ajudado pelo seu talento, a sua força de vontade, o teu grosso patrimônio e (para ser franco) pelo patronato, tu que hoje tens o teu lugar de distinção no círculo dos grandes, deves melhor do que eu reconhecer que o talento só por si de nada vale sem o impulso de um homem de influência e de consideração para a sociedade (...) apesar de ocupado, saberás roubar um minuto para levar incluso requerimento a teu sogro que, instado por ti, deferirá impreterivelmente”.⁴²

Félix desejava colocar um amigo na Alfândega de Rio Grande, mas precisava do favor de alguma pessoa do Centro ou do “círculo dos grandes”, como ele se referia. É importante perceber que, por consequência da intimidade existente entre ambos, Félix reconhecia que Jerônimo havia galgado postos através do patronato e que tinha junto ao governo central uma nítida influência, devido aos seus muitos parentes políticos, dentre os quais estava o Duque de Caxias. Mesmo que ambos fossem deputados em suas provinciais, Félix se dirige a Jerônimo demonstrando uma clara posição de inferioridade, uma vez que ele encontrava-se, reconhecidamente, em uma região política e economicamente mais periférica. Era preciso, portanto, reduzir esta distância. Ao eleger-se deputado geral, em 1863, Félix deu o seu primeiro passo neste sentido. O projeto de aproximação foi interrompido em 1865, quando o jovem advogado faleceu. Mas seu irmão Francisco deu continuidade ao empreendimento, unindo-se com a família de Quintino Bocaiúva, que o apadrinhou como jornalista na Corte.

As redes sociais, portanto, nos parecem mais eficazes para a compreensão destes fenômenos quando são localizadas em seu pleno funcionamento. A rede não é uma coisa, mas sim um processo. Tratando-se de um processo, ela deve ser identificada nos seus mais variados movimentos e trocas entre duas ou mais pessoas, onde recursos materiais e imateriais eram colocados em jogo na obtenção de favores e interesses específicos. Em junho de 1880, por exemplo, ao discursar na Câmara dos Deputados, Fernando Osório, dirigindo-se ao deputado José Diana, nos fornece um bom exemplo de como estas articulações aconteciam:

“Apelo para o Sr. deputado Diana que está presente. Sua Ex. foi estudante em São Paulo, meu companheiro de casa e um dos meus amigos mais queridos. Quando S. Ex. retirou-se formado bacharel da academia, eu escrevi a meu pai, comunicando-lhe que S. Ex. era um dos

⁴² Carta de Félix da Cunha. Pitangui, 21 de abril de 1856. SDP Visconde do Cruzeiro. AP23, cx 1, Doc. 211, Arquivo Nacional *Apud* MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Op. Cit., p. 215-216.

talentos brilhantes desta geração; que deixava uma reputação firmada na faculdade de direito; que tinha aspirações de seguir vida política, e eu pedia-lhe que ajudasse a S. Ex. a realizar o seu desejo”.⁴³

De fato, o jovem advogado José Diana elegeu-se, foi galgando postos, ganhando experiência política, até ser escolhido Ministro de Estrangeiros em 1889. Os amigos adquiridos na academia eram de importância extrema e muitas vezes ajudavam a direcionar muitas carreiras. Uma vez no Centro, era possível freqüentar o mundo da Corte para conhecê-lo e se fazer conhecido. Mas este acesso certamente era restrito a poucas famílias. O engenheiro Ildefonso Simões Lopes, filho do Visconde da Graça, tinha entrada fácil nesta sociedade. “Sendo filho de titular do Império (...) cheio de serviços à Nação e ao Regime, era natural que recebesse da Família Imperial vários convites para freqüentar o Paço”.⁴⁴ O tio de Ildefonso, seu homônimo, era deputado geral pelo Partido Conservador rio-grandense – o que reforçava ainda mais a ligação da família com a Corte.

Cabe mencionar que os grandes políticos da Corte além de interferirem na escolha dos ministros e dos senadores, também buscavam intervir nas listas de deputados gerais das diferentes províncias. Em maio de 1871, o Conselheiro Francisco Otaviano escrevia da Corte para o Maranhão exigindo informações sobre “o estado real dos grupos dessa província, dando-me uma lista dos homens mais capazes do nosso partido, na qual nem escape a profissão, nem a idade, nem o estado”. Ele queixava-se que sobravam planos e idéias na Corte, mas faltava “conhecimento do pessoal nas províncias”. E finalizava declarando: “Cumprir ir preparando os amigos para um fato indeclinável, a candidatura do Serra, da Reforma. Todos os chefes liberais na Corte o apóiam”.⁴⁵ Não é difícil supor que por votarem questões importantíssimas na Câmara, como as leis referentes à escravidão ou às reformas eleitorais, os grandes políticos da Corte desejavam uma maioria dócil e se possível conhecida, entre os deputados.

Em junho de 1872, por exemplo, o Visconde da Graça escrevia ao Barão de São Borja enviando notícias: “O Sr. Rio Branco acha-se por modo tal compenetrado do risco que corremos na próxima eleição que não só quer candidato o meu irmão, como autorizou-me a

⁴³ OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO FILHO, Fernando Luís. Op. Cit., p. 677.

⁴⁴ ALMEIDA, Antônio da Rocha. Vultos da Pátria. Rio de Janeiro/ Porto Alegre/ São Paulo: Editora Globo, Volume IV, 1966, p. 132.

⁴⁵ Carta de Francisco Otaviano para Felipe Franco de Sá. Rio de Janeiro, 09.03.1871. PINHO, Wanderley. Cartas de Francisco Otaviano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Brasília: INL, 1977, p. 209.

entender-me diretamente consigo”.⁴⁶ Esta carta é bastante reveladora, pois mostra que o Chefe do Gabinete queria o irmão do Visconde como candidato, mas também revela que para a concretização de tal proposta deveria contar com o apoio do Barão de São Borja, militar e estancieiro na campanha. Um outro exemplo pode ser dado na missiva que Silveira Martins enviou a Osório em 1865. “Fui ao Rio; falei com os nossos amigos, e a grande conveniência é mandar liberais à Câmara; eu conto quase infalível o meu triunfo, mas V. Ex. sabe que nesses negócios não há certeza”.⁴⁷ Este trecho evidencia que, preocupado com sua carreira, o jovem Gaspar foi até a Corte buscar informar-se sobre a conjuntura política e as possibilidades de se eleger.

A partir destes casos, não é possível, portanto, falar de uma total autonomia política na província, uma vez que os dirigentes da Corte sempre tentavam intervir na política local. Entretanto, e talvez com melhores argumentos, podemos afirmar que em último caso eram as elites provinciais que decidiam sobre a política dentro do seu próprio território, pois as vontades dos políticos da Corte só eram efetivadas se alguma facção as atendesse na província. Também se pode inferir que esta tentativa de intervenção no recrutamento das elites políticas nas províncias reproduzia e ajudava a moldar a hierarquia política entre as famílias rio-grandenses capazes de romper a distância entre o mundo paroquial e a Corte. É possível enumerar 3 fatores fundamentais que ajudaram a formar este pequeno grupo da elite: a) o fato da maioria dos deputados gerais, ministros e senadores terem laços de parentesco exteriores à Província; b) o nítido entrelaçamento da elite política com as famílias nobilitadas (reconhecidas nobres pela Corte); c) um forte grau de parentesco endógeno tanto entre nobres quanto entre os membros da elite política, o que favorecia uma melhor distribuição dos recursos políticos, como favores e informações.

Com isto, nos parece que ao serem recrutados para ocupar postos importantes na Corte, o desejo dos políticos das elites do Centro, ou seja, os principais ocupantes dos cargos de Ministro e Conselheiro de Estado, era formar uma grande família política na Corte – sedimentada com títulos de nobreza. Pode parecer certo exagero, mas não deve ser encarado como tal o fato de que havia uma elite inter-provincial e que parte dela acabou ocupando a maioria dos altos cargos políticos no Centro. Kátia Mattoso, ao analisar a elite política baiana, verificou que muitos ministros e senadores baianos possuíam casas na Corte, o que

⁴⁶ Carta de João Simões Lopes. Pelotas, 23.06.1872. Arquivo do Barão de São Borja. Lata 450, pasta 9, carta 6 – IHGB.

⁴⁷ Carta de Silveira Martins a Manoel Osório, 09.09.1865. OSÓRIO, Fernando Luis. A Cidade de Pelotas. Pelotas: Tipografia do Diário Popular, 1922, p. 93.

reflete o vínculo entre a elite política baiana e o Centro.⁴⁸ Todos estes agentes – os mediadores – possuíam fortes ligações (consangüíneas, fictícias ou de amizade) tanto com as paróquias, quanto com a Corte, o que favorecia o seu exercício de mediação.

Estas relações sociais acabavam por unir o Centro com a periferia num jogo de negociações intensas, cheias de conflito e cooperação, onde os mediadores exerciam um papel fundamental. Pode-se dizer que os títulos não serviam apenas como indenização por perdas materiais, mas também como instrumento de cooptação política ou de retribuição de favores prestados em sucessivas eleições, por exemplo. A concessão de títulos aos oficiais da Guarda Nacional ajudava a sedimentar esta estrutura de poder, que, como vimos, arregimentava a maioria dos homens livres das paróquias. Entretanto, esta complexa relação não se dava apenas de acordo com as regras ditadas pelo Centro. Os políticos da aldeia agiam intensa e estrategicamente para que tais relações continuassem a existir e tornassem-se cada vez mais fundamentais na sua sobrevivência enquanto famílias da elite, reproduzindo a desigualdade social e econômica que caracterizava aquela sociedade escravista.

Vimos até aqui que algumas características eram comuns a estas poucas famílias da elite. A forte presença de bacharéis em direito e de militares ou milicianos que lutaram no Paraguai, a acumulação de títulos nobiliárquicos, um alto grau de parentesco entre nobres e políticos e destes com as elites de outras províncias, a proeminência dos estancieiros enquanto grupo sócio-econômico, talvez sejam as principais. Entretanto, antes de organizá-las e de pensar em um modelo estratégico-familiar para a elite política rio-grandense é necessário investir na história de apenas uma família desta elite. Traçando um novo exercício de micro-análise e investigando mais profundamente as relações sócio-políticas e econômicas dos Ribeiro de Almeida, família de Alegrete, buscaremos conhecer melhor o que sedimentava e dava sentido às ações coletivas no interior destas famílias, além de visualizar melhor alguns fenômenos imperceptíveis numa abordagem mais macro-analítica.

3.2 – “Severinos, Vitorinos, Bentos e outros mais...”: as estratégias familiares e políticas dos Ribeiro de Almeida

As páginas a seguir buscam não somente demonstrar algumas das estratégias utilizadas pelos Ribeiro de Almeida na tentativa de interferir com maior eficácia no mundo

⁴⁸ MATTOSO, Kátia de Queirós. Bahia: Século XIX (Uma Província no Império). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 272.

da política. Elas também irão funcionar como uma síntese de tudo o que foi visto nos capítulos anteriores, sendo repensadas e reelaboradas de acordo com a trajetória da família analisada. Embora as características e os comportamentos que serão expostos aqui correspondam a uma única família, com suas peculiaridades sócio-econômicas, o modelo de ação coletiva que propomos evidenciar pode ser encontrado, de maneira dinâmica e com algumas variações, em outras tantas famílias da elite política rio-grandense.

Os Ribeiro de Almeida também vem sendo objeto de estudo de Luís Augusto Farinatti, que buscou destacar principalmente a organização militar e sócio-econômica da família, entre 1830 e 1870. Nosso enfoque será mais dedicado às relações políticas mantidas pelos mesmos nas décadas posteriores.⁴⁹ A escolha dos Ribeiro de Almeida deu-se pela riqueza das fontes encontradas e o arquivo particular do Barão de São Borja, um dos membros da família, receberá o maior destaque.⁵⁰ Esta redução na escala de análise tem em vista buscar compreender alguns dos fatores que sustentavam a prática política nos parlamentos e que não são perceptíveis na leitura de discursos, artigos de imprensa ou programas partidários – fontes primordiais das sínteses historiográficas que buscaram traçar o panorama político da época.

Como já referimos anteriormente, apesar do termo “estratégia” oferecer uma racionalidade demasiada aos agentes, seguiremos as premissas de Giovanni Levi que considera tais estratégias como limitadas e seletivas.⁵¹ Esta *racionalidade limitada* obedecia aos condicionantes estruturais e conjunturais na qual a família agia e interagia, contribuindo para romper ou reforçar os próprios traços desta estrutura social. Neste sentido, as estratégias empregadas pelos Ribeiro de Almeida estavam profundamente condicionadas pelos fatores geográficos, econômicos, políticos e culturais de sua época. Pode-se dizer ainda que elas eram uma espécie de reação às transformações sociais que vinham ocorrendo. As sucessivas guerras, a crise econômica enfrentada pelo Império, o aumento do preço da terra na região, a consolidação de um sistema político parlamentar onde o Centro exercia poder sobre as

⁴⁹ A pesquisa de Farinatti, ainda inédita, é bem mais aprofundada que a nossa e nos serviu amplamente como fonte de consulta. Por ocasião do nosso marco temporal, alguns membros da família estudados pelo autor (como Bento Manoel Ribeiro) não serão muito bem referendados, pois, dentro da própria família, pertenciam a uma geração anterior. Em contrapartida, investimos na figura de seu neto, o deputado geral Severino, que teve importante papel político num período posterior ao estudado por Farinatti demonstrando a continuidade dos Ribeiro de Almeida enquanto família da elite rio-grandense.

⁵⁰ O Arquivo do Barão de São Borja, citado anteriormente, encontra-se sob a guarda do IHGB. A partir de agora utilizaremos a sigla ABSB.

⁵¹ LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

províncias, a valorização crescente do bacharelismo, as leis que regulamentavam a guarda nacional, entre outras, eram parte deste processo.

O conjunto de missivas revela um fluxo regular de informações referentes às tramas políticas desde a paróquia até a Corte, à organização militar na fronteira e aos negócios envolvendo gado e dinheiro. Portanto, o nosso enfoque sobre esta família busca demonstrar que assuntos referentes à política, aos negócios e à organização militar eram muitas vezes tratados em uma mesma carta revelando que as estratégias envolviam conjuntamente todos estes aspectos da vida. Explicando melhor, as ações de cada núcleo familiar co-residente não se concentravam apenas no seu próprio círculo, mas eram coletivas, ou seja, extrapolavam o espaço da casa, visando o crescimento e a aquisição de bens materiais e imateriais para toda a família e seus núcleos e não apenas para os seus membros individualmente. Analisando uma família específica em uma sociedade diversa da nossa, Giovanni Levi concluiu que “a força da estratégia econômica deste grupo consangüíneo estava exatamente na separação das residências e na unidade dos negócios”.⁵² No nosso caso, os ganhos oriundos destas práticas coletivas eram reconvertidos na política, na economia e na organização militar reproduzindo a hierarquia social que caracterizava o mundo da paróquia, principalmente na região da campanha. É apenas pensando desta forma que se pode compreender como o mundo da política era entendido e o que estava em jogo quando se pretendia ingressar no mesmo.

Para compreendermos melhor a história da família devemos voltar até a Guerra dos Farrapos. Assim como toda a guerra, ela foi fundamental para consolidar lideranças militares e políticas na região da campanha. Quando o pernambucano Vitorino José Carneiro Monteiro, o futuro Barão de São Borja, foi enviado ao Rio Grande do Sul para combater os Farrapos muitas das transformações sociais citadas anteriormente ainda estavam em curso. Elemento exógeno à sociedade rio-grandense, o jovem soldado acabou casando-se com a filha do seu comandante, o marechal Bento Manoel Ribeiro, rico estancieiro e figura de grande destaque na história militar do período.⁵³ Com o término da Guerra, em 1845, Vitorino permaneceu na Província.

Após ingressar em uma família que se entrelaçava com a de outros estancieiros na fronteira, Vitorino foi lutando nas campanhas militares posteriores até alcançar a patente de marechal e receber, em 1870, o título de Barão de São Borja.⁵⁴ Vimos que o general Osório para conseguir um número de aliados que lhe possibilitasse obter uma vitória na Guerra do

⁵² LEVI, Giovanni. Op. Cit., p. 100.

⁵³ Sobre Bento Manoel Ribeiro ver ALMEIDA, Antônio da Rocha. Op. Cit.

⁵⁴ Para a análise da família entre 1830 e 1870 ver FARINATTI, Luis Augusto. Op. cit.

Paraguai teve que estabelecer alianças com estancieiros conservadores. O Barão de São Borja era um deles, e logo que acabou a guerra, ambos passaram a lutar em campos opostos. Como os conservadores estavam no poder, o Barão foi nomeado, em abril de 1871, Comandante de Armas da Província. Além disso, na mesma época, o seu cunhado Feliciano Ribeiro de Almeida recebeu o Comando Superior da Guarda Nacional de Uruguaiana e Alegrete, e seu outro cunhado, o coronel Severino Ribeiro de Almeida, ficou com o Comando de Quarai e Livramento. Ou seja, na década de 1870, a família foi beneficiada diretamente com cargos-chave na organização militar da Província e da fronteira, o que certamente atraía aliados, mas também a ira dos adversários políticos.

Outro cunhado do Barão (irmão de Feliciano e Severino) também ajudava a sedimentar o poderio familiar. Antônio Mâncio Ribeiro, que havia migrado para o litoral da província, tornou-se estancieiro em Pelotas – onde foi vereador e oficial da Guarda Nacional. Severino Cunha, estancieiro e oficial da Guarda (provavelmente sobrinho da Baronesa de São Borja), também remetia muitas cartas e era um importante membro da família. Outros dois filhos do Barão completavam o grupo dos principais remetentes. Florêncio, o mais velho, era estancieiro em Alegrete e cuidava dos negócios do pai enquanto este ocupava o cargo de Comandante na capital. Severino era bacharel em direito pela Faculdade de Recife e sempre aparecia referido nas cartas como “o Doutor”.⁵⁵

No entanto, antes de prosseguir cabe fazer algumas ressalvas. Não se deve crer que estas famílias extensas não apresentassem rupturas e conflitos. Não faltam casos de irmãos e parentes em partidos políticos opostos. Além disso, as ligações por matrimônio e compadrio podiam, em alguns casos, representar uma maior proximidade e reciprocidade do que os parentescos consangüíneos. Conforme Farinatti, as relações familiares não tinham “absoluta primazia na estruturação de lealdades e prestações recíprocas entre os sujeitos. Outros tipos de relação, como a aliança militar e política, ou mesmo os negócios podiam criar vinculações bastante fortes e que, inclusive, podiam desembocar no estabelecimento de alianças familiares através de casamentos e compadrios”.⁵⁶

No caso dos Ribeiro de Almeida, não identificamos nenhum conflito que desunisse a família, o que pode ter contribuído ainda mais para o seu sucesso no mundo da política. Outro fator de coesão importante foram as ligações de compadrio que ambos mantinham no interior da família. O Barão de São Borja era compadre do seu filho Florêncio e dos seus três

⁵⁵ O Barão teve outros dois filhos que também tiveram formação superior. Vitorino formou-se em direito em São Paulo e Bento Manoel estudou na Escola Militar da Corte. Ambos aparecem remetendo cartas para a Baronesa de São Borja (sua mãe) na década de 1880, quando o Barão já havia falecido.

⁵⁶ FARINATTI, Luis Augusto. Op. cit., p. 210.

cunhados, Severino, Feliciano e Antônio. Os dois últimos costumavam iniciar as cartas chamando o Barão de “irmão e amigo”, o que demonstra a proximidade e o diferencial no tratamento. Outro aspecto importante dizia respeito ao casamento do doutor Severino com sua própria prima, filha do tio Feliciano. Portanto, os laços de matrimônio, de compadrio e as atividades econômicas conjuntas ajudavam a dar uma maior coesão ao projeto familiar.

Prosseguindo, é importante destacar que os Ribeiro de Almeida eram uma família de estancieiros e guerreiros e boa parte dos seus bens materiais e imateriais vinha do falecido marechal Bento Manoel – sogro do Barão. Conforme Farinatti, além das casas na vila e dos animais vacuns, o seu principal patrimônio agrário eram “as quatro estâncias contíguas, localizadas ao pé do Cerro do Jarau, na parte sul do município de Alegrete, totalizando 14 léguas de campo (60.0984 ha.)”. Seus filhos Antônio, Severino e Feliciano, além das propriedades que já haviam adquirido, herdaram boa parte do patrimônio paterno, tornando-se grandes criadores de gado em Alegrete e no município vizinho, Uruguaiana, além de ocupar comandos militares.⁵⁷ Entretanto, as atividades econômicas e profissionais dos filhos de Bento não eram casuais. De acordo com Farinatti:

“Tanto no caso do desempenho da pecuária quanto no que tange à ocupação de cargos militares, o fato dos filhos homens seguirem os passos do pai era francamente facilitado pela existência de um patrimônio previamente construído pela atuação paterna. Tal patrimônio era composto por estâncias, gado, escravos, relações comerciais, crédito e informações, no caso da pecuária e negócios, e por cargos e relações sociais, no caso dos postos militares. (...) os filhos de grandes estancieiros tinham facilidade no início de suas trajetórias como pecuaristas, uma vez que muitos deles recebiam gado e escravos como adiantamento de herança, podiam criar seu primeiro rebanho nas terras de seus pais, sem necessitar pagar qualquer forma de arrendamento e contavam com o crédito que seus pais já haviam conquistado no mercado”.⁵⁸

Parte destas transações foram amplamente referendadas nas cartas enviadas ao Barão. Dentre os seus cinco filhos homens, o primogênito Florêncio tornou-se o braço direito do pai nas atividades ligadas à pecuária. Frequentemente ele comunicava ao Barão sobre os

⁵⁷ Além disso, conforme o autor, os três ainda casaram com filhas de ricos estancieiros da fronteira ampliando ainda mais os seus bens. Um dos sogros também era um importante prestamista local. Conforme Farinatti, “ter um filho casado com a filha de um comandante militar ou de um importante prestamista local não era o mesmo que desempenhar por si próprio essas atividades, mas significava uma inserção naqueles campos, através da presença nele de um dos ramos de sua rede parental. Ampliando o espectro das alianças parentais, os casamentos permitiam, assim, que a família solidificasse sua atuação em um determinado campo e estendesse sua presença para outros”. (FARINATTI, Luis Augusto. Op. cit., p. 220).

⁵⁸ FARINATTI, Luis Augusto. Op. cit., p. 224.

negócios nas estâncias em Alegrete. “Meu pai (...) dois dias antes de minha chegada aqui tinha a Vicina feito um aparte de novilhos de 35, entropiaram-se mais de 100, senão sairia de mais número”.⁵⁹ Às vezes enviava dinheiro referente às negociações: “O Vianna cumpriu o trato, já lhe escrevi a esse respeito, enviando-lhe também um conto do negócio com o Sr. Vianna”.⁶⁰ Em outras, Florêncio servia como procurador: “Logo que for ao Alegrete, verei os papéis constantes da nota do Augusto e que V. Mce pede e eu mandareis”.⁶¹ Estes trechos evidenciam que, apesar de manterem suas famílias nucleares, pai e filho trabalhavam pela prosperidade das criações de gado de maneira coletiva.

Os resultados dos trabalhos campeiros eram comentados e comemorados: “este ano tive uma boa marcação, porque marquei 820 terneiros e 100 potrilhos”, dizia Florêncio.⁶² No entanto, os prejuízos também recebiam menção: “O tempo não tem corrido mal, o campo está bom, porém os novilhos não tem engordado, creio que por serem novos, porém mais ou menos acontece o mesmo nas outras partes porque muito pouco gado gordo tem havido”.⁶³ Não foi possível identificar se ambos criavam os gados nos mesmos campos. Entretanto, da maneira como se comunicavam fica evidente que os negócios eram realizados de maneira conjunta, o que também envolvia outros parentes. Uma prova disto é a circularidade de peões e escravos pelas estâncias da família. Em agosto de 1873, o Barão havia pedido ao filho mais velho que lhe enviasse Manoel Ignácio. Florêncio respondeu que não poderia, pois ele estava no Jarau com o coronel Severino, onde adoeceu. No entanto, “estando quase bom pediu ao Severino para ir em casa do pai buscar um cavalo, pois é perto do Alegrete e por lá piorou e demorou, aparecendo só em junho”.⁶⁴ Florêncio lamentava pois Manoel Ignácio iria ajudá-lo na marcação dos animais. Em outra carta, Isabel, nora da Baronesa, escrevia: “segundo a ordem que tive de Bento, a Senhora me fará o favor de mandar 100 mil réis. Peço-lhe me mandar o Benedito depois do meio-dia ajudar-me a tomar ponto numa tachada de goiabada”. O trecho demonstra que empréstimos e adiantamentos eram realizados dentro da própria família, mas o mais importante é que o escravo Benedito circulava pelas estâncias da parentela.⁶⁵

Não faltam exemplos comprovando que as atividades econômicas eram realizadas em conjunto, formando uma verdadeira rede de negociações entre os parentes. Antônio

⁵⁹ Carta de Florêncio. Estância do Serro, 01.06.1873. Lata 446, Pasta 48, Carta 1. ABSB – IHGB.

⁶⁰ Carta de Florêncio. Estância do Serro, 31.08.1873. Lata 446, Pasta 48, Carta 2. ABSB – IHGB.

⁶¹ Carta de Florêncio. Estância do Serro, 31.08.1873. Lata 446, Pasta 48, Carta 2. ABSB – IHGB.

⁶² Carta de Florêncio. Estância do Serro, 31.08.1873. Lata 446, Pasta 48, Carta 2. ABSB – IHGB.

⁶³ Carta de Florêncio. Estância do Serro, 04.02.1874. Lata 446, Pasta 48, Carta 4. ABSB – IHGB.

⁶⁴ Carta de Florêncio. Estância do Serro, 31.08.1873. Lata 446, Pasta 48, Carta 2. ABSB – IHGB.

⁶⁵ Carta de Isabel para a Baronesa. Sem data. Lata 446, pasta 69, carta 1.

Mâncio, que havia migrado de Uruguaiana para Pelotas, servia como uma espécie de intermediário dos irmãos, sobrinhos e cunhados. Em março de 1873, escrevia da capital para avisar o sobrinho: “Nesta data previno ao Florêncio que a letra dele que estava caucionada no Bastos está em meu poder, porque a resgatei agora”.⁶⁶ Na mesma missiva, ele mencionava algum negócio envolvendo o mano Severino, que “tinha pago ao Garcia” e que “por isso não preciso fazê-lo”.⁶⁷ No mesmo mês, Antônio deslocara-se à capital para tratar do inventário de um tio que interessava a toda família. Nesta ocasião ele pedia ao Barão para intervir junto ao advogado Barcellos, “pois muito me transtorna a demora dele”.⁶⁸ O detalhe importante é que o advogado, além de chefe do Partido Conservador em Pelotas, era compadre do Barão, algo favorável nas negociações, conforme Mâncio. No entanto, não somente dos negócios dos irmãos e sobrinhos se ocupava Antônio. Em julho de 1873, ele pedia para a irmã alertar o filho sobre a venda de um imóvel: “Diz a Vinuta que faça com que Ana Olinda esporeie ao Chiquinho para realizar a venda da casa, antes do dia 22 de agosto”.⁶⁹

Entretanto, em alguns casos, era preferível que um familiar de maior importância tomasse a dianteira dos negócios, pois os mesmos detinham um maior conhecimento das transações, além de um nome mais reconhecido na praça. Em janeiro de 1871, por exemplo, Severino Cunha recomendava ao Barão: “Sobre os negócios de Santana [do Livramento], entendo que bem marchamos em dirigirmos unicamente a V. Ex. porque ignorávamos a posição assumida por V. Ex. nele”.⁷⁰

Apesar de lidarem com transações financeiras e vendas de imóveis, os negócios referentes às atividades pecuárias (venda de animais e arrendamento dos campos) eram com certeza os mais efetivados. Em janeiro de 1871, Severino Cunha informava ao Barão sobre como andava a compra e venda dos animais. Ele e o coronel Severino tinham um acordo com alguns negociantes que compravam gado para si mesmo, mas deixavam-nos engordando nos campos da família, vindo a buscá-los posteriormente.⁷¹ Às vezes, os contratos não eram mantidos, o que exigia a interferência de algum deles (geralmente o Barão) no mundo fora da estância. Em 1873, por exemplo, Severino Cunha queixava-se ao Barão de que os campos do coronel Severino, seu cunhado, foram arrendados ao Exército e que a Fazenda Provincial não havia pago o valor correto. Na mesma missiva, ele pedia ao Barão que também informasse ao

⁶⁶ Carta de Antônio Mâncio. Estância das Pedras, 04.03.1873. Lata 446, Pasta 46, Carta 1. ABSB – IHGB.

⁶⁷ Carta de Antônio Mâncio. Pelotas, 10.03.1873. Lata 446, Pasta 46, Carta 4. ABSB – IHGB.

⁶⁸ Carta de Antônio Mâncio. Pelotas, 23.04.1873. Lata 446, Pasta 46, Carta 2. ABSB – IHGB.

⁶⁹ Carta de Antônio Mâncio. Pelotas, 29.07.1873. Lata 446, Pasta 46, Carta 3. ABSB – IHGB.

⁷⁰ Carta de Severino Cunha. Livramento, 21.01.1871. Lata 446, Pasta 37, Carta 3. ABSB – IHGB.

⁷¹ Carta de Severino Cunha. Livramento, 21.01.1871. Lata 446, Pasta 37, Carta 3. ABSB – IHGB.

Presidente que grande quantidade de madeira havia sido extraída para edificação do quartel sem nenhuma indenização ao proprietário.⁷²

Negócios e política, portanto, andavam juntos. Um bom relacionamento com a elite política, incluindo o Presidente da Província, podia oferecer maiores chances de ganhos econômicos. Os contratos com o estado Imperial, como o fornecimento de animais e acampamentos ao exército, eram sempre lucrativos. No entanto, as propostas dependiam nitidamente das boas relações com o mundo da Corte. Não foi à toa que logo que o general Osório assumiu a pasta da Guerra em fevereiro de 1878, vetou a proposta enviada por Florêncio àquele Ministério. O proponente, que era seu adversário político, oferecia os seus campos em Alegrete e Uruguaiana para “neles receber e invernar até 30 mil cavalos pertencentes ao Estado”.⁷³ Habilmente, no outro dia, Osório mandou suprimir o depósito de artigos bélicos de Alegrete, recolhendo todo ele em São Gabriel, longe dos Ribeiro de Almeida, e onde talvez tivesse oficiais de maior confiança.⁷⁴

As informações vindas da capital e da Corte, se bem utilizadas, podiam assegurar o bom andamento dos negócios da família. Para isto era preciso manter-se dentro desta rede de informações e favores. O acesso a estas “portas” e o bom uso dos mesmos era fundamental para a manutenção e a reprodução destes investimentos. Severino Cunha, por exemplo, confessava ao Barão que se soubesse que as decisões sobre o arrendamento dos campos do coronel Severino dependiam do Ministro da Guerra, ele não teria pedido para interferir junto à Presidência, algo que “a oposição fez cavalo de batalha”, atacando a família pela imprensa.⁷⁵

Além do empenho em ter acesso a informações preciosas, outros fatores econômicos ajudavam a condicionar as estratégias da família. Por volta de 1870, como demonstrou Graciela Garcia, o preço da terra já havia encarecido muito e isto certamente afetava os negócios e os contratos de arrendamento.⁷⁶ Além disso, conforme Farinatti, nesta época “se tornava cada vez mais difícil reproduzir a grande criação na escala em que ela fora praticada até o final da década de 1830”.⁷⁷ Deve-se, no entanto, compreender que estas transformações também foram reflexo de fatores externos que fugiam de um total controle daqueles habitantes da fronteira. Referimo-nos a Lei de Terras e a Lei que extinguiu o tráfico

⁷² Carta de Severino Cunha. Livramento, 23.06.1873. Lata 446, Pasta 37, Carta 6. ABSB – IHGB.

⁷³ Avisos do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro, 20.02.1878. AHRS.

⁷⁴ Avisos do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro, 21.02.1878. AHRS.

⁷⁵ Carta de Severino Cunha. Livramento, 29.10.1873. Lata 446, Pasta 37, Carta 7. ABSB – IHGB.

⁷⁶ GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS-IFCH. Dissertação de Mestrado, 2005, p. 24-26.

⁷⁷ FARINATTI, Luis Augusto. Op. cit., p. 225.

de escravos, entre outras. Estas decisões tomadas na Corte, ou seja, que fugiam do alcance dos estancieiros, afetavam a organização econômica regional ao mesmo tempo em que alteravam, embora mais lentamente, as estruturas sociais nas localidades. Além disso, anos após a Guerra dos Farrapos, estes estancieiros já sabiam que entre oporem-se às ingerências de um centro político e participar do governo (que tinha sua sede no próprio Centro), era muito mais lucrativo a segunda escolha, uma vez que ela propiciava ganhos econômicos e cargos-chave na manutenção do poder político paroquial.

Além destes fatores, não se pode também descartar aqueles de ordem natural que muitas vezes contribuíam para a falência e o prejuízo econômico de boa parte do patrimônio destas famílias. Em outubro de 1873, Severino Cunha relatava ao Barão:

“A bexiga causou muito estrago na população do Batista, e também nos tocou entrar com o nosso contingente, devido as imediatas relações em que estávamos com aquela povoação. O Florêncio perdeu a mulata Cristina e mais dois pequenos filhos do capataz e agregados. No Jarau e em minha casa sucumbiram 9 pessoas: peões, chinas, piás, etc. O mal se acha quase extinto, tendo-se dado nesta cidade só 2 casos de pessoas vindas de lá, que tem sido tratadas fora. Até agora, porém, não há vacina na terra, e não está de todo desvanecido o pânico causado pelo mal (...)”.⁷⁸

A estes infortúnios somavam-se as secas e, às vezes, o excesso das chuvas.⁷⁹ Além disto, a constante tensão com relação à fronteira e aos vizinhos platinos também deixava os mesmos aflitos. O coronel Severino, que vivia na estância do Jarau, era o principal informante dos acontecimentos do mundo platino, relatando tudo ao Barão – que sempre queria manter-se bem informado sobre o que andava ocorrendo por aquela fronteira. Em agosto de 1873, por exemplo, escrevia: “Por aqui, dizem que os Argentinos não estão contentes com o Governo do Brasil por causa do tratado com o Paraguai”.⁸⁰ No entanto, a recíproca era a mesma. Quando se tratavam daqueles vizinhos, Severino não poupava opiniões hostis: “é minha opinião que os argentinos, toda vez que possam, nos farão guerra, é

⁷⁸ Carta de Severino Cunha ao Barão de São Borja. Livramento, 29.10.1873. Lata 446, Pasta 37, Carta 7. ABSB – IHGB.

⁷⁹ “Os negócios da safra vão cada vez mal a pior, depois da formidável seca que sofremos, copiosíssimas chuvas, que não deixaram os gados engordar, trazendo falta deles no tablado. Isto explica os altos preços que estão valendo, não estando por isso equilibrado com os preços dos efeitos. É safra ruinosa e nossos prejuízos não serão de poucos contos de réis”. (Carta de Antônio Mâncio. Pelotas, 05.05.1877. Lata 446, pasta 62, carta 2).

⁸⁰ Carta de Severino. Estância do Jarau, 24.08.1873. Lata 446, Pasta 47, Carta 3. ABSB – IHGB.

sentimento pátrio deles”.⁸¹ E acrescentava: “é má gente (...) nossos inimigos desde o berço, e só procuram ocasião a nada para se botarem a nós, e quem viver verá”.⁸²

Tamanho sentimento tinha motivos antigos, uma vez que Severino acompanhou o pai em muitas guerras naquela fronteira. Na década de 1870, conforme se lê nas cartas, um movimento revolucionário sacudia o Uruguai e Entre Rios. Severino apresentava-se bastante engajado aos eventos e da maneira como falava com o Barão, parece que o mesmo apoiava o envolvimento do coronel naquelas questões: “Na minha opinião é a melhor ocasião botar-nos aos Argentinos, devemos contar com 8 mil ou mais entrerrianos e com os correntinos também. Bloqueando Buenos Aires a esquadra no Paraná e largando o Lopes pela dentro de um mês as duas Províncias são nossas, ali mesmo se encontrarão cavalhadas à muito”. O motivo pelo qual Severino apoiava o movimento também era político como se percebe no seguinte trecho: “Na minha opinião, o governo que nos convém naquela república é o federal, porque com esta forma de governo cada um faz o que entende, eles forcejam para levar, por vias indiretas ao governo unitário, este não me parece útil para nós, porque formarão um centro, subjugarão as outras províncias, como quase já tão conseguindo”.⁸³

Assim como nos discursos parlamentares, também não se deve buscar uma total coerência nas idéias políticas defendidas por estes homens. Apesar de atacar um governo unitário, o coronel Severino convivia muito bem com o sistema político imperial e bradava com orgulho: “sou monarquista de coração”.⁸⁴ Tal manifestação talvez fosse provocada por um sentimento de plena autonomia que ele e a família encontravam nos confins do Império. Além disso, estas cartas mostram como estes estancieiros estavam muito bem articulados aos movimentos platinos e intimamente relacionados com os amigos caudilhos, sendo que os adversários destes também eram seus inimigos, podendo saquear suas propriedades naquelas repúblicas. Este ambiente belicoso também provocava um sentimento de insegurança aos homens livres pobres, uma vez que muitos estavam sujeitos a serem recrutados, caso não possuíssem um bom protetor. Não era à toa que Severino Cunha, após saber do movimento revolucionário, informou ao Barão: “As notícias da guerra causaram algum susto nesta fronteira tão exposta e mal guarnecida”.⁸⁵

⁸¹ Carta de Severino. Estância do Jarau, 14.12.1873. Lata 446, Pasta 47, Carta 4. ABSB – IHGB.

⁸² Carta de Severino. Estância do Jarau, 24.01.1874. Lata 446, Pasta 47, Carta 6. ABSB – IHGB.

⁸³ Carta de Severino. Estância do Jarau, 24.01.1873. Lata 446, Pasta 47, Carta 6. ABSB – IHGB.

⁸⁴ Carta de Severino. Estância do Jarau, 09.06.1873. Lata 446, Pasta 47, Carta 2. ABSB – IHGB.

⁸⁵ Carta de Severino Cunha. Livramento, 29.10.1873. Lata 446, Pasta 37, Carta 7. ABSB – IHGB.

Em resumo, as atividades econômicas, políticas e militares não poderiam estar separadas, dependendo uma do sucesso das outras. Para que estes negócios fossem bem sucedidos era necessária uma boa integração e circulação de informações dentro da família. Na leitura da correspondência fica bastante evidente que, enquanto o Barão permanecia na capital sem muitas notícias daquele mundo fronteiro, constantemente os seus cunhados e filhos encontravam-se nas estâncias uns dos outros. Em 1871, por exemplo, Severino Cunha escrevia a ele esclarecendo:

“Com a ida do Feliciano ficará a par de tudo, o que me dispensa de mais explicações. Nada lhe digo sobre o doutor e Florêncio porque é portador desta o Ignacinho e achando-se ambos aqui creio que escreverão. Os dois Coronéis Feliciano e Severino também aqui estão e como o informo de tudo, deixam por isso de escrever-lhe”.⁸⁶

O trecho revela que praticamente toda a família, com exceção de Antônio Mâncio, encontrava-se reunida em Livramento.⁸⁷ Além disso, enquanto o Barão esperava informações vindas da campanha, os seus parentes desejavam que ele mandasse notícias da capital.⁸⁸ Em maio de 1872, o cunhado Feliciano clamava pelas mesmas: “Faz um mês que daí saí e ainda nada me disse das mudanças políticas que se estão apurando. Não deixe de o fazer, pois não temos aí quem nos diga coisa alguma”.⁸⁹ Em outra carta, era Antônio que queixava-se da ausência de notícias: “Nada tenho sabido de fora; nem uma carta tenho recebido”.⁹⁰

Mas ambos não queriam somente informações. O desejo de todos, como se pode perceber pela correspondência do Barão, era de *informações seguras*. O clima de intrigas, de desconfiança, a circulação de boatos e as acusações falsas na imprensa estavam sempre presentes. Comentando sobre o comportamento de um tal Ferreira que não se definia bem politicamente, Severino Cunha dizia ao Barão que somente ele poderia identificar quais os fazendeiros locais “inspiram a confiança precisa”, pois “V. Ex.^a provecto e adestrado nestas coisas e possuindo uma razão clara e esclarecida compreenderá perfeitamente este

⁸⁶ Carta de Severino Cunha. Livramento, 21.01.1871. Lata 446, Pasta 37, Carta 3. ABSB – IHGB.

⁸⁷ Outro trecho semelhante pode ser encontrado em outra carta de Severino Cunha: “O Florêncio chegou sem novidade e sem dúvida já lhe terá escrito. Ele se acha na estância com a família e o Doutor na Uruguaiana”. Carta de Severino Cunha. Livramento, 23.06.1873. Lata 446, Pasta 37, Carta 6. ABSB – IHGB.

⁸⁸ Apesar do Arquivo não conter todas as cartas, mas somente uma amostra das mesmas, existem trechos que evidenciam que a comunicação sobre política era intensa. Em janeiro de 1872, Severino Cunha falava do Coronel Severino o seguinte: “Conquanto o Senhor Coronel lhe escreva circunstanciadamente sobre a política desta localidade e descreva a disposição em que veio encontrar os ânimos desta gente, vou a um turno dizer-lhe também alguma coisa animado pela confiança com que me honra”. (Livramento, 26.01.1872. Lata 446, Pasta 37, Carta 2. ABSB – IHGB).

⁸⁹ Carta de Feliciano. Alegrete, 20.05.1872. Lata 446, Pasta 39, Carta 3. ABSB – IHGB.

⁹⁰ Carta de Antônio Mâncio. Pelotas, 05.05.1877. Lata 446, pasta 62, carta 2.

procedimento”.⁹¹ Meses depois ele desconfiava que os mesmos fazendeiros dos arredores estariam envolvidos em tramas políticas com o Visconde de Pelotas, mas confidenciava ao Barão que reconhecia as imprecisões daqueles rumores: “Não sei positivamente o caráter de verdade desse boato”.⁹² E a sua desconfiança era tanta que por um momento chegou a pensar que o suspeito de traição poderia, na realidade, estar tramando contra os seus adversários: “Em Santana as recomendações do Osório e o agulhão do Visconde de Pelotas ali residindo, fizeram-me crer que o Ferreira está enganando ao Câmara ou ao General”.⁹³

Este, portanto, é um fator fundamental para se compreender o contexto em que as cartas eram escritas e na qual os membros de uma família se comunicavam e se organizavam: uma intensa busca de informações seguras e verdadeiras e uma presença constante de intriga e desconfiança da família para com todos que a cercavam, inclusive aliados, mas principalmente adversários políticos e ocupantes de cargos importantes. Neste sentido, as tentativas de diminuir estes riscos ajudavam a regular e condicionar o comportamento coletivo da família. Uma das melhores maneiras de assegurar-se disto (embora não garantisse o retorno esperado) era ter os próprios parentes ocupando os cargos e servindo como informantes.

A conquista de cargos importantes era sem dúvida uma das principais metas não apenas dos Ribeiro de Almeida, mas de muitas outras famílias ricas da Província. No entanto, a manutenção de tais postos de mando muitas vezes era tão ou mais difícil que a sua aquisição. A possível destituição de um cargo importante além de enfraquecer a facção do portador do mesmo alimentava muitos boatos, como se vê na missiva de Feliciano:

“A carta que me dirigiste em data de 2 de maio recebi-a ontem, e vejo o estado de dúvida maior em que vimos cair com a dissolução [da Câmara] (...). Os jornais dizem que o Figueira pediu tua demissão; o Constitucional diz que não. (...) A sua demissão não pode ter outro resultado senão abandonarmos a política e ficarmos em postos fora dela”.⁹⁴

Visivelmente aflito, Feliciano queria confirmar as dissonantes notícias na imprensa de que o Barão havia sido demitido do cargo de Comandante de Armas. Se tal ato fosse confirmado, o que na realidade não aconteceu, ele e os demais familiares pretendiam retirar-

⁹¹ Carta de Severino Cunha. Livramento, 26.01.1872. Lata 446, Pasta 37, Carta 2. ABSB – IHGB.

⁹² Carta de Severino Cunha. Livramento, 15.05.1872. Lata 446, Pasta 37, Carta 4. ABSB – IHGB.

⁹³ Carta de Feliciano. Alegrete, 20.05.1872. Lata 446, Pasta 39, Carta 3. ABSB – IHGB.

⁹⁴ Carta de Feliciano. Alegrete, 17.06.1872. Lata 446, Pasta 39, Carta 5. ABSB – IHGB.

se da política, tamanha era a perda que a mesma significava. O temor de Feliciano era perder um elo de contato com o “mundo exterior”, pois o Barão permanecia constantemente próximo ao presidente da Província e demais homens da elite política da capital intermediando os seus pedidos. Feliciano seguidamente enviava propostas de nomeações para os comandos dos corpos da Guarda Nacional, buscando reforçar a sua influência local. Em janeiro de 1872, por exemplo, ele escrevia ao Barão:

“A interinidade dos Comandantes dos Corpos de um Comando Superior não permitem, que se trate já de suas organizações, sendo pois urgente que se verifique as nomeações propostas, que já tinham bem tempo de cá estarem, principalmente as do Dornelles, do Juca Pinto, e sobretudo a do Severino [Cunha] para Chefe do Estado Maior, que foram no tempo do meu Exmo amigo Coronel João Simões, que as receberam nos momentos de entregar a Presidência ao João Dias e quer a Deus este não as retardam por aí”.⁹⁵

Uma boa relação com o Presidente da Província era essencial para os ganhos de uma facção paroquial. Naquele mesmo ano, Feliciano comentava: “Logo que soube da chegada do Exmo Presidente, escrevi-lhe particularmente cumprimentando-o, fazendo os oferecimentos que me cumpriam quer no caráter de Comandante Superior, quer no particular, portanto já se vê que nessa parte adiantei o teu pensamento; assim aconselhei ao mano Severino o fizesse”.⁹⁶ O trecho grifado evidencia que o Barão parecia manter seus cunhados bem instruídos acerca das tramas políticas da capital, da qual Feliciano já havia tido contato em algumas ocasiões nas décadas de 1850 e 1860, quando fora deputado provincial. Ele sabia que uma boa relação com os presidentes precisava ser costurada constantemente uma vez que os mesmos não permaneciam por muitos meses na província, além das nomeações para os corpos da Guarda dependerem deles. Neste sentido, Feliciano aconselhava ao “mano Severino” que buscasse fazer o mesmo. No entanto, as ações dos dois irmãos estavam profundamente condicionadas pelas informações que o Barão enviava. Em maio do mesmo ano, Feliciano pedia: “Logo que haja alteração no Ministro e Presidência, avise-me para saber com quem tenho de haver-me para as promoções e organizações dos corpos”.⁹⁷

⁹⁵ Feliciano havia entregue as propostas ao Vice-Presidente João Simões Lopes, amigo do Barão, mas com a chegada de outro Presidente, os pedidos precisavam ser renegociados. Carta de Feliciano. Uruguaiana, 04.01.1872. Lata 446, Pasta 39, Carta 1. ABSB – IHGB.

⁹⁶ Carta de Feliciano. Uruguaiana, 04.01.1872. Lata 446, Pasta 39, Carta 1. ABSB – IHGB (Grifo nosso).

⁹⁷ Carta de Feliciano. Alegrete, 01.05.1872. Lata 446, Pasta 39, Carta 2. ABSB – IHGB.

Da rápida circulação das informações e da aprovação das propostas de Feliciano dependia a manutenção do poder político da família na campanha. Em maio de 1872, alguns meses antes das eleições, Feliciano exigia uma comunicação mais rápida, pois as negociações políticas “devem ser objetos de telegramas e nada de esperar as morosidades dos paquetes. Estamos com os cabos todos soltos para sairmos a trabalhar, mas sem estas coisas nada fazemos”.⁹⁸

A consolidação e a hegemonia desta facção (ou de qualquer outra) naquela localidade dependia da demonstração de força e poder político perante os demais paroquianos. A obtenção de favores e cargos e a vitória nas eleições eram as melhores maneiras de se evidenciar este poder. Sabedores disto, a família toda trabalhava junta para a vitória nas urnas. Em maio de 1872, Feliciano informava o Barão:

“Quanto às eleições, enquanto o Barão esteve em campo, sem trabalharmos por minha ausência e o mano Severino irresoluto no Jarau, pensavam já que nem oposição teriam, mas agora que eles tem visto todos os companheiros em campo guerreando-o já diretamente (...) podemos afiançar, que se não nos faltar o apoio do Governo, não nos ganham em parte alguma desta fronteira”.⁹⁹

As tarefas eleitorais, portanto, eram realizadas em conjunto e sempre buscavam beneficiar todos os membros da família. Numa carta bastante interessante, Feliciano falava de um parente que vinha de longe para visitá-los e sabendo dos trabalhos eleitorais, correu para ajudá-los: “Ia me esquecendo dizer-te que nosso parente e amigo Constantino que chegou o mês passado do Paraguai se acha hoje aqui entre nós. Está muito moço, gordo e forte e já como sempre empenhado nas eleições convosco”.¹⁰⁰

O fato de Feliciano e do mano Severino serem Comandantes Superiores da Guarda Nacional oferecia à família um amplo poder de cooptar aliados e pequenos líderes paroquiais, retribuindo, em troca, postos de mando e isenção nos serviços. A organização da Guarda era geralmente realizada em conjunto. Em outra missiva, Severino Cunha dizia ao Barão que fora até Livramento para ajudar o Coronel Severino a organizar a Guarda.¹⁰¹ A distribuição dos corpos eram previamente negociadas na paróquia e na capital, onde o Barão ficava

⁹⁸ Carta de Feliciano. Alegrete, 20.05.1872. Lata 446, Pasta 39, Carta 3. ABSB – IHGB.

⁹⁹ Carta de Feliciano. Alegrete, 13.06.1872. Lata 446, Pasta 39, Carta 4. ABSB – IHGB.

¹⁰⁰ Carta de Feliciano. Alegrete, 20.06.1872. Lata 446, Pasta 39, Carta 6. ABSB – IHGB.

¹⁰¹ “Vim com o Coronel a convite dele para auxiliá-lo com meu fraco concurso no serviço a fazer-se para a boa organização da Guarda Nacional como V. Ex. verá pelas cópias que lhe vão remetidas”. Carta de Severino Cunha. Livramento, 26.01.1872. Lata 446, Pasta 37, Carta 2. ABSB – IHGB.

sabendo de tudo.¹⁰² No entanto, o clima de desconfiança estava sempre presente, pois adversários políticos costumavam minar a hierarquia que caracterizava a organização destes corpos. Em janeiro de 1872, Cunha confessava: “É voz geral aqui e o próprio tenente-coronel Dinarte o confirma, que os oficiais do Regimento são todos liberais. Não os conheço; apenas tenho relações com o Coelho Borges, que ainda não nos procurou apesar de estarmos aqui desde o dia 20”.¹⁰³

O comando da Guarda Nacional, como vimos, era fundamental na constituição de uma facção política. As remoções e nomeações de oficiais nas vésperas das eleições eram correntes. Com elas, os líderes das facções buscavam beneficiar amigos e garantir aliados para a “batalha do voto”. Esta lealdade pessoal costumava ser retribuída com mais favores e distinções militares. Em 1872, Feliciano deixava claro que devia muito aos estancieiros que lutaram com ele na Guerra:

“Estou preparando uma relação dos oficiais de comissão que prestaram serviço na guerra, por remeter ao Exmo Sr. Presidente a fim de solicitar do Governo para eles os postos honorários, pois não posso, depois de terem eles prestado tanto e relevantes serviços como oficiais, considerá-los, segundo recebi as recomendações do Governo em diversos avisos, simples Guardas Nacionais”.¹⁰⁴

A mesma política de concessão de títulos e cargos que a Corte executava com relação às províncias, o Presidente buscava manter com os chefes paroquiais. Neste sentido, nem os potentados locais eram tão independentes ao ponto de ignorar a administração do presidente, nem estes eram tão poderosos ao ponto de imporem suas medidas e governarem da maneira que quisessem. Se todos os estancieiros e negociantes da província se unissem, certamente derrubariam qualquer presidente. Mas tal sublevação jamais aconteceria, primeiro porque o mundo paroquial era recheado de facções rivais e segundo porque o Presidente sempre tinha apoio de alguma das facções (geralmente dos líderes do mesmo partido que subia ao poder). Portanto, as relações de cooperação e conflito faziam parte do cotidiano da política e acabavam moldando a administração do executivo provincial e as estratégias das famílias ricas espalhadas pelas paróquias. Sendo assim, os chefes locais necessitavam dos atos presidenciais ao seu favor para manterem a sua influência local, pois os possíveis

¹⁰² “Escrevi-lhe largamente de Santana do Livramento quando foi a proposta do corpo do Dinarte, que sem dúvida a esta hora deve estar em seu poder”. Carta de Severino Cunha. Livramento, 21.01.1871. Lata 446, Pasta 37, Carta 4. ABSB – IHGB.

¹⁰³ Carta de Severino Cunha. Livramento, 26.01.1872. Lata 446, pasta 37, Carta 2. ABSB – IHGB.

¹⁰⁴ Carta de Feliciano. Uruguaiana, 04.01.1872. Lata 446, Pasta 39, Carta 1. ABSB – IHGB.

problemas com o governo central ou a presidência podiam custar caro a uma facção. Neste sentido, como veremos, a própria trajetória dos Ribeiro de Almeida é exemplar para se compreender estes fenômenos.

A demora nas nomeações podia abalar e fraturar as redes clientelares que sustentavam as facções paroquiais. Em diversas cartas, Severino Cunha queixava-se da lentidão com que as medidas eram tomadas e das obstruções que os pedidos dele e dos parentes sofriam. Em maio de 1872, ele reclamava que a demora nas aprovações dos comandos dos corpos da Guarda Nacional e a demissão do delegado de polícia de Uruguaiana “nos tem sobremodo desgostado, colocando-nos em graves embaraços de que se tem aproveitado os adversários da situação para tirar partido, propalando de falazes as esperanças de tais Comandos, cuja demora, aliás confirma esses boatos”.¹⁰⁵ As notícias correntes eram de que os Ribeiro de Almeida prometiam coisas que não podiam cumprir, ou seja, reivindicavam um poder que não eram capazes de sustentar. Após relatar estes acontecimentos, Severino Cunha prosseguia: “Alguns de nossos amigos que até aqui nos haviam apoiado descontentes com tal procedimento se tem retirado ao silêncio, esgueirando-se de servir a um Governo que parece negar sua confiança e apoio a quem com mais lealdade o tem sustentado perante as urnas”.¹⁰⁶

O compromisso que a família havia firmado ao longo das campanhas eleitorais precisava ser mantido. Além disso, tais conflitos podiam provocar um deslocamento de um grupo de eleitores para apoiar uma outra facção, o que de fato acabou ocorrendo, conforme as informações dadas pelo mesmo remetente:

“Outros se julgam desligados de todo o compromisso pela idéia que fazem de que mais nada tem a esperar de nós a quem julgam desprestigiados e vão engrossar a falange que se levanta capitaneada por um vulto novo nas lides da Política, mas recomendado ao país por serviços prestados na Guerra do Paraguai, cujo nome é do General Vasco Alves hoje proclamado Chefe do Partido Liberal nesta localidade. O procedimento do governo quer geral, quer provincial, nos tem obrigado pelas razões que ficam ditos e conservam-nos em completa inação, com a qual ganham terreno os adversários que trabalham, aproveitando o justo desgosto que reina em nossas fileiras”.¹⁰⁷

¹⁰⁵ Carta de Severino Cunha. Livramento, 15.05.1872. Lata 446, Pasta 37, Carta 4. ABSB – IHGB.

¹⁰⁶ Carta de Severino Cunha. Livramento, 15.05.1872. Lata 446, Pasta 37, Carta 4. ABSB – IHGB.

¹⁰⁷ Carta de Severino Cunha. Livramento, 15.05.1872. Lata 446, Pasta 37, Carta 4. ABSB – IHGB.

Pela missiva é possível perceber que o estancieiro Vasco Alves acabou organizando uma facção dissidente reunindo antigos companheiros dos Ribeiro de Almeida. A trajetória de Vasco Alves Pereira e as relações de sua família com a do Barão de São Borja nos ajudam a visualizar muitas das idéias expostas e desenvolvidas até aqui. Assim como o Barão, Vasco também era um estancieiro em Alegrete e teve um importante papel na Guerra do Paraguai, o que lhe rendeu o título de Barão de Santana do Livramento. Apesar de não ser um militar de carreira, já que ele era oficial superior da Guarda Nacional, Vasco pretendia receber um tratamento equivalente aos seus companheiros do Exército de primeira linha. Escrevendo para o Barão de São Borja, o coronel Feliciano evidenciava os ressentimentos de Vasco: “Consta-me que o Santana se queixa muito de você por não ter empregado e tê-lo falado não como amigo, mas como chefe”.¹⁰⁸

Vasco, que trabalhava para a facção conservadora chefiada pelo Barão, andava muito ressentido com este por não ter intermediado uma possível nomeação dele para o Comando da Fronteira naquela região.¹⁰⁹ Tal cargo fornecia um amplo poder ao seu portador e Vasco desgostou-se muito ao ser rejeitado.¹¹⁰ A dissidência provocada por ele causou um certo choque em todos os paroquianos e Feliciano dizia que o novo adversário estava se prestando a um “ridículo papel”: “Encontrei na minha chegada o povo alarmado: o Vasco a frente do Partido Liberal, os nossos todos desgostosos com o resultado das nomeações de suplentes de juiz municipal e delegados e outros pela não aprovação das propostas”.¹¹¹ Vasco aproveitava-se dos percalços que os Ribeiro de Almeida vinham encontrando junto ao governo central e buscava estabelecer novas alianças, enfraquecendo as redes clientelares da família do Barão. Severino Cunha também não compreendia o procedimento de Vasco e deduzia: “Parece-nos, no entanto, que houve quem tentasse seduzi-lo a organizar um novo partido, como melhor lhe explicará o Feliciano”.¹¹²

Mas quem tentaria “seduzir” Vasco? Conforme Feliciano, o general dissidente desfilava pelos distritos locais lendo cartas e circulares de Osório e do Visconde de Pelotas com o objetivo de angariar eleitores para o Partido Liberal.¹¹³ As informações dadas nas

¹⁰⁸ Carta de Feliciano. Alegrete, 20.05.1872. Lata 446, Pasta 39, Carta 3. ABSB – IHGB.

¹⁰⁹ Carta de Severino Cunha. Livramento, 26.01.1872. Lata 446, Pasta 37, Carta 2. ABSB – IHGB.

¹¹⁰ Conforme Farinatti, os comandantes militares da fronteira “possuíam grande poder e reconhecimento social. Eles tinham ingerência sobre doações de terras, repartição de gado, recrutamento de combatentes, abastecimento das tropas, passagem de animais e mercadorias pela fronteira, além da política regional. Todos estes fatores tinham implicações diretas na economia pecuária e na vida social” (FARINATTI, Luís Augusto. Op. cit., p. 167).

¹¹¹ Carta de Feliciano. Alegrete, 20.06.1872. Lata 446, Pasta 39, Carta 6. ABSB – IHGB; Carta de Feliciano. Alegrete, 20.05.1872. Lata 446, Pasta 39, Carta 3. ABSB – IHGB.

¹¹² Carta de Severino Cunha. Livramento, 21.01.1871. Lata 446, Pasta 37, Carta 3. ABSB – IHGB.

¹¹³ Carta de Feliciano. Alegrete, 20.06.1872. Lata 446, Pasta 39, Carta 6. ABSB – IHGB.

missivas ainda revelam que o Visconde estava morando em Livramento, onde coordenava os trabalhos políticos da nova facção. Como vimos no capítulo segundo, as circulares e missivas assinadas por Osório “popularizavam” qualquer candidatura, pois seu nome era acatado nas mais diversas localidades da província. Nesta verdadeira guerra de cartas, os Ribeiro de Almeida também agiam com o mesmo intuito: convencer eleitores a manterem-se trabalhando para a família e sua facção. Em junho de 1872, Severino Cunha comemorava a chegada das circulares e cartas do Presidente da Província e do Barão: “Aguardemos ansiosos a realização das medidas indicadas e solicitadas para que de todo fiquemos desassombrados. Tudo marcha desde já as mil maravilhas e foi geral o contentamento de nossos amigos com a leitura das cartas de V. Ex. e do Sr. Presidente”.¹¹⁴

E de fato, algumas das propostas que tanto tempo demoraram foram enfim atendidas.¹¹⁵ Com isso, os Ribeiro de Almeida passaram a gabar-se do apoio político conquistado junto ao Centro e a capital: “Quanto ao nosso trabalho aqui não temos descuidado e o Vasco já está desenganado que não arranjei nada. Muitos que lhe prometeram já o deixaram desde que reunimos todos os companheiros e estes resolveram e estão trabalhando com empenho”. Feliciano prosseguia informando ao Barão de que Vasco Alves e seus familiares passavam vexame junto aos paroquianos: “As vergonhas porque ele Vasco e os mais Nunes passaram, alienaram desde já as poucas simpatias que tinham nesta cidade”.¹¹⁶

A missiva acima revela que o eleitorado, apesar de compor parte da clientela destas famílias, não era tão fiel aos mesmos, o que os obrigava a atender correntemente os seus pedidos. Esta alta mobilidade e descompromisso apresentado pelos estancieiros que compunham a base social das facções ajudam a explicar o porquê de tanta desconfiança e insegurança expressadas na correspondência vista até aqui. No entanto, reviravoltas posteriores (e que não ficam muito claras nas cartas) fizeram com que os liberais vencessem as eleições e Vasco saísse fortalecido como um dos chefes políticos da paróquia.

Tal resultado deve ser compreendido a partir da conjuntura política que caracterizou o período. No início da década de 1870, por ocasião da aprovação da Lei do Ventre Livre, muitos conservadores escravocratas, não aceitaram que um gabinete saquarema defendesse medidas abolicionistas. Estes opositores foram duramente perseguidos pelo chefe do Gabinete, o Visconde de Rio Branco. No Rio Grande do Sul, os conservadores dividiram-se

¹¹⁴ Carta de Severino Cunha. Livramento, 22.06.1872. Lata 446, Pasta 37, Carta 5. ABSB – IHGB.

¹¹⁵ Cabe mencionar que os pedidos mais correntes eram de delegados e subdelegados de política, suplentes de juiz municipal e de delegados, comando dos diversos corpos e destacamentos da Guarda Nacional, entre outros menores.

¹¹⁶ Carta de Feliciano Ribeiro de Almeida. Alegrete, 17.06.1872. Lata 446, Pasta 39, Carta 5. ABSB – IHGB.

em duas alas: os lobos (conservadores puros e contrários a Rio Branco) e os cordeiros (antigos progressistas que migraram para o partido e se tornaram a principal força de apoio do governo). Tal cisão enfraqueceu o partido, abrindo caminho para que, a partir de 1873, os liberais, sob a liderança de Osório e Silveira Martins, ganhassem bastante espaço na região da campanha e em outras localidades.¹¹⁷ Por ocasião deste conflito, as relações entre os Ribeiro de Almeida e o Gabinete Rio Branco (1871-1875) jamais foram de total cooperação e na realidade elas não ficam muito claras na leitura das cartas, revelando que a própria família desconfiava do apoio do governo. No entanto, se por um lado ele demorava a atender aos pedidos da família, por outro, Severino, Feliciano e o Barão jamais foram demitidos de seus cargos, o que demonstra, em parte, a existência de certa sintonia entre ambos.

Mas no caso do Rio Grande do Sul, o que pesava contra os conservadores é que o governo central possuía uma dívida para com Osório e não queria desagradá-lo nos assuntos referentes à política. Com a queda do Gabinete Rio Branco, em 1875, e o fim das perseguições aos conservadores dissidentes, Duque de Caxias foi alçado à chefia do novo gabinete, o que oferecia esperanças de pacificação dentro do partido saquarema. Logo que Caxias assumiu, o doutor Severino (filho do Barão de São Borja) aproveitando-se da sua condição de advogado bem relacionado com as elites centrais, ao visitar a Corte buscou mediar os conflitos políticos que assolavam a província – onde os conservadores eram vítimas da imponência de Osório e seus seguidores. Conta J. B. Magalhães, que o doutor Severino teria reclamado a Caxias da não interferência deste para o auxílio dos correligionários do Sul. O Ministro, no entanto, teria respondido: “A política do Governo vai até Santa Catarina; no sul está o velho Osório; nem o Governo quer desgostá-lo, nem os senhores podem com ele; o melhor é deixarmos que as coisas marchem como vão”.¹¹⁸

O poder se Osório certamente era grande, mas não absoluto. A prova disto foi que, no ano posterior, o Partido Conservador venceu as eleições gerais naquele distrito da campanha fazendo do doutor Severino seu único deputado. Esta inconstância política, sempre sujeita às dissoluções, trocas de gabinete e de presidentes, fazia com que o próprio mundo da política fosse um espaço relativamente inseguro, pois exigia um enorme gasto de tempo e dinheiro e muitas vezes não garantia o sucesso desejado. Somavam-se a isto, as conflituosas relações entre o Centro e as periferias, onde qualquer mudança no nível superior podia alterar

¹¹⁷ Esta luta entre as facções conservadoras certamente preocupava muito estes agentes envolvidos diretamente. No meio destas disputas, Mâncio, numa carta que reitera a necessidade de buscar informações verdadeiras, perguntou curioso ao Barão: “Conta-me alguma coisa sobre lobos e cordeiros, porque aqui se mente muito”. Carta de Antônio Mâncio. Pelotas, 29.07.1873. Lata 446, Pasta 46, Carta 3. ABSB – IHGB.

¹¹⁸ MAGALHÃES, J.B. Osório: Síntese de seu perfil histórico. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977, p. 285.

drasticamente as conformações sócio-econômicas e políticas nas paróquias. Para fornecer a segurança desejada, as alianças verticais e horizontais precisavam ser renovadas e reforçadas a cada momento, o que mostra a fragilidade das mesmas e legítima a preocupação que Feliciano, o Barão e Severino Cunha demonstravam com relação aos traidores e às intrigas dos adversários.

Portanto, foi preciso que o Visconde de Rio Branco saísse do poder para que os conservadores voltassem a obter vitórias políticas na região da campanha. Antônio Mâncio e Feliciano já haviam sido deputados provinciais, mas a família jamais teve, até aquela época, um representante na Câmara. Para garantir ganhos à sua facção, intervir diretamente na Corte, e evitar todas as perdas que os mesmos tiveram nas eleições de 1872, eles precisavam da presença de um mediador político de extrema confiança na Corte. Seria muito melhor se o eleito fosse um membro da família e foi no jovem doutor Severino que os mesmos apostaram. Mas estava ele pronto para tal tarefa?

3.3 - “Para sustentar os viciosos divertimentos do Doutor”: um mediador político entre a paróquia e a Corte.

Muitas décadas antes destes acontecimentos, um outro membro da família havia sido educado e preparado para alçar vãos mais altos na política. Sebastião Ribeiro de Almeida, irmão dos coronéis Severino e Feliciano, havia estudado direito em São Paulo, mas acabou falecendo ainda muito jovem. Conforme Farinatti, o envio de um filho para estudar fora da Província representava um “dispendioso investimento” e “o falecimento precoce do Dr. Sebastião Ribeiro acabou por adiar as esperanças da família em estender seus braços para dentro do núcleo duro da política nacional”.¹¹⁹ Anos depois, a família voltou a investir seus recursos financeiros na formação de outro jovem: Severino Ribeiro Carneiro Monteiro, filho do Barão, como havíamos referido. Se os negócios eram coletivos, como vimos, pode-se deduzir que parte dos investimentos do Barão de São Borja nos estudos do filho também provinham das atividades econômicas que a família mantinha conjuntamente.

Os tios do jovem bacharel, que acompanhavam tal empenho de perto, seguidamente referiam-se a ele com certo orgulho. Em maio de 1872, dizia Feliciano: “O vosso filho Doutor está muito bom e estamos sempre juntos. Vai correr umas carreiras. Entrou-lhe o vício, mas segundo parece são boas e com boa gente”. Feliciano que vivia com os sobrinhos

¹¹⁹ FARINATTI, Luis Augusto. Op. cit., p. 229.

também dizia estar à espera de Florêncio, o filho mais velho do Barão.¹²⁰ As diversões, ao que parece, ocupavam bastante o tempo do doutor Severino, que tinha a proteção dos tios. “Ontem, o Doutor concluiu suas carreiras, ganhou duas e empatou uma e estão finalizadas; creio que terá bastante influência sobre seu ano, saibam quanto, que ele passar por se ter metido neste vicioso divertimento”¹²¹, concluía novamente o tio Feliciano que parecia fazer todas as vontades do sobrinho.¹²²

Pela leitura das cartas é possível perceber que o jovem passeava pelas estâncias dos parentes, o que agradava muito os tios. Em dezembro de 1873, o coronel Severino narrava: “O Severino Doutor me disse que a 17 deste pretendia ir ver aos seus velhos, mas vai por Montevideo”. Na mesma missiva ele tecia comentários sobre o temperamento do sobrinho que, segundo ele, o tempo corrigiria: “então o que lhe dizia eu, já está se reformando e dentro em pouco o será pacato, uma vivera natural, um gênio altivo, nos faz quando crianças, não pensar no futuro, vão chegando os anos, vem com eles os desenganos é o mestre de todos, são caras lições, porém o que fazer é disso que sofrem todos”.¹²³ Em outra ocasião, quando visitava o tio Antônio em Pelotas, ele fez alguns discursos políticos, cujos jornais oposicionistas atacaram.¹²⁴

Quando o jovem Severino pediu a prima em casamento, parece ter ficado evidente que, apesar da proteção que ofereciam ao sobrinho, os tios toleravam os seus divertimentos vendo-os como algo passageiro. Feliciano, que veio a ser sogro do próprio sobrinho, deixou claro que o considerava um tanto imaturo e irresponsável, mas que eram coisas da idade:

“O Dr. Severino pediu-me a Maria Rachel em casamento apoiando seu pedido no consentimento que lhe dão vocês. Acho-o habilitado para tomar estado, o que o fará ainda melhorar mais de algumas leviandades de sua mocidade e estou convencido que minha filha vai dignamente empregada. Também é ainda criança e precisa educar-se nos misteres domésticos e mesmo sofrer as contrariedades de que necessitam moças criadas satisfazendo-lhes todas as vontades”.¹²⁵

¹²⁰ Carta de Feliciano. Alegrete, 20.05.1872. Lata 446, Pasta 39, Carta 3. ABSB – IHGB.

¹²¹ Carta de Feliciano. Alegrete, 20.06.1872. Lata 446, Pasta 39, Carta 6. ABSB – IHGB.

¹²² Em outra carta Feliciano dizia: “Hoje mandei cavalos e mulas para o Doutor que quer fazer uma diligência pela campanha a fim de seguir por aí no dia 21”. Carta de Feliciano. Alegrete, 13.10.1873. Lata 446, Pasta 49, Carta 1. ABSB – IHGB.

¹²³ Carta de Severino Ribeiro de Almeida ao Barão de São Borja. Estância do Jarau, 14.12.1873. Lata 446, Pasta 47, Carta 4. ABSB – IHGB.

¹²⁴ Carta de Severino Ribeiro Carneiro Monteiro. Pelotas, 20.02.1874. Lata 446, Pasta 53, Carta 1. ABSB – IHGB.

¹²⁵ Carta de Feliciano. Uruguaiana, 19.10.1873. Lata 446, Pasta 49, Carta 2. ABSB – IHGB.

De fato, os filhos de Feliciano também recebiam uma boa educação como atestam algumas cartas.¹²⁶ No entanto, era Severino quem concentrava todas as atenções. Em suma, o “Doutor”, a que tudo indica, possuía certa liberdade para dedicar-se a outras atividades aparentemente desligadas do trabalho na estância. Contudo, estas não estavam afastadas do projeto familiar. Ao mesmo tempo em que Severino viajava e se divertia ele contribuía para reforçar as alianças da família com jovens filhos de outras elites, o que era do gosto dos pais e familiares. Em fevereiro de 1874, ele escrevia: “Remeto-lhes outrossim 2 retratos meus sendo de posição um pouco terna para a Ex^a Dona Amália e outra para Dona Isabelinha Dr. Carvalho de Moraes, a quem meu pai dirá que fica satisfeito o compromisso que tomei para com elas, fazendo ao mesmo tempo votos de elas imitem o meu exemplo”.¹²⁷ A Isabelinha não era nada mais, nada menos, do que a filha do Presidente da Província, o que demonstra uma nítida estratégia de aproximação com o chefe do Executivo, na qual o filho bacharel era utilizado pela família para obter ganhos políticos.

Mas não somente com as moças o jovem doutor via-se envolvido. Em outro trecho ele falava do seu círculo de amigos: “Remeto-lhes um grupo de que faço parte com 3 camaradas meus: o 1º Manoel Joaquim de Castro e Silva; o 2º é o Senhor Manoel Dias, portador desta, moço muito distinto e a quem tenho todo o prazer em apresentar; 3º é o Senhor João Netto e o 4º é uma coisa muito fina, um moço de qualidades inestimáveis e se chama... Severino”.¹²⁸ Dentre estes amigos, havia muitos advogados como ele e que conseguiam importantes empregos no centro do país. Em fevereiro de 1874, Severino comentava: “O Carlos seguiu no dia 18 para a Corte e bem saudoso, o que também me acontece, e creio que a todos vós; seja ele feliz e estou satisfeito”.¹²⁹ O referido jovem era o maranhense Carlos Alberto Quadros que formou-se em Recife na mesma turma de Severino, em 1869, e que costumava visitar os Ribeiro de Almeida.¹³⁰

¹²⁶ Os filhos de Feliciano estudavam no afamado colégio do professor Fernando Gomes, na capital, e talvez contassem com a supervisão de algum amigo, ou mesmo do Barão. “Pelo Sérgio lhes escrevi 2 cartas, onde incluí 200\$000 que era para o Gomes e não mando já o necessário para o Joaquim no ano entrante porque tenho em casa só onças em que perdemos, porque por aqui valem 32\$ e aí 30\$ como aconteceu com umas que foram com vosso amigo Freitas”. Carta de Feliciano. Alegrete, 13.10.1873. Lata 446, Pasta 49, Carta 1. ABSB – IHGB.

¹²⁷ Carta do Doutor Severino. Pelotas, 20.02.1874. Lata 446, Pasta 53, Carta 1. ABSB – IHGB.

¹²⁸ Carta do Doutor Severino. Pelotas, 20.02.1874. Lata 446, Pasta 53, Carta 1. ABSB – IHGB.

¹²⁹ Carta do Doutor Severino. Pelotas, 20.02.1874. Lata 446, Pasta 53, Carta 1. ABSB – IHGB.

¹³⁰ BEVILÁQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. Brasília: INL/ Conselho Federal de Cultura, 1977, p. 125-127. Também formou-se nesta mesma turma o futuro filósofo e jurista Tobias Barreto, o que demonstra a riqueza intelectual que florescia nestas academias e que estavam ao alcance dos rio-grandenses que lá estudavam.

Entretanto, aos poucos o jovem Severino voltava-se seriamente para a vida pública, muito embora tal ingresso fosse motivado pelos seus tios. Foi idéia de Feliciano que Severino assumisse a promotoria pública em Alegrete. Convencido dos ganhos políticos que tal ato possibilitaria, ele escreveu ao sobrinho:

“Outro pedido vou fazer a que muito nos interessa, principalmente a mim por fins políticos, que é a nomeação pelo Presidente de um promotor, ainda que interino para arredar o Cunha Lima desse cargo e acho que você ou vosso amigo Carlos devem aceitar esse encargo ao menos por alguns meses enquanto providenciamos a retirada do Cunha Lima. Espero pois que facilitarás esta providência de grande alcance para você mesmo e para todos os nossos amigos de Uruguaiana (...)”.¹³¹

O jovem doutor acabou sendo nomeado. Seu “estágio” na promotoria, o casamento com a prima e a sua candidatura à deputação geral iniciariam uma nova fase na sua vida. Novos encargos como a intermediação de pedidos de Feliciano e do coronel Severino junto à capital passariam a ser cada vez mais constantes. Em outra carta, por exemplo, Feliciano instruíra o sobrinho sobre as suas funções: “Não falo ao Presidente da nomeação do Baldino porque conto que tanto você quanto seu pai tratarão disso”.¹³²

Na correspondência do Barão não há referências sobre as eleições de 1876, mas certamente toda a família deve ter se empenhado para que Severino fosse eleito. No entanto, no final deste mesmo ano, aconteceu um fato trágico que abalou não somente a família, como toda a sociedade local: Feliciano foi assassinado dentro de uma igreja em Uruguaiana durante as eleições. Os dias que se seguiram ao crime foram de muita tensão. Mais de 400 pessoas acompanharam com muito pesar o sepultamento do coronel, que teve “seu corpo carregado até por moças filhas de seus dedicados amigos”.¹³³ O fato correu toda a província, chegando até mesmo aos ouvidos do Ministro da Justiça que exigiu maiores informações. O mandante do crime, dizia-se, era o estancieiro Bento Martins, o Barão de Ijuí, chefe do Partido Liberal no mesmo município de Uruguaiana e companheiro de guerra do general Osório. Os familiares da vítima empenharam-se em tentar punir os culpados, sendo que mais de vinte já haviam sido presos na primeira semana após o crime. No entanto, o mandante do crime

¹³¹ Carta de Feliciano. Alegrete, 06.02.1874. Lata 446, Pasta 49, Carta 7. ABSB – IHGB (grifo nosso).

¹³² Carta de Feliciano. Alegrete, 06.02.1874. Lata 446, Pasta 49, Carta 7. ABSB – IHGB.

¹³³ Carta de João Nobre de Almeida. Uruguaiana, 08.10.1876. Lata 446, pasta 57, Carta 1. ABSB – IHGB.

acabou livrando-se de uma maior punição porque contou com a ajuda do próprio Osório e de Silveira Martins.

De Alegrete, após ter vindo de Pelotas por ocasião do velório, Antônio Mâncio lamentava a morte do irmão e manifestava seus desejos ao Barão de São Borja, que se encontrava igualmente abalado:

“Duas graves questões de honra se agitam para nós: a vingança e punição dos assassinos de nosso irmão e a imprescindível presença do Doutor no parlamento. Aquela abandonada temporariamente por ele, subsistirá sempre, esta, traria a sua e a nossa morte política, ficando tisonadas pelas calúnias de nossos adversários e inimigos. Entendemos que devíamos atender a última sustentando a primeira nós aqui, como nos for possível”.¹³⁴

É interessante perceber que Mâncio tentava reunir os familiares para a vingança, mas o Doutor estava dispensado, uma vez que havia sido preparado exatamente para executar um outro tipo de função na família. A sua ausência no parlamento seria um grande golpe nas pretensões políticas da família que perderia a chance de estender as suas redes sociais para dentro do mundo da Corte. Por este exemplo, fica claro que a política encenada nos parlamentos era sustentada por uma extensa base social exterior aos mesmos. As decisões tomadas nas sessões, os discursos e toda a retórica implementada nos debates eram apenas uma camada superficial do que estava por trás de todo aquele teatro. Isto não significa que as “peças” não eram acompanhadas com certa seriedade e expectativa. Enquanto o protagonista Severino encontrava-se na Corte, seus familiares tentavam manter-se informados sobre o seu desempenho. Em maio de 1877, Mâncio comentava com o Barão: “Felicito-te pela estréia do Severino: brioso, digno, dispondo de um talento robusto há de sempre sair-se bem nos cometimentos que empreender. Li o discurso dele a que te referes e a interpelação ao ministro do Império, à propósito da assembléia provincial desta província”.¹³⁵

Ao tornar-se um mediador político entre as paróquias da campanha e a Corte, o jovem Severino viu-se carregado de pedidos, além de ter que retribuir o apoio dos estancieiros conservadores da campanha. Um dos maiores chefes políticos daquela região, o estancieiro João da Silva Borges Fortes, escreveu ao Barão comentando sobre o seu filho: “O

¹³⁴ Carta de Antônio Mâncio. Alegrete, 24.11.1876. Lata 446, pasta 62, carta 1. ABSB – IHGB (grifo nosso).

¹³⁵ Carta de Antônio Mâncio. Alegrete, 24.11.1876. Lata 446, pasta 62, carta 1. IHGB.

nosso deputado Dr. Severino foi muito preguiçoso; não me quis escrever e desse modo continuo a viver nas trevas. Tenho a fundada esperança que ele mostrará aos incrédulos que irá desempenhar o seu mandato com o provimento da Província e que lhe será muito útil”.¹³⁶ Esta carta revela muitas coisas. Primeiro, ela reitera aquilo que estamos insistindo: a valiosa busca por informações seguras vindas do Centro e que na falta deixavam todos “nas trevas”. Segundo, o estancieiro Borges Fortes, ao se referir a Severino como *nosso deputado*, revela que ajudou a elegê-lo em São Gabriel e que agora queria ver seus investimentos retribuídos. Terceiro, neste jogo de cartas, não apenas Severino, mas, sobretudo, a família era vista como um canal de possível conexão com o mundo da Corte.

Neste sentido, fica evidente que as famílias também podiam constituir-se em elos de contato entre os dois mundos. José María Imizcoz e Rafael Guerrero, ao estudarem as famílias navarras que assumiram importantes cargos na Corte espanhola teceram algumas reflexões importantes: “Neste fluxo, suas famílias na aldeia ocupavam uma posição privilegiada porque serviam de mediadores para solicitar favores e, por sua causa, chegavam recursos e ajudas que lhes permitiam exercer na comunidade uma política paternalista que prefigurava o clientelismo político do século XIX”.¹³⁷ Apesar das características que fazem de um indivíduo um mediador serem individuais, não se deve ignorar, como atestam os autores, a possibilidade dos seus familiares mais próximos serem capazes de usufruírem, mesmo que em dimensão menor, de tais poderes. No entanto, em último caso, era sempre o próprio mediador quem acabava negociando e trocando favores pessoalmente no Centro.

As relações do referido estancieiro Borges Fortes com a família dos Ribeiro de Almeida pareciam ser de longa data. Em 1870, ele e Antônio Mâncio foram colegas na Assembléia Provincial. Na ocasião, a oposição atacou a sanção presidencial à lei que, segundo eles, “usurpava” boa parte do território do município de Uruguaiana, entregando-lhe ao de Alegrete. O “projeto Mâncio”, como ficou conhecido, foi apadrinhado por Borges Fortes, líder conservador no parlamento.¹³⁸ Certamente a medida devia beneficiar de alguma forma os interesses econômicos e políticos da família que possuía terras e gados na região.

A carta de Borges Fortes ainda revela o que já havíamos identificado no capítulo primeiro, quando Félix da Cunha foi apresentado ao eleitorado: políticos jovens tinham que

¹³⁶ Carta de Borges Fortes. São Gabriel, 26.12.1876. Lata 446, pasta 61, carta 1. IHGB.

¹³⁷ IMIZCOZ, José Maria & GUERRERO, Rafael. *Famílias en la Monarquía: la política familiar de las elites vascas y navarras en el Imperio de los Borbones*. In: IMIZCOZ, José Maria (org.). Casa, familia y sociedad: País Vasco, España y América, siglos XV-XIX. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2004, p. 211.

¹³⁸ A Reforma. 23.01.1870. MCSHJC.

superar a desconfiança dos eleitores. Isto revela que as candidaturas, para serem viabilizadas, deviam costurar alianças locais e garantir certo consenso entre os fazendeiros, negociantes e demais cidadãos influentes nas paróquias. Depois disso, o eleito deveria “prestar contas”, ou seja, informar e intermediar pedidos, firmando seus compromissos. Apenas os políticos de longa carreira, como os senadores e ministros, podiam gozar de alguma autonomia. Mesmo assim, como vimos, eles sempre acabavam captando recursos para suas redes sociais nas aldeias com esperança de reforçá-las.

No início da carreira, portanto, os jovens políticos estavam atrelados e profundamente dependentes aos interesses de suas famílias. Contudo, conforme alerta Farinatti, deve-se considerar que havia “uma negociação entre pais e filhos, ainda que desigual, no processo que resultava na concretização de uma estratégia familiar”. Os filhos:

“(…) não apenas negociavam com os objetivos dos pais, como também ajudavam a conduzir, com sua própria atuação, os rumos das estratégias familiares. Assim, as carreiras e áreas de atuação dos membros da família tinham muita relação com os caminhos que eram bem valorizados pela família em um contexto incerto e contingente. Elas ajudavam a construir as características das estratégias sociais empregadas pela família. Porém, é também preciso ficar claro que tais estratégias eram construídas dentro de um jogo de interação entre os membros da família”.¹³⁹

Ou seja, havia uma margem de negociação acerca da carreira a ser seguida pelos filhos. Um exemplo disto está dentro da própria família dos Ribeiro de Almeida. Vitorino Monteiro, o filho caçula do Barão de São Borja, “matriculando-se, moço ainda, na Escola Militar, começou, logo, a manifestar-se republicano, contrariando as tradições conservadoras da família e de seu irmão mais velho, o dr. Severino Ribeiro, conservador militante e chefe político no Alegrete”. Conforme Walter Spalding, “pouco tempo esteve Vitorino Monteiro na Escola Militar. Apesar de descendente de guerreiros, preferiu a toga e, matriculando-se na Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelou-se, aí, em ciência jurídicas e sociais, em 1883”.¹⁴⁰ No Largo de São Francisco, o caçula conheceu outros jovens rio-grandenses e republicanos como ele, dentre os quais estavam os amigos Júlio de Castilhos e Joaquim Francisco de Assis Brasil. Anos mais tarde, esta amizade renderia bons frutos para a família

¹³⁹ FARINATTI, Luis Augusto. Op. cit., p. 215.

¹⁴⁰ SPALDING, Walter. *Propaganda e Propagandistas Republicanos no Rio Grande do Sul*. In: Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, ano 1, n. 1, jan.1952, p. 133.

dos Ribeiro de Almeida, uma vez que, no período republicano, Vitorino tornou-se Governador do Rio Grande do Sul e Senador pelo mesmo Estado.

Talvez Vitorino tenha sido levado a matricular-se na Escola Militar pelo irmão mais velho, Bento, que acabaria se formando na mesma. Contudo, a troca de curso esboçada pelo caçula pode ter sido facilitada por um outro fato lastimável para a família. Seu pai, o Barão de São Borja, adoeceu, logo falecendo em outubro de 1877. “Chamaram do Rio de Janeiro, seu filho, Deputado Dr. Severino Ribeiro Carneiro Monteiro, que não chegou a ver com vida o pai extremoso”.¹⁴¹ A família perdia uma das suas principais figuras. Meses depois, em janeiro do ano seguinte, uma nova derrota. Os liberais, que estavam dez anos no ostracismo, eram chamados a compor o novo gabinete ministerial. Uma série de perseguições aos conservadores foi levada a cabo por Osório, Silveira Martins e companhia. Em Livramento, Vasco Alves, considerado o traidor da facção e principal adversário político da família em Alegrete, foi alçado ao Comando Superior da Guarda Nacional.

Portanto, com a subida dos liberais ao poder, nascia uma nova conjuntura política. O doutor Severino, órfão de pai e sem o tio estimado, também perdia o mandato de deputado, vindo a recolher-se na sua Alegrete como advogado. Em contrapartida, a facção liberal, liderada por Vasco e com o apoio de Osório, viu-se cada vez mais forte. Apesar desta rápida ascensão, Vasco Alves não deve ser visto como um “fantoche” nas mãos do general Osório e do Visconde de Pelotas. Assim como muitos outros fazendeiros, ele possuía uma extensa parentela voltada para a obtenção de cargos de mando na política. Nobilitado, como poucos eram, Vasco também havia enviado o filho primogênito para estudar engenharia na Corte, além de casar a filha com outro engenheiro. Ambos foram deputados provinciais, assim como o seu cunhado Francisco – que também era engenheiro. Ou seja, mesmo que ofereça uma racionalidade que o mesmo talvez não possuísse, não é exagero dizer que Vasco havia se preparado e projetado a família para colher os bons frutos oferecidos pela política.

Durante esta fase, o doutor Severino rearticulou suas forças políticas na região da campanha e anos depois, mesmo com as baixas dentro da família, conseguiu retornar à Corte, na década de 1880, como deputado geral. Seu sucesso, no entanto, ultrapassou esta simples conquista. Severino, com apenas 36 anos, “atingiu ao posto de chefe mais prestigioso e popular do 3.º círculo eleitoral, ao qual pertencia o Alegrete”. Aquiles Porto Alegre, que era adversário político dele e que, portanto, não possuía motivos para exagerar o seu papel, declarou já na República: “até hoje, ainda ninguém conseguiu naquela região a

¹⁴¹ ALMEIDA, Antônio da Rocha. Op. cit, p. 229.

preponderância política que atingiu o dr. Severino Ribeiro”.¹⁴² Para que o retorno de Severino à Câmara dos Deputados fosse possível, foi necessário que a família se recuperasse das perdas sofridas e reorganizasse as atividades políticas e econômicas. Neste sentido, o papel da sua mãe, a Baronesa de São Borja, parece ter sido fundamental.

As cartas do arquivo pessoal do Barão praticamente não contemplam o período posterior ao seu falecimento. Mas o pouco que restou fornece uma imagem interessante de como a família reorganizou-se. A dona Benevenuta, Baronesa de São Borja, ao herdar boa parte do patrimônio do marido, também passou a ocupar o seu papel nos negócios da família. Foi a ela que o caçula Vitorino recorreu para efetivar parte de seus empreendimentos: “Minha boa mãe. Conforme já lhe informei as chuvas tem sido abundantes e tem prejudicado muito a engorda. Já estou com meu gado tratado para aportar (...) Por este motivo peço-vos uma reforma da letra que será a última. Por este mês já me livrarei de um bom peso (...)”. Concluindo a missiva, ele dava instruções de como a mãe deveria agir com o dinheiro enviado:

“Remeto a importância de um conto cento e cinquenta e nove mil réis que V. Mcê ou o Bento distribuirão da seguinte forma: 450\$000 ao banco correspondente aos 10 por cento de abatimento, 160\$000 também ao banco correspondente aos 4 meses de prêmio a 12% –, 270\$000 ao Alfredo dos 2 trimestres, isto é, de outubro a dezembro e janeiro a fim de março, 200\$000 a Leichó por conta da letra que lhe devo, esperando em breve indenizar toda a letra, 45\$000 para V. Mcê da conta do amável Nabuco (que pode esperar o cavalo lá para as Kalendas Gregas) e 34\$ para mandar pagar ao Mazerem a assinatura do Journal de Haras de 2 anos e que recebi ante-ontem. Vão as seguintes moedas e ao câmbio de 27, isto é, ao par – 50 credores a 16.600\$, 25 libras a 8.900\$ e 100 mil réis em papel”.¹⁴³

Em outra missiva, era Florêncio que se apresentava fazendo negócios em parceria com a mãe. De Porto Alegre ele escrevia mandando notícias de documentos que havia ido buscar, talvez relativos ao inventário do pai. Anos depois, ele assinava um contrato de arrendamento de parte dos campos da Fazenda do Serro. O documento fornecia ao filho mais velho metade das benfeitorias do estabelecimento, 2.290 rezes de cria e 327 éguas chucas, por oito anos de contrato. Não foi possível saber se o valor do arrendamento correspondia ao preço de mercado e como os mesmos passaram a funcionar nos anos em que o mesmo acordo

¹⁴² PORTO ALEGRE, Aquiles. Homens Ilustres do Rio Grande do Sul. Porto alegre: ERUS, 1976, p. 233.

¹⁴³ Vitorino Monteiro à Baronesa de São Borja. s/ local, s/ data. Lata 446, pasta 69, carta 1.

durou. Estudando estas mesmas famílias de estancieiros da campanha, Farinatti concluiu que os negócios entre pais e filhos eram realizados com valores e prazos diferentes ao de um mercado impessoal:

“Apesar de haver o registro escrito de todos esses débitos entre pais e filhos/genro, tornando-os aptos a serem cobrados posteriormente, é de fato muito difícil considerar que essas transações entre familiares fossem equivalente a uma dívida existente entre um devedor e um credor agindo no mercado ‘impessoal’. Naturalmente, podiam haver empréstimos, relações de débito-crédito, vendas e outras transações entre membros de uma família, que fossem regidas estritamente pelos mesmos mecanismos de mercado que eram aplicáveis entre partes ‘impessoais’. Isso implicaria em empréstimos com prazo fixado, bem como os competentes juros de mora e, também, em cobrança de aluguel dos escravos e arrendamento das terras de uns, que se colocava a serviço de outros. Contudo, essa não parece ter sido a regra. No mais das vezes, essas práticas conjuntas eram operacionalizadas, de um lado, através da tolerância recíproca no que dizia respeito ao pagamento das dívidas e, de outro, da comunicação de alguns recursos fundamentais como o uso da terra e o trabalho dos escravos”.¹⁴⁴

Certamente que a mão de obra era utilizada coletivamente nas terras da família, como já dissemos. Além disso, vimos que Florêncio administrava os negócios do pai, provavelmente sem lhe cobrar o que exigiria de um outro indivíduo fora da família. Na década de 1880, por exemplo, mãe e filhos assinaram a alforria de Benedito, escravo de 20 anos de idade que provavelmente havia prestado muitos serviços nas estâncias da família. Neste sentido, talvez eles estivessem atendendo ao movimento abolicionista que corria não somente a região da campanha, mas todo o Império. Para isto, a família contava com o deputado Severino que, apesar de conservador, era bastante conhecido em Porto Alegre pela sua postura anti-escravista.

Mas não somente pelos filhos a Baronesa era procurada. Em uma carta enviada por uma parente, que lembrava a sua “triste posição de viúva”, é possível perceber que até mesmo no interior das elites, havia a necessidade de ajuda mútua:

“Venuta (...) terá pena não só de mim como também de meus inocentes filhos que tão cedo perderam seu pai (...) É para que me mande saber em casa de Macedo e Azevedo a solução de uma procuração que em março passei por intermédio do seu Candoco, negociante desta praça, sobre o pagamento de um ano de potreiro para os

¹⁴⁴ FARINATTI, Luis Augusto. Op. cit., p. 271.

cavalos da sessão policial até agora não sei se receberam, é o único rendimento que tenho anualmente para ir passando com meus filhos, já vêes que me faz muita falta, O potreiro está alugado por vinte mil réis mensais e desde julho do ano passado está em atraso. Meu pobre e sempre querido marido deixou seus negócios bem enredados e muitas dívidas de modo que vou desfazer-me de minha chácara para saldar meus compromissos”.¹⁴⁵

Esta carta também revela algo que Imizcoz identificou entre as famílias navarras da elite, ou seja, o poder dos parentes mais ricos estendia-se aos mais pobres em forma de auxílio econômico.¹⁴⁶ Nesta rede de negociações familiares, o papel dos genros também era importante. Em carta de junho de 1887, o Dr. Pedro Chermont de Miranda, genro da Baronesa, enviou por intermédio do caçula Vitorino a quantia de 300\$000 réis referentes a negócios da família. Neste momento, torna-se necessário abrir um pequeno parêntese para comentar quem era aquele moço. O doutor Chermont, casado com Amália, era de uma rica família paraense. Investigando melhor sua vida, identificamos que o mesmo formou-se em direito em Recife, em 1871, ou seja, foi colega de Severino e do seu amigo Carlos. A tradicional família Chermont, segundo Luciana Marinho Batista, apresentava uma série de ligações familiares com os setores agrícolas e comerciais da Província do Pará, vindo a ocupar importantes cargos políticos. O principal líder da família foi Antônio Lacerda Chermont, Visconde de Arari, que foi Comandante Superior da Guarda Nacional e Presidente da Província. Conforme Batista, “para a preservação tanto do seu *locus* social, quanto do possuído pela sua família, foram importantes, por exemplo, os casamentos realizados pelos seus filhos e parentes, além da manutenção pelos mesmos, de uma relação com a política local, a qual pudesse lhes proporcionar destaque social”.¹⁴⁷

Este vínculo entre as famílias, que só foi possível através do contato entre os estudantes Severino e Pedro, acentuou-se ainda mais quando o caçula Vitorino Ribeiro enamorou-se por outra filha da família paraense, a jovem Sara Chermont, casando-se com a mesma. Estes casamentos evidenciam duas questões. Primeiro, deixa claro que o envio dos filhos para as academias do Império era uma possibilidade ímpar de conectar as elites das

¹⁴⁵ Carta sem remetente à Baronesa de São Borja. s/ local. 01.08.1889. Lata 446, pasta 70, carta 1.

¹⁴⁶ IMIZCOZ, José María. *Patronos y mediadores. Redes Familiares en la Monarquía y patronazgo en la aldea: la hegemonía de las elites baztanesas en el siglo XVIII*. In: *Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra em el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001, p. 242.

¹⁴⁷ BATISTA, Luciana Marinho. *Muito além dos seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará (1850-1870)*. Rio de Janeiro: UFRJ-IFCS. Dissertação de mestrado, 2004, p. 189-192.

diferentes províncias e, segundo, destaca o que esboçamos anteriormente, ou seja, a grande maioria dos deputados gerais, ministros e senadores possuíam ou passaram a possuir vínculos de parentesco com as elites de outras províncias, revelando que a ida até a Corte podia ser também um encontro entre famílias.

Portanto, todas estas conexões matrimoniais e empreendimentos coletivos mantidos pelos Ribeiro de Almeida foram importantes na sustentação política de Severino, que já trazia consigo uma enorme herança política do pai e do avô. Nesta sociedade, assim como em outras tantas, poucos homens, fossem guerreiros ou não, eram capazes de mobilizar outros homens de setores médios e pobres da sociedade. Para compreendermos melhor a importância da figura destes líderes dentro da política paroquial iremos aprofundar ainda mais o nosso exercício de micro-análise. Pretendemos demonstrar outros fatores que agregavam as clientelas e que foram pouco vistos até aqui. A rivalidade entre os Ribeiro de Almeida e os Nunes de Miranda – família do general Vasco Alves – irá servir como pretexto para atingirmos este ponto. Uma das melhores maneiras de medir o comportamento de um grupo de homens dentro da política e o sucesso destes empreendimentos familiares é observarmos novamente as eleições. Para isto, usaremos uma fonte documental praticamente inédita: os livros de atas da apuração eleitoral de Alegrete.¹⁴⁸

3.4 – “O voto em família”: os Ribeiro de Almeida, os Nunes de Miranda e outros senhores anônimos

Muito antes da Lei Saraiva entrar em vigor, já era regra os tabeliães registrarem nos seus livros as atas de apuração das eleições. No entanto, é bastante difícil localizar tais documentos onde os registros estejam devidamente transcritos num período de tempo que favoreça uma comparação. Nesta longa busca, contamos, portanto, com a sorte, uma vez que a localização destas atas para Alegrete dá ainda mais cor às lutas políticas que minavam a região da campanha. Os documentos vão de 1881 a 1888 e durante este período, estão anotadas 24 eleições (reunindo votações para senadores, deputados, vereadores e juizes de paz com primeiro e segundo escrutínios), resultando numa média de três pleitos por ano ou um a cada quatro meses. Este número é bastante significativo se considerarmos que durante muito tempo se insistiu na idéia de que as eleições serviam apenas aos interesses dos gabinetes levando poucas pessoas aos pleitos. Os registros seguem uma organização simples:

¹⁴⁸ Registros Diversos, Primeiro Tabelionato de Alegrete, Fundo 2, Estante 24, Livros 9 ao 12 (APERS).

arrolam o nome dos eleitores presentes e dos ausentes, a apuração final dos votos, os membros da mesa e as reclamações, protestos ou observações que porventura acontecessem.

Nesta época, Alegrete era a sede do terceiro distrito ou círculo eleitoral e uma das principais cidades da região da campanha.¹⁴⁹ A primeira constatação que se faz na leitura das atas é a de que o doutor Severino venceu as 3 eleições que disputou para deputado geral entre 1882 e 1886.¹⁵⁰ Além disso, entre 1882 e 1888, os conservadores também venceram todas as eleições para deputado provincial.¹⁵¹ Estas informações são muito importantes, pois alteram bastante o que boa parte da historiografia defende e que já estudamos no capítulo primeiro, ou seja, a idéia de que o Partido Liberal representava os interesses da campanha, onde seria hegemônico. Nas eleições de 1877, 1882 e 1885, por exemplo, dos seis distritos eleitorais existentes na província, os conservadores venceram em apenas um deles: exatamente no da campanha! A força do partido nesta região deveu-se sem sombra de dúvidas ao poder acumulado pela família dos Ribeiro de Almeida e de seus aliados, como os Borges Fortes de São Gabriel, os Tavares de Bagé, entre outros.

Ao contrário dos Ribeiro de Almeida, a família dos Nunes de Miranda reunia, como já dissemos, elementos ligados ao Partido Liberal. Acompanhando as listas de presença é possível perceber que a extensa parentela de Vasco Alves compareceu em massa nas eleições de 1881 e 1882.¹⁵² As assinaturas em seqüência no livro também nos induzem a pensar que os mesmos iam votar de maneira conjunta. Fazerem-se conhecidos pelos habitantes da cidade tendo em frente um nobre (o general Vasco Alves era Barão), era certamente uma manifestação de *status* social e liderança política naquela aldeia. As famílias mais importantes também eram as mais respeitadas e odiadas e sempre que possível agiam coletivamente para obter ganhos a sua facção. Em agosto de 1883, o juiz de direito interino de Alegrete, o pernambucano Antônio Autran, reclamando da política local, queixava-se ao presidente da Província: “A maledicência, a calúnia e a intriga prosperam de dia em dia (...)”

¹⁴⁹ Ser sede do círculo eleitoral significava que a apuração geral do distrito, ou seja, a contagem total dos votos de todos os municípios daquele distrito era realizada ali. Nesta época compunham o terceiro círculo os municípios de Alegrete, São Vicente, Santiago, Quaraí, Santo Ângelo, Itaqui, Rosário, São Gabriel, Uruguaiana, São Francisco, São Borja e São Luiz.

¹⁵⁰ Em 1885, Severino venceu as eleições, mas os liberais, que detinham o poder na Corte, parecem ter cassado seu mandato para favorecer o partido no Rio Grande do Sul – algo muito comum na época. Severino já havia sido deputado geral em 1877-1878.

¹⁵¹ A lista dos deputados que assumiram seus mandatos pode ser encontrada em AITA, Carmen & AXT, Gunter. Parlamentares gaúchos nas Cortes de Lisboa aos nossos dias (1821-1996). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.

¹⁵² É possível observar pelas listas de eleitores a presença do próprio Vasco Alves, assim como o de seus parentes: Olinto Nunes Pereira e Vasco Nunes Pereira (seus filhos), José Nunes de Miranda, Joaquim Nunes de Miranda, Sebastião Nunes de Miranda, Vasco Nunes de Miranda e Olinto Nunes de Miranda, provavelmente seus sobrinhos e cunhados.

Eis porque aqui, como em outros lugares semelhantes, não se demoraram os juízes. Eu declaro a V.Ex^a. que tenho o imenso desejo de retirar-me”. Concluindo a missiva, o juiz deixava claro o tipo de pressão que sofria e quem eram os protagonistas: “No dia 28 de novembro, pela manhã, pareceu em minha residência o Dr. Severino Ribeiro Carneiro Monteiro, acompanhado de diversos parentes (...)”.¹⁵³ O trecho evidencia que Severino andava “escortado” por sua parentela, o que ampliava ainda mais o poder da família.

É bastante provável que muitas das práticas políticas e econômicas até aqui apontadas para os Ribeiro de Almeida, também fossem realizadas pelos Nunes de Miranda. Em 1884, por exemplo, no intervalo de algumas eleições, o filho mais velho de Vasco Alves, o deputado Álvaro Nunes Pereira, passou uma procuração aos seus dois irmãos mais novos, Vasco e Olinto, para negociarem quaisquer bens de sua sociedade.¹⁵⁴ O cunhado de Vasco Alves, o engenheiro Francisco Nunes de Miranda, também possuía muitos negócios na capital, além de investimentos financeiros em Rio Grande e no Banco da Província. Deputado pelo Partido Liberal, Francisco ficou conhecido por ter arrematado o contrato para a construção da estrada de ferro Uruguaiana - Porto Alegre, o que deve ter colaborado para o crescimento de sua fortuna.¹⁵⁵ Na análise de três famílias de estancieiros de Alegrete durante as décadas anteriores, Farinatti encontrou uma certa semelhança na maneira em que as mesmas dedicavam-se às atividades produtivas e as distribuía através de heranças.¹⁵⁶

Retornando à observação seqüencial das listas de presença é possível observar, em meados de 1882, que os Nunes de Miranda deixaram de ir votar, desaparecendo completamente das listas entre 1883 e 1886, ano em que retornaram às urnas. Como explicar este fenômeno? Cremos que o tipo de motivação que levava estes eleitores e estas famílias a participarem dos pleitos não se reduzia a simples oferta de cargos e negociações políticas. Alguns vestígios nos induzem a pensar que relações de liderança e carisma pessoal eram um fator fundamental e decisivo na vitória de uma facção sobre a outra e que muitas pessoas participavam dos pleitos sem requerer nenhuma recompensa. Neste sentido, e após muito investigarmos, percebemos que o abandono total do ato de votar por parte dos Nunes de Miranda coincidia exatamente com a morte do “patriarca” da família, o general Vasco Alves Pereira.

¹⁵³ Alegrete, 25.08.1883. Fundo Justiça. Maço 1. AHRS. Agradecemos gentilmente a Elaine Sodré pela transcrição do documento.

¹⁵⁴ Registros Diversos, Primeiro Tabelionato de Alegrete, Fundo 2, Estante 24, Livro 10, p. 66v (APERS).

¹⁵⁵ Inventário de Francisco Nunes de Miranda. Processo n. 468, m. 20, ano 1884, e. 1, 1º Cartório Cível de Porto Alegre (APERS).

¹⁵⁶ FARINATTI, Luis Augusto. Op. cit.

Com o seu falecimento, em 1883, toda a parentela provavelmente viu-se desmobilizada e deixou de participar dos pleitos, contribuindo bastante para a vitória dos conservadores.¹⁵⁷ O retorno dos Nunes de Miranda às eleições deram-se surpreendentemente logo após a morte do doutor Severino, em 1886. Acreditamos que tal fato não foi coincidência. Neste jogo de relações entre as facções paroquiais, a desgraça de uns apresentava-se como a motivação de outros. O desaparecimento do grande chefe conservador deve ter desmotivado a sua clientela local, facilitando a imediata vitória dos liberais nas urnas. Vimos no capítulo segundo que, em Cachoeira, no ano de 1863, cerca de 500 votantes deixaram de ir aos pleitos após a morte de Antônio Vicente da Fontoura. Parece-nos, portanto, que votantes e eleitores, além de participarem dos pleitos pelo compromisso que possuíam com a família dos seus chefes e pela necessidade de reforçar alianças e conseguir protetores, também eram levados pela força carismática e a liderança pessoal dos seus patrões. Em fevereiro de 1884, na eleição para um deputado provincial, foram votar somente 53 eleitores, quando a média sempre ficava entre 160 e 180. A explicação para tamanha ausência provavelmente deveu-se ao fato de que o doutor Severino e o liberal Egídio Itaqui (candidatos que captavam o maior número de votos nesta época) não estavam concorrendo.

O ato de votar, portanto, apresentava-se como um ritual que trazia consigo uma série de práticas que ajudam o historiador a compreender melhor aquela sociedade. O assassinato de Feliciano durante as eleições de 1876 é um exemplo único, mas bastante revelador. O crime poderia ter sido praticado em qualquer lugar, mas o cenário escolhido foi o interior da Igreja da cidade. A demonstração de poder que tal ato deve ter empreendido tinha como “palco” um espaço sagrado e como “platéia” boa parte dos cidadãos que votavam. Próximo ao altar, o chefe máximo de uma facção caía morto e com ela o seu séqüito sofria uma forte perda. No entanto, fatos como este eram bastante raros. A população reprovou o ato criminoso. As eleições foram anuladas e remarcadas, sendo que “dos homens sensatos do Partido Liberal, nenhum se apresentará segundo declaram ostensivamente, ainda que o Partido Liberal na Uruguiana está coberto de uma nódoa de sangue da qual jamais se lavará!!!”.¹⁵⁸ Como vimos, os Ribeiro de Almeida prometeram vingança contra os assassinos, mas não sabemos até que ponto a mesma foi levada adiante.

Estes e outros documentos nos induzem a pensar que a presença dos líderes no momento da “batalha” eleitoral ajudava a motivar votantes e eleitores. Em junho de 1872,

¹⁵⁷ Sobre o Barão de Santana do Livramento ver CARVALHO, Mário Teixeira de. Op. Cit., p. 220 e PORTO ALEGRE, Aquiles. Op. Cit., p. 199-201.

¹⁵⁸ Carta de João Nobre Formiga ao Barão de São Borja. Uruguiana, 08.10.1876. Lata 446, pasta 57, carta 1. ABSB – IHGB.

durante as eleições, Feliciano escrevia ao Barão relatando que “minha presença e do mano Severino aqui reanimou todos os companheiros que se acham com maior empenho trabalhando”. Se não podiam estar de corpo presente, as cartas dos grandes líderes, como vimos, incentivavam as pessoas a deixarem suas casas para participar do evento político. Na mesma missiva, Feliciano relatava: “O Moraes desde sempre nos diz que não trabalhará, mas creio que perdurará pouco nessa intenção porque já a tem modificado e em breve se resolverá de todo, não só com tuas cartas como mesmo com meus empenhos”.¹⁵⁹

Já mostramos no capítulo segundo a admiração que Osório despertava entre os soldados e as massas e o quanto ele as mobilizava em seu favor. Grandes líderes militares e milicianos, portanto, agregavam um grande contingente de pessoas que pouco ou nada sabiam dos programas partidários ou do que se tratavam nas sessões parlamentares, mas concorriam com os seus votos ou como capangas nos dias dos pleitos. O deslocamento de votantes e eleitores por entre as facções, como pretendemos demonstrar até aqui, obedecia a outros fatores. Elas podiam ser por admiração ao líder ou por alguma mágoa com a facção adversa. Para testar tal hipótese resolvemos rastrear uma família importante na cidade de Alegrete ao longo das eleições. Os Freitas Valle eram estancieiros e negociantes e militavam no Partido Conservador do município.¹⁶⁰ Uma visão simplista e apressada nos levaria a supor que em todas as eleições em que o doutor Severino, chefe do seu partido em Alegrete, estivesse concorrendo, os mesmos iriam acompanhá-lo nas urnas. A análise das atas revela o contrário. Enquanto Severino Ribeiro era vivo, Manoel de Freitas Valle jamais esteve presente nas seis eleições para deputado geral em que o mesmo foi candidato, e Luís só foi votar em uma. Em contrapartida, na primeira eleição (para o mesmo cargo) após o falecimento de Severino, ambos compareceram às urnas. Como explicar tal comportamento?

Caso o leitor aposte que os Freitas Valle não “gostavam” de política e que por isso não votavam estará escolhendo uma resposta equivocada, pois em todas as eleições para juiz de paz e vereadores, entre 1881 e 1888, ambos encontravam-se presentes. Talvez uma carta escrita dez anos antes nos ajude a explicar tal fenômeno. Em junho de 1872, Feliciano relatava ao Barão: “O Maneco Freitas que infalivelmente está disposto e vota conosco diz que não faz senão isso, parece que guarda ressentimento por ter sido nomeado o Paulino e

¹⁵⁹ Carta de Feliciano Ribeiro de Almeida ao Barão de São Borja. Alegrete, 20.06.1872. Lata 446, Pasta 39, Carta 6. ABSB – IHGB.

¹⁶⁰ Manoel de Freitas Valle era “homem abastado, possuindo as fazendas de ‘São Gonçalo’ e ‘São Luís’ e a invernada de ‘Mato Alto’ no Município de Alegrete, além de diversas casas na Vila do Alegrete e a importante firma Vale & Cia”. Luís de Freitas Valle era seu filho e foi agraciado em 1888 com o título de Barão de Ibirocaí. (CARVALHO, Mário Teixeira de. Op. Cit., p. 116-119).

não ele para Tenente Coronel da Reserva. Isto pouco importa.”¹⁶¹ Não sabemos se Manoel de Freitas Valle votou naquela ocasião, mas certamente Feliciano não fazia muita questão, conforme consta na carta. A rejeição sofrida por Maneco, que não recebeu o cargo desejado, foi idêntica a de Vasco Alves. Enquanto o primeiro manteve-se conservador, mas numa posição afastada dos pleitos em que os Ribeiro de Almeida participaram, o segundo reuniu uma dissidência dando origem a outra facção paroquial. A prova de que a abstenção dos Freitas Valle parecia ter relação com a presença dos Ribeiro de Almeida, como vimos, é a de que nas eleições para vereador e juiz de paz, quando Severino não era candidato, os mesmos compareceram.

As listas de presença ainda revelam que o mesmo contingente de pessoas que votavam nas eleições para deputados, participavam dos pleitos para vereadores e juízes de paz.¹⁶² Severino esteve presente na maioria destes pleitos, assim como muitos dos Nunes de Miranda. Isto demonstra que estas famílias e facções também buscavam interferir nos cargos hierarquicamente de menor importância. Isto se explica porque geralmente muitas delas possuíam representantes nestes círculos de poder, além da importância estratégica destes cargos. Os juízes de paz, juntamente com os delegados de polícia, eram os responsáveis por fornecer os comprovantes de domicílio aos indivíduos que pretendiam qualificar-se como eleitores. Também era de sua responsabilidade organizar as eleições e servir de mesário no dia dos pleitos – algo que podia decidir uma eleição.¹⁶³ Ter um juiz de paz na própria família, portanto, podia oferecer uma maior segurança nas pretensões políticas de uma facção. Isto ajuda a explicar porque os Nunes de Miranda empenharam-se em eleger Vasco Nunes de Miranda como juiz de paz, em 1882, e os Ribeiro de Almeida apostaram em Francisco Ribeiro de Almeida para este mesmo cargo e no mesmo ano.

Portanto, não só no acesso ao mundo da Corte os Ribeiro de Almeida e os Nunes de Miranda concentravam seus esforços políticos. Vimos no capítulo segundo que, em Camaquã, os Gonçalves da Silva, além de possuírem deputados provinciais na sua família, se distribuía entre os cargos-chave do processo eleitoral, como delegado, juiz de paz e o oficialato da Guarda Nacional. Estas três famílias contavam com membros capazes de ultrapassar a barreira que separava a paróquia (sua base social) da capital da Província, mas

¹⁶¹ Carta de Feliciano. Alegrete, 20.06.1872. Lata 446, Pasta 39, Carta 6. ABSB – IHGB (Grifo nosso).

¹⁶² Pelo menos no caso de Alegrete. Em 1882, 163 pessoas foram votar para vereador e juiz de paz – número maior que o de muitas eleições para deputado geral e provincial.

¹⁶³ Ver por exemplo as atas da apuração geral para deputados gerais em 28.01.1885 (Livro 11), quando os juízes de paz acabaram decidindo sobre a validade de algumas reclamações e interferiram diretamente no resultado das eleições, onde Severino acaba sendo considerado o eleito.

somente os Ribeiro de Almeida conseguiram romper com a distância existente entre o mesmo mundo da paróquia e o mundo da Corte. Para que o sucesso de Severino fosse possível, a família teve que organizar-se de tal maneira que o projeto se concretizasse. Este processo de organização e de distribuição de tarefas com fins coletivos conformava o que demonstramos e chamamos até aqui de *estratégia familiar*, sendo, do nosso interesse, identificar como as mesmas desenrolavam-se num modelo de acesso ao mundo da alta política.

3.5 – “O Bacharel e o Militar” (Parte II): por um modelo de estratégia política

A partir da análise das principais famílias da elite política e das práticas e traços comuns identificados ao longo da pesquisa, é possível propor um *modelo* de organização familiar que levava ao sucesso na carreira política. Entretanto, antes de descrevê-lo, é necessário fazer algumas ressalvas a cerca do mesmo. O que entendemos por modelo não deve ser encarado como algo estático e rígido, nem como uma fórmula que garantia resultados positivos. Como bem definiu Giovanni Levi, ao tratar das trajetórias e estratégias familiares do Piemonte no século XVII, estes modelos devem ser vistos como um processo social e não como algo dado *a priori*. Suas conformações têm direta relação com as estratégias dos indivíduos e das famílias e a posição dos agentes, assim como o seu papel, deve ser encarada como algo flexível e dinâmico.

Partindo do exercício de micro-análise empregado no estudo da trajetória dos Ribeiro de Almeida, reunimos cinco características que, como já frisamos, eram comuns a muitas das famílias que conquistaram os altos cargos políticos que levavam até a Corte:

- a) Um investimento no estudo superior dos filhos ou sobrinhos.
- b) Um alto índice de parentesco com as elites de outras províncias.
- c) Uma distribuição dos familiares entre os cargos paroquiais e os cargos que davam acesso à Corte, sendo os segundos obrigatoriamente ocupados por um bacharel.
- d) Uma nítida diversificação profissional dentro da família, onde se destacavam principalmente as atividades ligadas ao militarismo de um lado e à advocacia do outro.
- e) Estreitos vínculos de parentesco com indivíduos nobilitados.

Sobre estes pontos é importante tecer alguns comentários. Não se quer defender que a adoção destas estratégias conferia sucesso a qualquer empreendimento familiar que se

voltasse para a conquista de altos cargos políticos. Algumas famílias com características comuns as acima citadas não conquistaram os mesmos. A trajetória das mesmas certamente dependia de uma série de fatores, que vinham desde uma boa escolha dos casamentos até a faculdade para onde os filhos eram enviados. A posição econômica e geográfica destas famílias também era determinante na carreira dos políticos. Sabendo disto, muitos migraram de regiões menos favorecidas para outras com maiores oportunidades. Outro aspecto importante era a dependência do partido que se encontrava no poder, uma vez que, havia uma tendência de favorecimento dos correligionários nas diversas províncias.¹⁶⁴ Guardadas estas devidas ressalvas, podemos dizer que seguindo a “cartilha” exposta acima, mesmo que sem um controle sobre os possíveis percalços que marcavam qualquer trajetória, as chances de ingresso na alta política se tornavam maiores.

Ainda sobre as cinco condições evidenciadas, entendemos ter deixado claro ao leitor que ao enviar um dos filhos para estudarem fora, os pais já sabiam que os mesmos estabeleceriam fortes vínculos com jovens de outras elites do Centro ou de outras províncias. Estas relações poderiam ser de amizade, de casamento ou profissionais. Às vezes o estudante acabava arranjando um noivo para a própria irmã, como fez o doutor Severino. Deste primeiro contato podia surgir um vínculo parental com estas outras elites, o que facilitava o ingresso à Corte. Em outros, o caminho podia ser inverso, mas não menos profícuo. Ou seja, o ingresso na Corte como deputado possibilitava a união com alguma família do Centro. O fato é que este círculo de relações de parentesco sedimentava ainda mais as relações políticas na difícil trajetória que estes mediadores percorriam até a Corte.

Para que este caminho fosse trilhado com menos dificuldades, era necessário que a família controlasse pessoalmente alguns dos principais cargos de mando na Província. Enquanto os parentes sem formação superior ficavam com os cargos paroquiais (juiz de paz, delegado de polícia e vereador, por exemplo), os togados podiam alçar vãos mais altos. Mas a diversificação profissional também ajudava a condicionar os espaços a serem ocupados. Entre estes, estavam os comandos da Guarda Nacional, da Fronteira ou das Armas, ou seja, aqueles dedicados aos que mantinham atividades militares ou milicianas. No entanto, numa sociedade de guerreiros, era preciso que além destes cargos, os seus portadores tivessem tido importante destaque em alguma guerra, se possível no Paraguai – o que caracteriza boa parte das famílias da elite política. Somado a este fator, tem-se, quase que necessariamente, um

¹⁶⁴ O Rio Grande do Sul, no entanto, apresentou alguns momentos excepcionais. Quando os gabinetes eram conservadores, muitos liberais elegeram-se facilmente, como, por exemplo, entre 1872 e 1877. No entanto, enquanto os liberais estavam no poder, no início da década de 1880, Severino conseguiu eleger-se.

segundo, pois ao ocupar um papel importante durante este conflito, era natural que o Império retribuísse os mesmos com títulos de nobreza.

Neste sentido, a diversificação sócio-profissional no interior da família possibilitava uma maior e mais diferenciada teia de relacionamentos e podia ser encarada como uma vantagem para aqueles que a possuíam. Abordando fenômenos semelhantes na Europa moderna, Simona Cerutti destacou: “Os grupos familiares que examinei esforçavam-se para reunir em seu interior ofícios que eram formalmente protegidos pelos privilégios ducais, emanados da autoridade soberana, e ofícios que gozavam dos privilégios municipais”. A idéia de que algumas ocupações conseguiam penetrar em espaços diferentes e restritos e deles extrair vantagens também pode ser vista na sociedade que estamos analisando. Isto certamente fazia com que as famílias estudadas buscassem reunir estas ocupações entre os seus membros, dos quais um deles podia ser um mediador político, como por exemplo, o bacharel em direito. Ainda sobre as famílias que pesquisou, Cerutti concluiu: “Sua busca de mediação entre os dois sistemas de privilégios provavelmente tinha como objetivo assegurar uma proteção ideal e dar acesso a campos de recursos diversificados”.¹⁶⁵

Devemos insistir, portanto, na ligação entre estancieiros militares e advogados. Pode-se dizer que esta “dupla” foi a imagem da política rio-grandense e é neste sentido que se deve compreender as mudanças ocorridas ao longo do século. Vimos anteriormente que Osório e Félix da Cunha uniram-se para criar o “partido” mais poderoso que o século XIX viu na Província. Osório, que ainda não havia formado seus 3 filhos em Direito, teve que unir-se a um bacharel e Félix, que precisava de um forte apoio na região da campanha, teve que aceitar a proposta de Osório. Ambos, portanto, se complementavam, além de representar a união entre o litoral e a campanha. É bastante provável que Osório tenha se dado conta que o papel de Félix e de seus amigos bacharéis na política era cada vez mais valorizado naqueles novos tempos. Pensando assim, ele não hesitou em investir na formação escolar dos filhos, mesmo que lhe custasse uma fortuna.

Na análise dos 58 nobres realizada anteriormente, foi possível constatar que João Pereira de Almeida, Manuel Osório e Vitorino Ribeiro foram os patriarcas que reuniram o maior número de jovens bacharéis ao seu redor. Cada um enviou 3 filhos para estudar fora da Província e teve um genro bacharel, com exceção de Almeida que teve dois – atingindo a marca de 5 togados. Os três nobres tiveram importante papel na Guerra do Paraguai, mas somente Osório e Ribeiro conseguiram penetrar no núcleo político central, o que revela que

¹⁶⁵ CERUTTI, Simona. Op. Cit., p. 192-193.

estas estratégias, como já inferimos, não garantiam um total sucesso dentro da política, mas diminuía as chances de fracasso. A presença de Osório entre estes 3 pais de família também ajudam a explicar como ele projetou-se para dentro do núcleo duro da política, mesmo em condições adversas (uma carreira diferente dos bacharéis em direito) como demonstramos anteriormente. No entanto, estes investimentos eram muito custosos e numa carta escrita a um amigo, Osório dizia:

“A minha profissão militar não me dá fortuna. Quando eu não puder mais servir, ficarei atirado com a terça parte do que hoje me dá a Nação. Tenho filhos para educar. O que mais falta tem me feito, é o saber, que não se adquire nos acampamentos, onde envelheci. E eu quero que meus filhos sejam mais felizes e capazes do que eu (...) Para o próximo verão, tornarei a pedir licença a fim de ir a minha fazenda desfrutar dos meus gados, para pagar o que devo e as despesas que fizerem meus quatro filhos nos estudos. Em 1864, também hei de pedir licença para levar um deles a estudar em São Paulo, se antes, em guerra, os *castelhanos* não me comerem os gados pela terceira vez, deixando-me sem recursos”.¹⁶⁶

É interessante perceber que Osório fazia questão de levar o filho pessoalmente até São Paulo. Certamente queria conhecer seus professores, mas também se fazer conhecido pelos mesmos, pelos alunos e pelas autoridades. Este investimento era bastante custoso, mas necessário para garantir a extensão das redes sociais da família e conseguir mais um eixo de apoio político que viabilizasse investimentos em outras áreas, como a econômica, por exemplo. Os filhos de Osório possibilitaram, através de laços matrimoniais, a ligação de sua família com as dos Barões de Jarau, do Butuí e de Arroio Grande (todas de ricos estancieiros e charqueadores) – que por sua vez os ligavam aos Antunes Maciel e aos Tavares (poderosas famílias do sul da Província) e aos descendentes do comendador Cipriano Barcellos – um dos charqueadores mais ricos de Pelotas.¹⁶⁷

Entretanto, estes investimentos dentro da família acabavam gerando uma desigualdade na distribuição dos recursos financeiros entre os filhos. Mas tal prática era realizada na esperança de obter retorno para todos. No seu próprio testamento, Osório admitia ter concentrado mais investimentos na formação dos três filhos homens, em

¹⁶⁶ Carta de Manuel Osório a Luis Bello, 29.01.1862 (OSÓRIO, Fernando Luís. Op. Cit., p. 675, grifos no original).

¹⁶⁷ CARVALHO, Mário Teixeira de. Op. Cit., p. 107-110.

detrimento de sua filha.¹⁶⁸ No caso dos Ribeiro de Almeida, a presença de Florêncio nas estâncias da família, enquanto os seus três irmãos estudavam fora dali, certamente foi uma decisão coletiva. Conforme Farinatti, “ainda que os papéis dentro da família fossem hierarquizados, a estratégia familiar era construída dentro de um processo de interação entre todos os seus membros”.¹⁶⁹ Ter um filho consigo na estância e outro no parlamento possibilitava ganhos dobrados. O primeiro dominaria melhor os códigos da paróquia, enquanto que o segundo os da Corte – o “círculo dos grandes” – como definiu Félix da Cunha.

3.6 – “O círculo dos grandes”: o mundo político da Corte e seus protagonistas

As ramificações da família, portanto, também funcionavam como um poderoso canal de informações que conectavam a paróquia com a capital da Província e estas duas com a Corte. A eficácia desta estrutura familiar rendia muitos ganhos à facção em que a mesma pertencia. Poucos eram os homens da paróquia capazes de ingressar no Centro e dele obter favores, cargos e informações seguras. O mediador era um personagem central na organização política desta sociedade pré-industrial e do seu sucesso dependia toda a vitalidade e força da facção paroquial. Além disso, como vimos, por trás da atuação da elite política provincial estava toda a sua parentela. Conforme Farinatti:

“É possível reconhecer que essa alargada teia de relacionamentos familiares era uma referência marcante para os sujeitos quando agiam e estabeleciam relações sociais. Além disso, e mais importante: pertencer a uma rede parental que concentrasse recursos era, em geral, um diferencial relevante nas possibilidades de sucesso e fracasso dos sujeitos, bem como em sua auto-imagem e na posição social que ocupavam (...) Através de uma vasta teia parental circulavam favores, proteção, lealdade, serviços, crédito, informações, cuidados. Ela podia ainda facilitar o acesso a relações comerciais, viabilizar alianças políticas e propiciar matrimônios”.¹⁷⁰

¹⁶⁸ “Declaro mais que em consequência das despesas que fiz com a educação e estudos superiores de meus filhos varões e não tendo dotado a minha filha, julgo de justiça legar-lhe como por esta verba lego, à minha referida filha Dona Manoela Osório Mascarenhas, casada com o Doutor Cypriano da França Mascarenhas, a terça de meus bens”. Inventário do Marquês do Herval. Livramento. Cartório da Provedoria. Processo n. 23. maço 1, estante 86, APERS.

¹⁶⁹ FARINATTI, Luis Augusto. Op. cit., p. 217.

¹⁷⁰ FARINATTI, Luis Augusto. Op. cit., p. 210-211.

Já referimos que para fazer parte do mundo político da Corte era necessário possuir um diploma de curso superior, pertencer às famílias ricas de suas regiões e filiar-se a um partido político. Certamente havia exceções como Osório, mas em regra, estas disposições e outras mais facilitavam o ingresso do candidato no mesmo espaço restrito. Quando algum indivíduo desviava-se do comportamento exigido neste “círculo dos grandes” era prontamente notado. Em 1879, por exemplo, Vasco Alves Pereira, o principal inimigo político dos Ribeiro de Almeida, enviou uma carta de Alegrete ao deputado Silveira Martins, apoiando a concessão do direito de voto aos estrangeiros naturalizados e aos acatólicos. Após ler a missiva em voz alta na Câmara, Gaspar elogiou o remetente:

“É este heróico soldado, como em geral são os meus comprovincianos da campanha do Rio Grande do Sul, homem sem cultura de letras, mas nobilíssimo pelo caráter, grande pelos serviços relevantíssimos prestados à Pátria e respeitável pela consideração que é tido por todos os seus correligionários (...). É este homem, que pertence à classe daqueles que, no Senado, em tom de desdém, se apelidam homens de laço e chiripá, porque veste os trajes do seu País, atira as bolas e meneia o laço, instrumento de sua profissão, com a mesma perícia com que maneja a lança, em defesa da pátria, no campo de batalha; é este homem muito mais adiantado em idéias, muito superior em alma, muito mais elevado em nobreza de sentimentos do que esses que pretendem a honra de governar e dirigir os destinos do Império e assim desdenham de uma raça varonil que sempre se tem distinguido, pelo seu valor e patriotismo, na paz e na guerra”.¹⁷¹

Silveira continuou a ler a missiva de Vasco com o mesmo tom agressivo e intimidador, o que certamente constrangia os ouvintes. Ao terminar a leitura, o deputado Moreira Barros ironizou: “Escrevem muito bem os homens de chiripá”. Ao que ouviu Gaspar retorquir: “Escrevem sempre bem, porque escrevem com a alma e dizem o que sentem no coração (...) e se o nobre deputado quer outro exemplo, não precisa ir buscá-lo tão longe; temo-lo no Ministério”. Gaspar evocava a presença de outro estancieiro que havia conseguido ingressar no mundo da Corte sem precisar de diplomas e que como vimos no capítulo segundo não possuía bem o perfil exigido aos dirigentes da Corte: “Não há muitos dias viu-se o nobre Ministro da Guerra, General Osório, arrancar os aplausos do nobre deputado e da Câmara, pela eloquência com que falou; pois ele também trajou chiripá”.¹⁷²

¹⁷¹ Sessão de 01.04.1879, Anais da Câmara dos Deputados (Arquivo do Solar dos Câmara - ALRS) .

¹⁷² Sessão de 01.04.1879, Anais da Câmara dos Deputados (Arquivo do Solar dos Câmara - ALRS) .

As regras do jogo no Senado, na Câmara e no Conselho eram diferentes das regras paroquiais. Trajar chiripá não convinha com o comportamento exigido aos homens letrados, amantes dos belos salões da Corte e da cultura européia em voga. Neste sentido, caberia aos mesmos adaptar os seus rudes hábitos de homens da campanha às boas maneiras da Corte e muitos deles conseguiam. Silveira Martins, por exemplo, falava mais de cinco línguas e também sabia portar-se bem nos bailes da Corte. Eram eles, enfim, mediadores e, portanto, deveriam dominar ambos os códigos de conduta dos dois mundos que conectavam. Mas tais procedimentos eram difíceis e não se davam sem percalços. O mesmo Silveira Martins, conforme a descrição de Joaquim Nabuco, causou um grande impacto entre os parlamentares no dia da sua estréia:

“Um homem novo começava a aparecer na política, e revelava, desde os seus primeiros atos, uma independência, uma força, uma audácia, como de certo ainda não se tinha visto, batendo às suas portas em nome de um direito até então desconhecido: o do povo. Era Silveira Martins. A figura do tribuno, como depois a do parlamentar, era talhada em formas colossais; não havia nela nada de gracioso, de modesto, de humilde, de pequeno; tudo era vasto, largo, soberbo, dominador”.¹⁷³

Batista Pereira registrou o seguinte: “Gaspar não conversava. Não sabia escutar. Nasceu com a lesão do diálogo. Em casa de Dantas e de Ouro Preto, quando depois do jantar, já se sabia que ninguém mais falava. Discorria longa e exaustivamente sobre o assunto do dia”.¹⁷⁴ Ainda sobre a sua estréia parlamentar, Aquiles Porto Alegre comentou que “Silveira Martins penetrou nesse recinto como um violento sopro de revolta, e não houve questão de interesse para os destinos nacionais em que o ardoroso tribuno não tomasse parte saliente”.¹⁷⁵

O comportamento de Silveira não condizia com o ambiente mais moderado e refinado de boa parte dos senadores, ministros e conselheiros. A Câmara era o local dos debates acalorados, da invasão das galerias, o Senado era o espaço da moderação e do respeito, onde os velhos reuniam-se para deliberar. O próprio Gaspar dissera, na sessão senatorial de 9 de junho de 1883, “nunca ter pretendido ser Senador por reconhecer que a Câmara Alta não é o ambiente mais apropriado ao seu temperamento, talvez por haver chegado a ela cedo demais”. E complementava que “dava-se melhor na Câmara dos Deputados, da qual guarda vivas saudades, e em cuja atmosfera respirava melhor que no

¹⁷³ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, v. 2, 1997, p. 814.

¹⁷⁴ PEREIRA, Batista. *Figuras do Império e outros ensaios*. SP: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 132.

¹⁷⁵ PORTO ALEGRE, Op. cit., 1976, p. 109.

ambiente sepulcral e tétrico do Senado”. Antônio Carlos de Andrada e Silva, ainda no Primeiro Reinado, ao transferir-se da Câmara para o Senado, bradava: “Venho Srs. Senadores, dos ardores do Indostão para os gelos da Sibéria. O mesmo se passou com Disraeli ao deixar a Câmara dos Comuns pela Casa dos Lordes”. Observa-se que os condicionamentos do espaço físico ultrapassavam a realidade vivenciada pelos oradores. Não foi apenas o modelo político parlamentar inglês que foi importado para o Brasil, mas também o modelo comportamental dos lordes.¹⁷⁶

As reuniões parlamentares eram, portanto, um *jogo* e o mesmo deveria ser jogado de acordo com o auditório. Na Câmara, o debate exaltado buscava comover e cooptar as galerias e os demais companheiros de bancada, no Senado, o conservadorismo congelava as ações mais radicais, no Conselho de Estado, onde as reuniões eram às portas fechadas e sob a supervisão de Pedro II, a moderação era a regra e figuras eloqüentes e de certa forma “desagradáveis” como Gaspar sentiam-se intimidadas.¹⁷⁷

Tanto na Câmara, quanto no Senado, entre as vestimentas apropriadas, a distribuição dos lugares e das galerias, as hierarquias de riqueza, de nome e de idade, havia espaços preenchidos por eloqüentes discursos recheados de citações de autores estrangeiros, num jogo retórico que, ao mesmo tempo em que os diferenciava, os unia numa coletividade comum. Além de recursos econômicos satisfatórios para a entrada no círculo dos grandes, o que era primordial, tais competências eram adquiridas com um diploma acadêmico, se possível de bacharel em direito, boas relações familiares e de parentesco, uma certa experiência política provincial e o domínio dos recursos oratórios e retóricos, que eram seguidamente aprimorados nas lides do foro, nas palestras da confeitaria, nos teatros, nos salões e na própria tribuna.

O ingresso em uma nova sala representava uma nova aprendizagem, uma iniciação. Com o tempo, Silveira foi sendo dominado pelo “ambiente sepulcral” e o jovem radical da década de 1860, tornou-se o velho moderado da década de 1880, e ele próprio admitia: “O orador político, como o ator, deve compenetrar-se na índole do auditório perante o qual fala, e, expressando-se diante do Senado, assembléia de anciãos, era natural que não empregasse os meios de que lançaria mão se se dirigisse a uma Câmara de moços ou se falasse ao povo

¹⁷⁶ MARTINS, Silveira. *Perfis Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, v. 14, 1979, p. 70.

¹⁷⁷ Em 1880, quando dos debates para a aprovação da Lei Saraiva, os senadores Silveira Martins, Saldanha Marinho (republicano) e José Bonifácio formaram um bloco oposicionista e dissidente dentro do Partido Liberal. Sua atitude radical os isolou dos demais colegas, sendo que nenhum liberal apoiou as suas reivindicações. (Anais do Senado Imperial – Agosto a Dezembro de 1880) – AHRN.

em praça pública”.¹⁷⁸ Cada vez que um deputado ou senador subia para discursar, todos sabiam que aquele ato traria consigo uma gama de recursos retóricos, buscando ser impecável na forma, mesmo que fosse vazio no seu conteúdo.

Para isto eles eram treinados nas academias e nos foros judiciais. Outros ainda reforçavam-se adquirindo livros especializados. O deputado Timótheo Pereira da Rosa, entre os seus vários livros, possuía um exemplar intitulado *L'Eloquence et L'Improvisation* escrita por Paignon.¹⁷⁹ O deputado Ângelo Fioravanti, por exemplo, tinha em sua estante um volume do livro *Lições de Eloquência* e outro intitulado *O Livro dos Oradores*.¹⁸⁰ Vimos anteriormente que ao falar da estréia do seu sobrinho no parlamento, Antônio Mâncio, que já havia sido deputado provincial, elogiou apenas a maneira como o mesmo comportou-se (“brioso, digno, dispondo de um talento robusto”) sem fazer referências ao conteúdo de suas manifestações e suas idéias – o que de fato deveria importar menos para ele.

O elogio aos atributos oratórios eram seguidamente destacados por aqueles que faziam parte do próprio círculo. Sobre o Dr. Fioravanti, citado acima, Aquiles Porto Alegre relatou: “Era imaginoso, cheio de verve e de palavra fluente e luminosa (...) Ninguém o excedia na graça, ninguém tinha como ele, o poder de tocar o coração dos que escutavam os rasgos de eloquência de sua palavra arrebatadora”. Severino Ribeiro, conforme ele: “Na tribuna jurídica como na parlamentar (...) se distinguiu como polemista de alta e erudita dialética e orador feroso de suprema cultura literária e por vezes bizarro manipulador da frase encantadora e empolgante”. O deputado Francisco Brusque também mereceu elogios: “Quando orava, era um encanto ouvi-lo, o auditório ficava preso à sua palavra arrebatadora”. E sobre Henrique d’Avila, ele escreveu o seguinte: “Era um homem de talento, orador imaginoso e temido polemista”.¹⁸¹

Na prática, muito do que se defendia não era cumprido e nas paróquias, a violência e as fraudes eram ordenadas pelos mesmos que clamavam pela liberdade do voto e a independência da magistratura, por exemplo. Tratava-se de um jogo, no qual todos sabiam as regras. Neste sentido, a reunião dos mediadores de todas as províncias, com suas respectivas fortunas, formação escolar e características individuais, acabava formando um círculo de poder político que pode ser representado pelo Gráfico 3. Os mediadores entravam e saíam do círculo com maior facilidade do que outros indivíduos que o tentassem. Mas a sua condição

¹⁷⁸ MARTINS, Silveira, Op. cit., p. 70-71.

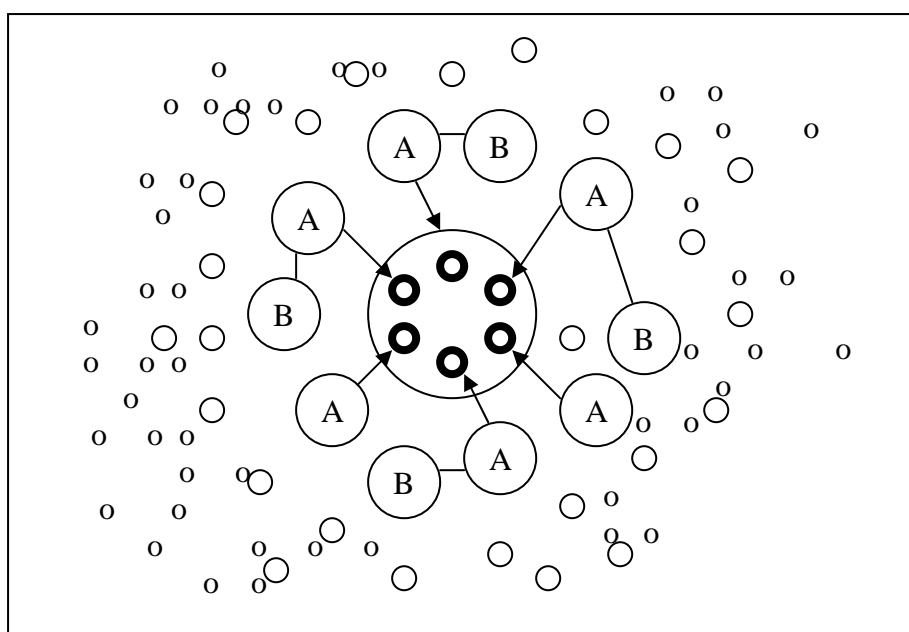
¹⁷⁹ Inventário de Timotheo Pereira da Rosa. Processo n. 556, maço 35, estante 2, anos 1877, 1º Cartório de Órfãos de Porto Alegre, p. 23-28 (APERS).

¹⁸⁰ Inventário de Antônio Ângelo Christino Fioravante. Processo n. 393, maço 23, estante 2, ano 1870, 2º Cartório de Órfãos de Porto Alegre (APERS).

¹⁸¹ PORTO ALEGRE, Aquiles. Op. cit., p. 172; 233; 144; 146.

só era possível pelo fato dos mesmos possuírem uma extensa base social fora do círculo. Os pontos “A” seriam as suas famílias e os pontos “B”, as famílias aliadas. Os pontos menores formavam parte das elites paroquiais que orbitavam entre os chefes com as suas clientelas. Esta cadeia de relacionamentos era continuamente acessada formando redes que podiam dissolver-se e voltar a reunir-se com fins coletivos e individuais, onde o acesso ao topo do mundo político era um deles.

Gráfico 3 – Estrutura da rede social dos mediadores e da constituição do núcleo político na Corte



Neste sentido, podemos considerar que o círculo formava um espaço com regras próprias, mas não se pode considerá-lo como algo “autônomo” à sociedade. Ele não chegava a constituir-se em um *campo* com relativa autonomia, na acepção de Pierre Bourdieu.¹⁸² O mesmo só viria a apresentar tais características no século XX, juntamente com o processo que levou à profissionalização das carreiras políticas. Pode-se, no entanto, identificar os seus traços mais primitivos na Era do velho Osório. A diversificação profissional, o investimento das famílias na formação dos jovens e a proeminência dos advogados foram escolhas feitas

¹⁸² BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa/ Rio de Janeiro, DIFEL/ Bertrand Brasil, 1989, p. 169-185.

por diversas famílias e tais atos ajudaram a construir um conjunto de práticas políticas institucionais que, década depois, seriam a base do sistema político brasileiro.

Vimos neste capítulo a história de uma família e de um jovem deputado entre os muitos que tomaram acento na Câmara. Não seria possível perseguir todas as trajetórias dos mediadores políticos identificados, nem mesmo reconstruir a história de suas famílias. Mas a partir do procedimento micro-histórico empreendido até aqui conseguimos traçar uma série de comportamentos que podem ser generalizados para as outras famílias da elite política provincial. Além disso, reduzindo a escala de análise e voltando-se para questões pouco investigadas, acreditamos ter demonstrado alguns fatores imperceptíveis numa visão mais macro acerca do sistema político imperial.

As experiências políticas das famílias aqui analisadas, incluindo principalmente os Ribeiro de Almeida, não oferecem um quadro interpretativo onde o Centro ditava as regras e as províncias obedeciam, como quer Ilmar de Mattos e José Murilo de Carvalho. Nem é possível considerar que havia uma elite política provincial que se opunha às forças paroquiais, como sustenta Miriam Dolhnikoff. É mais fácil, a partir dos casos narrados, aceitar que as elites provinciais (juntamente com os chefes paroquiais) possuíam uma ampla capacidade de intervenção e negociação junto ao estado imperial e a forma que os seus débeis braços atingiam os confins da província. Todas estas articulações davam-se por meio das redes sociais estabelecidas pelas famílias ricas. Conforme Zacarias Moutoukias, “estas redes são o instrumento por meio do qual os representantes da Coroa organizam cadeias informais de mando político e militar, indispensáveis para o funcionamento das instituições imperiais”. Neste sentido, “o prestígio, a parentela e as redes pessoais atuavam segundo uma racionalidade e constituíam os recursos dos atores. As normas da aliança, da consangüinidade, da lealdade, da reciprocidade pessoal e da honra, remetiam aos limites dos atores e estabeleciam as regras do jogo”.¹⁸³

As famílias analisadas aqui constituíam-se em verdadeiras empresas militares, políticas e econômicas, cujos membros trabalhavam por resultados coletivos. Os investimentos nas carreiras escolares e militares eram planejados conjuntamente. Mas toda esta racionalidade era limitada, pois dependia de fatores estruturais que fugiam as suas vontades. Determinações econômicas, geográficas, sociais e culturais entravam em franco conflito com as suas vontades individuais. Neste sentido, as escolhas buscavam diminuir os

¹⁸³ MOUTOUKIAS, Zacarías. *Redes personales y autoridad colonial: los comerciantes de Buenos Aires en siglo XVIII*. (Tradução de Maria Carolina Zapiola do original da *Revista Annales. Histoire, Sciences Sociales*. Paris: Mai-Jun, 1992, para fins didáticos). Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2004, p. 26.

riscos e a insegurança sempre presente numa sociedade em que a informação constituía-se numa espécie de “bem” de troca e onde as clientelas políticas não esboçavam uma total confiança, uma vez que não eram as motivações ideológicas que ditavam a maioria dos comportamentos políticos nas paróquias, mas as promessas de cargos, as rivalidades familiares, o carisma pessoal dos líderes e até mesmo rancores de uma vida.

Acompanhando o comportamento dos membros da família Ribeiro de Almeida muitas questões apontadas pela historiografia política tradicional podem ser relativizadas. Primeiramente, ficou evidente que o Partido Liberal, durante boa parte dos últimos anos da monarquia, não foi hegemônico na região da campanha e nem representava exclusivamente os interesses daqueles estancieiros. Além disso, como o chefe do Partido Conservador, o doutor Severino, podia ser abolicionista? E o seu tio Severino atacar os unitários e dizer-se um monarquista de coração? As mesmas perguntas podem servir para o caçula Vitorino – um republicano numa família de saquaremas – e o próprio Vasco Alves, que liderou o Partido Liberal não porque era de fato um “liberal”, mas porque havia brigado com os Ribeiro de Almeida – seus antigos aliados. Tais casos não eram únicos se lembrarmos que muitas famílias de partidos opostos acabavam contraindo matrimônio entre si.

Isto se dava, ao nosso ver, porque o comportamento político das pessoas era antes ditado pelas centenas de famílias que habitavam a província do que pelos programas partidários, discursos e editoriais de imprensa. Estas famílias, com suas paixões, ódios e rivalidades, eram o núcleo de extensas redes sociais que entrelaçavam-se e uniam as paróquias ao mundo a Corte. Pode-se dizer que ambos os mundos se completavam e as ações de suas respectivas elites só ganham sentido se pensadas de maneira conjunta, num intenso processo de cooperação e conflito, onde poucas famílias ricas, como vimos, detinham os códigos para a sua conexão.

Conclusão

Foi com muita dificuldade que o general Manoel Deodoro da Fonseca saiu de sua casa na madrugada do dia 15 de novembro de 1889 e seguiu ao encontro do professor da Escola Militar da Corte – Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Pela gravidade do seu estado de saúde, alguns líderes do movimento conspiratório temiam a sua ausência, pois Deodoro era o único que possuía ascendência suficiente sobre as tropas que naquele dia somavam cerca de 600 homens. Entretanto, incitado pelos principais militares rebelados, Deodoro tomou a liderança do movimento golpista e ingressou a cavalo no interior do Quartel General da Corte, onde foi saudado pelos seus comandados e ordenou uma salva de tiros de canhão. Instantes depois, seguido de grande número de acompanhantes, o chefe militar entrou na sala em que se encontrava reunido o Ministério. Dirigiu-se então ao liberal Afonso Celso de Figueiredo, Visconde de Ouro Preto, chefe do gabinete, argumentando que somente o Exército havia se sacrificado pela pátria e que os políticos que até então haviam dirigido o País, na sua maioria “casacas”, cuidavam apenas dos seus interesses pessoais. Disse que “pela pátria estivera durante três dias e três noites combatendo no meio de um lodaçal”, sacrifício que Ouro Preto não saberia avaliar. E concluiu declarando que o Ministério estava deposto e que um novo gabinete seria organizado de acordo com as indicações do Imperador.¹⁸⁴

Com o desfecho do golpe, muitos conspiradores, incluindo Benjamin, seguiram para a casa de Deodoro. O “certo é que, na tarde do dia 15, republicanos militares e civis ainda estavam inquietos, por não ter sido formalmente instituída a República”. Conforme alguns relatos, “apenas a notícia de que o Imperador pretendia convocar Silveira Martins para organizar o novo gabinete o teria decidido pela República”. Logo após, à noite, o Governo Provisório já estava praticamente nomeado, tendo Deodoro como chefe do Poder Executivo.¹⁸⁵

Por ser o futuro chefe do gabinete ministerial, Gaspar Silveira Martins representava um dos principais focos de reação ao golpe republicano. Precavendo-se da possível oposição armada que o Conselheiro poderia liderar no sul do Brasil, o governo provisório ordenou a sua deportação. No dia da publicação deste decreto, vários grupos armados, hasteando bandeiras e dando vivas à monarquia, rebelaram-se na Corte. Entre os revoltosos “estavam

¹⁸⁴ CASTRO, Celso. Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 187-189.

¹⁸⁵ CASTRO, Celso. Op. Cit., p. 190-191.

diversos presos que foram postos em liberdade”. Tendo derrotado a rebelião, o governo tratou logo de deportar Silveira Martins, considerado um dos instigadores do movimento. Em 22 de dezembro de 1889, o chefe do Partido Liberal rio-grandense embarcou no vapor alemão *Lissabon* seguindo para a Europa.¹⁸⁶ Embora os contemporâneos não percebessem, hoje sabemos que chegava ao fim uma Era.

Com o 15 de Novembro, os gasparistas foram todos perseguidos. O deputado Joaquim Vasquez recolheu-se para o interior, onde passou a dedicar-se aos estudos da história da Província. “E foi nestas investigações, quando veraneava na cidade do Rio Grande, que a morte o levou dentre os vivos”. O ex-ministro Eleuthério de Camargo “retraiu-se de todo à vida privada, entregando-se exclusivamente a estudos de gabinete e a trabalhos de engenharia”. O deputado geral Joaquim Salgado fugiu para o Rio de Janeiro, enquanto o advogado Severino Prestes foi procurar proteção em São Paulo. O professor e deputado Albino Pereira Pinto também retirou-se da política, transformando sua casa num núcleo de oposição ao Castilhismo. O médico Joaquim Pedro Soares perdeu toda a sua numerosa clientela, mas outros tiveram menos sorte. Foi o caso de Frederico Haensel, assassinado no jardim de sua casa, Carlos Von Koseritz, que após ter sido preso e torturado, faleceu junto à família e o magistrado Francisco Vieira Caldas, que foi fuzilado em Santa Catarina por ser oposicionista e amigo de Silveira Martins.¹⁸⁷

No entanto, parte daquela elite política manteve-se ileso. Continuaram com um poder político significativo os Tavares, os Osório, os Ribeiro de Almeida, entre outras tantas famílias que deixaram de ser monarquistas com a mesma facilidade com que o golpe militar fora dado. Os próprios jovens republicanos estavam fortemente vinculados e compromissados com muitas destas famílias, uma vez que, como vimos, era muito difícil iniciar uma promissora carreira sem pertencer às mesmas. Assis Brasil, Júlio de Castilhos, Ramiro Barcellos, Borges de Medeiros, Demétrio Ribeiro, Vitorino Ribeiro, Pinheiro Machado, em suma, os próximos dirigentes do Rio Grande, além daqueles vínculos, também apresentavam um forte grau de parentesco entre si.

Uma prova do continuísmo foi a escolha do Visconde de Pelotas como primeiro chefe do Executivo rio-grandense. O general contava com 65 anos quando assumiu o governo e, após duas semanas de mandato, revelava ao seu compadre porque havia aceitado este difícil encargo: “É numeroso o Partido Liberal desta terra e devotadíssimo ao S. Martins. Era Comandante das Armas o General Salustiano, fanático pelo Gaspar. Vi, pois, que só eu

¹⁸⁶ MORITZ, Gustavo. Op. Cit., p. 12-12; 23-24.

¹⁸⁷ PORTO ALEGRE, Aquiles. Homens Ilustres do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ERUS. 1976, p. 133; 149.

estava no caso de ganhar a boa vontade da força armada do Rio Grande e trazê-la para a revolução e, então, resolvi assumir o Governo”. Na mesma missiva, Câmara desabafava revelando os momentos de tensão após o golpe: “O trabalho que tive nos primeiros dias abateu-me fisicamente e a tanto chegou que passei 3 dias sem poder alimentar-me, tomando apenas café”.¹⁸⁸ Certamente, ele não exagerava. Sua dificuldade consistia em reorganizar toda a burocracia, telegrafar às câmaras municipais, aos comandantes da guarda nacional, aos magistrados, além de abafar as reações locais, negociar com a mocidade republicana e os monarquistas, acalmar as elites, etc.

Um golpe militar havia sido dado na Corte e as informações recebidas pelos cidadãos de todo o Império eram dissonantes, atrasadas e nem sempre seguras. Um dos muitos telegramas do Visconde foi remetido para Cruz Alta, a 450 km de Porto Alegre, onde se clamava por informações. Neste município, algumas pessoas diariamente consultavam o estancieiro Diniz Dias sobre o que estava acontecendo. Seria verdade que uma Revolução tomara o poder na Corte? O que aconteceria no Rio Grande do Sul? E na distante Cruz Alta? A notícia do Golpe só foi confirmada no dia 17, quando o estancieiro leu o telegrama do Visconde: “Instalado Governo Provisório, deposta monarquia. Representante governo provisório, assumi governo político província”.¹⁸⁹ As conseqüências de tal fato foram sentidas por Diniz Dias e sua família. Seu filho foi removido do cargo de delegado de Polícia de Cruz Alta. Amigos seus foram demitidos de regiões diversas. Dias lamentava que “quinze milhões de almas de que se compõem nossa população, dois meses e meio antes desse acontecimento, unízonos votaram nos comícios eleitorais reforçando o sistema monárquico, – no entanto, dois mil soldados em menos de 24 horas, levaram um cetro de meio século, que constitucionalmente imperou no mais colossal Estado da América do Sul!”.¹⁹⁰

Nesta mudança política, alguns personagens saíram de cena, outros permaneceram, mas boa parte das principais famílias do Rio Grande continuou influenciando direta ou indiretamente na política. Tentamos, ao longo dos capítulos, compreender melhor como funcionava aquele sistema político, quais eram os seus protagonistas no Rio Grande do Sul, como eles conectavam as suas paróquias até a Corte e porque motivos somente eles foram os “escolhidos”.

¹⁸⁸ Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a José Néri. Porto Alegre, 01 de dezembro de 1889. Citado em CÂMARA, Rinaldo Pereira da. O Marechal Câmara: sua vida política. POA: IEL, v. III, 1979p. 295-296.

¹⁸⁹ Telegrama do Visconde de Pelotas para o Barão de São Jacob. Porto Alegre, 17.11.1889 (Arquivo Particular do Barão de São Jacob – AHRS).

¹⁹⁰ Carta do Barão de São Jacob ao seu compadre. Cruz Alta, Dezembro de 1889. (Arquivo Particular do Barão de São Jacob - AHRS)

O acesso ao mundo da alta política, como vimos, era fruto de uma estratégia familiar e exigia um esforço coletivo por parte de todos os seus membros. Muitas destas famílias eram verdadeiras organizações econômicas, militares e políticas e distribuíam sua parentela em posições estratégicas, que tinham na estância a principal fonte econômica. Pais militares, filhos bacharéis, tios e cunhados na guarda nacional, genros no juizado de paz, entre outros, estavam por trás do mediador político. Esta diversificação ocupacional, no entanto, não seguia uma estrutura estática. Como vimos, a distribuição dos parentes era mais dinâmica, mas a presença do bacharel era essencial, pois dela provinha boa parte dos investimentos e da expectativa da família. O jovem diplomado oferecia uma maior segurança aos empreendimentos do grupo familiar, pois a sua presença nos centros de poder político estendia as redes sociais dos mesmos e possibilitava uma maior captação de recursos.

Neste sentido, os Ribeiro de Almeida reuniam os traços essenciais que ajudavam a formar um mediador político entre a paróquia e a Corte. Vínculos com militares e estancieiros, ligações de parentesco com as elites do centro do país, pertencimento ao círculo dos nobres do Império, e por fim, um bacharel em direito preparado e orientado para intermediar e circular por estes dois espaços. Como vimos, a família que reunisse estas características, teria melhores condições em acessar a elite política imperial – espaço que, além de muitas outras coisas, também era um encontro entre as famílias das mais diversas elites brasileiras. Muitas delas, como os Ribeiro de Almeida, espalhadas por todas as províncias, sempre foram os principais agentes e construtores da nação que vinha se formando ao longo do Oitocentos. Elas garantiram a estabilidade do governo monárquico e ajudaram a derrubar o próprio Regime. Detinham o controle do processo eleitoral, enviavam seus filhos, sobrinhos e genros para o concorrido teatro parlamentar e assistiam de longe todas as decisões que tocavam direta e indiretamente as suas escravarias, terras, títulos e cargos ocupados. Elas também eram temidas e respeitadas nas suas localidades e os mediadores políticos naturalmente provinham de suas casas.

Entretanto, para se exercer tais cargos era necessário dominar, em parte, tanto os códigos comportamentais da Corte, como os códigos da paróquia. No Rio Grande do Sul, a atividade militar ou miliciana, a lida com gados e cavalos, a linhagem guerreira, entre outros atributos, eram bastante consideradas. Na Corte, a riqueza, o diploma superior, uma ascendência nobre e a ligação com famílias do centro do país conferiam ao seu portador as chaves necessárias para ingressar naquele mundo restrito. Alguns indivíduos conseguiram sozinhos reunir estas características, como Silveira Martins, Henrique d'Ávila e o Visconde de Pelotas – todos ministros e senadores. Outros reuniam e completavam estes traços por

meio dos seus familiares, como o velho Manoel Osório, Francisco Antunes Maciel, Severino Ribeiro e Francisco da Silva Tavares, entre outros. A comparação desta elite com a do Ceará e a da Bahia nos induz a pensar que a reunião destas características variadas também existiam nas outras províncias, com suas devidas peculiaridades e diferentes níveis de importância política.

O número de famílias das quais estes mediadores poderiam surgir era bastante diminuta. Isto se dava pelo próprio caráter restritivo da educação superior e pela concentração da riqueza nesta sociedade. Além disso, o número de nobres e de bacharéis em direito era muito pequeno e o alto grau de parentesco entre os mesmos reduzia ainda mais esta elite privilegiada. No entanto, havia um mínimo de famílias dispostas a lutarem e concorrerem com estas pela posse de tais cargos. Isto ajuda a explicar porque as mesmas buscavam possuir uma boa relação com os poderes centrais e evidencia que o poder dos estancieiros em suas localidades não era absoluto. O seu poder local precisava ser legitimado pelo Rei e os demais homens que o cercavam na Corte, o que explica o motivo pelo quais muitas famílias lutavam para costurar este vínculo com o Centro. Os Ribeiro de Almeida, como vimos, eram uma destas tantas famílias que, embora concentrassem um poder significativo na sua base local, necessitavam das garantias e das concessões que o governo central era capaz de oferecer.

No entanto, ao observarmos esta relação não podemos concluir nem que um lado, nem que o outro era mais forte. É possível, entretanto, dizer que estas famílias da elite, divididas em facções, ditavam a maneira como o Estado chegava aos mais distantes confins da província. Para que isso acontecesse era necessário que houvesse uma cooperação entre ambas as forças. As famílias precisavam do apoio central, via presidente da província, por exemplo, para manter ao menos os seus cargos e distribuir favores entre os clientes. O governo central, por sua vez, precisava delas para vencer as eleições e administrar o extenso e inatingível território. O que garantia o desenvolvimento relativamente pacífico deste sistema era o sobe e desce dos partidos. Nesta eterna luta faccional, todas as famílias da elite sabiam que um dia viria o seu momento de aproveitar-se das benesses do Estado imperial. Aquelas que não participavam destes conflitos, apoiavam outras e assim por diante, numa extensa rede social que chegava até o cérebro daquele desajustado corpo político – a Corte.

Portanto, não é possível conceber um núcleo dirigente na Corte descolado dos conflitos e interesses locais. Como demonstramos, ele estavam entrelaçados por extensas famílias, com suas poderosas redes de relações. As elites provinciais também não podiam estar separadas das elites paroquiais pelo mesmo motivo. Reduzindo a escala de análise e

projetando nossa observação para as relações sociais de uma rica família alegretense, pudemos perceber como estas três esferas de poder estavam conectadas. As famílias eram os principais agentes políticos do país, pois era por intermédio delas que as ordens da Corte chegavam às paróquias.

Mas todo este processo se dava num intenso clima de instabilidade, insegurança e incerteza, pois as famílias e facções alternavam-se no poder tanto ou mais quanto os gabinetes. A ação de uma interferia na reação política da outra. Neste processo, o controle da informação e a extensão das redes sociais eram fundamentais. Para que esta aproximação do mundo da Corte fosse possível, muitas famílias tiveram que se adaptar às transformações políticas, econômicas e sociais que vinham acontecendo.

A estrutura política que se formava foi construída lentamente. Muitas famílias não perceberam que os espaços de poder político estavam reservadas essencialmente aos bacharéis em direito. Alguns estancieiros sem formação superior arriscavam-se a concorrer às eleições, mas não sustentavam mais que um ou dois mandatos. Demorou para que muitos percebessem que este mundo era restrito a poucos e com o tempo, alianças políticas passaram a legitimar a diferenciação que se construía. Como buscamos demonstrar, o mundo da Corte formava uma espécie de círculo de poder político, onde poucos podiam ingressar e ao restante cabia apenas tentar interferir de fora.

Extensas famílias, com suas clientelas, formavam a verdadeira platéia de espectadores e de suas estâncias e propriedades espalhadas pelas paróquias buscavam acompanhar tudo. Eram eles que sustentavam e financiavam toda a peça teatral encenada nos parlamentos, seja formando e preparando os atores, seja com seus apupos ou aplausos. Em troca exigiam favores e informações seguras. Era este o sentido que podiam dar ao funcionamento daquelas instituições políticas, cujos seus avós jamais ouviram falar. Pode-se ainda considerar que estas famílias aceitaram a nova maneira de fazer política, ou seja, esta divisão do trabalho político e ajudaram a reproduzi-la. Nos fins do período monárquico, os advogados já eram a enorme maioria no parlamento, fenômeno presente até os dias atuais.

No outro extremo deste jogo de relações, mas não menos importante, uma massa considerável de homens livres pobres e escravos agia e interagia com estas elites, exigindo uma preocupação constante por parte destas famílias. Uma vez que as relações entre ambos os grupos não se davam simplesmente na base da violência, era necessária uma contínua e diária negociação para que a desigualdade social que caracterizava tais relações pudesse manter-se sem o desencadear de um conflito aberto. Isto não significa que não havia confrontos entre pobres e ricos e nem que pairava um clima de passividade nas suas relações.

No entanto, se por um lado havia coerção, por outro havia uma extensa cooperação, seja por admiração pessoal, seja por dependência econômica, o que restringia as possibilidades dos subalternos agirem em contestação ao sistema social em que viviam.

Os estancieiros que concentravam votantes, soldados e mão-de-obra, constituíam-se como pontos de destaque nestas extensas redes sociais. Além disso, a “proteção” que os mesmos eram capazes de prover também acentuava este tipo de relação não conflituosa entre ricos e pobres, e este comportamento legitimava a posição de liderança e superioridade sócio-econômica ocupada pelas elites. Portanto, mesmo que este comportamento fosse resultado das relações econômicas desiguais, ele existia e o fato desta base social existir é o que possibilitava a reprodução do sistema desigual que caracterizava esta sociedade e possibilitava a própria existência desta elite.

Para que as diversas famílias pudessem disputar e acessar os cargos a disposição era necessário posicionar-se perante os partidos políticos recém “inventados”. Um sistema político parlamentar inspirado nos modelos europeus, como o inglês, necessitava da existência dos mesmos. Em pouco tempo, diversas famílias em todo o Brasil tiveram que escolher um dos dois. Muitos trocavam de lado, outros mal sabiam do seu funcionamento, o que não significa que muitos não os escolhessem por crença ideológica. Os altos cargos políticos exigiam dos seus portadores um posicionamento partidário, o que também induzia estas filiações. Mas as mesmas adesões não se davam por identificação sócio-ocupacional. Como vimos, os cargos parlamentares dos diferentes partidos eram compostos pelos mesmos setores sociais. Portanto, o Partido Liberal não era o representante dos estancieiros da campanha e o Conservador não se propunha a representar os ricos negociantes. Além disso, não havia motivações que impedissem adesões contrárias, o que ajuda a explicar o alto índice de eleitores e estancieiros conservadores na região da campanha e de liberais no promissor comércio de Porto Alegre. O surgimento dos partidos classistas só viria a acontecer no século XX e enxergá-los na Era do velho Osório é cair num equivocado anacronismo analítico ou numa armadilha discursiva montada por aqueles agentes históricos.

Portanto, eram as famílias ricas e suas redes sociais e não os partidos que funcionavam como principal organizador do comportamento da elite política. Obviamente, as mesmas se entrelaçavam e às vezes as rivalidades entre elas confundiam-se com as dicotomias partidárias. Mas cremos que esta dicotomia era algo posterior à força das ligações familiares. Numa sociedade onde a informação segura era um bem valioso, os espaços de sociabilidade como os clubes, as irmandades e as associações ajudavam a dar maior coesão e segurança às relações sociais e políticas e à própria circulação de informações. Neste sentido,

os partidos eram apenas mais um destes espaços que podiam privilegiar os seus adeptos com cargos e favores, mas não menos que os irmãos de uma loja maçônica, os colegas de uma turma de faculdade ou os camaradas de um comando militar, por exemplo. Não queremos com isto negar a força das idéias e dos discursos proferidos no parlamento. No entanto, os atores que não subiam neste palco acabavam interpretando os papéis mais importantes de uma peça na qual as elites trocavam o figurino sem sair de cena.

Estes altos cargos ocupados pelos mediadores políticos estavam reservados a uma ínfima parcela da população provincial. Na sua maioria ricos ou filhos de famílias abastadas, aqueles políticos que não o eram mantinham íntimas relações com as mesmas. As elites, portanto, não podem ser consideradas elites apenas pela sua riqueza, mas também pela amplitude e pela importância das relações sociais que seus membros mantêm dentro da própria elite e com outros setores sociais. Somente isto ajuda a explicar a trajetória de Osório. Ela é muito rica porque ajuda a refletir a força dos condicionantes sociais da época e como os rio-grandenses podiam jogar com os mesmos, no intuito de reformulá-los e se possível burlá-los. Nascido em uma terra onde a sucessão de guerras afetava a vida de muitas pessoas, foi neste palco que ele consagrou-se como o grande líder político. Filho de um pai empobrecido, nascido em uma região com poucas oportunidades, a construção da sua carreira deu-se principalmente por méritos pessoais, mas isto não explica tudo. Enquanto muitas famílias convertiam seus bens apenas em terras e gado, Osório investiu no estudo dos seus três filhos, casando-os com famílias importantes. Além disso, ele também conquistou títulos nobiliárquicos, galgou postos dentro do Exército e teceu alianças com os adversários políticos ao longo da Guerra do Paraguai, onde suas redes estenderam-se mais ainda.

Na base da pirâmide social, Osório era aclamado. Vestia-se e portava-se como os seus comandados, os alimentava, bancava suas festas, os divertia. Em troca recebia a sua lealdade, num misto de líder guerreiro e espiritual. Na Corte, os seus hábitos de soldado destoavam dos hábitos dos bacharéis. Mas o mundo de Osório não era aquele, como ele mesmo admitia. Sua aliança com Félix da Cunha, na década de 1850, ao nosso ver, sintetiza um processo em curso: o início da profissionalização da política – fenômeno que só iria consolidar-se no século XX. Entretanto, não se deve visualizar este processo como algo linear, constante e uniforme. Para que o mesmo acontecesse, muitos conflitos, percalços e recuos ocorreram. O próprio afastamento dos magistrados da política foi um destes fatores, assim como o advento da República em 1889, que trouxe novamente os militares ao poder.

É neste movimento descompassado, de uma sociedade em nítida transformação, que a trajetória de Osório, a formação da elite política rio-grandense e o próprio sistema político

imperial podem ser compreendidos. Pelo fato de ter ingressado na política da Corte com uma idade bastante elevada, por ter sido o grande herói da guerra mais importante que o Império enfrentou e por não apresentar nenhuma experiência administrativa anterior, pode-se concluir que quando Pedro II nomeou Osório senador, ele estava na verdade o consagrando com um tipo de privilégio e honraria por serviços prestados à Coroa. O soldado Osório tornou-se, portanto, o Marquês do Herval. Neste sentido, ao mesmo tempo em que as carreiras políticas iniciavam uma lenta profissionalização, paradoxalmente, o peso do tradicionalismo ajudava a distorcer e a conter este mesmo processo em curso, numa tensão entre o moderno e o arcaico, na qual o Estado imperial distribuía títulos e cargos aos estancieiros e suas famílias tentando contornar uma crise que acabaria derrubando o seu próprio Rei.

ANEXOS

Conforme havíamos indicado, este espaço está reservado à listagem das obras e fontes documentais que nos serviram para a construção dos quadros prosopográficos do capítulo primeiro. A opção de descrever este percurso no final do texto teve nítida inspiração na obra *A Construção da Ordem* de José Murilo de Carvalho.

A seleção dos deputados provinciais, deputados gerais e senadores foi realizada a partir do catálogo organizado por Carmen Aita e Gunter Axt (1996) que selecionaram e listaram todos estes políticos, com seus respectivos mandatos, entre 1826 e 1889. Alguns pequenos equívocos dos autores foram corrigidos na leitura de algumas sessões dos Anais da Assembléia Legislativa Provincial – fontes documentais encontradas no Solar dos Câmara na Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. A listagem e as biografias dos ministros foram consultadas nas obras de Manuel Araújo Galvão (1894) e Augusto Tavares de Lyra (1978).

Os dados biográficos de vários destes políticos foram consultados principalmente nas obras de Aquiles Porto Alegre (1976), Múcio Teixeira (1920), Ari Martins (1978), Moacyr Flores (2001), Dante de Laytano (1979), Sérgio da Costa Franco (1998 e 2001) e na publicação do Senado Federal sobre os senadores gaúchos (2001). Outras notas biográficas foram identificadas em livros de histórias de municípios, sempre ricos em detalhes e nas próprias biografias destes líderes – algo existente somente entre os que ocuparam grandes cargos, como Manoel Osório e Silveira Martins, por exemplo.

Entre as fontes primárias, duas foram de importância fundamental. As listas de qualificação de votantes estão disponíveis no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e encontram-se separadas por município nos quatro maços que constituem o fundo *eleições*. Nesta documentação foi possível localizar a profissão e a idade de muitos políticos das respectivas localidades. Mas no que diz respeito ao local de atuação política e profissional, as atas de apuração eleitoral foram as principais fontes de informação. Nas atas constam o resultado das eleições de diversos municípios entre as décadas de 1850 e 1880, assim como a profissão e a residência dos eleitos. Elas estão contidas nos mesmos maços das listas de qualificação, separadas por municípios. Com fins de completar a nossa amostra, também consultamos as atas de apuração nos livros

de registros cartoriais do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul para os municípios de Alegrete, Rio Grande, Bagé, Cruz Alta, Jaguarão, Porto Alegre e Rio Pardo.

O partido político dos parlamentares foi detectado a partir de suas biografias, das leituras dos Anais da Assembléia Legislativa e das obras da professora Helga Piccolo – sempre ricas em detalhes deste tipo.

Três publicações igualmente importantes foram as de Spencer Vampré (1924), Almeida Nogueira (9 volumes em diversas datas) e Clóvis Beviláqua (1977) que trazem, respectivamente, a lista dos formandos das Faculdades de Direito de São Paulo e Recife – o que nos ajudou a identificar quem possuía ou não formação superior na área jurídica, uma vez que muitos homens listados como advogados eram na verdade rábulas.

Os meios de busca da Guarda Nacional e das Autoridades Militares e Comando de Armas e os Relatórios dos Presidentes da Província e Ministro da Justiça nas décadas de 1850 até 1880 ajudaram a identificar os magistrados, os oficiais da Guarda e os militares. Estas fontes encontram-se sob a guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Todos estes dados vem sendo reunidos por nós desde 2001 e os mesmos foram armazenados em planilhas do *Excel*, para as variáveis de fácil quantificação e em *Word* para as mais descritivas e qualitativas.

Principais obras utilizadas na coleta de informações

AITA, Carmen & AXT, Gunter. Parlamentares gaúchos nas Cortes de Lisboa aos nossos dias (1821-1996). Porto Alegre: Assembléias Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.

ARAÚJO, José Francelino de. A Escola do Recife no Rio Grande do Sul: influência dos nordestinos na magistratura, no magistério e nas letras jurídicas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Sagra/ DC Luzzatto/ Faculdade Ritter dos Reis/IARGS, 1996.

ARAÚJO FILHO, Luís. O Município de Alegrete. Alegrete: Irmãos Druenes & Livraria *O Coqueiro*, 1907.

AZEVEDO, Tupinambá Pinto de. Cachoeira do Sul, comarca: 150 anos de história. Cachoeira do Sul, Museu Municipal – Patrono Edyr Lima, 1985.

- BEVILÁQUA, Clóvis. História da Faculdade de Direito do Recife. Brasília: Instituto Nacional do Livro, Conselho Federal de Cultura, 1977. 2.^a ed.
- BRASIL. Congresso. Senado Federal. Dados biográficos dos senadores do Rio Grande do Sul: 1826-2001. Brasília: Senado Federal, 2001.
- CÂMARA, Rinaldo Pereira da. O Marechal Câmara: sua vida política. POA: IEL, v. III, 1979.
- CARDOSO, Edmundo. História da Comarca de Santa Maria (1878-1978). Santa Maria: Imprensa Universitária da UFSM, 1978.
- COLUSSI, Eliana Lúcia. A maçonaria gaúcha no século XIX. Passo Fundo: Edunif, 1998.
- FLORES, Moacyr. Dicionário de História do Brasil. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2001.
- FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre: guia histórico. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998. 3.^a ed. ver. ampl.
- _____. *Gaúchos na Academia de Direito de São Paulo no século XIX in: Revista Justiça & História*. Porto Alegre: CEMJUG, 2001, pp. 107-129.
- GALVÃO, Manuel Araújo. Relação dos Cidadãos que tomaram parte do governo do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.
- LACOMBE, Américo Jacobina & TAPAJÓS, Vicente. História Administrativa do Brasil. Organização e administração do Ministério da Justiça no Império. Coordenação de V. Tapajós. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1986, v. 12.
- LAYTANO, Dante de. Guia histórico de Rio Pardo. Rio Pardo: Prefeitura Municipal de Rio Pardo, 1979.
- LYRA, Tavares de. Instituições Políticas Brasileiras. Brasília: Senado Federal, 1978.
- MAGALHAES, J. B. Osório: síntese de seu perfil histórico. RJ: Biblioteca do Exército, 1978.
- MARTINS, Ari. Escritores do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Instituto Estadual do Livro, 1978.
- MOTTER, Ana Lisete. As relações entre as bancadas teuta e luso-brasileira na Assembléia Legislativa Provincial Rio-Grandense (1881-1889). São Leopoldo: Unisinos (Dissertação de Mestrado), 1998.
- NEQUETE, Lenine. O Poder Judiciário no Brasil a partir da Independência. Porto Alegre: Sulina/Ajuris, 1973, 2 vols.

- _____. O Poder Judiciário no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Edição da Editora da Revista de Jurisprudência e outros impressos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 1974, 2 vols.
- OSÓRIO, Fernando Luis. A Cidade de Pelotas. Pelotas: Tipografia do Diáio Popular, 1922.
- NOGUEIRA, José Luís de Almeida. A Academia de Direito de São Paulo: tradições e reminiscências. São Paulo/ Lisboa, 9 volumes de diferentes edições e datas.
- PORTO ALEGRE, Aquiles. Homens Ilustres do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ERUS, 1976.
- _____. Vultos e fatos do Rio Grande de Sul. Porto Alegre: oficinas gráficas da Livraria do Globo, 1919.
- ROSA, Júlio Costamilan. *Justiça comum de segunda instância no Rio Grande do Sul* in: NEQUETE, Lenine (Coord.) O Poder Judiciário no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Edição da Editora da Revista de Jurisprudência e outros impressos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 1974, v. 1, p. 13-151.
- RUBERT, Arlindo. História da Igreja no Rio Grande do Sul: época imperial (1822-1889). POA: EDIPUCRS, 1998.
- SCHNEIDER, Regina Portella. A Instrução Pública no Rio Grande do Sul (1770-1889). POA: UFRGS/EST edições, 1993.
- SILVEIRA, Hemetério J. V. da. As Missões Orientais e seus antigos Domínios. Porto Alegre, ERUS, 1979.
- SPALDING, Walter. Construtores do Rio Grande. Porto Alegre: Sulina, 1973, 3 v.
- VAMPRE, Spencer. Memórias para história da Academia de São Paulo. São Paulo: Saraiva, 1924, 2 v.
- TEIXEIRA, Múcio. Os Gaúchos. Rio de Janeiro: Editores Leite Rieiro & Maurício, 1920, vol. 1

Mapa 1 - Província do Rio Grande do Sul (1889)¹



¹ FELIZARDO, Julia Netto (planejado e organizado pelo cart.) Evolução administrativa do Estado do Rio Grande do Sul (Criação dos municípios), IGRA – Divisão de Geografia e cartografia e Fundação de Economia e Estatística de Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950, Porto Alegre, 1981.

Bibliografia

- ABREU e SILVA, Florêncio de. O Senador do Império Florêncio de Abreu e a política de seu tempo. Porto Alegre/ São Lourenço/ Caxias do Sul: EST, IEL, UCS, 1979.
- ADORNO, Sérgio. O aprendizes do poder: bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- AITA, Carmen & AXT, Gunter. Parlamentares gaúchos nas Cortes de Lisboa aos nossos dias (1821-1996). Porto Alegre: Assembléias Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.
- ALVES, Francisco das Neves. O Discurso político partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895). Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPG em História da PUCRS, 1998.
- ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Discursos Parlamentares (Seleção e introdução de Francisco de Assis Barbosa). Brasília: Câmara dos Deputados, 1979.
- ANTUNES, Paranhos. *Os partidos políticos no Rio Grande do Sul (1822-1889)*. In: Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-rio-grandense. Volume II, Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul/ Livraria do Globo, 1936.
- ARAÚJO, José Francelino de. A Escola do Recife no Rio Grande do Sul: influência dos nordestinos na magistratura, no magistério e nas letras jurídicas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Sagra/ DC Luzzatto/ Faculdade Ritter dos Reis/IARGS, 1996.
- ARAÚJO, Maria do Carmo Ribeiro. O processo político da Província do Ceará (1868-1889): relações do poder central com o poder local. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPG em História da UFF, 1982.
- BARBOSA, Rui. Discursos parlamentares. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1985.
- BARTH, Fredrik. *Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades*. In: BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BATISTA, Luciana Marinho. Muito além dos seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará (1850-1870). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2004.
- BENSA, Alban. *Da micro-história a uma antropologia crítica* in: REVEL, Jacques (org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 39-76.
- BELTRÁN, Clara López. Alianzas Familiares: elite, gênero y negocios en La Paz, siglo XVII. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1998.
- BOISSEVAIN, Jeremy. *Network Analysis: a reappraisal*. In: Current Anthropology. The University of Chicago Press. v. 20, n. 2, Jun, 1979, p. 392-394.

- BRAGONI, Beatriz. Los hijos de la Revolución: Família, negócios y poder en Mendoza en el siglo XIX. Buenos Aires: Taurus, 1999.
- BURKE, Peter. Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BURT, Ronald. *Positions in Networks.* In: Social Forces. University of North Carolina Press. Vol. 55, n. 1, Sep., 1976, p. 93-122.
- BURT, Ronald. Bandwidth and Echo: trust, information and gossip in social networks. University of Chicago and Institute Européen d'Administration d'Affaires (INSEAD). December, 2000.
- CAGGIANI, Ivo. David Canabarro: de tenente a general. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.
- CÂMARA, José Aurélio Saraiva. Um soldado do império: o General Tibúrcio e seu tempo. Rio de Janeiro/ Brasília: J. Olimpo/ INL, 1978.
- CÂMARA, Rinaldo Pereira da. O Marechal Câmara: sua vida política. POA: IEL, v. III, 1979.
- CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/ Relume-Dumará, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual* in: Pontos e Bordados: Escritos de História e Política. BH: Editora da UFMG, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. *Dimensiones de la Ciudadanía en el Brasil del Siglo XIX.* In: SABATO, Hilda. Ciudadania Política y Formacion de las Naciones: Perspectivas Políticas de América Latina. México: Fondo de Cultura Economica, 1997, p. 321-344.
- CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia das Letras, 3.^a edição, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 3.^a edição, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania: tipos e percursos.* In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, n. 18, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual* in: Pontos e Bordados: Escritos de História e Política. BH: Editora da UFMG, 1999.
- CARVALHO, Mário Teixeira de. Nobiliário Sul-riograndense. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937.
- CARNEIRO, Newton Luis Garcia. A identidade inacabada: o regionalismo políticos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- CASTRO, Celso. Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- CERUTTI, Simona. *Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII*. in: REVEL, Jacques (org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 173-201.
- CESAR, Guilhermino. O Conde de Piratini e a Estância da Música: administração de um latifúndio rio-grandense em 1832. Porto Alegre/ Caxias do Sul: EST/ IEL/ UCS, 1978.
- CHARLE, Christophe. *A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas*. In: HEINZ, Flávio M. (org.). Por uma outra história das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CHWE, Michael Suk-Young. *Communication and Coordination in Social Networks*. In: The Review of Economic Studies. Vol. 67, n. 1, Jan., 2000, p. 1-16.
- COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia a República: momentos decisivos. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DAHL, Robert A. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 1997.
- DIAS, Maria Odila Leite da. *Sociabilidades sem História: Votantes pobres no Império, 1824 - 1881*. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998, p. 57-72.
- DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens no federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.
- DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DUARTE, Nestor. A ordem privada e a organização política nacional. SP: Cia. Editora Nacional, 1939.
- ESCOBAR, Wenceslau. Apontamentos para a História da Revolução Rio-grandense de 1893. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 9. [1.a edição de 1919].
- FABRÍCIO, José de Araújo. *O Comendador José Antônio de Araújo Ribeiro e a sua descendência*. In: Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, janeiro de 1952, ano I, n.o 1, p. 7-56.
- FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001. 3.ª edição rev.
- FARINATTI, Luis Augusto. Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007.
- FÉLIX, Loiva Otero. Coronelismo, Borgismo e cooptação política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. A Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro. Brasília: Senado Federal, 2001.

- FERREIRA, Tânia Maria Tavares B. da C. Os advogados do município neutro da Corte: um estudo prosopográfico (1860-1880). Dissertação de Mestrado. Niterói: PPG em História da UFF, 1983.
- FERTIG, André Atila. Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado Imperial centralizado (1850-1873). Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPG-História, UFRGS, 2003.
- FONSECA, Pedro Dutra. Economia e conflitos políticos na República Velha. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- FRAGOSO, João L. R. Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica*. In: Revista Topoi. Rio de Janeiro: UFRJ, set. 2002, p. 41-70.
- FRANCO, Sérgio da Costa. Julio de Castilhos e sua época. Porto Alegre: EDUFRGS, 1996 (4.^a edição).
- FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre e seu comércio. POA: Associação Comercial de POA, 1983.
- GANS, Magda Roswita. Presença Teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889). Porto Alegre: Ed. UFRGS/ ANPUH-RS, 2004.
- GARCIA, Graciela Bonassa. O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista. Porto Alegre: UFRGS-IFCH. Dissertação de Mestrado, 2005.
- GENOVEZ, Patrícia Falco. O Espelho da Monarquia: Minas Gerais e a Coroa no Segundo Reinado. Tese de Doutorado. Niterói: PPG em História da UFF, 2003.
- GIL, Tiago Luís. Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810). Dissertação de Mestrado. PPG em História Social da UFRJ, 2003.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do comércio de subsistência da Corte (1850-1880). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPG em História, IFCS/UFRJ, 1992.
- GRAHAM, Richard. Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- GRAHAM, Richard. *Réplica* [à Lilia Schwarcz]. In: Diálogos. Maringá: DHI/ UEM, v. 5, n. 1, 2001, p. 77-78.
- GRAHAM, Richard. *Construindo uma nação no Brasil do século XIX*. In: Revista Diálogos. Maringá: DHI/ UEM, v. 5, n. 1, 2001.
- GRENDI, Edoardo. *Repensar a micro-história?* In: REVEL, Jacques (org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada 'geração de 1907'. Porto Alegre: dissertação de mestrado em Ciência Política, UFRGS, 1998.

- GRIJÓ, Luiz Alberto. Foi o PRR um “partido político”? in: Revista Logos. Canoas: Editora da Ulbra, v. 11, n. 1, maio de 1999, p. 65-68.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937). Tese de Doutorado. Niterói: PPG em História da UFF, 2005.
- GRYNSZPAN, Mário. *Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, n. 14, ano 5, out. de 1990.
- GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS/UFRJ, 1998.
- GUTFREIND, Ieda. Rio Grande do Sul: 1889-1896. A Proclamação da República e a reação liberal através da sua imprensa. Dissertação de mestrado defendida junto ao Curso de Pós-graduação em História da PUCRS, 1979.
- HEINZ, Flávio. *Considerações acerca de uma história das elites in: Revista Logos*. Canoas: Ulbra, 1998.
- HEINZ, Flávio M. (org.); MILKE, Daniel, FLACH, Ângela; VARGAS, Jonas M.; O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados (1947 a 1982). POA: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2005.
- HEINZ, Flávio M. *O historiador e as elites – à guisa de introdução*. In: HEINZ, Flávio M. (org.). Por uma outra história das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. Do Império à República. Rio de Janeiro - São Paulo: Difel, 2.^a edição, tomo II, volume 5, 1977.
- IMIZCOZ, José María. *Actores, Redes, Procesos: reflexiones para una historia más global*. In: Revista da Faculdade de Letras – História. III Série, v. 5. Porto (Portugal), 2004, p. 1-28.
- IMIZCOZ, José Maria. *Actores sociales y redes de relaciones: reflexiones para una historia global*. In: Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra em el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX). Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001.
- IMIZCOZ, José Maria & GUERRERO, Rafael. *Famílias en la Monarquía: la política familiar de las elites vascas y navarras en el Império de los Borbones*. In: IMIZCOZ, José Maria (org.). Casa, família y sociedad: País Vasco, Espana y América, siglos XV-XIX. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2004.
- IMIZCOZ, José María. El Patrocinio familiar, parentela, educacion y promocion de las elites vasconavarras en la monarquía borbónica. In: Chacón, F. y Hernández, J. (org.). Familias, poderosos y oligarquías. Murcia, 2001, p. 93-130.
- IMIZCOZ, José María. *Patronos y mediadores. Redes Familiares en la Monarquía y patronazgo en la aldeã: la hegemonia de las elites baztanesas en el siglo XVIII*. In: Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra em el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX). Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001.

- ISAIA, Arthur. A imprensa liberal rio-grandense e o regime eleitoral do Império: 1878-1889. Dissertação de mestrado defendida junto ao Curso de Pós-graduação em História da PUCRS, 1988.
- IZECKSON, Vitor. *Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai*. In: CASTRO, Celso; IZECKSON, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Org.) Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- KLAFKE, Álvaro Antônio. O Império na Província: construção do Estado nacional nas páginas de O Propagador da Indústria Rio-grandense (1833-1834). Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PPG em História do IFCH/UFRGS, 2006.
- KLEIN, Herbert S. *A Participação Política no Brasil do Século XIX: os votantes de São Paulo em 1880*. In: DADOS - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: ANPOCS, Vol. 38, nº 3, 1995, p. 527-544.
- KLIEMANN, Luíza H. Schmitz. RS: Terra & Poder. História da Questão Agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- KUHN, Fabio. Breve História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.
- KUHN, Fábio. Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII. Tese de Doutorado. Niterói: PPG em História da UFF, 2006.
- LANDÉ, Carl H. *A Base Diádica do Clientelismo*. In: SCHIMIDT; S. W. et. Al. (eds.). Friends, followers and factions. Berkeley: University of Califórnia Press, 1977, p. xiii-xxxviii. (tradução de Luiz Alberto Grijó para fins didáticos).
- LEITE, Beatriz W. de Cerqueira. O Senado nos anos finais do Império: 1870-1889. Brasília: Senado Federal, 1979.
- LESSA, Barbosa. Domingos José de Almeida. Porto Alegre: Tchê edições, Coleção Esses Gaúchos, n. 27, 1985.
- LEVI, Giovanni. *Usos da biografia* in: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (et al.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 168-182.
- LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História in: BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.
- LEVI, Giovanni. A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA FILHO, Henrique Espada. A Micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LIMA, Regina Márcia de Jesus. A Província do Amazonas no Sistema Político do Segundo Reinado (1852-1889). Dissertação de Mestrado. Niterói: PPG em História da UFF, 1978.
- LORIGA, Sabina. *A biografia como problema* in: REVEL, Jacques (org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 225-249.
- LOVE, Joseph L. O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

- MAGALHÃES, J.B. Osório: Síntese de seu perfil histórico. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.
- MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. Engenharia Imperial: o Instituto Politécnico Brasileiro (1862-1880). Dissertação de mestrado. Niterói: PPG em História da UFF, 2002.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Tese de Doutorado apresentada ao PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2005.
- MATTOS, Ilmar R. de. O Tempo Saquarema: a Formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. Bahia: Século XIX (Uma Província no Império). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MAESTRI, Mário. O Império: da consolidação à crise do escravismo. Passo Fundo: UPF. Coleção Uma História do Rio Grande do Sul da Pré-história aos dias atuais, v. 2, 2005.
- MARTINS, Gaspar da Silveira. Perfis Parlamentares. Brasília: Câmara dos Deputados, v. 14, 1979.
- MARTINS, Maria F. V.; FRAGOSO, João L. R. *As elites nas últimas décadas da escravidão - as atividades econômicas dos grandes homens de negócios da Corte e suas relações com a elite política imperial, 1850-1880*. In: FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda (Org.). Ensaios sobre escravidão. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003, p. 143-164.
- MEDEIROS, Laudelino T. Escola Militar de Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.
- MITCHELL, J. Clyde. *Social Networks*. In: Annual Review of Anthropology. Vol. 3, 1974, p. 279-299.
- MOREIRA, Paulo R. S. Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano. POA: EST, 2003.
- MORITZ, Gustavo. Acontecimentos políticos do R. G. do Sul: 89-90-91. POA: Tipografia Thurman, 1939.
- MOTTER, Ana Lisete. As relações entre as bancadas teuta e luso-brasileira na Assembléia Legislativa Provincial Rio-Grandense (1881-1889). São Leopoldo: Unisinos (Dissertação de Mestrado), 1998.
- MOUOUKIAS, Zacarías. Redes personales y autoridad colonial: los comerciantes de Buenos Aires en siglo XVIII. (Tradução de Maria Carolina Zapiola do original da *Revista Annales. Histoire, Sciences Sociales*. Paris: Mai-Jun, 1992, para fins didáticos). Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2004.
- MUNHOZ, Cláudia S. de F. A Associação Comercial de Rio Grande (1844-1852): interesses e atuação representativa do setor mercantil. São Leopoldo, Unisinos, Dissertação de Mestrado, 2003.
- NABUCO, Joaquim. Minha Formação. Brasília. UnB, 1963.

- NABUCO, Joaquim. Um estadista do Império. Rio de Janeiro: Topbooks, 2 v., 1997.
- OLIVEIRA, Vinícius Pereira. De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais. Porto Alegre: EST, 2006.
- OSÓRIO, Fernando Luís. História do General Osório. Rio de Janeiro: Typografia de G. Leuzinger & Filhos, 1.o volume, 1894.
- OSÓRIO, Fernando Luis. A Cidade de Pelotas. Pelotas: Tipografia do Diário Popular, 1922.
- OSÓRIO, Helen. Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese de Doutorado. Niterói: PPG em História da UFF, 1999.
- PAIVA, Maria Arair Pinto. A Elite política do Ceará Provincial. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1978.
- PEREIRA, Batista. Figuras do Império e outros ensaios. SP: Companhia Editora Nacional, 1934.
- PEREIRA, Nalde Jaqueline Corrêa. *As Origens do Artista (1862-1863)*. In: ALVES, Francisco das N.; TORRES, Luiz H. (Org.). A Cidade do Rio Grande: estudos históricos. Rio Grande: FURG, Secretaria Municipal da Cultura, 1995, p. 121-131.
- PERURENA, Fátima Cristina Vieira. A consciência conservadora através da imprensa. Dissertação de mestrado defendida no Programa de pós-graduação do IFCH - UFRGS, 1985
- PESAVENTO, Sandra. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997, 8.a edição.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A Política Rio-Grandense no II Império (1868-1882). Porto Alegre: UFRGS, 1974.
- PICCOLO, Helga. Porto Alegre em 1873: a imprensa liberal da capital como fonte de estudo para a política provincial. Revista do IFCH. Porto Alegre, 1976.
- PICCOLO, Helga. Vida política no século 19. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998, 3.^a edição.
- PICCOLO, Helga (org.). Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: 1835-1889. Porto Alegre, Assembléia Legislativa, Corag, 1998.
- PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. Os Simples Comissários: Negócios e Política no Brasil Império. Niterói, UFF, Tese de Doutorado, 2002.
- PINTO, Celi Regina Jardim. Contribuição ao Estudo do Partido Republicano Rio-Grandense. Dissertação de mestrado defendida na UFRGS. Porto Alegre, UFRGS, 1979.
- PINTO, Céli. Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930). POA: L & PM, 1986.
- PORTO ALEGRE, Aquiles. História Popular de Porto Alegre. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1994.

- PRADO JUNIOR, Caio. Evolução política do Brasil outros estudos. São Paulo: Brasiliense, 6.^a edição, 1969 [1.^a ed. 1933]
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. O Partido Republicano Rio-grandense e o poder local no litoral norte do Rio Grande do Sul (1882-1895). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado apresentada no PPG em História da UFRGS, 1990.
- RÉMOND, René. O Século XIX: 1815-1914. São Paulo: Editora Cultrix, 5.^a edição, 1989.
- REVEL, Jacques. *Microanálise e construção social*. In: REVEL, Jacques (org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- RIBEIRO, José Iran. “*Dê-lhe laço como sargento de escolta*”: a violência nos recrutamentos militares. In: História em Revista. Pelotas: UFPel, v. 10, dez. 2004.
- ROSENTAL, Paul-André. *Construir o “macro” pelo “micro”: Fedrik Barth e a “microstoria”*. In: REVEL, Jacques (org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 151-172.
- SCHULZ, John. O Exército na Política: origens da intervenção militar (1850-1894). São Paulo: EDUSP, 1994.
- SCHULZ, John. *O Exército e o Império*. In: HOLLANDA, Sérgio B.; CAMPOS, P. M. (org.). História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico. Tomo IV, vol. 2. São Paulo: Difel, 1977.
- SCHWARTZ, Stuart B. Burocracia e sociedade no Brasil colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus juízes. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- SEIDL, Ernesto. A espada como vocação: padrões de recrutamento e de seleção das elites do Exército no Rio Grande do Sul (1850-1930). Porto Alegre: dissertação de Mestrado em Ciência Política, UFRGS, 1999.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. O Regionalismo Nordestino: existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Editora Moderna, 1984.
- SILVERMAN, Sydel F. *Patronage and community-nation relationships in central Italy*. In: SCHMIDT, S. W. (ed.). Friends, Followers and factions: a Reader in Political Clientelism. Berkeley: University of Califórnia, 1977, p. 293-304.
- SMITH, Herbert. Do Rio de Janeiro à Cuiabá. Melhoramentos, 1982, p. 160.
- SIMÕES NETO, Francisco Teotônio. Bacharéis ns política e a política dos bacharéis. São Paulo: Tese em Ciência Política/ USP, 1983.
- SINGER, Paul. Desenvolvimento e evolução urbana. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ USP, 1968.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Panorama do Segundo Império. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

- SPALDING, Walter. Construtores do Rio Grande. Porto Alegre: Editora Sulina, volume I, 1969.
- TARGA, Luiz Roberto. *Violência revolucionária e fundação do Estado burguês*. In: TARGA, Luiz R. (org.). Gaúchos e Paulistas: dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1996, p. 81-92;
- TAVARES, A. de Lyra. Vilagran Cabrita e a Engenharia de seu tempo. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.
- TRAMONTINI, Marcos Justo. A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000.
- TRINDADE, Helgio & NOLL, Maria Izabel. Rio Grande da América do Sul: Partidos e eleições (1823-1990). Porto Alegre: EDUFRGS/Sulina, 1991.
- URICOECHEA, Fernando. O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro do século XIX. São Paulo: Difel, 1978.
- VARGAS, Jonas Moreira. *Magistrados e militantes: os juizes de direito na Província do Rio Grande do Sul* in: Revista Humanas. Porto Alegre: IFCH, no prelo.
- VARGAS, Jonas Moreira. *O uso da prosopografia para o estudo da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. In: Anais do VIII Encontro de História da ANPUH/RS. Caxias do Sul: ANPUH-RS (CD/ROM), 2006.
- VARGAS, Jonas Moreira. *A utilização de novas fontes documentais para o estudo das eleições e das facções políticas no Brasil Imperial*. In: ROCHA, Márcia Medeiros da (org.). Anais da IV Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre: CORAG, 2006.
- VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Introdução* in: Zacarias de Góis e Vasconcelos, discursos parlamentares. Brasília: Câmara dos Deputados, Coleção Perfis Parlamentares, n. 9, 1979.
- VIANNA, O Ocaso do Império. SP: Melhoramentos, 1925; COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia a República: momentos decisivos. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- WITT, Marcos Antônio. *Política e Magistratura no Brasil Imperial. O litoral norte do Rio Grande do Sul como um estudo de caso* in: Revista Justiça & História. Porto Alegre: TJ-RS. Departamento de Artes Gráficas, 2002. V. 2, n.º 3, p. 239-268.